Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil



ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO

DE

HISTORIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE

VOL. II

1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO
DE
HISTORIA E GEOGRAFIA SUL RIO-GRANDENSE
COMEMORATIVO DO
CENTENARIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Vol. II



1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais: Santa Maria e Pelotas

SECÇÃO SEGUNDA:

HISTÓRIA POLÍTICA:

O TRONO DA GRÉCIA, A CASA DE BRAGANÇA E A REVOLUÇÃO DE 1835.

J. Egon D'Abreu Prates

Dom João VI, o pseudo bonachão Bragança que, premido pelas circunstâncias, se fêz de vela para o Brasil com a côrte, não chegou a assistir a concretização do seu sonho, inspirado pela ambição desmedida da espôsa, Dona Carlota Joaquina de Bourbon, Infanta de Espanha: a anexação do Uruguai aos seus domínios, em julho de 1821. Embarcara antes, em abril, para Portugal, onde negócios imperiosos o obrigaram a regressar.

Assim, duas longas e penosas viagens marítimas assinalam, bem profundamente, o reinado de Dom João VI.

Em ambas, o fator mêdo preponderou. E, em ambas, o monarca salvou a majestade e o trono.

Fugindo às tropas de Napoleão, em avançadas pelo território português, para não ser feito prisioneiro, não vacila em correr riscos de uma travessia e salvou a sua pessoa; regressando à pátria, após um exílio de treze anos, para não perder o trono, jura a Constituïção.

E, no entanto, êsse monarca que sentiu tremer na cabeça a coroa de Afonso Henriques e que viu os exércitos do temível "Corso" invadirem o reino e tiranizarem o povo — reino e povo entregues aos azares da sorte — não trepidou em usar, na América, onde veio buscar guarida, dos mesmos processos.

Secundando as pretensões da mulher que, por todos os meios, procurava coroar-se raínha do Prata, sob alegações as mais absurdas, conseguiu, em parte, o seu desiderato.

Depois de cinco anos de cruenta guerra; após um verdadeiro morticínio, em que brasileiros, portugueses e orientais

se bateram com denodo e galhardia, a 22 de janeiro de 1820, na Batalha de Taquarembó, foram estes dizimados, esmagados, vencidos e conquistada a sua terra, que passou a fazer parte do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a denominação de Província Cisplatina ([1]).

Enquanto, na América, a Casa de Bragança, pela fôrça, conquistava um povo, na Europa, outro povo escravo — a Grécia — também pequenino, sem exército, sem material, sem dinheiro, mas cheio de entusiasmo, inflamado pelo fogo do patriotismo, lutava desesperadamente pela liberdade, que durante quasi quatro séculos foi tolhida pelo turco, procurando quebrar as algemas para se constituir em estado livre.

E, coisa irrisória que a História não regista: êsse mesmo povo que se levantou em armas, ansioso por ser livre e que escreveu com sangue, uma a uma, as páginas heróicas da sua emancipação, veio depositar nas mãos do absolutista Dom João VI a coroa helênica, oferecendo-a ao Príncipe Dom Miguel, seu filho.

O movimento libertador grego recua ao ano de 1814, em que a **Hetairia,** sociedade secreta, fundada em Viena, recrutava patriotas dispostos a pegar em armas e a sacrificar a vida pela independência.

Em fevereiro de 1820, o General do exército russo e Ajudante de Campo do Tzar Alexandre I, Príncipe Alexandre

---

1) — D. Pedro, então Principe Regente, em carta de 16 de Janeiro de 1822, annunciava ao Pae esse acontecimento: "Dou parte a V. Magestade que Montevideu se quiz voluntariamente unir ao Brasil, de quem já se conta parte componente deste vasto Reino, segundo diz e affirma o Doutor D. Lucas José Obes, que é deputado da Provincia: este D. Lucas era mandado ás Côrtes, levando estas instrucções: **"vá representar nas Côrtes a provincia de Montevidéo e saiba o que querem lá dispor della,** mas **em primeiro logar vá ao Rio, e faça tudo que o Principe Regente do Reino do Brasil, de quem esta Provincia é parte componente, lhe mandar, se o mandar ficar fique, se continuar, execute".** Eu mandei-o ficar no Conselho por elle me dizer que antes queria os remedios do Rio, do que de duas mil legoas, e era razão de se terem separado de Hespanha: deu-me a entender que Entre Rios tambem se queria unir e Buenos Aires confederar, por conhecer que nós somos os alliados que lhes fomos dados pela Providencia assim como eles para nós".

Ypsilanti, segundo filho de Constantino, **hospodar** da Valaquia e da Moldávia, foi o escolhido para chefiar o movimento.

Homem de ação — deu provas na Batalha de Dresde, onde perdeu um braço — de amplos conhecimentos da arte militar, tendo congregado os libertadores e distribuïdo os comandos, um a seu irmão Demétrio, também oficial do exército russo, no qual muito se distinguiu na campanha de 1814, e outro a chefia do célebre **"Batalhão Sagrado"**, constituído pelos filhos das mais ilustres famílias gregas, a Nicolau, seu irmão mais moço, rompeu as hostilidades, tomando Jassí em fevereiro de 1821, e, logo após, Bucarest.

A Rússia, para onde tinha os olhos voltados, não lhe deu mão forte e os romênios o abandonaram. Em conseqüência, uma série de revezes sobreveio e, em junho, foi vencido em Dragasani, pelo Pachá Widdin.

Demétrio, tendo desembarcado na Moréia, foi vencido em Napolidi-România, depois de tomar Tripditza.

Nicolau, que ocupava posição junto ao Convento de Drageschav — mixto de fortaleza e de mosteiro, encravado entre duas montanhas que avançam pela planície — e onde poderia resistir por longo tempo, em caso de ataque, aguardando reforços, não ouviu a voz dos mais experimentados e, num impulso mui próprio da sua pouca idade, levado pelo entusiasmo e, ainda, pelos conselhos do infame Keravia, figura sinistra de traidor, que comandava a cavalaria arnauta, abandonou as posições, marchando para o inimigo, em campo aberto.

Às dez horas da manhã do dia 19 de junho de 1821, feriu-se a célebre peleja que aniquilou por completo o heróico **"Batalhão Sagrado"**, esperança e orgulho do povo grego.

Alí, sob a legenda **"Liberdade ou Morte"** — divisa daquela falange de bravos — pereceu a fina flor da mocidade helênica, acutilada pelo turco e pelo seu aliado de última hora, o pérfido e vil Keravia que, na fase final da ação, no momento de carregar o inimigo em franca debandada, voltou-se contra os seus.

Foi após êsses desastres que apareceu em Lisboa o envia-

do grego Capitão Nicolo Chiefala, oferecendo o trono a Dom João VI, conforme se depreende das duas cartas seguintes :

"Altezza Reale.

Mio Signore.

L'Altezza Vostra è informata su l'affari della Grecia, e del buon sucesso, e progresso contra li Turchi, quasi una parte di essa si trova tuttafatto libera, e la distruzione ora della Flotta Turcha assicura l'afrancissimento di tutte le isole del Arcipelago, e la totalle libertà di Candia, Cipro e Morea, che qualche loro fortezza si trovava ancora in potere dei Musulmani, per assicurarssi della sua indipendenza e rilevarssi in Stato, simile a quello che il Gran San Constantino Floro di nascita Portogese ne fondò, l'occhio della Grecia è rivolto far selta di un Capo Sovrano sopra un degno e legitimo successore di questo fondatore di Constantinopla sostegno della Religione Cristiana, ispirato e protetto d'Idio; Altezza sono Greco e incaricato secrettamente di partecipare a Vostra Altezza, e a Sua Maestà Reale vostro Padre, i votti e desideri delli Greci, che tutto riguarda alla Vostra Persona; a tal fine suplico umilmente Vostra Altezza di denignarsi accordarmi una particolare Audienza, per spiegar li sentimenti della mia Nazione, avisandomi alla mia dimora il giorno, e l'ora como da di Vostra Altezza per onorarmi di tale favore; Sono con profondo rispetto e venerazione:

Di Vostra Altezza Reale

Divotissimo Obientissimo Servitore

Capitan Nicolò Chiefala Greco

Lisbona li **16**: Aprile 1822:
Dimoro al Ospederia di Dna. Teresa Fontena
Traversa Rumelesci N. 17".

———

"Sacra Maestà Reale

Sire.

Vostra Maestà è informata delli successi e progressi delli Greci, una parte della Grecia ha sciolto il giocho Turcho, e la distruzione ora della Flotta Ottomana, assicura l'afrachissamento ditutte le isole del Arcipelago, e la totale libertà della Candia, Cipro, e Morea, che qualche loro fortezza si trovava anchora in potere de i Turchi, aspetando il soccorsi del Sultano per mezzo della potente sua Flotta: La Grecia per assicurarsi della sua indipendenza e rilevarsi in un Stato, simile a quello che il fondatore di Constantinopla e del Cristianismo Gran San Costantino Floro di nascita Portogese ispirato e protetto d'Idio formò, ricercha un Capo Sovrano degno e legitimo Successore del fondatore del Impero Greccho; Maestà sono Greco e incaricato partecipare con secretezza a Vostra Maestà, e al vostro Figlio Principe Michiele i voti e desideri della mia Nazione, che riguardano a tutta alla persona e interessi di Vostra Maestà, e Successori; a tal fine suplico umilmente la Maestà Vostra, volere con paterna benevolenza, degnarssi accordarmi una particolare Audienza, avisandomi alla mia dimora, il giorno, e l'ora di tale favore: Sono con la più profonda sumissione e rispeto

Di Vostra Maestà Reale

Divotissimo Obientissimo Servitore

Capitan Nicolò Chiefala Greco

Lisbona li 16: Aprile 1822:
Dimoro al Ospederia di Dna. Teresa Fontena.
Traverssa Rumelesci N. 17".

"Notta di tutte le persone che figurano, e che sono in servicio, e in influenza nella Flotta Grecha, e nel Senato Generale di Megara.

Isola Idra.

Manoli Tobasi Almirante (Navarchos) di tutta la Flotta fù a Lisbona.

Lazaro Lalico Vce. Almirante (Yponavarchos) fù in Lisbona.

Capn. Giacomo Tobasi fù a Lisbona.

Capn. Lazaro Bruce fù a Lisbona.

Capn. Chiriacho Scutri fù a Lisbona.

Capn. Chivotos Vice Almiraglio della Flotta che tiene blocata Candia.

Capn. Pandeli Tramontana Comodor di una piccola Squadra che percorre fra Stancchio, Rodas, e Cipro.

Isola di Spezza.

Capn. Nicola Bottassi Comandor della flotta Spezziota che ora al ultima bataglia data a Patras si brusò frà due Sanbechi Alizerini che saltarono in Aria, fù a Lisbona e suo Figlio fu ossi.

Capn. Lazzaro Orloff fù a Lisbona.

Trè Capitani Publides, Figli di famosa Vedova Publia che armò oto Bastimenti, li due Fratteli furono a Lisbona.

Capn. Anargiro fù a Lisbona.

Capn. Anastassi fù a Lisbona.

Capn. Vassilli Gini, fù a Lisbona, e a Rio Gianero con il Generale Russo.

Isola Ispara.

Capn. Mamuni Comandor delle divisione d'Ispara fù a Lisbona.

Capn. Burecha fù a Lisbona.

Capn. Zorzi Andruli fù a Lisbona.

Nicolò Cuzucho fù a Lisbona.

Capn. Papassi.

Capn. Antonio Gionia.

Capn. Stamali dal isola di Poros fù a Lisbona.

Capn. Costanti Goli di Poros.

Capn. Zuanne Diaco di Casso.

Capn. Diaco Nichita di Casso.

Capn. Dimitre Manos di Karpatos.
Capn. Jani Jalis di Michonos.
Capn. Zonzi Artachiano di Michonos.
Capn. Teodoro Anajnosti di Andros fù a Lisbona.
Capn. Zuanne Coluzzi di Andros.
Capn. Xipassi di Samos.
Capn. Manoli Covis di Samos fù a Lisbona.
Capn. Dimitri Zibicho di Samos.

'Al Senato Generale di Megara che prima fù a Argos.

Presidente Monssignor Ignacio Mitropolita di Ungrovalachia.
Monssignor Arcivescovo di Patrasso Policarpos.
Monsr. Arcivescovo di Mistra e Laconia-Neofitos.
Monsr. Arcivescovo di Calamata e Missenies-Dionisio.
Monsr. Vescovo di Arcadia Pacnotios.
Monsr. Mitropolita d'Atenes, e Aticha-Giuseppe.
Monsr. Arcivescovo di Zebes, e Beotia Crissantos.
Il Princepe Carrazza ex-princepe di Valachia che comincio la surecione con il Princepe Alessandro Ypsilanti.
Da Lecedemonia Petrobei che comincio la surezione a **maira.**
Da Tripolizza Teodoro Papagianopulo.
Dta. Dimitre Costa.
Da Sparte, Perivo, e Mavromichale, che presero Calamata.
Da Patrasso, Dimitre Patrino, e Gioani Cristo.
Da Calamata Antonio Cristodulo.
Da Calavrita, Crevatas, e Notavas uomo instruitissimo.
Da Citries, Bisandes Comundurachis, figlio di ex bei di maina.
Da Argos Nicolaidis, e li due Fratteli Perucas, richissimi.
Da Idra Conduriotti, che soministrò 6: millioni di pezzaduri di Spagna fù a Lisbona e riconosce le sue richezze di Portogalo è lui che disse aver parlato alla Regina Maria e il Princepe allora gli disse, **siamo parenti il vostro Rè era di Lisbona,** zelantissimo per la famiglia Reale di Portogalo.
Da Idra Lazzaro Cochini richissimo e di Gran creditto.
Da Spezze Panagioti Botassi Flo: di Nicola che si bruso fra

li due Alizerini Sanbeci nella Bataglia di Patrasso, fù a Lisbona.
Ispara, Antonio Saris istruitissimo, e richissimo.
Da Micono Antonio Sardanas.
Da Samos, Dimitre Gazie, e Atanasi Carlovassi.
Da Patimos, Panagi Ladicho, erudito nella diplomatia.
Da Santorino, Delendam e Nicolò Corafa.
Da Tinos, Dimitri Calchino, richissimo-1:000 borse regalo.
Da Naxia, Maressi di molto credito in Europa sopra il Comercio.
Da Paros, Mavrino, e Zacharopulo.
Da Zea, Pangalos.
Da Sira Rafios, e Neremis.
Da Andros, Carapatis, e L'abbate del Covento di Madona, Partemis.
Da Tricheri, Assaris.
Da Volo Portaria e Macriniza, Sculichi, e Carembis.
Da Sopelo, Cristodulo Romanzan.
Sciato L'abbate del Convento San Croce, Zacharias sapientissimo.
Sciro L'abbate del Convento San Giorgio Antimo, richissimo.
Da Monte Santo, L'abbate Savas, abbate Antonio, e abbate Grigorio.
Da Candia, Condoguris, Giani Spachioti, e Nicolo Carachas.
Da Casso, Diaco Manolis.
Da Scarpato, Diaco Giorgi, regalo 800: borse alla Nacione.

Generali sopra le Armate.

Generalissimo, il Principe Demetrio Ypsilanti.
Generale Colocotronis, e suo Figlio.
Generale Anajnostara.
Generale, L'eruditissimo e Sapiente Arcimandrita, Antimo Gazi.
Generale, il figlio di Petrobei Georgio.
Generale, Ulisses che prese Lavissa, e assedia Salonichia.
Generale Panagioti Chiefalà mio Fl°: che prese Tripolizia.

Tutti li sopra nomi sono li capi della Nacione, e si trovano stretamente ligati per il Generali bene e per la libertà, e

di opinione la più parte, di quanto ho esposto al Eccellenza Vostra, li altri non sano ancora niente sino a tempo competente. — Nicolo Chiefala.

Notta di Primati personagi della Flotta Grecha, e del Gle. Senato di Megara, e Generali" (2).

Pelos documentos em apreço, fica exuberantemente provado que antes, muito antes de ser feito o mesmo oferecimento aos Saxe-Coburgo-Gotha, na pessoa do depois Leopoldo I da Bélgica e, logo após, em 1832, ao filho segundo do rei da Baviera, que reinou na Grécia com o nome de Otão I, os gregos recorreram à Casa de Bragança.

A viagem do enviado especial, Capitão Chiefala foi tão secreta, que a História ficou na ignorância dessa missão e a própria Grécia desconhecendo um fato de importância capital na sua vida política.

Por sua vez, Dom João VI não aceitando, nem recusando o oferecimento feito, silenciosamente empacotou as cartas remetendo-as para o Brasil.

Com que fim ?

Qual o objetivo ?

Que motivo imperioso impulsionou o monarca para assim operar ?

A hipótese de uma consulta ao filho mais velho, herdeiro presuntivo, fica afastada. Não é admissível, diante da sobejamente sabida maneira árbitrária, absolutista, do proceder real, em questões domésticas. Resolvia a seu modo, sem ouvir quem quer que fôsse.

Por que, então, essas cartas em arquivos brasileiros ?

A História não nô-lo diz.

A coincidência de datas, no entanto, a efervecência política do momento, aliada aos movimentos francamente declarados de independência, talvez possam solucionar tal questão.

---

2) — Documentos existentes na Secção de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional. Caixa que contém papeis referentes á Casa Real.

Dom João VI, profundo conhecedor do meio em que vivera, no qual segundo êle próprio, fôra **Feliz e rei de fato**, perfeitamente ao par de todos os acontecimentos e das idéias pró-independência, viu claramente diante de si o futuro desmembramento da célula mater dos seus domínios; sentiu fugirem-lhe das mãos os ricos tesouros e as pedrarias raras ([3]) — alegria máxima da sua vida torturada — e, num gesto subtil e ardiloso, numa derradeira esperança, acenou com a coroa helênica ao filho-Regente.

Êste, arraigado à terra que o viu crescer, amando demasiadamente já, o povo que o aclamara seu Defensor Perpétuo, não se deixou vencer pela vaidade de reinar na sábia e legendária Grécia. Aquí ficou e aquí continuou na sua grandiosa obra de predestinado.

Com o "Fico", traçou Dom Pedro o seu destino e iniciou a barreira que nos separaria da metrópole.

Mas, como teria mudado a face política do Brasil si, num repente tão seu, Dom Pedro arrumasse as malas e se transferisse para a Grécia !

Que destino, que rumo tomaria a tão cobiçada terra de Santa-Cruz ?

A desejadíssima recolonização seria levada a efeito ?

Não, diz-nos o bom senso, tal fato não se consumaria.

O Brasil, pobre vítima disputada por ambiciosos, desde o seu nascimento; corpo são e inesgotável a transfundir, para os superanêmicos erários europeus, o ouro rico do seu sangue novo, foi um eterno sofredor. E seus filhos, diminuídos, martirizados, torturados, não mais aceitariam o jugo da prepotência portuguesa !

O espírito de independência já estava enraïzado, e bem profundamente, na alma do nacional.

Com o primeiro brasileiro, nasceu a idéia da liberdade. Cresceu e frutificou, iniciando seus passos na terra Bandeirante, em 1641, com a aclamação de Amador Bueno da Ribeira.

---

3) — "Só teve na vida uma suprema paixão: juntar riquezas, dinheiro e principalmente brilhantes". — **O Cerco do Porto contado por uma testemunha, o Coronel Owen.**

Avolumou-se através os séculos numa multiplicação contínua.

Em vão procuraram afogá-lo no sangue do proto-martir Filipe dos Santos, do infeliz Tiradentes, do heróico Padre Roma, sangue generoso e forte, estimulante enérgico dos fracos, dos tímidos e dos irresolutos.

A mão férrea dos Governadores e Vice-Reis tentou, em vão, estrangular na garganta do gigante ingênuo e passivo, o grito de independência. As execuções e desterros, as prisões e castigos, não conseguiram embaraçar-lhe os passos. De Norte a Sul, do Oriente ao Ocidente, as massas se congregavam e os ânimos inflamados já não suportariam as tiranias, nem as condições miseráveis de verdadeiros escravos (4).

Com a retirada da Família Real para Portugal, a discórdia

---

4) — " — 8.º — Foi pelos annos de 1800 a 1802 que os Clubs Maçonicos Portugueses na Europa, e na America, pela influencia de Hipolyto José da Costa, depois tão conhecido como Redactor do "Correio Brasiliense" tomarão á sua conta a separação do Brasil. De Pernambuco se denunciou a conspiração: os agentes do Governo porém, infieis ao seu dever, illudirão com certidões falsas a verdade dos factos. O Intendente Manique no ultimo quartel da vida e atraiçoado nada descobriu: o Ministerio de S. Mage. só veio a acordar da sublevação que se lhe preparava quando em 1806 o seu Ministro em Londres avizou do que alli se conspirava contra o Brasil. Não se seguio porém de perto este descobrimento que de todo se julgou inutil quando S. Mage. transferio temporariamente a sua Côrte para o Brasil. Debaixo N. 8 vão alguns papeis que a este respeito parão na Secretaria dos Negocios da Marinha.

9.º — Os succésos posteriores de Pernambuco em 1817 assáz então comprovarão o cuidado que deverião merecer huns taes avizos:

Do que se deduz :

1.º — que a separação do Brasil era obra em que trabalhavão os clubs de que simultaneamente forão corifeos os facciósos de que nos vemos livres em Portugal e os que hoje dirigem os negocios naquelle Paiz. — 2.º que o seu fim não he sómente a independencia sim o estabelecimento de huma democracia descarnada: — 3.º que tudo o que não fôr mais ou menos o reconhecimento dessa mesma desorganizada democracia não será por elles admittido: — 4.º que em consequencia o Imperio, os seus attributos são idéas fantasticas para illudir os povos: — 5.º que por isso elles procurarão por todos os meios oppôr-se e arruinar Portugal, não só porque, ainda que digão o que disserem, receião a sua força e influencia, mas porque pertendem extender nelle a desorganização que tanto lhes convém". — Relatorio do Ministro de Estado Encarregado dos Negocios da Marinha e Ultramar, Conde de Subserra..

entre reinóis e brasileiros, semeada ardilosamente pelos interessados e ativada pelos conselheiros de Dom João VI, acendeu. E chegou ao auge, diante da lei odiosa e absurda, de recolonização, que desligava do centro, as Províncias do Reino do Brasil, ficando as mesmas sujeitas à metrópole ([5]).

Talvez, um dos fatores da permanência do impulsivo Dom Pedro entre nós adviesse da posição vexatória, deprimente e subalterna, que as Côrtes de Lisboa impuseram ao orgulhoso Príncipe, tirando-lhe todo o poder e reduzindo-o a simples governador provincial.

O momento, pois, era chegado. Soara, para o Brasil, a hora suprema.

Se Dom Pedro, aceitando a coroa da Grécia, não fizesse a independência, o povo a faria. E, com ela — ainda no terreno das hipóteses — o regime republicano seria o adotado.

Por todo o Brasil, os adeptos dêsse sistema, em grande número, trabalhavam com tenacidade, abertamente, prègando os benefícios, as vantagens das suas idéias ([6]).

Os movimentos revolucionários, na sua quasi totalidade, desde o de 1711, chefiado por Bernardo Vieira de Melo, até a efêmera Confederação do Equador, em 1824, traziam desfraldada a bandeira republicana. Nenhum, porém, conseguiu o seu desiderato. Todos fracassaram de início, ou por falta de desembaraço e constância dos chefes, ou por escassez de meios pecuniários ou, ainda, por falta de entendimento, de articulação, de ligação, enfim, com o resto do país. Sòmente em 1835,

---

5) — "Logo que pelo novissimo Decreto das Côrtes cessa de haver uma Capital no Reyno do Brasil, todo elle se considera desde logo e por esse simples facto esbulhado da Dignidade de Reyno, que lhe fora reconhecida e sanccionada". — Informações ás Côrtes Portuguezas por Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negocios Estrangeiros de Portugal.

6) — "Será possivel que V. A. R. ignore que **um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas das provincias do Brasil,** por não dizer em todas ellas ?"... Fala de José Clemente, em nome da Camara e do Povo, 9-1-1822.

onze anos passados, surge, no Rio-Grande-do-Sul, o movimento encabeçado por Bento Gonçalves da Silva.

* *
*

Comemora o povo gaúcho, no corrente ano, o Centenário da Revolução dos Farrapos.

A iniciativa, que tomou o govêrno estadual, de fazer conhecer, por meio de publicações, ao resto do Brasil não só as causas e origens, como, também, a verdade histórica daquele movimento, é altamente patriótica e merecedora de francos e calorosos aplausos.

Seguindo o exemplo oficial, grande número de homens bem intencionados trabalha ativamente revolvendo arquivos, consultando documentos, decifrando manuscritos, no intuito são e honesto de cooperar para a completa elucidação da Revolução Farroupilha, até hoje tão desfigurada, tão pouco conhecida pela massa que constitue o povo brasileiro.

Raríssimos são os que estão ao par da história e da finalidade do aludido movimento.

Tirante estes, que se dedicam à pesquisas, ao estudo desapaixonado, o resto, a grande massa, ignora ainda essa página brilhante da história nacional, êsse gesto máximo de brasilidade, aceitando o movimento de 1835 tal qual "el cuento" oficial de cem anos atrás.

Perdura, pois, no espírito do povo, o velhíssimo e claudicante truque do qual, em desespêro de causa, lançou mão o govêrno de então, para afastar ou, mais acertado, para jogar contra os sul-rio-grandenses o resto do país: — a separação violenta, a desintegração da comunhão nacional com o auxílio estrangeiro e, finalmente, o isolamento, o repúdio aos demais brasileiros.

Hercúleo será o trabalho de propaganda para desfazer a lenda. E, si não houver muito esfôrço, muita constância, muita tenacidade, por parte do Rio-Grande e de seus dirigentes, o nacional continuará, para o futuro, na mesma ignorância, preso ao umbigo da lenda, olhando sempre com desconfian-

ça o sulista, uma vez que, pelos processos super-técnicos, ultra-modernos, etc., o estudo da "História do Brasil" — acompanhando o mil réis na queda, foi mais vertiginoso e foi mais além — caiu completamente, desaparecendo dos estabelecimentos de ensino. E, em seu lugar, surgiu a "História da Civilização", nas páginas da qual o Brasil, perdido, "deitado eternamente" aguarda impassível, no **dolce far niente**, que um outro "almirante" Pedr'Álvares, também perdido, o venha descobrir por acaso.

Indiscutìvelmente, o nefasto govêrno arbitrário do Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga que, dando franco e incondicional apôio à corrente lusitana, hostilizava abertamente os brasileiros; a forte antipatia que, motivada pela perseguição, dentro da tropa, atraiu sôbre si, o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, o homem que mais cooperou para a morte do destemido e valoroso Barão de Serro-Largo, quando, levado por um ódio gratuito, filho da inveja, na Batalha do Passo-do-Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, negou o fornecimento da cavalhada pedida por êste, que fazia a vanguarda de Barbacena, à frente de um grupo de índios e paisanos voluntários; e, quiçá, a própria morte do velho batalhador dos pampas, onde, quer no meio militar, quer no civil, desfrutava de prestígio e de veneração altamente significativos, a própria morte, talvez, do audaz "Restaurador das Missões", logo no início das primeiras escaramuças, foram as causas para que a centelha revolucionária pegasse ao rastilho.

O Rio-Grande, que nunca conheceu senhor feudal desde os tempos da sua formação e organização político-social, que foi sempre o pára-choque, na América, das questões entre Portugal e Espanha, altivo e independente, habituado à liberdade que conquistou de armas na mão, não suportou o rigorismo com que era tratado, nem aceitou a canga que os governantes, em má hora, procuraram ajoujar-lhe ao pescoço.

Seus habitantes, desde crianças, embalados pelos contos heróicos dos antepassados, cresceram com o caráter formado na rija têmpera do ancestre: briosos, cavalheirescos, tendo uma noção muitíssimo alevantada da honra e da generosidade.

Era, pois, de esperar, mais dia, menos dia, que se tornasse em realidade, que se concretizasse o que de há muito se preparava: o levante de 20 de setembro de 1835, chefiado pelo varonil Bento Gonçalves da Silva.

Não se justifica, de modo algum, o desinterêsse, a falta de solidariedade e, acima de tudo, o abandono, o nenhum apôio material ao Farrapo, negado pelos republicanos do resto do Brasil.

Teria a habilidade da Regência, envenenando o movimento sulista, espalhando pelos recantos mais afastados do Império, completamente desfigurados, os propósitos dos Farrapos, feito eco na alma do nacional ?

Não é admissível, sob hipótese alguma, que viesse influenciar na conciência de um povo, a propalada separação com acentuadas tendencias republicanas, uma vez que êsse mesmo povo, em épocas bem assinaladas, usara dos mesmos processos, das mesmas armas.

Estavam ainda gravadas na conciência dêsse povo, as revoluções de 1817 e 1824, ambas com os mesmos propósitos, com os mesmos desígnios.

As afirmativas oficiais, foram contraditadas pelo próprio Bento Gonçalves, em carta dirigida ao General Mena Barreto, chefe legalista: "A questão é de princípios e não de interêsses. Fêz-se a revolução para garantir os direitos e liberdades do Rio-Grande, conspurcados pelo Império, depois de 7 de abril", e, mais adiante, frisa a posição vexatória do brasileiro, colocado num plano inferior, sem liberdade, sem direitos de espécie algum: "Uma opressão acintosa pesava sôbre o Rio-Grande; a influência lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de abril, dominou por tôda a parte. Empunhamos as armas para resistir à opressão" ([7]).

---

7) — "Separatismo entre os Farrapos" — Othelo Rosa. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul. — IV Trim. — 1934.

Bem nítidos e definidos estavam os desejos dos sul-riograndenses, quando, em novembro de 1836, logo após a proclamação da República, a Câmara de Piratiní trouxe para a luz da História, os propósitos dos Farrapos: "declara-se a Província desligada da obediência que devia ao govêrno do Brasil, elevando-se à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de — Estado Rio-grandense —, podendo ligar-se por laços federativos àquelas Províncias do Brasil que adotarem o mesmo sistema de govêrno e quiserem se federar a êste Estado" ([8])

Um ano depois, em 1837, Alegrete, no outro extremo do Rio-Grande, pela sua Câmara, repetia ao país o objetivo dos revolucionários: "a Província do Rio-Grande deve constituir-se em Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Rio-grandense, podendo ligar-se por laços de federação às Províncias do Brasil que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma forma de govêrno, querendo elas esta união" ([9]).

Não procedem, ainda, as insinuações do govêrno, imputando ao gaúcho leal e patriota, o crime de alta traição, de lesa-Pátria, quando o aponta como agenciador de elemento estrangeiro, numa aliança maquiavélica com o inimigo de ontem, que combateu em defesa da integridade nacional, afim de, auxiliado por êle, levar avante os seus propósitos.

Ao Rio-Grande revolucionário, ao Rio-Grande republicano, divorciado do Império, fora da lei, era admissível que pedisse auxílio ao vizinho, embora estrangeiro. Não o era, porém, a um govêrno legalmente constituído, que se jatava de forte e poderoso.

A maior prova de fraqueza deu-a o govêrno que julgou conveniente aliar o Império à República-Argentina, com o fim de pacificar uma Província dos seus domínios; a vergonha das vergonhas cometeu o Império, curvando-se a assinar um tratado pelo qual dava aos povos, ao mundo inteiro, a prova iniludível da sua impotência, da incapacidade de, por

8) — V. Op. cit.
9) — V. Op. cit.

si, abafar um movimento restrito; o crime de alta traição, de lesa-Pátria, que nunca se apagará dos Anais da História, perpetraram aqueles que, para amparar a monarquia, afogando os ideais republicanos dos Farrapos, não trepidaram em fazer uma aliança ofensiva e defensiva com um govêrno estrangeiro e, além de tudo, republicano! Ignomínia praticaram aqueles que, sem recursos, sem apôio, atiraram a Majestade Imperial nos braços ditatoriais do Governador portenho. Braços êsses que não se abriram para estreitar o aliado; antes, afastaram, numa rejeição humilhante para a Monarquia, todo e qualquer acôrdo, sob alegação de que o Tratado em questão era ofensivo à independência do Uruguai ([10]).

E o chefe dêsse govêrno que acabava de negar auxílio ao Império do Brasil, veio, logo depois, oferecer suas tropas aos republicanos!

Do pedestal verdejante das coxilhas, insensível ao minuano gélido, que por dez anos fustigou seus farrapos, com o coração sangrando de dôr, altivo e sobranceiro, heròicamente patriota, o Farroupilha respoudeu ao oferecimento do Ditador Don Juan Manoel Rosas, pelo punho de Daví Canabarro: "Senhor: O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratiní com os imperiais, pois acima de nosso amor à República, está o nosso brio de brasileiros.

Quisemos ontem a separação de nossa Pátria, hoje almejamos a sua integridade.

Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encon-

---

10) — "Alliança offensiva e defensiva entre o governo do Brasil e o Capitão-General da Provincia de Buenos Aires, encarregados das relações exteriores da Confederação Argentina, com o fim de conseguir a completa pacificação da Provincia do Rio Grande do Sul, e da Republica Oriental do Uruguay com estabelecimento do poder da autoridade legal em ambos os territorios, etc". Este Tratado, celebrado a 24 de Março de 1843, ractificado pelo Imperador a 27 do mesmo mez, foi assignado por Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois Visconde com Grandeza, Conde e Marquez de Paraná, e por Joaquim José Rodrigues Torres, posteriormente Visconde de Itaborahy, com Grandeza.

trariam, ombro a ombro, os republicanos de Piratiní e os monarquistas do Senhor Dom Pedro II" ([11]).

O RIO GRANDE PELEJOU SÓ!

Buscou em tôrno de si um outro irmão e teve a desoladora decepção, a angustiosa desilusão de não o encontrar!

Os mais ardorosos republicanos, esquecendo o correligionário, esqueceram ideais; os mais apaixonados revolucionários deixaram-se ficar passivamente, no suave aconchego do lar, nem pró nem contra, olhando insensíveis o desenrolar dos acontecimentos.

Dez anos durou a campanha!

Tempo suficiente, mais que preciso para congregar os republicanos das outras Províncias, para levantar em armas o resto do Brasil anti-monárquico.

Dez longos anos, cheios de sacrifício, de esfôrço heróico, o Rio-Grande esperou em vão pelos companheiros de ideal, pelos adeptos do mesmo credo.

Onde estavam êles?

Por que não acorreram a cerrar fileiras ao lado dos Farroupilhas, ou não secundaram o gesto dêstes, fazendo guerra ao govêrno que repudiavam?

Por que não aproveitaram a oportunidade do momento, uma vez que, a Regência, impotente para conter a massa revolucionária, não só enfraquecia as guarnições, como não vacilou em entregar ao melhor e maior de seus generais a direção da campanha?

De duas uma: ou não existia, no país, essa apregoada corrente de cuja fortaleza fazia alarde o Senhor José Clemente Pereira, ou existia realmente e, neste caso, a falta absoluta de confiança e a insinceridade, em seu ceio, corriam de mãos dadas.

Portugal sonhava, ainda, em 1824, com a reconquista do Brasil.

---

11) — "Separatismo entre os Farrapos", cit.

Tomaz Antônio foi o que mais se bateu por uma expedição. E, no seu "Parecer", afirmou ser a tropa do Rio-Grande-do-Sul a mais realista ([12]).

Engano ledo e cego.

Realmente, havia no Rio-Grande, como por todo o Brasil, elementos portugueses que sonhavam com o regresso de Dom João VI, tal como se dá, até hoje, em Portugal, com aqueles que acreditam na volta de Dom Sebastião.

O que, no entanto, ignoravam os Ministros portugueses, era que a guarnição do Rio-Grande, logo após o grito do Ipiranga, enviou ao Imperador um embaixador, na pessoa do então Sargenta-Mor da Legião de São-Paulo, José da Silva Brandão, hipotecando solidariedade a Dom Pedro e aderindo à causa da Independência.

Mas, admitindo a hipótese de ter Dom Pedro aceitado o trono grego e adotado o regime republicano no Brasil, com a retirada do último dos Braganças, e, ainda, levada que fôsse a efeito a projetada expedição, afim de reincorporar à Coroa portuguesa o domínio que se rebelara, teriam os brasileiros fôrças suficientes para sustentar o ato praticado?

Com a ocupação da Ilha de Santa-Catarina, conforme o projeto de Tomaz Antônio, a guerra teria por teatro o sul do país. O Rio-Grande agüentaria, pois, com o rojão, arcando com tôdas as responsabilidades e conseqüências.

Duvidoso e problemático seria, como o foi em 1835, o auxílio a receber das demais Províncias.

Estariam estas unidas, continuaria o Brasil coeso, pronto para uma ação, ou fragmentar-se-ia em várias e pequenas repúblicas independentes, algumas das quais em sérios embaraços, com lutas intensas, afim de combater um ou outro Menelick nacional, com tendências a resuscitar um novo "Palmares"?

---

12) — " — que se preciza immediatam[e]. recorrer á Força armada. A Ilha de Santa Catharina deve ser o Quartel Geral das Forças Terrestres, e Maritimas da Expedição ao Brasil, a qual se annunciará grande em Tropas; porem na verd[e]. só a Naval hé q. se fás indispençavel q. seja muito activa, forte, e com Embarcaçõens piquenas p[a]. serviço activo". — Parecer de Thomaz Antonio de Villanova Portugal, de 12 de Fevereiro de 1824.

De qualquer maneira o Rio-Grande seria o objetivo visado pelas tropas portuguesas. E, assim como defendeu a sua liberdade, no passado, as suas idéias, em 1835, de armas na mão, numa campanha cheia de lances heróicos e que mui acertadamente o ilustre Dr. Ariosto Pinto, da Câmara Federal, chamou de "Epopéia Farroupilha" ([13]), o Rio-Grande jamais desmentiria êsse passado. Grande, unido, coeso, lançaria para a frente os seus filhos em defesa da Liberdade e da Independência do Brasil.

Rio-de-Janeiro, 20 de julho de 1935.

PARECER

sôbre a tese "O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835" pelo sr. J. Egon d'Abreu Prates.

O autor traz à luz da História documentos que provam terem os revolucionários gregos de 1821 oferecido o trono da Grécia à Casa de Bragança, representada no infante d. Miguel.

---

13) — "... E terá Portugal forças para esta empreza? Entendo que sim. Não pode Portugal reconquistar o Brasil todo; mas tomar hum porto, e sustentallo huns poucos de annos, até ver a direcção que tomão os successos; certamente pode e sirva de exemplo e de prova Montevideo. Tres a quatro mil homens de Tropa, e huma Esquadra que conserve superioride. a Lord Cockrane hé o bastante. A despeza he a da expedição e da primeira ocupação; e depois o mesmo Paiz alimenta a guerra, o commercio reciproco entrará a facilitar os meios para ella se sustentar, os recursos do paiz poderão procurarse, e podem dar superabundantemte... O caso he escolher o ponto que possa prehencher todos estes fins.
Qual elle seja, he a principal deliberação. Santa Catharina tem a vantagem de ter Portos; ter proxima a Tropa do Rio Grande, a mais Realista q. tem todo o Brasil". — Notas e esclarecimentos de Thomaz Antonio de Villanova Portugal sobre o seu "Parecer".

13) — Discurso pronunciado da tribuna da Camara Federal pelo Deputado Ariosto Pinto, durante a campanha da Alliança Liberal, em 1929. Publicado pela Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul em separata.

E do fato de se encontrarem tais documentos em arquivos brasileiros, deduz êle a hipótese de dom João VI os haver enviado ao príncipe regente d. Pedro, para que êste aceitasse a coroa helênica, no caso de não ser possível ficar com a do Brasil.

Daí passa a estudar as condições em que ficaria a colônia portuguesa com a retirada do príncipe regente, para concluir que **"se d. Pedro, aceitando a coroa da Grécia, não fizesse a independência, o povo a faria e com ela o regime republicano seria adotado".**

Funda o autor esta sua hipótese na evolução do sentimento nacionalista, no desenvolvimento das idéias republicanas e nos movimentos a que deram origem o maior dos quais considera a Revolução dos Farrapos, sustentando que esta longe de ser um movimento separatista, era animada pelo elevado ideal de estabelecer no país a forma republicana federativa.

Parece, à primeira vista, que o assunto da tese em apreço mais perfeitamente se enquadraria em um congresso de história brasileira do que em o nosso — taxativamente de História e Geografia Rio-Grandense. —

Mas, atendendo a que tem sido empenho máximo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul restabelecer os verdadeiros ideais que animaram os revolucionários de 35, apagando de uma vez para sempre a falsa idéia de um simples movimento local tendente ao desmembramento do Brasil, — parece à comissão que, pelo simples fato de concluir a tese pelo reconhecimento daqueles ideais — deve ser aceita pelo nosso Congresso.

Sala das Sessões das comissões, em 4 de outubro de 1935.

Assinados: **Afonso Guerreiro Lima, relator**
F. R. Simch
Jorge Bahlis.

O FARRAPO PEDRO VIEIRA, "PERICO EL BAILARIN", E SEU AMERICANISMO.

Fernando Luiz Osório

Americanismo foi o apropriado nome dado à feição natural do sentimento de solidariedade que, facilitado por condições históricas, econômicas e políticas, se desenvolveu no Novo-Mundo.

E, Americanismo e Brasilidade são dois termos essenciais, pode-se dizer, de um binômio que, solidàriamente se conjugaram no coração dos homens de 35, grandes no passado porque, com inteireza moral, submeteram a espada à inteligência.

Entre êsses Gigantes maltrapilhos, cumpre não esquecer um gaúcho brasileiro, romanesco e glorioso, que, por puro amor à liberdade, sem deixar de ser rio-grandense, como êle disse, prestou o seu primacial concurso à emancipação americana, irradiando, assim, no Rio-da-Prata o gênio continentino.

* *
*

Na terra do "pericon" e das "vidalitas", a Banda-Oriental-do-Uruguai, tomando parte nos bailes "crioulos" vivia, domiciliado no vale do Rio-Negro, o rio-grandense, de agigantada estatura, enérgico e viril, serviçal e hospitaleiro, de semblante tostado, franco e aberto, — Pedro José Vieira, — traba-

lhando, em 1811, como capataz da estância de Juan de Almagro. Por todo o Distrito de Capela-Nova estendia-se o seu real prestígio que, no trancurso do tempo, fôra adquirido graças às suas raras prendas pessoais. Relacionara-se, nesses pagos, com homens de valor, e, por instinto, por herança de virtudes raciais, amava a liberdade. "Sem deixar de ser rio-grandense", — dedicava Pedro José Vieira verdadeiro carinho ao solo em que vivia, misturando em seus ditos e conversações vocábulos brasileiros; entretanto, falava sem dificuldade o idioma dos crioulos. E os paisanos estimavam-no, porque era, na verdade, um companheiro serviçal e hospitaleiro. Naquela época, naquela idade do gaúcho, a simplicidade da vida resumia-se na primitiva música, dansa e culto da coragem, atraindo o exemplo e magia dos costumes varonís.

O surto das primeiras estâncias, dos primeiros elementos sociais, no Uruguai, fôra assinalado pela fundação de Soriano, dentro das vitais condições elaboradas do caráter do gaúcho, eqüestre e bravo, que fêz o país com o seu braço e com o seu sangue, confiante em si mesmo, exercitando as suas atividades estéticas, o seu amor ao canto e à "peleia".

Ao som da guitarra, tradicional e romântica, Pedro José Vieira, personagem de epopéia, popularizara-se, antes, "por su destreza en bailar sobre zancos", quando amenizava as reüniões campeiras a guitarra que encarnou o coração do nativo, nas horas boas, o lânguido instrumento das sonhadoras terras de Sevilha, que, em mãos dos patriotas, acompanhou os cantos regionais na alvorada da libertação platina, evocando, ante a mulher amada :

Yo soy la musica vaga que en los confines se escucha
Y la doliente guitarra que suele hacerte llorar :

"Lo que le atrazo el monte de **PERICO EL BAILARIN**".

E, então, a afluência de vizinhos e de gaúchos era considerável no estabelecimento a seu cargo. Foi em reüniões tais que começou a nascer o seu prestígio de pago, bem cimentado, porque "eram verdaderas las simpatias que lo incubaban y difundian".

Quando êle entrava a executar a rara habilidade de "sus pericones em zancos", o entusiasmo circundante convertia-se em aplauso e vozearia; era o sinal de "armar-se el baile", como um vínculo, um laço de união de propensões e instintos nativos do incipiente espírito nacional.

"**El pericon** tomó su nombre del bastonero que dirigia este baile". Acêrca de Montevidéu (1794) o tenente de navio José Espinosa escreveu: "...Julgan o cantan unas raras seguidillas, que llaman de Cadena o el **Perico,** o Mal-Ambo, acompañandolo com una descordada guitarrilla"...

Perico e pericon, se vinculam ao nome clássico dos **loros** o **cotorras,** e ao **abanico.** Tinha, pois, o renome do popular rio-grandense um fundamento sólido no coração da gaüchada de Capilla Nueva. Não desmerecia Pedro Vieira a fama dos homens de sua estirpe, laboriosa e destemida, honrando o nome de gaúcho brasileiro. A lança que, alí, ia sopesar, enchendo naquele momento o cenário de legenda, pode-se dizer, com verdade e justiça, que fôra brandida pelos seus antepassados guascas do Rio-Grande, a brava gente continentina, cujos dotes de alma, cuja herança de virtudes raciais e de heroísmo, cujas qualidades de ímpeto e lhaneza, de fôrça e de honra, de vibração e de sonho, em nossa animada história de trabalhos e aventuras, êle personificava, irradiando o "gênio americano rio-grandense", de que falou, depois, o "Povo", jornal da República dos Farrapos.

Tinham ressoado aos seus ouvidos os ecos simpáticos da chamada Revolução de Maio que, nos anais da história argentina, fôra o primeiro passo decisivo na senda da libertação destituindo, a 25 de maio de 1810, as autoridades espanholas e reclamando para o povo a discussão de seus destinos. Nem com paralelismo, nem com sincronismo absoluto se fêz no Prata o movimento de emancipação.

Enquanto Buenos-Aires se libertava do jugo da metrópole, os espanhóis, em luta com a junta governativa criada por essa revolução, ficaram reduzidos à praça de Montevidéu, cha-

ve do grande estuário, e ao território da Banda-Oriental; e, concentrados em Montevidéu, êles ameaçavam sufocar a revolução argentina, que se propagava.

* *
*

Um dia, em "genial travessura", por "puro amor à liberdade", segundo as próprias declarações recolhidas de seus lábios por mais de uma testemunha irrecusável, Pedro José Vieira se sublevou contra o regime colonial, cingindo armas e capitaneando gaúchos. Foi isto em 1811, no dia 28 de fevereiro, à beira do arroio **Asencio,** data em que êle ergueu o famoso **grito de glória,** brado libertador, no prólogo da independência do Uruguai, o qual "atravesó con la prisa del rayo el país". A êsse tempo, Artigas era capitão de blandengues ao serviço da Espanha e os orientais ainda reconheciam a autoridade do govêrno espanhol: José Gervásio Artigas, a 15 de fevereiro dêsse ano, se indispusera com o chefe do seu corpo general espanhol Vicente Maria de Muesas que ameaçava de pô-lo a ferros, e se retirava para o arroio San-Juan e rio Negro. De modo que, enquanto Artigas estava ausente, refugiado em Buenos-Aires, (1) seus compatrícios das comarcas vizinhas, "al son de los clarines montaraces de Vieira", à frente, entenderam chegada a hora de se lançar aos azares da revolução contra os espanhóis da Banda-Oriental.

E' preciso dizer que em 1808, o governador da praça de Montevidéu, realista, Élio, recusara obedecer a Liniers, governador do vice-reinado, que era francês, amigo dos patrícios, e, como tal, suspeitado por Élio, que, também se insurgindo contra a Audiência de Buenos-Aires, conseguira reünir um cabildo público (cabildo abierto) a 28 de setembro de 1808, — do qual surgiu uma Junta que governou essa província cisplatina até à chegada do sucessor de Liniers, o vice-rei Cisneros.

Em nenhuma parte do vice-reinado a Revolução argenti-

---

(1) Fernando Osório, Comunicação ao Instituto Histórico do R.-G.-do-Sul, 7 de maio de 1930.

na encontrou tanta resistência como em Montevidéu, província que a todo o preço o seu general Élio e seus partidários quiseram manter sob a tutela espanhola do despotismo. Há quem procure fixar êsse episódio de fermentação colonial, essa ruptura de Élio com Liniers, como ponto inicial da independência do Uruguai, e mesmo da revolução sul-americana.

Mas, de um fato nìtidamente monárquico, realista, como ponderou Otero, não poderia surgir a liberdade americana. E' sabido, mesmo, que de 1808 a 1809, Belgrano se ocupara de aplainar as dificuldades que se antepunham ao estabelecimento de uma monarquia no Prata.

Vivendo o Prata dias de agitação frenética, realizou, sob o magnetismo democrático, a sua experiência cívica, entre dramáticas provações. Sem estudar antes os arquivos brasileiros, — reconheceu-o Herrera, — "no és posible escribir nuestra historia, a conciencia, en muchos y principales pasages". E, certamente, para sentir o espírito de coesão que se manifestou na unidade do Brasil, importa compará-lo ao processo histórico da fragmentação espano-americana. Ao passo que, diferenciando-nos, por entre as lutas do passado, visamos, em prol da independência do Brasil, no Ocidente, a solução republicana, apenas adiada porque José Bonifácio não a admitiu com escravos, — os nossos vizinhos, de oeste e do sul, mesmo depois de instituírem a democracia, propagaram o oposto regime. A' despeito das prevenções continentais para com a monarquia do Brasil, Bolivar, em 10 de outubro de 1825, escrevia a Santander, a propósito da entrevista solene que tivera, em Potosi, no dia 7, com a comissão enviada pelo congresso argentino ao general Las Heras, composta de Alvear e do dr. Valez; — "Êles me repetiram forte e enèrgicamente que a guerra com o Brasil é inevitável, e que não sendo bastante fortes para rechassá-la, me pediram auxílios de Colômbia e Perú" e me disseram terminantemente que eu devo exercer o protetorado da América como único meio de salvá-la dos

males que a ameaçam... notícias de gravidade vital... Pedro I está disposto a romper as hostilidades contra Buenos-Aires e contra nós..."

* *
*

Mas as prevenções de Bolivar desapareceram diante do procedimento do govêrno brasileiro contrário à anexação da província boliviana de Chiquitos a Mato Grosso. E, Bolivar, mesmo, de cujo apêgo à fórmula republicana não se poderia duvidar, mostrou-se disposto à "transigência" quando chegou a acreditar na possibilidade de uma intervenção européia na América por motivo da constituïção democrática dos novos países. Comprova-o uma carta sua ao ministro Hurtado, em Londres, a 12 de março de 1825, escrita de Lima. Do exílio na Europa, o capitão dos Andes, José de San Martin, em 1827, escrevia, de Bruxelas, durante a guerra do Brasil com a Argentina, uma carta, que acaba de ser publicada no Prata, a seu amigo Tomaz Guido, em que dizia: "Conheço bem a fundo o estado de nossa América. Não deve você ter esquecido as infinitas vezes em que lhe disse que "nossa crise" se experimentaria no final da guerra da emancipação. Ela era indispensável visto o "atrazo e os elementos de que se compõe a massa de nossa população, órfãs de leis fundamentais e por apegadas paixões individuais e locais" que fizeram nascer a revolução. Estes males se teriam remediado em grande parte, si os homens que puderam influir se tivessem convencido de que para defender a liberdade e seus direitos se necessitam cidadãos, não de café mas de instrução, de elevação de alma e, por conseguinte, capazes de sentir o intrínseco valor dos bens que preparáriam um govêrno representativo... Amo a República, mas esta inclinação particular não me impediu de ver que êste gênero de govêrno não era realizável na América senão passando, pelo alambique de "uma espantosa anarquia" e... suas conseqüências são a "tirania de um déspota."

Na biografia de Sarmiento, Lugones afirma que os unitários argentinos, para combater Rosas, não relutaram em tentar o desmembramento da Pátria.

* *
*

Em outra carta, a Tomaz Guido, escreveu San Martin: — "Direi a você francamente que não vendo na batalha de Ituzaingó o caráter de decisiva, receio muito que si o imperador (Pedro I) conhece, como deve, o estado de nossos recursos pecuniários e, mais do que tudo, a anarquia de nossas províncias, se resiste apenas prolongando um ano a guerra, nos obrigue a capitular à discrição, sim, primeiro porque as operações de nosso exército serão paralisadas pela inferioridade numérica de nossa infantaria e, sem novos reforços, só lhe restará fazer uma "retirada", se puder, perigosíssima." E, acrescenta, "não nos iludamos, os que contaram com o espírito republicano dos brasileiros se enganaram. Êle existe em grande parte no Rio-de-Janeiro, Baía e Pernambuco; no resto de suas províncias há ainda mais ignorância e estupidez do que entre nós". (Como se enganou San Martin !) "No que se pode fundar alguma esperança é nos oficiais subalternos do exército brasileiro, pois me consta "há um forte partido republicano", mas para explorar esta disposição é necessário muito tino e habilidade." Nem o general Lavalleja, que substituíra Alvear no comando do exército argentino, tinha aptidões, como ponderou Guido de San Martin (em carta de setembro), não reünia pràticamente as circunstâncias necessárias para dirigir a massa de fôrça, a seu cargo, nessa guerra em que a Argentina "entrou prematura e inconsideràvelmente". D. Manoel Puerreydon teve uma entrevista com o governador Dorrego, quando Rivera invadiu as Missões, e narrou ("Escritos Históricos") que este, textualmente, lhe dissera : — "Necessitamos la paz ! la paz ! la paz ! No podemos continuar la guerra. Rivadavia ha dejado el pais en esqueleto, — exausto totalmente el tesoro. En el parque no hay una bala

que tirar a la escuadra enemiga. Hago esfuerzos inauditos para montar la fundición, no hay un fucil ni un grano de polvora, ni con que compra-la... "

* *
*

Pouco faltou para que surgissem tronos americanos desde o Orinoco ao Prata.

De 1808 a 1809, Belgrano, consoante o historiador José Otero, no seu livro "A Revolução Argentina" aparecido em París, em 1817, se ocupara de afastar as dificuldades para o estabelecimento da monarquia no Prata, formando um partido em favor da princesa de Portugal e do Brasil, a infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, irmã de Fernando VII. Se não vingou o projeto de Belgrano e seus tenazes adeptos do sentido de fundar-se uma nova dinastia na Argentina, encabeçada pela espôsa de D. João VI, o malôgro foi devido principalmente ao próprio príncipe regente que se opôs às pretensões de Carlota Joaquina, a primeira a acusar o marido, dizendo: — "o príncipe em tudo isso teve duas caras."

Ela o enganou tantas vezes que não foi demais, desta vez, o marido a enganasse...

A verdade é que, por antecipação, previu, na América, D. João VI a nefasta política das nacionalidades, das meras uniões étnicas, antes que essa doutrina se tornasse na Europa o eixo da política do século dezenove, porque, no ritmo da vida histórica dêste continente, de um lado a nossa unidade e do outro o desmembramento pela anarquia e pelo caudilhismo dos povos de origem espanhola, — D. João VI feriu, com uma intuição genial, a mais séria questão sul-americana, na expressão de Euclides da Cunha, lançando as primeiras linhas de uma oposição até hoje vitoriosa, contra o pensamento da reconstituïção do vice-reinado espanhol que, desde 1811, se planeara em Buenos-Aires, passando a ser o projeto favorito do tirano Rosas e que compreendia os territórios que formam hoje parte da Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.

A revolução de julho de 1830, em França e a queda de Wellington, depois impediram a realização do projeto de monarquias hispano-americanas.

* *
*

Era sublime (1) o espetáculo que apresentava a Banda-Oriental nos primeiros meses do ano de 1811. Ajudado por Venâncio Benavidez (cabo das milícias de Soriano e filho de um vizinho pobre do distrito), por Celedônio Escalada (capitão de milícias), espanhol, pelos dois irmãos Pedro e Paulo e Santiago Gadea, filhos de Soriano, (2) — foi tal o papel de Pedro José Vieira entre os próceres da liberdade na vantagem inicial dêsse movimento, que "segundo informes imparcialíssimos", correntes na capital do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata, êle "era o primeiro cabeça da revolução Uruguaia" (3).

Em oito dias Vieira e Benavidez se encontraram à frente de um exército "de mais de 500 homens (4) brotados da terra" . Com lanças construídas de tesouras (5), sem ambições pessoais, pobres eram os patriotas. Reüniram Vieira e Benavidez, a 28 de fevereiro de 1811, oitenta ou cem homens do povo (6) "en las riberas de Asencio, riachuelo de Departamento de Soriano, marchavan con ellos sobre la ciudad de Mercedes, y deponiendo las autoridades constituidas proclamaran la caida del poder español. La espontaneidad del movimiento habia sido indiscutible... Un mes después se habia pronunciado el pais intero en el mismo sentido... Produjo verdadera alegria en el seno de la Junta que enviaba emissarios, felicitaciones y ascensos a los insurrectos"...

---

(1) Lecciones de História Nacional, Enrique Antuña.
(2) Ismael, citado.
(3) Carta de 22 de Abril de 1811 o Dom Rodrigo de Souza Coutinho, correspondência de Possidório da Costa, contemporâneo dos fatos; A. Varela, "Duas grandes intrigas".
(4) Artigas, Zorrilla San Martin, tomo I.
(5) Ensayo de Hist. Patria por H. D.
(6) Bauzá, tomo I.

"disponian estes de un centenar de hombres entre milicianos y vecinos... Apenas rompia el sol, empezaron a apparecer a caballo y en grupos los conjurados, ostentando sus armas... La tradicion asegura que cuando se completó el numero de ochenta, segun algunos, de ciento, segundo outros, Vieira y Benavidez, dirigiéndose respectivamente a los sujos, empezaron arengarlos con palavras entusiastas, proclamando la caida del Gobierno español, y señalándoles Mercedes como punto objectivo de un ataque inmediato. Largas y repetidas muestras de asentimiento, mezcladas con aclamaciones y vivas, manifestaron la adhezión a lo propuesto y el éco extendió por los contornos las mil notas confusas de aquel juramento al air livre... Dirigiéranse los conjurados a Mercedes, donde fraternisaron con la pequeña guarnicion comandada por el teniente Fernández, (nativo de Montevideu) posesionando-se inmediatamente de la ciudad. Alli establecieron su cuartel general, elegiendo por jefe al mismo Fernandez y por segundo a Vieira, en medio del mayor acuerdo de opiniones.

Los vecinos más respetables de Mercedes se incorporaran al movimiento, arrastrando consigo el pueblo, que siguió el impulso... Posesionados de Mercedes, los revolucionarios acordaron extender-se hasta Soriano, ocupándolo mlitarmente. Al efecto, fué comissionado Vieira, quiem recibió de Fernandez un oficio dirigido al Cabildo del pueblo... Con este aviso conminatorio y un buen trozo de caballeria, partió Vieira, apareciendo sobre Soriano a las tres de la tarde de aquel mismo dia 28. El Cabildo, apenas recibió la intimacion... rindió el pueblo, exigindo la seguridad de vidas y haciendas, que le fué prometida y escrupulosamente otorgada... (1)

Da presteza e do êxito surpreendente de Pedro Vieira, ao capitanear "un considerable numero de paisanos", fala recente obra (2). E existe no Archivo General de Montevidéu, li-

---

(1) Bauzá, tomo III, cito.
(2) "Artigas", tomo I, Setembrino Pereda, 1930, Montev.

vro segundo [1] de "acuerdos del Cabildo de Soriano" a ata assinada no mesmo dia 28 de fevereiro de 1811 por Pedro José Vieira, em que se lê: — "se hizo la capitulacion... accedimos a que se posesionase de la villa don Pedro Vieira, comandante del ejercito, con la condicion de asseguraramos lo que en el oficio se contiene" [2]. O alferes de blandengues Ramón Fernández escreveu a Artigas, que ainda permanecia em Nogoyá, noticiando o acontecido e, no mesmo sentido, oficiou, a 1 de março à Junta Revolucionária de Buenos-Aires, a qual, em data de 7 de março, oficiou ao general Belgrano para que invadisse a Banda-Oriental assumindo o comando em chefe de tôdas as fôrças [3]. Em meados de abril de 1811, chegou Belgrano a Mercedes, e se as operações marchassem ao sabor dos seus desejos, Buenos-Aires teria a direção suprema da campanha e, depois da vitória, o Uruguai ficaria subordinado como estivera antes. [4]

"Compreendendo a vantagem do movimento oriental, pois tendia a afastar um grande perigo, isto é, a presença do govêrno da metrópole na pessoa de Élio, governador de Montevidéu, cuidou sem detença Buenos-Aires, de reforçar as tropas de Artigas com as que Belgrano trazia do Paraguai e de pôr êste último general à testa de tôdas as fôrças revolucionárias da outra margem do Prata.

Figura na "Historia de Belgrano", por Mitre, o ofício de 14 de março de 1811 dirigido à Junta de Buenos-Aires, no qual o general Belgrano (do quartel general de Candelaria) alude à **importância da insurreição dos primeiros povos uruguaios** e avisa a remessa de reforços.

Quando Artigas pisou o solo natal, nos primeiros dias de abril, dirigindo-se a Mercedes, **a insurreição estava senhora do território,** tendo os campesinos formado núcleos maiores, e êle, nessa hora adequada, veio realizar as suas predições sôbre o Uruguai.

---

(1) Libros de Acuerdos del Cabildo de Soriano, acuerdo del 28 de febrero de 1811. Archivo General de la Nacion, libro n.° 68, Montevideo.
(2) Archivo General de la Nacion Argentina.
(3) Fregeiro.
(4) "A batalha de Rosário," General Tasso Fragoso.

Disse Arreguine ([1]) que a Junta querendo aproveitar o prestígio de Artigas, havia aceito seus serviços; mas, assustada dêsse mesmo prestígio, que desejava explorar, não vacilou em pôr-lhe êmulos em seu país, sendo assim que elevou **a Coronel, grau superior ao de Artigas, o brasileiro Vieira,** e a comandantes os estrangeiros Ojeda e Benavidez e dois irmãos Vargas que nada eram quando êle saiu com galões do país, desprezando opulência e honras, que alcançara, servindo às ordens de Espanha e agindo sem acôrdo da Junta e por conta própria.

Regressou Artigas de Buenos-Aires para "proseguir el movimiento revolucionario que habia estallado em febrero, encabezado ([2]) por Vieira e Benavidez".

A 30 de agôsto de 1811, o capitão Francisco Bicudo com 200 uruguaios, durante uma hora, defende Paisandú atacada de madrugada e tomada pelo furriel Bento Manoel Ribeiro e o ajudante Manuel de Carvalho, enviados pelo major Pedro, com 55 homens. Bicudo foi morto por Antônio Padilha e mais de 30 companheiros seus também morreram, ficando 30 feridos. Os vencedores tomaram 4 canhões e 50 clavinas e tiveram 3 mortos e 1 ferido.

A 19 de dezembro de 1811 o capitão Manuel Pinto da Fontoura, com 952 uruguaios, ataca no rio Arapeí o capitão Joaquim Félix da Fonseca, o qual é socorrido pelo major Pedro, retirando-se os atacantes mais de meia légua além do Arapeí.

Por dissidências ulteriores com Artigas, foi Vieira um dos oficiais que se passaram a Buenos-Aires, tendo inaugurado o caudilho Artigas a guerra bárbara, grave êrro de sua parte.

Desapareceu depois da fase inicial da guerra, o concurso, a colaboração do glorioso rio-grandense a Artigas, por que êste invadiu o Rio-Grande, perdendo a simpatia, aliás já muito abalada pelos conflitos domésticos que surgiram entre os liberais platinos.

---

(1) Citado no Ensayo de Hist. Patria, de 1910, apud.
(2) "El Uruguai", Dr. D. Celedino Nin y Silva.

Quasi todos os maiores capitães de Artigas o abandonaram — Valdenegro, Vasquez, Baltavavaryas, Vieira, Rivera, Lavalleja, Lopez, Perrugoria, Otorgués, Ramirez.

A 15 de setembro de 1811, o Tenente-Coronel Pedro José Vieira escreve ocultamente, aos portugueses, fazendo oferecimentos (1)

No ano de 1825, Vieira deixou de servir na Argentina, com a graduação de coronel, apresentando-se às autoridades do império do Brasil, que lhe deram pôsto nas linhas de defesa da Colônia-do-Sacramento onde "se recomendou por sua conduta". (2) Aí foi ferido. (3) Em Buenos-Aires, intitulavam aos brasileiros de "portugueses" a modo de insulto, (4) e de certo, Vieira resolveu fazer causa comum com os compatriotas, afastando-se de algum vexame, que o melindrou.

Que não mudou de idéias, prova-o o fato de, já velho, prestar o seu concurso (5) ao govêrno republicano dos Farrapos, habitando na comarca de Piratiní, depois da paz de 1828.

No dia 27 de agôsto de 1828 era assinada, no Rio-de-Janeiro, sob a mediação da Grã-Bretanha, a Convenção preliminar da Paz entre o Império-do-Brasil e a República-das-Províncias-Unidas-do-Rio-da-Prata; os governos brasileiro e argentino renunciavam as suas pretenções sôbre a Banda-Oriental-do-Uruguai, então chamada Província-Cisplatina, criando-se um Estado Independente com o nome de República-Oriental-do-Uruguai.

Vivia ainda o coronel Pedro Vieira em Piratiní, a cidade sagrada da Revolução Farroupilha — quando foi convidado para tomar a si a organização e direção de todos os elementos mobilizáveis à margem direita do Camaquam.

---

(1) A "campanha do Uruguai em 1811 - 1812", Celso Schröder (Rev. do Inst. Hist. do Rio-Grande, no ano XIV, 1934.

(2) "Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira."

(3) Teotônio Meireles da Silva.

(4) Império do Brasil, 13 de maio de 1826; Relação assinada pelo oficial maior da secretaria militar de Montevidéu, abril de 1825.

(5) "O Noticiador", de 2 de julho de 1834.

Aceitou a incumbência (1). E ignora-se a razão por que o govêrno o substituiu, preterindo tão glorioso veterano, ato êsse que foi censurado acremente (2). O resultado foi que essa raia, sempre coberta militarmente, nunca mais (3) reverteu ao que fôra, noutro tempo; constituiu um êrro o ter-se preterido o velho libertador, dados os seus antecedentes, e êle, com suavidade, aludiu ao caso, nesta carta a Domingos de Almeida, em 22 de abril de 1840, (aos 99 anos). "Participo a V. Ex. que me acho desordenado da comissão de que tive a honra de ser encarregado pelo Govêrno, a qual sendo superior às minhas poucas luzes, e fôrças, foi tão duradoura como é no verão de neve, e no inverno de calma; restando-me o pesar de que quando eu, cheio de prazer, começava a desenvolver a pouca prática militar que adquirí em anos de fadigas, e à custa de inúmeros sacrifícios, foi quando a demissão do comando das operações sôbre o São-Gonçalo, me privou de prestar à Causa Rio-grandense os serviços a meu alcance.

Mas, creia V. Excia., que não obstante ser minha recente queda alguma cousa desairosa, nem porisso deixarei de prestar-me a qualquer serviço, para que o Govêrno me julgue suficiente, o que ambiciono para manifestar a meus concidadãos, que não aspiro a mando, mas, sim, a ser útil ao País aonde nascí."

Quando expedicionários de Caxias (brigada ao mando do depois conde de Pôrto-Alegre) levando consigo Francisco Pedro — que de Bagé vinham direito a Pelotas, — entraram de surpresa em Piratiní — de onde se retirou a tempo o Govêrno da República, nessa assaltada resgataram alguns prisioneiros legais e prenderam a rebeldes que estavam em casa, entre êles o famoso herói do movimento americano de emancipação — coronel Pedro Vieira. (4)

Existem no arquivo do Bispado de Pelotas estes esclare-

---

(1) Alencastro, oficial de 1.° de Abril de 1840.

(2) Damasceno, carta a seu cunhado Domingos de Almeida, 19 de abril de 1840.

(3) Hist. da Grande Rev., A. Varela.

(4) Araripe, XX, 12. Ordem do dia de 11 de julho de 1843 e anacefaleose. "Política Brasileira", II Vol. A. Varela.

cedores documentos : — No livro de óbitos, n.º 1, de Piratiní, à fôlha 176 verso. "Pedro José. Aos quinze dias do mes de Junho de mil oitocentos e quarenta e quatro. Nesta Matriz de Piratinim falleceu de repente Pedro José Vieira natural do Rio Grande casado em terceiras nupcias com Maria Sinforosa natural do Serro Largo e lhe ficaram nove filhos de um e outro sem nenhum e uma filha das primeiras nupcias falleceu sem sacramento não fez testamento e de idade de cento e tres annos pouco mais ou menos foi por mim encommendado e sepultado nas catacumbas desta Matriz do que para constar mandei fazer este termo que vae por mim assignado. Vigº Miguel Garcez Moncada."

No livro 1.º de casamentos de Pelotas, fls. 106, encontra-se o consórcio do Coronel Pedro José Vieira com Maria Sinforosa em 1 de junho de 1831.

No livro 2.º de casamentos do Rio-Grande, consta o consórcio, a 19 de maio de 1780 de Antônio Machado Lima com a Snra. Ana Eufrásia Vieyra, filha de Pedro Vieyra e de Maria do Rosário, natural da Colônia-do-Sacramento.

Em 1742, a 2 de fevereiro, foi batizado o menino Pedro, de nação minuana, irmão de Maria José e Miguel, filhos de pais incógnitos.

No livro 1.º de Batizados Jesús-Maria-José, a fls. 10, consta — "Aos ... dias do mes de março de mil setecentos e quarenta Baptisou, na fortaleza de S. Miguel o Reverendo Padre Frei Sebastião de Milão missionario capuxinho em missão de Pedro filho natural de Miguel Hurquiço espanhol e de hua gentia que foi Baptisada na aldeya de S. João das Missões dos Padres da Companhia de Boynos Ayres — foram padrinhos Pedro Pereira Chaves solteiro, não teve madrinha de que fiz este assento por verdade. Aos dez de mayo do dito anno, Rio Grande de S. Pedro. O vigario José Carlos da Silva". Êste é o registo do verdadeiro Perico el Bailarin.

Consta do Livro 9, de Batizados no Rio-Grande à Fls. 263.

"Aos dezoito dias do mez de Agosto, do anno de mil oito centos e nove, nesta Freguezia de São Pedro do Rio Grande, de licença minha, no Oratorio de N. Senhora dos Prazeres, na

Fazenda de Pellotas, o Reverendo Francisco José de Macedo baptisou, e pos os Santos Olleos a Izaias, filho legitimo de Pedro Vieira, nactural da Ilha Graciosa, e de Maria da Conseição, nactural do Povo das Viboras no dominio de Montividéo — neto pela parte paterna de Manoel Vieira, e de Anna Aviz, naturaes da Ilha Graciosa — e pella parte materna de Manoel Pacheco, nactural da Ilha Terceira e de Clara da Conceição, natural do Rio de Janeiro — forão padrinhos o Tenente Francisco da Silva Assumpção, por procuração que apresentou João Gonçalves Baptista, e Rita Soares, viuva. E para constar, mandei fazer este assento, que assignei. — O Vigario Francisco Ignacio da Silveira."

No "Jornal do Comércio", do Rio-de-Janeiro, a 22 de julho de 1934, o emérito historiador Souza Docca, escreveu. [1] "O estudo **Um gaúcho Brasileiro,** do Dr. Fernando Osório é o mais completo trabalho até hoje publicado sôbre Pedro José Vieira."

Referia-se à modesta comunicação que tive a honra de apresentar ao Instituto Histórico do Rio-Grande-do-Sul, em 7 de maio de 1930, propondo uma homenagem ao agigantado farroupilha cuja glória parecia ter-se eclipsado na memória dos seus patrícios. Infelizmente ainda o Rio-Grande não ergueu uma placa que seja, uma coluna comemorativa a tão saliente personagem que foi um romanesco e heróico gaúcho brasileiro entre os próceres da liberdade, entre os iniciadores do movimento americano de emancipação.

O conceito pan-latinista do fogoso Bolivar, antes de ser uma altíssima fórmula política, havia sido "um intenso e vulgar, sentimento, que um ex-ministro de Bento Gonçalves, José da Silva Brandão traduzira de seu modo, deixando patente que a luta rio-grandense não era só uma luta particularista "a Causa Santa em que estamos empenhados, — disse êle em 1840, é a da liberdade universal do continente americano!

Foi legítimo reflexo, o levante farroupilha foi lógica resultância, foi natural continuïdade do amplo movimento que,

(1) Assuntos do Rio-Grande-do-Sul.
(2) Publicada em Pelotas, no "Diário Popular".

depois das revoltas dos Estados-Unidos e da França, abalava o Brasil e o Novo-Mundo.

Pela Pátria viver, morrer por ela; guerra fazer ao despotismo insano. A virtude seguir, calcar o vício: **Eis o dever e um livre Americano** ("Americano", publicado no Alegrete, no ano de 1842.)

Porto Alegre, 20 de Setembro de 1935.

PARECER

sôbre a tese "O Farrapo Pedro Vieira, "Perico el Bailarin" e seu americanismo", do dr. Fernando Luiz Osório.

Estuda o ilustre dr. Fernando Luiz Osório o mesmo e admirável rio-grandense, cuja vida d. Setembrino Pereda retraça a largas tintas. Será desnecessário para apreciar esta Memória repetir o que já ficou dito no parecer referente ao trabalho do ilustre historiador uruguaio, que contradita mesmo, certas conclusões do dr. Alfredo Varela em que o dr. Fernando Osório se estriba para desenvolver o seu trabalho. Sendo, pois, desnecessário alongarmo-nos na apreciação desta Memória, achamos ser uma excelente contribuïção para mais conhecidas tornar a vida e as obras de Perico el Bailarin.

Sala das Comissões, Pôrto-Alegre, 5-X-1935.

Assinados: **Aurélio Pôrto**, relator.
Afonso Guerreiro Lima.
F. Contreiras Rodrigues.

A AÇÃO E OS PROPÓSITOS ORGÂNICOS DOS FARRAPOS

Supremos objetivos da Jornada de 35

Fernando Luiz Osório

"Será elevado, em uma das praças públicas do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves e de seus gloriosos companheiros da cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, si antes a iniciativa particular não houver satisfeito êsse patriotico tributo."

(Artigo 8 da Constituïção Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, indicação do deputado Fernando Osório, pai).

A visão de conjunto é a condição filosófica da Sociologia. E para dar a sentir a jornada de 35, permanecendo fiéis à lógica dos acontecimentos que determinaram e condicionaram tão soberbo empenho regenerativo, na América de origem lusa, o que mais importa realçar — retumbante a fama da falange Farrapa, — é o sentido sociológico, o seu timbre ocidental, na vera história democrática do Novo-Mundo; são os seus traços culturais, para que todos os bons brasileiros concientemente, possam bendizer e exalçar, no estelário da glória nacional, os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, os supremos objetivos, as diretrizes efetivas, a que se votaram, com inteireza moral, pelas armas e pelo coração, subordinando a espada à inteligência — os evidentes paladinos de Piratiní, Gigantes maltrapilhos, descendentes de Tróia, que, das coxilhas visionárias, para não se-

rem escravos na sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da Pátria. Sempre que são violados os limites da variação que as leis naturais assinam a cada caso, realizam-se as insurreições, exatamente como fenomenos análogos à explosão de um aparelho industrial.

Em regra, as revoluções pelas armas "se originam na maldade ou no egoísmo ou na inépcia dos governos; e são evitadas pela pureza dos hábitos dos homens públicos". E os povos que não sabem defender a sua independência e liberdade, "merecem perder, tanto uma como outra", — pregoava "O Vigilante", de 18 de fevereiro de 1831, em Pôrto-Alegre.

AÇÃO E PROPÓSITOS ORGÂNICOS

"Partirão filosóficos princípios" desta excelsa República nascente" — disse o poeta farroupilha. ([1]) Tais princípios foram os que, no momento, animaram o pensamento transformador, no Ocidente, e de que estavam imbuídos os Farrapos da cultura e do estôfo moral de um Marciano Ribeiro, formado na Inglaterra, na Universidade de Edimburgo; de um Figueiredo Mascarenhas, formado na Universidade de Pisa; de um Francisco de Sá Brito, diplomado na primeira turma de juristas, no Brasil, em 1832, na Academia de São-Paulo; de um Domingos de Almeida, familiarizado com últimas generalizações filosóficas de Montesquieu, Rousseau, Beccaria, em matéria penal, etc.

Consagrando o espírito de americanismo, embebidos de brasilidade, esses homéridas de 35 não compreenderam um mero episódio regional, particularista, não promoveram, no quadro social da América, uma simples troca de nomes e de homens, destas experiências revolucionárias falhas de rumo sociológico, de sentido ideal, que esterilizam as energias de um povo. Os nossos maiores gravaram em tábuas de bronze a compreensão que tinham de magnos problemas, no terreno social, no aspecto político, no campo moral. Júlio de Castilhos, em artigo n'"A Federação", de 29 de setembro de 1889, denunciou a obra dos fabricadores de narrativas

(1) Sebastião Xavier.

cortesãs e de crônicas palacianas que empreenderam nas suas memórias "inspiradas pela cortesania áulica, a falsificação calculada da história do nosso passado revolucionário, deprimindo os heróis e o sentido imaculado da revolução rio-grandense, descrita como uma estrepitosa expansão de caudilhagem turbulenta e viciosa.

E, para cumprir o dever "nas temerosas crises do presente, os indivíduos e os povos vão haurir fôrças na lição do passado".

Êles compreenderam a atividade política com o ideal moral, êsse "que traz consigo as satisfações do espírito, da razão e do coração", sobreposto às preocupações, do materialismo abjeto. Grandes problemas divisaram, idéias e intuitos mantiveram, por atos e palavras, numa exemplificação assombrosa, edificante, de bravura e de honra, de renúncia, de sacrifício e tenacidade. Para unidade de direção e coordenação de fôrças, designaram um chefe; para a elaboração de um estatuto fundamental do Estado, elegeram uma Assembléia Constituinte, considerada berço do direito republicano no Brasil; constituíram um govêrno regular com discriminação, por ministérios, dos serviços públicos exercitaram a atividade social e pública da administração, promovendo a instrução popular, melhoramentos de ordem material, a arrecadação de impostos, o policiamento urbano e rural, etc., tudo com probidoso escrúpulo e grande descortino.

E, assentando em bases de direito a mais generosa, humana, das revoluções, no qualificativo do egrégio repúblico Domingos de Almeida, ergueram tão alto o coração e o espírito, numa profecia de civismo, como videntes ou precursores, que ficaram quasi ao nivel "do que tem de mais elevado e promissor o século atual", previsores e iluminados "em mais de um tema, antecipando-se a ciclos distantes e ainda porvindouros".

COMO DEFINIAM OS DEVERES DO HOMEM LIVRE

"Vamos entrar na luta maior que a liberdade tem sustentado desde a Revolução de Tiradentes", — vaticinava o

patriota e mártir farroupilha Francisco Xavier Ferreira, em seu jornal "O Noticiador", a 24 de julho de 1834, em cujas colunas lia-se, a 9 de fevereiro de 36: — "Homens da Revolução de 20 de setembro! Vós fizestes a Revolução para desaparecer da Província a arbitrariedade e reviver o império da lei".

E no preâmbulo do ato legislativo promulgado em Piratiní, a 19 de janeiro de 1841, estava escrito: — "A boa administração da justiça é o fundamento do Edifício Social e o mais forte baluarte da Liberdade". E entendia o grande e precatado general João Antônio da Silveira: — Para sermos livres, precisamos ser justos". E os deveres do homem livre, — êles assim os definiram, como "as virtudes características do verdadeiro republicano", no dizer do ministro farroupilha Manoel Lucas de Oliveira: "valentia nos combates, amigo da ordem, respeitador dos direitos do cidadão e grande inimigo do arbítrio".

Aos que colocavam o Imperador acima de tudo, respondeu o moço pôrto-alegrense José Apolinário Pereira de Morais, pelo seu jornal "O Vigilante", a 21 de fevereiro de 1831: — "Não é êle mais de que um delegado da Nação, o primeiro empregado público, por ela pago para dirigir os demais empregados, não segundo seu capricho ou arbítrio e sim seguindo as regras por ela estabelecidas". Na Assembléia Constituinte, requereu o deputado Alencastro, a 9 de janeiro de 1843, que se marcasse o tratamento que deviam ter o presidente do Estado e tôdas as autoridades, pois lhe parecia que num país livre as Excelências eram contrárias aos princípios republicanos.

O VOTO A DESCOBERTO

Adotou a República Rio-Grandense o voto a descoberto, pondo-o em prática na escolha dos primeiros constituintes que, na capital da mesma República, vila do Alegrete, se reüniram em primeira sessão preparatória, a 29 de novembro de 1842. Correu a eleição "livre e honestamente, como ne-

nhuma outra havia ainda corrido na privíncia", segundo os contemporâneos, decretos e comunicações oficiais do jornal "O Povo".

E um dos maiores estadistas do Império, o senador José Antônio Saraiva, diria, no Congresso Nacional, a 2 de setembro de 1891: — "O voto secreto só protege aos que querem negociar com o seu direito de votar e os que prometem ao govêrno o seu voto, e o vendem à oposição e viceversa". Ao passo que o voto a descoberto moraliza, eleva, educa, dá responsabilidade, o voto sigilar institue a traição, a cobardia, estimula as transações indecorosas, cria o regime da irresponsabilidade. Roma foi grande com o voto público e decaiu com o voto secreto. A República é o regime da publicidade, da responsabilidade de governos e governados.

Tratando-se das instruções baixadas pelo ministro Domingos José de Almeida, a 14 de fevereiro de 1840, de Caçapava, para as eleições, comentou o jurista emérito: — "Curioso é que as disposições prescrevendo o voto a descoberto e por procuração, fôssem taxadas de extravagante novidade, quando o venerável Apóstolo Positivista apresentou suas emendas ao projeto de Constituïção Política da República Brasileira. Vê-se agora que não há novidade nenhuma nesse processo: o que o Apostolado concebera para dignificar a função eleitoral, já, sem êle o saber, havia sido pôsto em prática na escolha dos primeiros constituintes do Rio-Grande". E a 1.° de dezembro de 1842 instalava-se, por fim, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa não como um desejo fortuito, mas como uma idéia que nascera após o combate do Seival, com a proclamação da República; que crescera com as exigências de um govêrno definitivo e que, mau grado as dificuldades quasi insuperáveis da situação militar, viera, por fim, concretizar-se na forma dos seus trabalhos, que consagraram a forma federativa republicana e até mesmo, na opinião de Felisbelo Freire, a "frase embrionária do regime presidencial".

O OBJETIVO ESSENCIAL: O POVO

Na proclamação dirigida aos rio-grandenses, a 9 de janeiro de 1843, pelo presidente da Assembléia Constituinte, padre Hildebrando de Freitas Pedroso, — como um dos princípios e condições do novo Pacto Social, enumerava-se a correspondência e harmonia dos direitos com os deveres do Cidadão, o bem estar da sociedade garantido pela responsabilidade dos funcionários. Basta êste traço por excelência digno de considerar-se o mais original do movimento farroupilha, na compreensão maravilhosa de que "não admitem dilações" a ignorância, o sofrimento, a miséria das massas. — "Uma tal Revolução feita em nome da República importa em alguma coisa mais do que a mudança nas formas governativas. Os tempos exigem mais, Revolução presentemente, é inovação em tôdas as molas sociais, e seu objeto supremo, essencial — o **Povo**; cuja **dignidade** é preciso que seja realçada conciente alfim de seus direitos e deveres. O Povo que necessita conhecer todos os seus direitos para sabê-los defender com nobreza e necessita aprender quais são os seus deveres para sabê-los respeitar". (Cit. fôlha oficial, "O Povo", de 2 de maio de 1840).

Já um representante diplomático dos Farrapos, o austero homem de letras, espírito de filósofo, Antônio Manoel Corrêa da Câmara, observara que os rio-grandenses eram geralmente talentosos e aptos para cultivar as ciências e que a massa do povo era muito sensata e lhe sobrava penetração para rejeitar o mau e escolher o bom, isto é, embora a comunhão não dispusesse de vastas luzes, "tinha a luz bastante para cotejar a definir as suas preferências ou inclinações" e isso era o essencial, segundo o fundador da Sociologia, para o exame das coisas públicas.

Contava o nobre ministro farroupilha Manuel Lucas de Oliveira merecer a coadjuvação dos bons cidadãos, enquanto marchasse no caminho da Liberdade, da Lei e da Justiça, "porque dos maus nem quero os sufrágios, nem a aliança". (Carta de 25 de março de 1842). E José Pinheiro de Ulhoa Cintra, que também foi ministro de diversas pastas e repre-

sentante diplomático dos Farrapos, escreveu: — "Construir um formoso templo à Justiça, levantar os alicerces de uma República Federal e bem construída sôbre as ruínas do trono imperial, é o nosso dever, concebermos a grandeza dessa união, mas, para consumar uma obra tão grandiosa, estamos decididos a fazer tôda a classe de sacrifícios, contamos com os votos e simpatias de todos os brasileiros".

PLANO DE REDENÇÃO DOS ESCRAVOS

Prova, no círculo das idéias, o critério amplo, o elevado espírito de fraternidade e de justiça daquelas figuras de legenda o plano que conceberam de abolição do cativeiro. E êsse projeto de liberdade geral dos escravos foi em plena Assembléia Constituinte Rio-Grandense, apresentado pelo deputado José Mariano de Matos, um dos Farrapos "da mais bela e larga fôlha de serviços", entre os que procuraram resolver o magno problema de ordem social por um regime digno de todos, limpo de iniquidades. Os escravos haviam tomado armas, ombreando com êles. Tinham sido arregimentados em Pelotas, e dessa "audaz inovação, os farrapos vieram, dentro em pouco, a se ufanar, deveras, com muito fundamento". Aos negros, convocara, para o pátrio serviço, o intrépido general João Manuel, criando o 1º corpo de lanceiros da 1.ª linha, com elementos pessoais dessa origem, corpo classificado de "incomparável" por Garibaldi, em suas Memórias, constituído de praças escolhidas entre os mais seletos domadores de cavalos na Província. "Peritíssimos cavaleiros". sôbre serem "eminentemente sóbrios", patenteavam uma inaudita coragem" os pretos a quem a Revolução "abria as portas da Cidade política e Civil". (Correspondência no "Jornal", de 9 de outubro de 1839).

No combate de Porongos, em que entrou o regimento de lanceiros do bravo Teixeira Nunes, oitenta por cento dos mortos que ficaram no campo eram negros que haviam dado o alarma, ao empenhar-se a ação, e que salvaram a honra do exército republicano.

Mandara o comandante das armas João Manuel, a 12 de

setembro de 1836, que se "declarassem para sempre libertos" os que fôssem assentar praça "dando serviços à Pátria".

A abolição do cativeiro fôra o sonho do velho Liberal e mártir farroupilha Xavier Ferreira, no seu jornal "O Noticiador", em 32, o primeiro jornal rio-grandense que se pronunciou francamente contra o tráfico de africanos e contrabando de escravos, verberando-o com energia em quasi todos os números.

Desde 1817, Gonçalves Chaves propusera, em suas Memórias Economo-Políticas meios de abolir no Brasil a escravidão.E já no torrão gaúcho, em 1803, Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos tivera a prioridade de dar o grito republicano e de libertação dos escravos, na vila de Cachoeira, gesto que repetiu em 1820. Quando Álvares Machado, presidente da Província em 1840, entabolou negociações para a pacificação, houve um ponto obscuro: os escravos revolucionários. Êle não propugnou a alforria e daí a resposta de que, então, no Rio-Grande continuaria a guerra, não podendo voltar aos grilhões os negros que há cinco anos lutavam pela liberdade na América.

Finalmente, Antônio Vicente da Fontoura, o Embaixador da Paz, volvendo do Rio-de-Janeiro, apresentou em Ponche Verde, a 25 de fevereiro de 1845, entre as cláusulas aceitas, no dia 28 seguinte, de modo definitivo: — 4.ª São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a Revolução".

Esta cláusula, considerou-a Antônio Vicente uma condição "sine qua non", perante o ministério reünido, no Rio-de-Janeiro, para a pacificação.

A África nos trouxe o braço trabalhador, a dedicação servil, a ternura da sua gente, o leite que havia de criar gerações; era a lição da raça heróica e infeliz, pagando o mal com o bem, agrupada em tôrno de um ideal que no Brasil, nos deu a conciência de Pátria na guerra holandesa e na epopéia do Paraguai vindicou a civilização americana, para o que não se fazia questão de côr... No combate de Camaquam, quando pareciam perdidos Garibaldi e seus heróicos companheiros, foi um negro, Procópio, quem alvejando Francisco Pe-

dro, decidiu da sorte dos Farrapos. E ficaram como símbolos o corneteiro fiel que acompanhou até o derradeiro instante Bento Gonçalves, — Antônio Ribeiro, — e aquele negro que, arrancado à morte por Anita, a Joana D'Arc Farroupilha, se tornou, por gratidão, o dedicado servo que morreu no cêrco de Roma, na última sortida Garibaldina. E' verdade que a revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que, no Prata, em 1833, Darwin notava que o acampamento de Rosas era quasi todo de origem negra ou índia. Mas si na criação do tipo rio-grandense contribuiu por excelência a raça latina, representada pelo português, com o privilégio de ter sido o Rio-Grande colonizado pelos casais açorianos, — que trouxeram "as qualidades e a feição pura da sua estirpe engrandecida no devassamento do oceano e conquista das terras longínquas", — não é menos verdade que foi precioso e inolvidável o concurso que nos trouxe a raça preta, a cujo contacto afetivo tornou-se ainda melhor o coração rio-grandense.

Disse Saint-Hilaire que a capitania do Rio-Grande era a parte do Brasil onde os escravos eram mais felizes, com êles trabalhando os senhores; em lugar nenhum do mundo um povo idealizou a apoteose, a santificação do martírio da raça preta como o povo gaúcho, provando a riqueza moral de que é dotado no culto, singelo e tocante, genuïnamente nosso, do Negrinho do Pastoreio, gênio bom, nimbado de sobrehumana luz, perpetuando-se em desinterêsse, em generosidade, como a própria imagem do passado do Rio-Grande !

A INTEIREZA MORAL

Tinham os Farrapos brio e pundonor, verdadeiro culto pela palavra dada, profundo respeito pelas virtudes morais. "Não esqueçamos, — bradava o orgão oficial "O Povo", a 19 de setembro de 38, — que o princípio vital da República é a virtude".

Despachou um requerimento Domingos de Almeida nestas firmes palavras, a 28 de agôsto de 38: — "O govêrno do he-

róico povo Rio-grandense jamais se afastará da senda da honra e dos princípios republicanos adotados pela Nação".

Doutrinavam os versos do Hino ao 20 de setembro.

Não basta para viver livre,
Ser forte, aguerrido e bravo:
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo !

Foi límpida a honestidade dos homens de 35, cujos principais chefes entraram para a revolução abastados e saíram paupérrimos. Bento Gonçalves e João Antônio "morreram na miséria, cercados de respeito e de bênçãos" ! Neto e Canabarro foram mais tarde ricos, porém, — à custa do seu trabalho. O primeiro chefe do novel Estado, Vasconcelos Jardim, evangélica figura, outrora abastado proprietário, acabou quasi reduzido à penúria, e, por seu devotamento à causa, lhe decretou o govêrno uma mesada de 30 mil réis.

A honradez individual de Domingos de Almeida levou-o, depois da paz, a apresentar aos seus credores um balanço de seus bens em que estavam incluídos os brincos de sua espôsa e o seu relógio de algibeira. Certa vez, em Camaquam, o farrapo Amaral Ferrador "punho afeito à espada", aprisionou vários legalistas, deliberando mandá-los fuzilar por motivo que devia ser poderoso, atentos os raros casos de tal severidade. Ia a ordem executar-se, quando os incumbidos do castigo, descobrem que um dos condenados trazia um cinto recheado de onças de ouro, sendo logo prevenido o chefe da fôrça. Não se demorou a contra-ordem: — "Soltem-nos; não quero que se diga que os republicanos os mataram para roubar". O ministro Domingos de Almeida "não tinha amigos, dizia êle, em se tratando de negócios públicos". E, primorosamente, Bento Gonçalves definiu o sacro empenho a que se votou, nestas palavras: — "A Moral é a base da felicidade pública e privada, e a nós que temos por norte estes objetos sagrados, cumpre o dever de sustentá-la. Virtuosos patrícios que, mal favorecidos dos bens de fortuna em serviço da Pátria sofreis tôda classe de privações com uma resistência digna de admi-

ração, recebei os encômios devidos à vossa honrosa pobreza. Constância, valor e moralidade, e salva será a Pátria; cobertos então de bênçãos volvereis a vossas famílias, e sabereis inspirar-lhes o amor da virtude"... (Proclamação de 24 de março de 36, campo em marcha no Passo-do-Barreto).

ESPÍRITO DE RENÚNCIA E SACRIFÍCIO

Atendendo às dificuldades em que se achavam os cofres públicos, o deputado Pedro José de Almeida, em sessão de 9 de março de 1836, requereu que a Assembléia fizesse o sacrifício de não aceitar desde 1.º de março em diante o subsídio, que lhe competia; passando, êle, a oferecer à causa da liberdade o seu subsídio de deputado desde 26 de janeiro. Sendo apoiado, foi lido o requerimento, já sôbre a mesa, assinado por Martins Bastos, Domingos de Almeida, Xavier Ferreira e Lobato, no mesmo sentido, pedindo também para assiná-lo os deputados Chagas Martins, Marciano Ribeiro, Ulhoa Cintra, Serafim França e Antônio Pereira Ribeiro. Eram cheios de um grande espírito de renúncia os homens de 35. Bento Gonçalves para que cessasse, em dado momento, a discórdia que punha em risco o Estado, passou a presidência a Vasconcelos Jardim, depondo nas mãos de seus opositores as mais altas funções civís e militares, e reverteu ao exército, em um comando secundário, seguindo, à frente de seus fiéis e leais combatentes, para o campo da luta, em busca do inimigo. Na terrível retirada por Cima-da-Serra, as fôrças de Bento Gonçalves foram ter completamente nuas à Campanha, sem lhes vir a idéia da deserção para os acampamentos imperiais. Fôra provação terrível o trânsito pelas brenhas, a ponto de lhes servir de alimento o couro molhado e raízes de árvores, vendo-se a pé, enfraquecidos, — mais farrapos do que nunca. Fale o recanto da Caieira dos 30 legalistas que foram rechassados por 3 soldados livres da Revolução — Manduca Carvalho, Policarpo e Sezefredo de Mesquita ! E Tobias dos Santos só bastava à sua terra, o sublime farroupilha que, para cumprir a sua palavra, de não entregar importantes documentos ao inimigo, — ao ser acometido, nas águas de São Gonçalo,

em combate desigual preferiu tocar fogo aos paióis, indo ter o seu corpo à praia mais vizinha, carbonizado, nos braços da espôsa que o acompanhava e a quem se unira para morrer... numa explosão de apoteose... pairando sôbre o esquife luminoso círios de estrêlas cintilantes".

ANTI-MILITARISMO DOS FARRAPOS

Contràrios a ditaduras, de casaca ou de farda, não queriam os Farrapos exército permanente, dispostos a manter uma simples milícia e só admitindo exceção ùnicamente para corpos especialíssimos.

Preferiam a nação arregimentada segundo o livre regime suiço. Eis o que categòricamente, asseverou a palavra oficial, no Decreto de 16 de novembro de 1839: — "Expulsos os monárquicos, será dispensado o complexo das classes ativas, tôda a mencionada 1.ª linha, exceto as unidades insusceptíveis de improvização, os "corpos científicos" e o mais que o corpo legislativo repute imprescindível.

Os oficiais e inferiores, si bem dissolvido e extinto o pé de guerra, conservarão as vantagens de que gozavam. As praças, depois de haverem os pagamentos em atrazo, terão baixa, com direito a preferência em empregos para que estiverem aptas, e a partilha por dotações, pelo Estado, dos terrenos devolutos ou do domínio nacional, em prêmio de seus serviços". Quem não vê, nesse decreto, o mesmo pensamento da então nascente filosofia positiva ? (4.º volume de Augusto Comte, Política Positiva).

Os oficiais e soldados que tomaram parte no movimento de 20 de setembro constituíram as fôrças de linha quando se organizou o exército. E o autorizado periódico "Recopilador-Liberal", órgão farroupilha, expôs o pensamento da revolução sôbre as fôrças armadas, mostrando a necessidade de não roubar muitos braços à lavoura. E admiráveis mostras de espírito civil deram os nossos maiores. "Nem sociedades militares, nem espírito de classes nem preconceitos mesquinhos nem ideais recolonizadores — escrevia, em 8 de janeiro de 34, o prócer Xavier Ferreira — podem no Brasil superar

os grandes interêsses da Liberdade, o sentimento imortal da nacionalidade". O brado de Souza Neto proclamando a República, não fôra um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Êle e os que o cercavam "compreendendo a grandiosidade do momento, eram cidadãos armados, não eram soldados". Como oficial de milícia Neto apenas podia dispor na sua fôrça de 8 praças de linha. E em nada influiu o militarismo na escolha para chefe de Estado, sendo eleito Bento Gonçalves, que estava ausente, nas mãos do inimigo, sem possibilidade de fazer pressão sôbre os eleitos. Já no momento dessa eleição, ao dar o seu voto, na vila segrada de Piratiní, João Manuel de Lima e Silva, então ínclito general em chefe e que tão preponderante papel desempenhou na gênese e organização da república, não podendo comparecer ao ato, devido ao seu grave ferimento do combate de Pelotas, oficiou dizendo que não desejava investir um militar na suprema magistratura, e, nada querendo para si, indicou o nome do cidadão Inácio de Oliveira Guimarães, para que o sufragassem os principais chefes militares e os mais eminentes próceres que, a chamado dêle, João Manuel, alí tinham convergido. Eleito Bento Gonçalves, o general-presidente timbrou em manifestar, por seus hábitos, por um procedimento sistemático, que subordinava sempre o exercício das armas à prática dos deveres do cidadão e que o povo rio-grandense tinha que ver no seu presidente "menos o glorioso cabo de guerra, do que o magistrado civil". Andava Bento Gonçalves quasi sempre de vestuário paisano, segundo um depoïmento de seu filho Joaquim Gonçalves. E assim êle apareceu nas maiores solenidades da República de Piratiní. Nunca usou fardão, embora o possuísse com medalhas e condecorações ganhas com sacrifício e bravura na defesa da Pátria.

Era o austero general de uma simplicidade antiga. Preferia usar muito cômodamente jaqueta de brim e raramente jaqueta militar, sem a mínima insígnia, — de pano de lã azul ou verde. Quando se apresentou à porta da Assembléia Constituinte, envergava casaca, sem distintivo militar, — e com essa "republicana modéstia", — narra a história, — foi in-

troduzido no recinto pela comissão para isto nomeada. E, alí, em face do povo, vibrantemente, declarou antever o renascimento da época da Justiça e da Liberdade para a terra brasileira!

O RUMO REPUBLICANO

Percorriam a sociedade várias correntes de opinião: os centralizadores (legalistas extremados), os legalistas moderados, os revolucionários republicanos e os moderados.

Influíram, sèriamente, no ânimo popular os jornais combativos que antecederam a revolta e que prègavam as reformas dos costumes políticos da época, redigidos por vários rio-grandenses e brasileiros de outras províncias, antes de chegar ao Rio-Grande Tito Livio Zambicari, colaborador no "Republicano" (1834); desde 1832 doutrinava no "Recopilador Liberal" o jornalista Magalhães Calvet, salientando-se, ainda nesta preparação e defesa dos princípios liberais, vultos como Vicente Ferreira Gomes, Mateus Gomes Viana, Lourenço de Castro, Francisco Xavier Ferreira, padre Chagas, Sebastião Xavier do Amaral, e tantos outros, notadamente Pedro José de Almeida, o Marat Farroupilha.

Combatiam o govêrno de mãos dadas com o partido português para oprimir os rio-grandenses, com impostos iníquos e exagerados que arruïnavam as indústrias, e repetidos saques, a favor de certas províncias, empobrecendo o tesouro a injustiça política do império.

Eis porque o "Continentista", a 17 de agôsto, antes do memorável 20 de setembro, publicava a declaração do povo da Virgínia, de 1776, insurgindo-se contra o govêrno inglês: — "Cada vez que um govêrno fôr conhecido como incapaz de preencher os grandes fins para que o povo o investiu do poder, ou que lhe seja contrário a maioria da nação tem o direito indubitável, inabalável e inalterável de abolí-lo, substituí-lo e reformá-lo, da maneira que julgar conveniente ao bem público".

Assim a imprensa preparou a alma popular para a acei-

tação ulterior do regime democrático da idéia federativa, na segunda fase atingida pela gloriosa cruzada.

Disse o tenente Osório, em carta a seu pai, em 35, — "a revolução de setembro de que fui soldado, não se fêz para separar do império a província do Rio-Grande, nem para dar-lhe um govêrno republicano, — mas para pôr termo à pessima administração que a ofendia, administração inepta e facciosa, conforme o Manifesto de Bento Gonçalves, expendendo o objetivo da revolução, a 29 de setembro de 35.

Pela primeira vez, se definiu, em claro programa o sonho democrático dos Farrapos, na cidade de Pelotas, após o combate do rio de São-Gonçalo, de 2 de junho de 1836.

Ferido nesse combate, o chefe dos revolucionários, o intrépido João Manuel de Lima e Silva, no rosto, por um tiro de bordo, foi transportado em padiola para a residência do grande industrial, amantíssimo pelotense adotivo Domingos de Almeida. E decisivos foram os efeitos advindos dêsse encontro em Pelotas dos dois próceres que, em largo convívio, versaram os temas cívicos e doutrinários, privados e públicos, do glorioso movimento. Aí se reüniram Almeida e João Manuel no instante preciso para o grande passo oportuno e necessário, — o de promover a proclamação da República na gleba gaúcha, com "a dupla missão de ligar por princípios superiores os rio-grandenses e convocar os outros brasileiros para a grande obra da livre organização da Pátria comum". Para aceitar as responsabilidades dessa proclamação, foi o precatado Almeida, homem de gabinete, instigado pelo entusiasta João Manuel, jovem e ativo agitador republicano que, em Pôrto-Alegre, montou, na sua própria casa, uma tipografia, publicando o jornal "Continentino", com o dístico — "quando se trata da salvação da Pátria, não consultai, expondo a vida". Em tal momento, longe estava Bento Gonçelves; e Almeida e João Manuel incumbiram emissários de confiança da tarefa delicada de, junto do coronel Souza Neto resolveram estabelecer, proclamar e defender a República Farroupilha. Êsses emissários, amigos e companheiros de fileiras de Neto (que, em carta de 29 de dezembro de 35, à Câmara municipal de Pelotas, declarara não acreditar que o dimi-

nuto partido republicano podesse separar o Rio-Grande do Brasil) êsses emissários foram Joaquim Pedro Soares, rio-grandense "distinto pela inteligência e pelos dotes de coração" de nome já respeitado desde os primeiros dias da guerra, militar, capaz, braço direito de Neto; e Manuel Lucas de Oliveira que "tanto brilhou com o decurso do tempo" e José Saens Calengo, grande amigo dos Farrapos.

Sob êsse influxo poderoso, Neto compreendeu a grandiosidade do momento, em que a revolução, em conseqüência da vitória do Seival, passou a ter uma clara e definida orientação lógica, não mais oscilando entre uma reconciliação com o império, com o reconhecimento dos princípios liberais, e a separação do Rio-Grande, como meio de se constituir a República no Brasil.

A-pesar da gravidade do seu ferimento, João Manuel se entregara todo ao serviço da reorganização do exército, em agôsto de 36, e, no dia 20 desse mês, deixara Pelotas (como noticiou "O Povo", n. 111) chegando a Piratiní a 2 de novembro e a 6 muito cooperando para a instalação do govêrno do novo Estado solenemente proclamado.

E Domingos de Almeida, sem ter sido antes nm homem de guerra, foi, pelo seu devotamento, transformado num tipo admirável de organizador que salvou o núcleo do exército sito em Pelotas, como um gênio prático improvisador, a figura que se sobrepôs, pelas suas virtudes de estadista, de cujo nobre caráter e crenças livres, falou com veneração, um dia, o ínclito Félix da Cunha.

DEFENSORES DA MELHOR FORMA DE GOVÊRNO

Se é por sucessão constante das lutas dos indivíduos e das classes para dilatar o campo de suas atividades, que se traduz a evolução política humana; se o govêrno não deve existir para certa classe de pessoas e sim para o povo; se a ordem é necessidade indeclinável da vida coletiva, assim como a liberdade é a atmosfera própria do homem, é bem supremo do homem social; se, portanto, o ideal do Estado deve ser a segurança da liberdade dentro da ordem; que forma de go-

vêrno pode haver que melhor satisfaça às exigências nacionais da nossa vida corporativa — do que a Democracia ?

A pergunta é de um jurista filósofo que ainda em nossos dias, cita a opinião de valorosos defensores da forma liberal de govêrno, como os insignes cultores do direito Barthelemy, Parodi, Basch, que no oitavo Congresso Internacional de Filosofia reünido em Praga, em setembro de 1934, fizeram sentir que o regime da razão social e da justiça é a Democracia. Sob o aspecto mais geral em que se encara a fisionomia da história, definiu-se a alteração, o ritmo de períodos de agitação do liberalismo e do reacionarismo como sendo, no evolver gradual dos povos, a manifestação da tendência dos espíritos e da sociedade para um regime de estabilidade final em que o progresso não seja a anarquia, a febre revolucionária em delírio de novidades, e a ordem seja a rotina estéril, a apatia, a retrogradação, no eterno conflito que emerge da história, o choque entre as fôrças de coordenação e destruïção. Achar uma tal forma de progresso e um tal princípio de ordem, em que se conciliem a autoridade e a liberdade, — foi o pensamento da Sociologia, deduzido do exame da continuïdade histórica, observando-se as sucessivas formas de govêrno, até vir a Democracia destinada a operar as grandes reformas sociais na luta travada contra o empirismo. Queriam os Farrapos instituir a federação democrática, tomando como modêlo a Constituïção dos Estados-Unidos-da-America-do-Norte, de 17 de setembro de 1787, que fôra estabelecida para substituir o regime confederativo, visando os americanos constituir, com êsse novo sistema de govêrno, uma União mais perfeita, segundo os próprios termos do preâmbulo dêsse importante documento político.

A UNIDADE FEDERAL DA PÁTRIA

Ao seu amadurecimento chegara a evolução política do povo gaúcho. Em 1832, ganhou maior impulso o partido que pugnava pelo ideal federativo, com a chegada a Pôrto-Alegre de um membro dos clubes revolucionários do Rio-de-Janeiro, o tenente de artilharia Luiz José dos Reis Alpoim, depois um

dos principais elementos no preparo e na explosão da guerra dos Farrapos.

Já em 1831, pelas colunas do "Constitucional Rio-Grandense", Pedro José de Almeida, o Marat Farroupilha, bradava: — "Só a federação poderá livrar esta Província das arpias que a Côrte nos manda". E outro jornal, "O Recopilador Liberal", proclamava, em 1832, em Pôrto-Alegre: — "Faça-se a Federação Republicana, e eis o remédio aos males da Pátria".

E não só pela imprensa, pela tribuna pública e nas eleições, vinham sendo propagadas no Rio-Grande-do-Sul as idéias democráticas.

E' interessante notar que já em Coimbra havia uma sociedade secreta, intitulada "Gruta", composta exclusivamente de brasileiros, que tinha por fim, ao regressarem ao Brasil, promover a proclamação da República, contando entre seus membros Cândido Batista de Oliveira, José Araújo Ribeiro, Antônio Vieira Braga, Antônio Rodrigues Fernandes Braga e outras personalidades, que depois do ato de 7 de abril tanto influíram sôbre os destinos nacionais.

Com a idéia genuïnamente americana de federação e "também filha do intenso localismo ou provincialismo brasileiro", entrou em choque a idéia romana de império, herança da cultura portuguesa.

Chamava-se "Cruzada da Liberdade" outra sociedade secreta, com sede no Rio-de-Janeiro e filiais em Pernambuco, São-Paulo e Rio-Grande-do-Sul, correspondendo-se com suas congêneres existentes em París.

Tinha por fim instituir o regime republicano, segundo uma carta, datada de Washington, em 5 de novembro de 1839, de Ernesto Ferreira França ao ministro da Justiça, no Brasil.

Em suma, tanto persistiu no Rio-Grande a idéia de federação republicana, que pouco antes de assinada a paz definitiva, era enviado ao Rio-de-Janeiro o dr. Joaquim Vieira da Cunha, propondo a paz, mediante a federação, o respeito ao nosso sentimento autonômico, que o império acabaria reconhecendo, como um meio têrmo, um estado de equilíbrio entre os dois sentimentos, o nacional e o provincial, na alma gaúcha.

BRASILIDADE

Não podia deixar de ser a epopéia dos Farrapos o reflexo dos dotes de alma de todos os ínclitos guerrilheiros do Pampa, isto é, da grande alma brasileira dos rio-grandenses.

Três anos antes do memorável 20 de setembro, o dr. Marciano Pereira Ribeiro, preclaro prócer da propaganda, formado na Inglaterra, traçava a orientação que efetivamente teve o movimento rio-grandense, dizendo que êste não deveria perder nunca o seu caráter eminentemente nacional e sim apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileiros.

E o insuspeito historiador Antônio Diaz, em sua "Historia politica y militar de las Republicas del Plata", com justeza asseverou: — "Bento Gonçalves como Brasileiro no pensó jamás en otra politica que la que dirigia al punto objectivo exclusivamente brasileiro republicano". Pertencem ao ciclo dessa Grande Revolução — defensores do Brasil, generais e estadistas que "viveram e formaram seu caráter no ambiente dessa grande era", — acima de tudo Brasileiros, como Osório, Andrade Neves, Canabarro, Pôrto-Alegre, Joaquim Caetano da Silva... Jamais foram pactuadas uniões políticas nos tratados celebrados pelos Farrapos com alguns chefes das Províncias dos países vizinhos e sim "alianças ofensivas e defensivas e reciprocidade de auxílios e de concessões de vantagens, sem perda da soberania das partes contratantes". Bento Gonçalves exclamou: — "Ah ! nem eu nem os rio-grandenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. Tempo virá em que, por fatos, possa convencer-vos desta verdade", (carta a Mena Barreto, de 15 de março de 1840).

Numerosos brasileiros, filhos de outras províncias, como São-Paulo, Rio-de-Janeiro, Minas, Santa-Catarina, Alagoas, se identificaram com a causa farroupilha, — para a vida e para a morte !

AMOR AO ENSINO E À EDUCAÇÃO

Promoveram os Farrapos a instrução pública, entre os principais objetivos de sua administração, exortando às Câmaras Municipais, em circular de 1.º de agôsto de 1838, a proverem tôdas as populações de professores de instrução primária, pela compreensão que tinham da Democracia baseada na difusão das luzes e da moral. Às Mães rio-grandenses um poeta popular da época recomendava :

Oh ! mimosas farroupilhas,
Cuidai bem vossos filhinhos,
Que a Pátria muito precisa
Dêsses mimosos bracinhos !

Dispôs o Projeto Constitucional, de 3 de fevereiro de 1843, no artigo 228: — "A Constituïção assegura e garante — a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos: Colégios, Academias e Universidades, aonde se ensinem as Ciencias, Belas Letras, e Artes". Êles, os inimitáveis centauros de 35, buscaram defrontar o problema da emancipação das conciências, por meio de um ensino adequado, "dando preclaras mostras de que tinham alentos ou descortino para intentá-lo com êxito". Frisaram: — "A República é para nós uma absoluta necessidade. Nós, porém, sabemos, e muito bem, que a multidão, a quem um instinto político revela como excelente entre os governos, o do Povo, não pode de um golpe abranger tôda sua vastidão, calcular tôdas as suas vantagens, e compreender todos os seus deveres. Para isso se necessita de uma verdadeira educação republicana, a qual sòmente um govêrno verdadeiramente republicano pode dar, e deve ativamente promover. (Vide n. de 2 de maio, de 1840, "O Povo").

Já a 29 de dezembro de 1835 foi sancionada pelo presidente do Rio-Grande Dr. Marciano Pereira Ribeiro, a lei n. 4 decretada pela Assembléia Legislativa (conforme publicou "O Mensageiro", em seu número 21, de 15 de janeiro de 1836), dividindo em três graus a Instrução Primária: no 1.º, devendo ensinar-se a ler e escrever pelo método de Lancaster, as qua-

tro operações de arimética, e os princípios genéricos dos deveres morais e religiosos; no 2.º grau, a gramática da lingua nacional, arimética até às proporções, suas aplicações ao comércio; no 3.º grau, elementos de geografia, noções gerais de geometria teórica e prática, e suas aplicações ao desenho linear e agrimensura. Afim de estabelecer quanto antes uma Escola Normal em Pôrto-Alegre, autorizava o govêrno a contratar dois cidadãos brasileiros para irem instruir-se no melhor método de ensino, dentro ou fora do Brasil. Estabelecida a Escola Normal, seriam nela habilitados os que pretendessem seguir o magistério, devendo ser destinado um edifício público ou construída uma casa própria para o funcionamento da Escola, cujos diretores venceriam o ordenado anual de... 1:200$000 e uma gratificação até 300$000, por merecimento, devendo dar conta ao presidente, todos os meses, da conduta de seus alunos. Consta esta lei de 28 artigos. Estipulava os ordenados de 400$000 a 600$000 para os professores das escolas de primeiro grau; de 500$000 a 700$000, para os de 2.º; e de 600$000 a 800$000 para os de 3.º grau. E foi constante a preocupação dos homens de 35 de efetivar a criação de escolas, como se verifica compulsando a coleção do órgão oficial "O Povo". Preferia o govêrno farroupilha reduzir as rações de carne dos seus soldados, a deixar de dar um professor à mocidade, — como se vê do ofício de 5 de novembro de 1838, enviado pelo Ministro da Fazenda, em Piratiní, ao general Bento Manuel, então comandante das divisões da direita e do centro do exército republicano; bem como se verifica do ofício, na mesma data, enviado por Domingos José de Almeida ao inspetor geral do tesouro público do novel Estado.

À vista dos parcos recursos monetários, apelava-se para o patriotismo dos professores (ofício à professora, em Caçapava, Zeferina Amália de Oliveira, de 15 de novembro de 1838). O decreto de 18 de dezembro dêsse ano conferia "a fruição dos direitos civís e políticos" aos estrangeiros que, trabalhando pela causa da liberdade, provassem possuir conhecimentos "para serem admitidos no magistério das Universidades, Liceus, Academias ou cursos jurídicos do Estado."

Refere-se Domingos de Almeida, em ofício de 28 de junho de 39, às câmaras municipais, a idéia de criar em Pôrto-Alegre um Gabinete de Leitura "precursor da primeira Biblioteca do Estado", contando já com 800 volumes para êsse fim; "cujas doutrinas se faziam mister consultar para o arranjo dos negócios, a proveito dos cidadãos da República", aos quais foi endereçado um apêlo, a 30 de junho seguinte, para que enviassem obras a êsse Gabinete. E, na sessão de 17 de janeiro de 1843, da Assembléia Constituinte, Domingos de Almeida requereu a pronta vinda dos livros do referido Gabinete de Leitura, em depósito na cidade de Piratiní. Em contraste, não via o Império com bons olhos a criação de escolas e procurava anular tão invencível arma, propalando que os farrapos visavam ajuntar a mocidade para aleivosamente sentar praça nos corpos de 1.ª linha; o que provocou o desmentido enérgico do ofício de Almeida, de 17 de julho de 1839 aos chefes de polícia, sua circular às câmaras municipais, e, com a mesma data, seu ofício ao general Neto, chefe do exército republicano, declarando que a juventude Rio-grandense, uma vez matriculada em qualquer das aulas nacionais, estava isenta de recrutamento para o exército.

"Sem a difusão do ensino primário não podem germinar a agricultura, o comércio, as artes, as ciências, e o que é mais que tudo ainda, a Liberdade", — escreveu Domingos de Almeida, de Caçapava, a 11 de dezembro de 1839, em ofício ao juiz de paz de São-Gabriel, Antônio de Faria Corrêa, louvando-o pelos seus esforços na instalação de uma escola de "ensino mútuo", por compreender "as verdadeiras bases da felicidade pública". Assim havia oficiado a Almeida êsse juiz de São-Gabriel: — "Todos estão persuadidos que o govêrno, a-pesar-das peias que lhe põe os sucessos da guerra, não omite diligência para estabelecer os fundamentos verdadeiros do Republicanismo, que se escoram na ilustração e na moral, dando o exemplo na prática e na doutrina". (5 de setembro de 1839).

Eis que os próceres farrapos queriam introduzir, com o rodar dos tempos, — um egrêgio sistema de educação ou regeneração.

O PAPEL DAS MULHERES DE 35

Já, em Pôrto-Alegre, em 1833 uma precursora do feminismo no Brasil, Nísia Augusta, publicava a 2.ª edição do livro "Direitos das Mulheres e injustiça dos homens", que ela traduzira do francês, da autoria de Mistress Godwin. Diretora, no Rio-Grande-do-Sul, de um colégio, era a egrégia dama Nísia Floresta Brasileira Augusta uma pensadora dotada de rara independência e compreensão filosófica no trato dos problemas políticos e sociais da humanidade. Foi a única brasileira que conheceu pessoalmente, em París, o fundador da Sociologia, Augusto Comte, que viu, nela, os indícios de uma preciosa discípula. Êste interessante episódio bem define a elevação dos nossos maiores: A professora em Cachoeira, d. Ana Francisca Rodrigues Pereira, fôra denunciada por propagar entre seus alunos idéias contrárias ao farroupilhismo.

Prestou informações sôbre essa denúncia, a 4 de agôsto de 39, Antônio Vicente da Fontoura, chefe de polícia; e, diante da justificativa de d. Ana, em ofício a Almeida, êste, com perfeito cavalheirismo, respondeu a essa senhora, a 3 de agôsto de 39, de Caçapava, dizendo: — ... "E' verdade que à vista da acusação, que me foi endereçada e da instrução das jovens rio-grandenses, em quem ora repousam as mais belas esperanças da Nação, eu vacilei em expedir o respectivo diploma, no entretanto que passava a indagar da veracidade de quanto se me dizia. A pessoa encarregada dessa indagação ainda não me informou a respeito; e pôsto esteja ìntimamente convencido da calúnia irrogada a V. S. contudo por ela aguardo visto tê-la exigido, ficando V. S. certa que, sejam quais forem os resultados de tal indagação, eu tributo às suas virtudes os mais sinceros respeitos". (3 de agôsto de 1839). Não pode ser olvidada a influência das mulheres de 35, que durante o imortal decênio souberam animar e confortar, auxiliar e amparar os farrapos, com o amor, o carinho, a dedicação da mulher brasileira, como a espôsa de Domingos de Almeida, d. Bernardina, e como Francisca, a jovem espôsa de

Osório, que êle chamava "minha glória doméstica". (Vide "Mulheres Farroupilhas", por Fernando Osório).

E quem representou o próprio coração da América, quem simbolizou a própria união dessa espiritualidade fecunda que nos une à cultura e à tradição de além-mar, senão a Joana d'Arc Farroupilha, Ana de Jesús Garibaldi ? E que mais comovedor e autêntico episódio do que o daquela boa velhinha patriota que recebeu Bento Gonçalves, quando êste viajava de Santa-Catarina a Viamão, e, ao passar por uma pequena estância, pediu um cavalo para trocar pelo seu, que estava a cair de cansado. Sem dizer quem era e para onde ia, contando as peripécias da viagem a essa boa velhinha, ela excusou-se, porém, dizendo: — "Fui rica, hoje estou pobre, dei o que pude à revolução e as fôrças legais me levaram o resto. Na estância só tenho um cavalo, para todo o serviço, e êsse não o dou. Só se mo viesse pedir o general Bento Gonçalves, para quem o guardo, quando êle voltar ao Rio-Grande. E então Bento Gonçalves, dando-se a conhecer à anciã serena do civismo gaúcho, sentiu bater de orgulho o seu coração ante êsse gesto que "brilha como uma gema preciosa", representando a alma do Rio-Grande sentimental, das mães, espôsas e filhas, humildes na solidão da prece, "chorando baixinho na beira dos campanários para enxugar suas lágrimas com os farrapos da bandeira rio-grandense".

A RELIGIOSIDADE

Foi o ideal cristão que fez os Estados-Unidos fundarem uma Constituïção em 1787 e uma Declaração das liberdades humanas que, em 1776, "veio escudar a conciência dos povos".

Das prédicas do Evangelho ressoaram no Rio-Grande-do-Sul as florestas da terra de Sepé, mesclando-se aos ritos selvagens o rito cristão. E para a máxima associação rio-grandense agiram os sentimentos religiosos, sem a formação de castas que absorvessem as conciências. E o clero católico vibrou nos estos do patriotismo, na linha da frente, em todos os surtos liberais que agitaram o Rio-Grande. Seguiu preso para o Rio-de-Janeiro o padre Soutomaior, "principal motor",

em Pôrto-Alegre do levante de 26 de abril de 1821, que exigiu o juramento da Constituïção. Figuravam inúmeros sacerdotes nas sociedades secretas, de alvos filantrópicos, e onde a Independência do Brasil "se enroupava para as galas da liberdade".

Os pais de Bento Gonçalves o destinavam à carreira eclesiástica, seguida por seu irmão, o padre Roberto Gonçalves. Como um traço que ligou a Confederação do Equador à República de Piratiní, importante papel representou o padre alagoano José Antônio Caldas. (Vide "A Batina e os Farrapos", por Fernando Osório).

De destacada atuação foram outros eminentes sacerdotes, como Antônio Pereira Ribeiro, Tomé Luiz de Souza, tipo do "levita da primeira idade do cristianismo"; Francisco das Chagas Martins Ávila, vigário apostólico dos farrapos, deputado e ministro, autor do painel comemorativo (lenço de seda) das glórias da revolução; Hildebrando de Freitas Pedroso, deputado e ministro, que desenhou a alegoria ao escudo da armas da República, presidente da Assembléia Constituinte; Bernardo José Viegas, assassinado na vila do Rio-Grande, pela sua devoção à causa liberal; Juliano de Faria Lobato; Pedro Joaquim dos Reis; João de Santa Bárbara, um dos primeiros professores públicos no Rio-Grande-do-Sul, consumado orador, que no parlamento nacional ergueu a voz em defesa dos farrapos e foi deputado na Constituinte; Vicente Ferreira dos Santos, presidente da República de Santa-Catarina. Deu o clero apôio cívico, concurso moral à epopéia de 35, formando nas fileiras do regenerativo movimento.

O órgão oficial "O Povo", a 19 de setembro de 1838, declarava: — "Tínhamos fé em Deus... defendíamos uma causa que, pela sua santidade, pela justiça em que se apóia, de per si só nos valia tudo".

Bento Gonçalves proclamava em Alegrete, a 28 de agôsto de 39: — "Deus nos há de ajudar, a nós que combatemos pela liberdade... "

Êle protestou "à face dos Céus e dos homens" acabar antes nas ruínas da Pátria do que vê-la escravizada.

E Domingos de Almeida exclamou, em boletim de 18 de

fevereiro de 1839: — "Deus protege manifestamente a nossa causa". Com solenes "Te-Deuns" celebraram os Farrapos a proclamação da República em Piratiní, e outros memoráveis eventos e prestaram o juramento de manter a religião católica, que era a religião do Estado, permitindo-se às outras o culto doméstico, artigo 5 da Constituïção, a qual vedava terminantemente a perseguição a qualquer pessoa por motivo de religião. Tinham fé cristã os Farrapos e alto bradavam o seu credo, distinguindo-se o sacerdócio, na quadra revolucionária, tanto pela moralidade quanto pelo civismo.

AMERICANISMO DOS FARRAPOS

Insuflavam o mundo veementes, incoercíveis aspirações, lavrando a conciência nacional. Fremiu a América Latina, saturada do contágio emancipador dos imperativos universais de que, após as revoltas dos Estados-Unidos e da França, foi uma lógica resultância a Jornada de 35, uma natural continuïdade, e o remate, o coroamento, a culminação do passado do Rio-Grande, a defender os seus vínculos de origem, mais do que o território, a língua, as tradições, os costumes, os usos comuns, o ideal de raça. Na expressão de um ministro de Bento Gonçalves, a liberdade universal do continente americano era a causa santa que os Farrapos defendiam. Um dos órgãos oficiais da República rio-grandense, "O Americano", que apareceu em Alegrete, a 24 de setembro de 1842, inscreveu no cabeçalho :

Pela Pátria viver, morrer por ela,
Guerra fazer ao despotismo insano:
A virtude seguir, calcar o vício,
Eis o dever de um livre americano !

Sem castelhanismo nem separatismo, sobrepairou a orientação da grande alma brasileira dos rio-grandenses que, para integrar o Brasil no sistema republicano continental, volveram os olhos para o modêlo constitucional dos Estados-Unidos.

"Mostramos ao Brasil que sabíamos presar o egrégio Nome

Americano", dizia Antônio Vicente da Fontoura, em proclamação da vila de Cachoeira (n. 14 do "Mensageiro").

"As monarquias não convêm à América, porque estão em contradição com suas idéias, — prègava o periódico "Estrêla do Sul", de Alegrete, a 8 de março de 1843, — aquí não há aristocracia senão a do mérito; aquí não há classes previlegiadas e o espírito geral dos Americanos é democrático... Construir um formoso templo à justiça, levantar os alicerces de uma República federal, é o nosso dever... contamos com os votos e simpatias de todos os Brasileiros; contamos o seu apôio, e finalmente com o nosso valor, constância e patriotismo. Que emprêsa mais generosa, mais magnânima e mais digna de nós ?"

O próprio marquês de Barbacena, primeiro representante do Brasil em Londres, em 1822, dirigia-se ao seu chanceler, com êste parecer: — "Não temos que nos vexar com elaborar constituïções originais: a Constituïção Americana, com mudança de algumas palavras, isto é, com fórmulas monárquicas, é quanto nos convém". E no teatro de Piratiní foi recitada pelo autor uma poesia ao aniversário da proclamação da República Rio-Grandense :

Povos livres d'America abundante !
Cultas nações da memoranda Europa

....

E vós, oh! Cidadãos de alheios Povos,
Que amais a Pátria, amais a Liberdade,

....

Fazei, fazei justiça ao Continente.
Seus filhos denodados, virtuosos,

....

Arvoraram magnânimos e fortes
Da liberdade o fúlgido estandarte
Tecido por Franklin com mãos divinas.

....

Fundaram cidadãos iguais ao Gracos
Uma ilustre República firmada
Nas bases da eqüidade e da justiça
Desta excelsa República nascente
Partirão filosóficos princípios
Que as províncias irmãs, que opressas gemem
Levarão sôbre as asas da Memória
Fraternidade, paz, independência,
Tolerância, concórdia e liberdade,
Sem a qual a virtude sôbre a terra
E' um fantasma vão...

....

Tiranos, respeitai tão faustoso dia;
Washington, Juliano, Lafayette,
Grandes Heróis, da Humanidade amigos,
Fazei, oh! Cidadãos, fazei justiça

....

A alta proclamação da independência
Da República Augusta Rio-Grandense.

HUMANISMO

Aquele escudeiro medieval, o Gran Condottiere, Garibaldi, cidadão do mundo, que ao lado dos Farrapos, para honra nossa e para honra sua, principiou a desprezar a adversidade e a combater dignamente pela causa sagrada das nações, êle mesmo contou nas suas memórias que, numa de suas viagens ao Levante, transportara a bordo de seu navio, a Constantinopla, vários perseguidos da filosofia, que no mais amplo sentido dava valor pessoal ao trabalho e ao talento.

E, sôbre o mar, cuja brisa lhe parecia cheia de inspirações generosas, discutia, numa noite em que o céu estava marchetado de estrêlas, com um dêsses passageiros, em que viu um apóstolo, sôbre as questões de nacionalidade e o grande problema humano. E ouvia estas palavras: — O homem que defende a sua Pátria e a dos outros, é, no primeiro caso, um

soldado piedoso; justo, no segundo, mas o homem que adota a tôdas por pátria e vai oferecer a sua espada e o seu sangue ao povo que luta contra a tirania, é mais do que um soldado — é um herói !

E aquele navio se transfigurou, alí, aos olhos do seu coração, como se fôra, para Garibaldi, o mensageiro do Senhor, porque êle, ávido de novos horizontes, descortinava-se agora, através o véu longínquo do futuro. E a sua grande vida, como no belo verso de Vigny, passou a ser a realização dêsse pensamento da mocidade !

Em qualquer parte do mundo em que se encontrava, Garibaldi serviu a causa sagrada das nações, pela qual êle aprendeu a combater, dignamente, ensaiando a sua coragem na livre atmosfera de pampa e coxilha do Rio-Grande-do-Sul.

A TENACIDADE DOS FARRAPOS

Já dizia Diogo de Couto — a guerra se faz com fortes corações. Numa definição sintética, — ela é uma luta entre duas vontades. Pensamento que o marechal Foch exprimiu durante a guerra mundial, nesta fórmula nítida: — "Vitória é igual a Vontade... uma batalha ganha é uma batalha em que não queremos declarar-nos vencidos". Vencemos quando nos batemos por grandes ideais. E a alma se nos conturba de emoção abrindo as refulgentes páginas de bravura, de renúncia, de patriotismo, de sacrifícios e padecimentos, que os Farrapos escreveram, assombrosos da inteireza moral, impressionantes na tenacidade. Chegou a guerra dos Farrapos ao maior auge em 1838, após o combate no Rio-Pardo, de 30 de abril, e teve em dezembro de 1840, o primeiro declínio com o levantamento do assédio de Pôrto-Alegre.

Estaria perdida a obra revolucionária se não fôra a firmeza e tenacidade de seus chefes. Morreram nas prisões revolucionários como o vigário Antônio Pereira Ribeiro, em outubro de 1837, Francisco Xavier Ferreira, Vicente Gomes, o coronel Jerônimo Jardim, como foram assassinados o padre Bernardo José Viegas, o general João Manuel de Lima e Silva, Francisco Antônio de Ávila, Barbosa Mineiro.

Perguntado pela causa da duração da guerra dos Farrapos, o general Osório, republicano de coração, assim se externou: — "Primeiramente, pela constância de seus chefes. A tenacidade dêstes, valia mais um exército. Depois, pela inépcia do govêrno imperial, que sempre cuidou mais de política do que de administração; finalmente, pela falta de habilitações dos governos a quem entregou a direção da guerra. Depois que os republicanos começaram a demonstrar fadiga e um certo enfraquecimento, por motivos diversos, foi nomeado o barão de Caxias. Êste teve o bom senso de não se deixar dirigir pela Côrte; cercou-se de um pessoal capaz, deu o comando das fôrças aos que conheciam o gênero de guerra tôda peculiar ao sul; criou um exército numeroso, convenientemente provido de todos os recursos. . . "

A ESTÁTUA DO RIO-GRANDE

Bravos defensores do sonho democrático ! Quasi ao morrer, Lucas de Oliveira, guardando n'alma o amor à terra que deu à glória a gente de 35, desejava ir ao túmulo vestido de farroupilha farda !

Tendiam os paladinos de Piratiní para as consagrações públicas, com a capacidade venerante do povo rio-grandense, pela espontaneidade em cultuar a memória daqueles que se sacrificaram pelos outros, por ato de heroísmo cívico.

"Em nada mais pode mostrar o homem quanto é generoso — assevera o órgão oficial dos Farrapos, — do que em fazer reviver na memória dos outros aqueles que na realidade não vivem já". ("O Povo", de 22-VI-39).

No artigo 14 § 22 do seu Projeto de Constituïção, os Farrapos concederam à assembléia geral a faculdade de decretar honras públicas aos serviços relevantes de qualquer cidadão e à memória dos grandes homens. (Vide Traços Eternos do Rio-Grande, por Fernando Osório). Já o espírito superior de Francisco de Sá Brito, em sua Memória Histórica escrita em 1879, afirmara: — "E' notável e digno de acurada investigação que os ânimos rio-grandenses se pudessem preparar

para empenho tão extraordinário em que tanta abnegação, tanta energia e pertinácia mostraram... "

E nunca uma porfiada luta mais nobremente terminou do que esta; jamais uma longa e acesa guerra civil mais patriòticamente se resolveu na confraternização nacional para a repulsa estrangeira.

Quando por ventura faltas maculassem essa revolução generosa, êste só ato, como se fez notar, houvera remido e consagrado os seus heróis.

Finalizou por patriotismo, em 28 de fevereiro de 45, após um período de quasi dez anos, a guerra civil, por patriotismo iniciada, no Rio-Grande, a 20 de setembro de 35. Por um sentimento de pundonor, os republicanos não deixaram as armas senão quando viram que uma potência estranha, o tirano argentino Rosas, afiava as garras para invadir o Brasil. Então no coração dos Farrapos, que sempre repeliam as alianças propostas por aquele caudilho, tão insólita ousadia não podia ecoar insensìvelmente, como bem disse o general Canabarro; e a República Rio-Grandense resignou-se a tratar com o Império.

E isto se fez de potência a potência, o que faria Silva Jardim dizer que, em 1845, o Império "anexou" a si a República rio-grandense visto que nesse tratado solene acabou reconhecendo uma existência política sempre negada pelos ministros do imperador.

O mais interessante, o mais empolgante e instrutivo, por sua imponência e grandeza, o mais completo dos movimentos, cívicos operados no Brasil, em exemplos de estoicismo e largueza de descortino em favor da democracia, foi o que impeliu a ação regenerativa daqueles homéridas do Rio-Grande, — terra cheia de vitalidade, "extremecida de civismo ardente". Êles primorosamente, definiram, gravaram, em tábuas de bronze, a compreensão que tinham do sistema republicano e que se universalizou na "Jerusalém dos eleitos", como o mais puro e alto "tabernáculo" de liberalismo, província cujas fronteiras José do Patrocínio dizia serem os alicerces da liberdade e depois de chamá-la o regente padre Feijó "pelo lado

do Sul o baluarte inexpugnável do Brasil", mereceu de Rui Barbosa o hino comovedor de orquestrados períodos.

"Terra de tantas qualidades excelsas, previlegiada pela sua inesgotável maternidade de talentos, virtudes e heroísmos. O Rio-Grande tem, no tesouro incalculável dos seus merecimentos, glórias para encher a guerra e a paz, cimos de luz para se medir com as mais altas grandezas".

Dia virá em que se há de dar fiel cumprimento ao artigo da Constituïção Rio-Grandense de 14 de julho que há 44 anos, por indicação do deputado Fernando Osório (pai), mandava erigir sôbre o solo gaúcho um majestoso Monumento consagrado à memória dos heróis dessa imortal Cruzada, e, então, "como em face de um altar sagrado, diante dêsse Monumento, irão ajoelhar-se: — o patriota sincero e respeitoso, o republicano convicto — os descendentes dos Farrapos que legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela, e irão também descobrir-se, instigados por justo acatamento, os filhos dos legalistas, que tiveram a fortuna de ouvir seus pais falarem com reverência das grandiosas façanhas daqueles que dormem o perpétuo sono da glória no solo em que batalharam corajosamente". Não há exagêro de apologia na afirmação de que os mentores dos Farrapos a tal ponto ergueram o coração e o espírito, divisando magnos problemas, no campo moral, no terreno social, no aspecto político, da sua época, que mereceram o nome de videntes ou precursores, numa profecia de civismo. Gigantes maltrapilhos ! cujos "supremos objetivos" podem os bons brasileiros bendizer e exalçar !

Pôrto-Alegre, 20 de setembro de 1935.

PARECER

da Comissão infrascrita, sôbre a tese, secção 2.ª (A Revolução Farroupilha) apresentada pelo dr. Fernando Luiz Osório: — A Ação e os Propósitos dos Farrapos.

Depois da epopéia bandeirante, que simboliza eternamente a própria energia vital da raça invencível, na formação territorial da Brasilidade; sobreexcelem dos cimos da História a reação de Pernambuco, de 1817, e a glóriosa Revolução Farroupilha, do decênio refulgente. Descerrado, enfim, o espêsso velário de postiço preconceito bragantino, à visão analítica dos sociólogos, entram definitivamente essas revoltas cívicas na legenda áurea da admiração e do êxtase vivificante da Pátria, que lentolento se redime.

Ora, aclamam, em definitivo: — Insignes padrões de civismo e patriótica exaltação construtora, a ambos êsses feitos incomparáveis, de afirmação nacionalista. Em verdade, serão ambos êles, futuro fora, a perene fonte de fascínio, inspiração e vibração medulares da conciência viril da nacionalidade, que já define os próprios heróis e se reanima dos instantes de desalento, no culto supremo da renúncia e abnegação, que semearam.

Já da sublime rebeldia pernambucana pontificou a suma autoridade de sociólogo e pensador, do grande Manuel Bomfim :

"Culminância de patriotismo e vértice de angústia para a alma brasileira, 6 de março de 1817 será, para sempre, o marco iluminado onde se mostra a legítima aspiração desta pátria. E aí se quebraram destinos que se anunciavam em glórias... O sangue do mais puro nacionalismo teria corrido inùtilmente, para ser lambido pelos cães, se, continuando nós no Brasil poluído pela independência de 1822, não tivéssemos nesse feito o motivo de confiar e esperar. Porisso mesmo, no remir das tradições, é indispensável restituir todo o seu valor à revolução de independência na liberdade, como o fizeram os republicanos do Capiberibe... onde os homens que se levantaram em Pernambuco, se definem como apóstolos e heróis... e são figuras para o culto de uma pátria. O sacrifício de todos aqueles grandes brasileiros foi, certamente, o golpe mais forte e mais doloroso para a nação que devia nascer alí mesmo. E nessas perdas, ela se diminuiu tanto, que, ainda hoje, o sentimos. Como quando a vemos trôpega, no caminho da liberdade e da justiça, infiel aos ideais de de-

mocracia, infiel aos próprios motivos patrióticos; como quando se deixa conduzir por dirigentes — continuadores do podre Estado português, e quando concorre para que se desnaturem as suas mais gloriosas tradições.” (Manuel Bomfim, O Brasil, pg. 100 e 123).

Também do Rio-Grande a pouco e pouco se encerra o ciclo de falso prejuízo da mentalidade bragantoa, que fêz prosélitos à sofística faina de confundir e desmerecer a profunda significação federativo-nacionalista do epopéico movimento farroupilha. Já se atalham as arestas do ímpio êrro, tenazmente generalizado, à lenda de ideologismo separatista, difundida a prol dos cálculos solares do regalismo impenitente. Por igual também se busca identificar o perdido caminho reto à trepidante verdade histórica, criminosamente deturpada e corrompida, a serviço do peregrino unitarismo imperialista.

Com admirável intuïção de autêntico pensador e analista, anteviu Felisbelo Freire, ha 45 anos, o “projeto de Constituïção farrapa contém os princípios gerais da forma federativa do govêrno republicano e até mesmo representa a fase embrionária do regime presidencial”. Preceituou a luminosa inteligência de Leví Carneiro que, “entre os farroupilhas, não se confundia a reivindicação da autonomia local com o separatismo impatriótico”. E o próprio Bento Gonçalves, o campeador máximo e a figura central da epopéia nacionalista de 35, apelaria para a justiça da longínqua posteridade, quando exclamara profèticamente; — “Ah! nem eu nem os riograndenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. TEMPO VIRÁ, TALVEZ, EM QUE POR FATOS POSSA CONVENCER-VOS DESTA VERDADE”.

O empolgante congraçamento da inteligência brasileira à sagração centenária do ideário soberbo dos sublimes Farrapos eletriza a conciência varonil da nacionalidade; é a Justiça da História, na parada cívica de aplausos aos genuínos precursores da Brasilidade federativa.

Na comemoração da épica centúria gaúcha avulta brilhante unanimidade de investigadores resolutos dêsse passa-

do rutilante, "onde haurir fôrças na lição" que deixaram à descrença transitória aqueles sonhadores da Pátria futura. Dentre os sadios indagadores dêsse entrecho áureo de heroísmo cavalheiresco e lídimos plasmadores de energia benfazente, adianta-se a fisionomia sugestiva e forte, percuciente e culta , de Fernando Luiz Osório, cuja contribuïção memorativa assume proporções arquitetônicas de impressivo relêvo de próxima construção sociológica.

Êle devassa o decênio refulgente; desarticula e compassa a documentação inesgotável à incomparável Farrapíada; confronta e mede o rigoroso sentido dos fragmentos justapostos. Pesa-os; interpreta-os; avalia-os, com o seguro e atilado senso da generalização, até onde abrange a penetrante visão do conjunto, "que é a condição filosófica da Sociologia." Avante, recompõe-nos, coordena-os; analisa-os, para concluir dentro na "lógica dos acontecimentos, que determinaram e condicionaram tão soberbo empenho regenerativo". Em cabo, dilucida "os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, os supremos objetivos, as diretrizes efetivas, a que se votaram, com inteireza moral, pelas armas, e pelo coração, subordinando a espada à inteligência — os videntes paladinos de Piratiní, gigantes maltrapilhos, descendentes de Tróia que, das coxilhas visionárias, para não serem escravos na sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da Pátria".

De seguinte, expõe, à luz de vigorosa análise de sociólogo, a preciente concepção farroupilha sôbre democracia e o seu acendrado culto da liberdade. Evoca-lhes a límpida preferência dos requisitos essenciais que reconheciam inerentes à propria dignidade humana, para ser livre o homem e poder aperfeiçoar-se progressivamente na conciência do próprio merecimento evolutivo, na sociedade. Mostra como compreendiam êsse mixto e sugestivo entrelaçamento de direitos e deveres, nìtidamente definidos na grandiosa visão dos Centauros de 35, os quais "ergueram tão alto o coração e o espírito, numa profecia de civismo, como videntes ou precursores, que ficaram quasi ao nivel do que tem de mais elevado e pro-

missor o século atual; previsores e iluminados que em mais de um tema se anteciparam a ciclos distantes e ainda porvindouros."

Revela-lhes o alto sentido de disciplina social, o instintivo respeito da Justiça, o nobre anseio de inviolável honestidade administrativa: "acima dos delegados do Poder, está a própria Nação que o criou". Salienta-lhes o desvêlo crescente pela instrução do "povo, cuja dignidade é preciso que seja realçada conciente alfim de seus direitos e deveres." Encarece-lhes o vaticínio do voto livre e a descoberto; a batalha pela redenção dos escravos; pela absoluta inteireza moral; pelo espírito de renúncia e sacrifício, que esmaltavam a coiraça de ânimo perene dos Farrapos. Evidencia-lhes a convicta confiança no credo republicano-federativo, na unidade moral da Pátria, sob cristalinas bases amplamente vinculadas de genuína Brasilidade...

Sublimes ideologistas da nacionalidade federativa, sob o império da Lei da Justiça, Liberdade e Democracia. Tais, as idéias nucleais na intuição divinatória dos vultos solares da homeríada farroupilha, cujos destinos se truncariam à resistência implacável do aulicismo epicurista... E eram "destinos que se anunciavam em glórias" votivas à integral grandeza da Pátria, que deveria ter nascido em 17; que deveria redimir-se em 35, imune dos pecaminosos aleijões estrangeiros, de 22, que a deprimem e profanam ainda... Porque há, entre Farrapos e Pernambucanos, de idade heróica, o nexo virtual, exalçado de civismo redentor e igualmente consumido à adversidade lorpa do postiço imperialismo...

Restaurar a essência nacionalista dos pendores edificantemente cívicos dessa geração de predestinados gaúchos, — eis a missão grandíloqua da inteligência contemporânea. Inicia-o, sob os melhores auspícios, o espírito brilhante e arguto de Fernando Luiz Osório, cuja tese merece os mais justos louvores e aplausos irrestritos do primeiro Congresso de História Rio-grandense, que aprova o apêlo à ereção da estátua Farrapa.

Ao sociólogo ilustre, consignados ficam, entrementes, os mais sinceros votos pelo trabalho seu conclusivo, de que o magnífico ensaio é índice fundamental à promissora construção definitiva.

Sala das Comissões do Primeiro Congresso de História Sul-Rio-grandense, 5 de outubro de 1935.

Assinados :

Manuel Duarte, relator.
Gaston Hasslocher Mazeron.
Adroaldo Mesquita da Costa.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA. CAUSAS SOCIAIS, POLITICAS E ECONÔMICAS

Dra. Henriqueta G. G. Galeno

PROVÍNCIA DE S.-PEDRO-DO-R.-GRANDE-DO-SUL — OS SEUS PRIMEIROS COLONOS. — ELEMENTOS ÉTNICOS. — O GAÚCHO DE OUTRORA E O GAÚCHO ATUAL. — REVOLUÇÃO FARROUPILHA, SUAS CAUSAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS.

EM JUSTIFICATIVA

Ao receber do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, o honroso convite para participar, com um trabalho, do grande congresso comemorativo do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha, sem medir as minhas fracas possibilidades e a escassez de minhas horas disponíveis, logo me determinei contribuir com um modesto estudo sôbre a famosa "farroupilha", levada por um gesto de franca espontaneidade e maior admiração pelas qualidades excepcionais demonstradas no decorrer dessa heróica peleja, pelos valorosos rio-grandenses.

Sou dos que sentem e dos que se vêm batendo no sentido de conseguir o estreitamento das nossas relações familiares por um convívio mais íntimo como membros de uma mesma sociedade, como filhos de um mesmo povo alentado pelas mesmas crenças, vivificado pelas mesmas tradições, angustiado pelo mesmo perigo, envaidecido pelo mesmo patrimônio cívico, herança sagrada da pátria una, indivisível e grandiosa.

Entretanto, é forçoso afirmar que ainda nos desconhecemos recìprocamente, no registo de muitos dos mais vibrantes dos nossos feitos, dos lances admiráveis de nossa vida interna. Pela ignorância da história pátria, vivemos separados por uma distância muito maior do que a que nos traçaram

as longitudes geográficas. E a história do Brasil, embora não fôsse grande e bela, como realmente é, bastava, como diz Eduardo Prado ser a nossa história para que a amássemos infinitamente. Nunca poderemos resolver, de maneira completa, o problema da cultura brasileira enquanto não aliarmos a aquisição dos conhecimentos lítero-científicos, o indispensável conhecimento dos fastos históricos através dos quais se plasmou, para o desempenho cabal da missão social e política que lhe cumpre, a alma vigorosa da nossa raça.

Escolhamos, para as cogitações do nosso estudo, essa página de intensa vida, de forte e incontida vibração patriótica que foi a "Guerra dos Farrapos", na terra heróica dos Pampas.

E o fazemos com a alma e o coração voltados para o Brasil, numa homenagem aos nossos irmãos rio-grandenses a quem oferecemos o ósculo de nossa solidariedade fraterna, nesta hora solene em que comemoramos o primeiro século do grandioso evento.

I — PROVÍNCIA DE S.-PEDRO-DO-R.-GRANDE-DO-SUL

A província de S.-Pedro-do-R.-Grande-do-Sul, localizada na extrema meridional do império tendo a fronteira aberta com fácil comunicação territorial para o Estado-Oriental, foi ocupada primitivamente por portugueses, paulistas, espanhóis e mineiros. E o contingente espanhol, como salienta o ilustre historiador Assís Brasil "não foi tão insignificante como em geral se pensa".

II — OS SEUS PRIMEIROS COLONOS

Foi um paulista, João de Magalhães, quem fundou a primeira estância rio-grandense, no comêço do séc. XVIII. E o brigadeiro Silva Pais, em 1737, auxiliado por cêrca de 200 companheiros, lança os fundamentos do forte do Rio-Grande. Foram, pois, os primeiros colonizadores do Rio-Grande, e já era tempo de evitar que aquela região caísse no domínio dos espanhóis.

Vemos assim, por tôda região do sul, os paulistas à frente das suas bandeiras lendárias, intrépidos e aventurosos, vencendo intempéries, saltando precipícios, dominando desertos, penetrando no âmago de nosso território, avassalando-o, ampliando-o.

III — ELEMENTOS ÉTNICOS

O elemento português da província de S.-Pedro, veio dos Açores, diferindo portanto dos que povoaram as outras divisões territoriais. E' que, nos Açores, como nos diz A. Brasil "a primitiva população lusitana se havia modificado sôbre o influxo do meio. Era uma raça forte e persistente, singularmente predisposta para constituir sólido tronco a uma nova população".

O elemento indígena que, numeroso, se havia derramado por aquela região, entrou no cruzamento racial, em fraca porcentagem. Êste fato explica-se fàcilmente. O branco sempre explorou o íncola e o tratou com uma crueldade deshumana, estabelecendo porisso uma guerra de morte entre as duas raças — a portuguesa e a indígena.

Os Jesuítas estabelecendo-se cedo no Rio-da-Prata, fundaram em grande número, as célebres reduções no seio das quais congregaram todos os indígenas daquelas paragens, subtraindo-os completamente do contacto com o branco cruel. Daí se explica só mui fracamente ter o indígena contribuído na formação da nova população.

O sangue etiópico também contribuiu escassamente, porisso que os negros embora viessem em grandes levas para os trabalhos das estâncias, talvez por não lhe ser próprio o meio, não puderam alí se fixar e desenvolver. Recuaram, desambientados, acentuando-se por esta razão, o desenvolvimento progressivo do branco e, como resultante, a maior pureza racial da população dos pampas.

Foi assim que se plasmou o tipo singular do Gaúcho forte, destemido, arrojado, vibrante e firme nas suas convicções e nas suas atitudes.

IV — GAÚCHO PRIMITIVO E GAÚCHO ATUAL

Diz ilustre escritor que todo o Gaúcho é soldado por natureza, nômade de boa índole, pouco amor tem à comodidade doméstica. No campo, ao ar livre, no dorso do cavalo é onde se lhe desenvolvem essas inegualáveis aptidões de resistência às intempéries, às fadigas, ao bem-estar e ao vício e assim tornou-se um forte, assinalado por características próprias e originais.

O Gaúcho, sempre forte e desenvolvido, era outrora um homem de princípios sociais rudimentares, armado de faca, espada e pistola, laço de couro trançado e bolas que, manobradas por êle, constituíam uma arma que o terror infundia."

Atualmente o gaúcho com a sua organização social, com o relêvo da sua cultura, influenciado nos movimentos patrióticos que aspiram plasmar o prestígio e a grandeza da nacionalidade, é bem o padrão representativo das nossas energias raciais, inscrevendo nos fastos da história brasileira páginas imortais de inteligência, de cavalheirismo e de honra.

Foi na província de S.-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul, habitada por um povo assim, que se verificou o terrível entrechoque dos unitários e liberais, uma heróica peleja que custou ao império grandes sacrifícios e em que bem cedo se patenteou a enfibratura de um povo superiormente altivo, modelado por excepcionais influências mesológicas, fator primordial na formação étnica do Rio-Grande, de um povo que jamais será um acomadatício, um resignado.

V — REVOLUÇÃO FARROUPILHA
SUAS CAUSAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Sob um tríplice aspecto podemos encarar as causas da revolução dos farrapos. Sob o aspecto político estudamos o ideal libertário e, conseqüentemente, a propaganda republicana e a exploração oriental. De acôrdo com as mais autorizadas opiniões, sabemos que a influência das idéias republicanas propagadas pelos emissários de Rosas e pelos Orien-

tais, no Rio-Grande, tiveram forte repercussão. Nesta propaganda salientaram-se: D. Manuel Ruedas que se houve com extremado arrojo dirigindo o "Recopilador Liberal", exaltado órgão revolucionário; o conde Tito Livio Zambicari, íntimo amigo de Rosas, que se estabelece em Pôrto-Alegre onde faz uma intensa propaganda libertária e Ana Monteroso, mulher de Lavalleja, criatura terrível, insidiosa e intrigante, instrumento servil aos satânicos planos de Rosas, semeando, com premeditada ambição, as idéias republicanas e separatistas entre os rio-grandenses.

O nativismo foi outra causa que muito preponderou para revolução. E a tudo isto juntou-se o coeficiente econômico originando dos excessivos mpostos vexatòriamente cobrados aos rio-grandenses e bem assim o recrutamento, feito de modo irritante, o desgovêrno e a prepotência das autoridades.

Desde que a Banda-Oriental se tornara independente que os rio-grandenses sentiram esboçar-se-lhe nalma viril, o desejo tão justo de liberdade, e êste desejo, ainda latente, começou a se vivificar pelo desprazer dos brasileiros sempre preteridos pelos portugueses, nos melhores cargos da província. Ora, esta questão nativista, que em diversas localidades brasileiras já havia dado lugar a sérios conflitos, veio a ser no Rio-Grande, de um incalculável prejuízo, devido aos extremos odiosos a que chegara.

A abdicação de Pedro I, julgada uma conquista liberal, não extinguira aquela terrível rivalidade, isto porque logo a organização do partido Restaurador que se achava representado na Sociedade Militar veio acender em labaredas assustadoras aquela rivalidade.

E no Rio-Grande a questão tomara um aspecto gravíssimo.

Para Pôrto-Alegre incumbido de fundar uma filial da Sociedade Militar, foi o conde do Rio-Pardo. O Dr. José Mariani acabava de assumir a presidência da província, e logo recebe uma longa representação, na qual se fazia ver o perigo da instalação daquela sociedade e pedia-se a proïbição do seu funcionamento como altamente prejudicial à ordem pública. Mariani sem ajuïzar, devidamente, das acusações, inde-

feriu a representação sob o fundamento de que não havia leis proïbitivas ao funcionamento de sociedades públicas.

Semelhante gesto trouxe como conseqüências, os protestos públicos, ostensivos, encabeçados pelos majores José Mariano de Matos e João Manuel de Lima e Silva.

Daí uma série de perseguições, a suspensão aplicada ao major Matos e a acusação feita ao comandante da fronteira de Jaguarão — Bento Gonçalves da Silva — de estar tramando com Lavalleja a separação e independência daquela província. Inócua e infeliz perseguição, pois que Bento Gonçalves defendeu-se brilhantemente perante o govêrno regencial, e volta para província cercado do maior prestígio, depois de, na côrte, bem alto ter feito sentir a situação difícil e aflitiva em que ao povo colocava o govêrno Mariani. Dentro de poucos dias, após o regresso de Bento Gonçalves, exultavam os liberais com a formidável vitória obtida: a substituïção de Mariani no govêrno pelo Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

Logo de início, Fernandes Braga procurou, imparcialmente, solucionar as questões e desinteligências reinantes entre as duas facções em que se achava dividido o pensamento da província — liberais e regressistas ou unitários.

De pouca duração foi, porém, a sua ação pacificadora porque sem ser um homem mau era, no entanto, o presidente Braga, um govêrno fraco, incapaz de se manter firme e eqüidistante dos partidos que se degladiavam de maneira extremada. Não resistindo às sugestões de seu irmão o Dr. Pedro Chaves, extremado e intolerante regressista, que aliado ao comandante das armas seu íntimo amigo, marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, transformara-se o govêrno num instrumento de perseguições partidárias, atirando-o ao ódio de seus compatrícios. O marechal Pereira Pinto tornara-se um terrível perseguidor de seus camaradas de farda, denunciando-os por qualquer suspeita, como fêz com o Major Mariano de Matos e com Bento Gonçalves, que foi afastado do comando da fronteira do Jaguarão e apontado "como chefe da facção desorganizadora".

Pelo que vimos de relatar, concluímos que o movimento

revolucionário que explodiu em 1835, na província do Rio-Grande-do-Sul, não fôra apenas filho da índole belicosa daquele povo, nem devido à falada afinidade oriental. O motivo verdadeiro da revolta farroupilha encontramo-lo no menosprêzo com que o govêrno regencial habitualmente resolvia os graves casos da vida interna daquela província, mandando ocupá-la por autoridades prepotentes que não perdiam ensejo para oprimir e humilhar os filhos da província. Foi dêsse tremendo êrro das autoridades que se esboçou na justa indignação daquele povo espoliado nos seus direitos e ferido na sua altivez, o plano revolucionário. Ansiavam os rio-grandenses libertar-se dos que governavam matando-lhes tôdas as justas aspirações, dos que, prepotentemente, lhes queriam reduzir à miséria econômica e ao desprestígio moral com premeditadas perseguições.

Em defesa dessa nossa conclusão temos a autorizada opinião do notável historiógrafo patrício Rocha Pombo, que nos diz, no vol. VIII, pg. 431: Era Fernandes Braga filho da província, alí muito relacionado e gozando de geral estima, e até de um certo prestígio de família. Esta circunstância influiu no ânimo da Regência para confiar-lhe a missão de uma política sábia, capaz de serenar aqueles espíritos que as próprias autoridades a modo que se incumbiam de ir exacerbando. Com efeito, pela sua brandura e moderação, mostrou Fernandes Braga a princípio que o govêrno imperial não se enganara na escolha. Logo depois, porém, começou a desmentir tôdas as esperanças com que fôra acolhido; e para isso concorreu, mais do que tudo, aquela mesma circunstância que levava o govêrno a nomeá-lo. Em tôrno dêle foram se agitando os grupos e as facções, no meio dos quais não se soube êle equilibrar. Dois homens principalmente o comprometeram com a opinião geral, e sobretudo com muitos dos mais influentes chefes militares. O primeiro foi o Dr. Pedro Chaves, seu irmão, homem de importância política na província, e que se pôs à frente dos restauradores. Estes tomaram então atitude desafrontada, irritando fortemente os liberais. O outro daqueles homens que mais complicaram a ação do presidente Braga, foi o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, co-

mandante das armas, que tomou desabridamente o partido do Dr. Pedro Chaves, e foi logo perseguindo os próprios militares. Tornaram-se os regressistas tão ousados, sentindo-se senhores da situação, que puseram Pôrto-Alegre em verdadeiro terror, não trepidando em reproduzir alí as cenas com que no Rio-de-Janeiro os caramurús tinham trazido a população sempre em alarmes. Quando em fins de outubro de 1834, festejavam os liberais a promulgação do Ato Adicional, saíram também para as ruas em grande alarido os que lhes eram contrários, e reünindo e armando gente, apoderaram-se, durante a noite de 24 daquele mês, do trem de guerra, e em atitude hostil ameaçaram a população que pacìficamente se entregava ao seu regozijo. O presidente Braga, longe de condenar aqueles excessos e de reprimir a audácia dos turbulentos, fêz mais do que manifestar com estes uma acintosa conivência esposando-lhes abertamente a causa. Mandou processar dois Juízes de Paz que tinham tomado parte naqueles festejos; transferiu da capital os militares que se tornaram suspeitos por se haverem associado às justas expansões do público; e praticou outros atos de parcialidade irritante, como, por exemplo, o de suspender, por inconveniente, a execução do decreto imperial, nomeando Bento Gonçalves comandante superior da Guarda-Nacional da província. Enquanto Fernandes Braga, sob o ascendente do irmão, fazia tudo isto, afadigava-se o marechal Barreto em denunciar os seus companheiros de armas. Pedindo que se retirasse da província o major José Mariano de Matos, contra o qual desde muito andava clamando logo depois dizia horrores de Bento Gonçalves, que era indigitado como chefe de "facção desorganizadora". E não demorou que afastasse a êste último do comando da fronteira do Jaguarão e a Bento Ribeiro de igual cargo na do Alegrete.

Êste govêrno desorientado, dividiu os seus governados em dois partidos definidos que dalí em diante profundos dissabores iam trazer ao país. Os legalistas, isto é, os que acompanhavam o govêrno, denominaram por escárneo os que lhe faziam oposição de "farrapos ou farroupilhas", significando,

gente desclassificada, pobretões, gente da ralé. E os liberais, num gesto superior, aceitando a alcunha de "farroupilha" com que pretenderam os seus adversários humilhá-los tomaram-na por seu nome de guerra dignificando-o com atos de raro valor.

Bento Gonçalves assume então o comando em chefe dos liberais ou farroupilhas, e marcha sôbre a capital Pôrto-Alegre. Vai desafrontar os rio-grandenses daquelas mesquinhas perseguições. Inscrevem-se na bandeira farroupilha as mais autênticas expressões militares e civís, como Bento Manuel Ribeiro que se havia imposto militarmente desde que lutara na batalha de Ituzaingó, o major João Manuel de Lima e Silva, cap. Domingos Crescêncio, cap. José Gomes Vasconcelos Jardim, coronéis Onofre Pires, Antônio Neto, Daví Canabarro, cap. João Antônio e muitos valores.

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1835, corriam céleres pela província boatos verdadeiramente alarmantes, e notava-se o pânico e o terror da população. Antevia-se ser insustentável a situação de Fernandes Braga que só agora compreendera o êrro de sua fraqueza. Era porém, muito tarde, e só lhe restava capitular ante o vagalhão temeroso que avançava com indiscritível impetuosidade. Assim é que, a 20 de setembro, após confabular com os que lhe permaneciam fiéis, retirou-se para a cidade do Rio-Grande, onde pretendiam estabelecer a sede do govêrno. Em ofício comunicando à autoridade Regencial o grave acontecimento, em expressões transbordantes do fel das acerbas decepções relata: — Observando eu, pois, na manhã de 20 de setembro, que a fôrça que defendia a lei e o govêrno legítimo decrescia consideràvelmente, convoquei os oficiais que se achavam ao meu lado e expondo-lhes o estado dos negócios, assentaram todos que devíamos deixar o palácio, e reünir-nos no trem de guerra, até que chegassem várias fôrças de fora que, segundo as minhas ordens, deviam chegar por aqueles dois dias. De novo proclamei... mas os cidadãos armados, que me acompanharam para o trem, seriam apenas uns 50. Êsses mesmos se foram retirando; e às 11 horas da noite contaram-se alí

sòmente 9 oficiais, não obstante o derradeiro esfôrço que eu havia feito para juntar gente na tarde do mesmo dia... "

E já era tempo de retirar-se Braga, pois Bento Gonçalves na manhã de 20 de setembro de 1835, depois de um conflito com as fôrças legais sai vitorioso e marcha sôbre Pôrto-Alegre onde entra a 21, sendo recebido com aplausos delirantes.

Com a retirada de Braga assume a direção da província o vice-presidente Marciano Pereira Ribeiro que prestou juramento perante a Câmara Municipal.

O govêrno regencial sob a direção do Padre Feijó, ao ter ciência dos últimos sucessos do Rio-Grande, incontinente despacha para assumir aquela presidência, o Dr. José de Araújo Ribeiro, conhecido pela integridade de seu caráter e acêrto de suas decisões. Aliás, conhecia o novo presidente os chefes da revolução, estando até ligado por laços consanguíneos com Bento Manuel Ribeiro. E esta circunstância por si só o colocava em situação favorável para dominar a situação.

Araújo Ribeiro chega ao Rio-Grande, animado dos melhores propósitos pacifistas, e isto mesmo afirma em proclamação — "não vinha fazer reação mas promover a paz". E neste sentido logo escreve a Bento Ribeiro, que estava em S.-Gabriel, o qual responde-lhe que dalí em diante será seu aliado no trabalho de pacificação.

Araújo Ribeiro não ficara muito bem impressionado, ao chegar à cidade do Rio-Grande, e verificando que tôda a província, a exceção daquela cidade e da vila de São-José-do-Norte, estava submetida aos revolucionários. Aí é que tivera a noção perfeita da gravidade da situação. Convida a Bento Gonçalves, figura máxima da revolução, para acertarem amigàvelmente as medidas a tomar, em prol da paz da província. Da conferência resulta êste chefe ir a Pôrto-Alegre comunicar as medidas garantidoras de justiça e ordem que o novo govêrno vinha estabelecer. Para maior legalidade de seu govêrno Araújo Ribeiro deveria prestar compromisso perante a Câmara Municipal. Mas circunstâncias imprevistas vieram toldar aquela aparência de submissão integral à legalidade. Assim, quando Bento Gonçalves chega a Pôrto-Ale-

gre, encontra um pugilo de fiéis companheiros, tendo à frente Pedro Boticário em dissidência completa ao plano conciliatório que haviam traçado, pois estes patriotas jamais recuariam no trabalho em favor da independência tão ansiada. A-pesar-das nuvens pesadas que ameaçavam tudo perturbar, Araújo Ribeiro chega no dia 5 a Pôrto-Alegre, para no dia 9, de acôrdo com o que se combinara, prestar o juramento perante a Câmara, o que se não verificou porque os juízes de paz da capital e da freguesia das Pedras-Brancas, seguidos de assanhada multidão, entraram na Câmara, e, em nome do povo, pedem, que se adie aquela cerimônia até que se acalmem os ânimos, receosos de vinganças iminentes, e que o govêrno imperial desse solução ao reclamo que se vai enviar. As galerias estavam repletas de gente armada e sinistras ameaças corriam de bôca em bôca. Não houve remédio senão adiar a posse. Os próprios amigos do presidente não quiseram comprometer a situação, opondo-se ao protesto dos exaltados".

Em face dêsses graves acontecimentos, Araújo Ribeiro, volta para a cidade do Rio-Grande, e contando agora com o apôio decidido do seu parente e amigo Bento Manuel Ribeiro. A defecção dêste caudilho produziu nas hostes liberais uma certa cisão, resultando disto, incidir Bento Ribeiro nas desconfianças de Bento Gonçalves e da valorosa coorte que o acompanhava. Estando certo da solidariedade das câmaras de Pelotas, do Rio-Grande e de São-José-do-Norte e outras, Araújo Ribeiro julgou que num rápido golpe de fôrça afastaria tôda a oposição que lhe estava impedindo a ação. E não obstante o seu espírito moderado, cometeu um gesto imprudente, que veio lançar a província na segunda fase daquela luta fratricida.

A 15 de janeiro de 1836, assume o govêrno perante a câmara do Rio-Grande, e recusa-se a atender ao convite que lhe fêz a câmara de Pôrto-Alegre, para que perante ela, ratificasse a sua posse. Pretende justificar essa recusa, com o fútil pretêsto de que aquela câmara lhe negara a posse quando alí comparecera.

Proclama então, aos rio-grandenses, lançando aos rebel-

des tôda a culpa, e se comprometendo a restabelecer na província a ordem e a justiça. E, ao mesmo tempo, pede à Regência reforços urgentes, afim de salvar aquela província do perigo que a ameaçava, o da separação.

Sôbre esta injustificável atitude de Araújo Ribeiro, assim se expressa o ilustre escritor Fernando Osório no seu excelente livro "Guerra dos Farrapos": "É a opinião de muita gente dêste tempo envolvida nos sucessos que, se Araújo Ribeiro tivesse atendido ao convite, a paz teria sido feita; e transcreve de uns apontamentos que lhe confiou José Pedroso de Albuquerque, um dos ministros da República rio-grandense, êste trecho; a um ato de Araújo Ribeiro, não posso ainda hoje (1876) desculpar, e foi, o de não seguir para Pôrto-Alegre, como ficara assentado, dêste compromisso por sua parte, só poderia resultar bens, sendo um dêles destruir dos decidentes a desconfiança contra a sua lealdade".

Grande era a agitação que se notava nas fileiras revolucionárias, chegando ao auge, quando Bento Gonçalves foi suspenso do comando juntamente com Souza Neto. Ao govêrno imperial remetem os revolucionários uma enérgica representação contra os atos do novo presidente, acusando-o de ter desencadeado naquela província uma "medonha tempestade".

Em substituïção ao Dr. Marciano Pereira, vice-presidente em exercício, que a 16 de fevereiro, renunciara ao cargo em Pôrto-Alegre, assumia o govêrno o Dr. Américo Cabral de Melo, cujo primeiro ato foi suspender do comando das armas a Bento Manuel Ribeiro, nomeando para substituí-lo ao major João Manuel de Lima e Silva.

A defecção de Bento Ribeiro, longe de infundir desânimo aos revolucionários obrigou-os a enfrentarem esta segunda fase da luta com maior coragem e decisão.

O govêrno regencial toma medidas no sentido de tornar o Rio-Grande a sede provisória do govêrno, retirando-o de Pôrto-Alegre verdadeira capital, e transferindo-o para a cidade do Rio-Grande, juntamente com a Tesouraria geral, Alfândega e outras repartições.

Estas medidas de arrocho fizeram apenas ressaltar aos

olhos do país a intrepidez de Bento Gonçalves que afrontando com uma energia rara a Araújo Ribeiro intima-o a abandonar o govêrno, como única solução capaz de conjurar aquela conflagração.

As duas facções adversas se defrontam num choque terrível no assédio e tomada de Pôrto-Alegre pelos legalistas. A 10 de setembro de 36, deu-se um recontro terribilíssimo nas margens do Seival, no qual se verificou pelo heroísmo com que se houve a facção liberal, sob o comando de Souza Neto, uma retirada humilhante da fôrça legal e uma das maiores vitórias liberais. Bento Ribeiro de posse de Pôrto-Alegre prepara uma forte ofensiva contra Bento Gonçalves.

Êste pressentindo que algo de temeroso lhe poderia surgir inopinadamente, resolve seguir para a Campanha. Contam os legalistas com o concurso poderoso da fôrça naval, sob o comando do almirante Greenfell, que alí dispunha de uma esquadrilha, razão porque, Bento Ribeiro espionava o chefe rebelde em todos os seus passos, e preparava-se para numa ação conjunta com a esquadrilha naval desferir um golpe certo contra os revolucionários.

Enquanto ocorriam estes fatos, Bento Gonçalves tenta num supremo esfôrço alcançar a margem direita do rio Jacuí onde se acham fôrças amigas sob o comando de Lima e Silva, Neto e Crescêncio. Mas um conjunto de várias circunstâncias o impediram de alcançar o ponto visado e o arrastaram para entrar na ilha do Fanfa, que logo foi cercada por Bento Manoel e pelas fôrças de mar que sustentavam fogo nutrido contra o inimigo. Na impossibilidade absoluta de sair daquela dolorosa conjuntura e velando pela defesa da vida dos fiéis companheiros, Bento Gonçalves rendeu-se ou melhor capitulou, mas fê-lo de maneira digna, como bem a regista o conselheiro Araripe: "Recebo como irmãos, e afianço serem livres de perseguição, conforme as ordens do govêrno do Brasil, os indivíduos que se apresentem e reconheçam o govêrno legal do mesmo Brasil e da província, os que se achem nesta ilha hoje mesmo; os que estão na Xarqueada, dentro de quatro, e os de Jaguarão e Pelotas no prazo de 15 dias, inclusive nestes todos os chefes que têm acompanhado

o coronel Bento Gonçalves da Silva, e o mesmo coronel, entregando todo o parque de artilharia, armamento e munições na ocasião de se apresentarem", — Campo no pôrto do Fanfa, 4 de outubro de 1836. — Bento Manuel Ribeiro, comandante das armas".

Dentro em breve, conheceram aqueles que tão estrepitosamente haviam celebrado o triunfo legalista na ilha do Fanfa, que incidiam num grande êrro julgando agora fácil a pacificação. O desastre dos rebeldes naquela ilha serviu-lhes apenas, para melhor orientá-los, e torná-los mais arrojados e firmes no continuar da luta.

Assim, Crescêncio, o Major João Manuel de Lima e Silva, e Antônio de Souza Neto, vão reerguendo o ânimo de seus comandados. Assumindo o comando geral das armas o major Lima e Silva, concita os seus irmãos de luta à desafronta do revés que sofreram na ilha do Fanfa, fato êste resultante de alta traição porisso que a capitulação só se havia verificado depois que Bento Manuel garantira a vida e liberdade dos combatente e, a-pesar-disso, prendera a Bento Gonçalves, Côrte Real, Onofre Pires, e os enviara para a Fortaleza de Santa-Cruz, no Rio. As injustiças e os vexames que lhes infligiam as autoridades locais, eram de logo comunicados ao govêrno regencial, a quem solicitavam providências e garantias.

Aos seus constantes reclamos a Regência dava como resposta reforçar, naquela província, os contingentes de terra e mar. Até aquele dia, haviam se conservado fiéis às instituições do Império, mas escarmentados, perseguidos e injustiçados pelas autoridades constituídas, não podiam mais suportar a opressão e declaravam-se porisso agora em luta, não simplesmente com uma facção partidária, mas empenhados numa peleja viva para consecução do ideal que os empolgava naquele momento decisivo, — o da conquista da província do Rio-Grande. Rôtas as relações com o Império assume a luta proporções grandiosas, já pela desigualdade das fôrças combatentes, já pelos lances heróicos de que ela se reveste. Antônio Neto estimulava os companheiros com estas palavras de fé "o revés que sofremos é grande, mas é um só no

círculo de tantos triunfos; redobrai o vosso valor, e venceremos". E, êste ardoroso patriota já havia em dias de setembro, após a vitória do Seival, proclamado a independência do Rio-Grande, com o título de República Rio-Grandense. É mister salientar que a câmara municipal reünindo-se em sessão extraordinária na vila de Jaguarão, confirmou aquele ato, conforme veremos da seguinte ata: "Acta da sessão extraordinaria da camara de Jaguarão: "Aos 20 do mez de Setembro do anno de 1836, 1.º da independencia e liberdade rio-grandense, nesta villa de Jaguarão, ás 4 horas da tarde, abriu-se a sessão com cinco srs. vereadores; e tomando assento o sr. presidente disse haver convocado a camara para fazer-se patente neste momento a deliberação da maioria da provincia, respeito a ficar desligada da familia brazileira, instituindo um governo republicano. E sendo approvada com unanime applauzo de toda a camara, esta nova instituição, deliberou o sr. presidente, e foi approvado, que isto se fizesse publico em editaes e se officiasse ao Exmo. Sr. commandante superior, Bento Gonçalves da Silva, mostrando-lhe a deliberação que tomou este corpo municipal, pedindo-lhe queira dirigir interinamente o leme do governo deste Estado como chefe delle e protector da republica e liberdade rio-grandense, devendo marcar o dia em que se ha de proceder á eleição dos deputados para a assembléa constitucional, em cuja mão deve depositar os poderes que interinamente se lhe confiam, para que os transmitta a quem achar conveniente. Em seguida o sr. presidente deu os vivas seguintes: Viva a independencia da republica rio-grandense! Viva o Exmo. commandante superior, Bento Gonçalves da Silva, chefe do Estado! — Viva a revolução de 20 de Setembro de 1835, e todos os heroes que cooperaram para ella! Os quaes (vivas) com regosijo e grande enthusiasmo foram repetidos pela camara e demais circunstantes que estavam presentes (sic.). E não occorrendo nada mais, lavrou-se esta acta, que se approvou e firmou, e fechou-se a sessão. — Eu, Joaquim Floriano de Paiva, secretario, a escrevi. — Domingos Moreira — José Fernandes Passos — João Antonio de Oliveira Valle — Manoel Gonçalves Meirelles — Severino Antonio de Medeiros"

(Coleção Araripe. Transcrita do Jornal do Comércio de 2 de novembro de 1836).

E aos 6 de novembro de 1836, reüne-se em Piratiní, a câmara municipal, em sessão extraordinária, e declara unanimemente desligada do império a província livre do Rio-Grande, que toma então a forma republicana. Logo se elegeu seu primeiro presidente o cel. Bento Gonçalves da Silva, em cuja ausência seria substituído por José Gomes Vasconcelos Jardim. Para vice-presidente foram eleitos Antônio Paulo da Fontoura, coronel José Mariano de Matos, coronel Domingos José de Almeida, e Inácio José de Oliveira Gomes. Esta sessão revestiu-se de grande solenidade como se vê dêste documento : "Acta da proclamação da republica em Piratinim. "Aos 6 dias do mez de Novembro de 1836, 1.º da independencia do Estado Rio-Grandense, nesta villa de Piratinim, ás 9 horas da manhã, reunidos os vereadores, Srs. Silveira, Verde, Correia, Mattos e Cacorio, com a presidencia do Sr. Oliveira, foi aberta a sessão; leu-se a acta da antecedente e foi approvada. Recebeu-se um officio do Sr. Veleda em que participa que por se haver aggravado a sua molestia se acha privado de comparecer á sessão de hoje; fica a camara sciente. Depois de ser lido o officio do Exmo. Sr. commandante em chefe do exercito, João Manoel de Lima e Silva, que havia ficado addiado na sessão anterior propôz o Sr. presidente que a camara deliberasse a respeito e julgando ella necessario ouvir o parecer dos Snrs. coroneis Netto e Almeida, assim como dos mais officiaes que presentes se achavam, ácêrca do tempo necessario para todos os officiaes e mais praças do exercito pôrem o seu voto para presidente deste Estado, pediu-lhes houvessem de expender a sua opinião a tal respeito; e em vista das razões por elles ponderadas unanimemente deliberou a camara que se proceda hoje á dita eleição e que assim se communique ao mesmo Exmo. Sr. si quer esperar que, melhorando, lhe faça sciente a fim delle reunir-se e deferir-lhes juramento. Propoz o sr. presidente a nomeação de uma deputação para acompanhar o oficio para s. exa., e sendo resolvido pela affirmativa foram nomeados os vereadores Silveira, Verde e Moraes; os quaes cumprindo estas delibera-

ções, apresentaram á camara pela deliberação de ser hoje o dia da eleição do presidente deste estado, e exige logo que a pessoa que fôr eleita preste juramento e lho communique para prestar-lhe a devida obediencia. O sr. presidente, em nome da camara, fez vêr aos espectadores que nesta sessão se havia de proceder á eleição do presidente e de vice-presidente da republica constitucional, cumprindo ao mesmo convocar, logo que o permittam as circunstancias, uma assembléa geral e constituinte da republica, em cujo seio depositará os poderes que ora se lhe delegam e governará finalmente este Estado pelas leis em vigor, em tudo aquillo que fôr compativel com as nossas circunstancias e estado de revolução em que nos achamos. O que sendo ouvido pelos espectadores passaram a depositar sobre a meza as suas cedulas e o mesmo praticou a camara, a qual passando a proceder nos termos e apuração das mesmas publicou que a maioria absoluta de votos recahiu na pessoa do distincto patriota exmo. coronel Bento Gonçalves da Silva, e durante o seu impedimento na do cidadão José Gomes de Vasconcellos Jardim; e que para vice-presidente foram eleitos os cidadãos Antonio da Fontoura; o coronel José Mariano de Mattos; o coronel Domingos José de Almeida, e Francisco José de Oliveira Gomes. Depois do que, a camara unanimemente deliberou enviar uma deputação composta dos srs. vereadores já indicados ao cidadão eleito presidente, convidando-o a vir prestar juramento; e no entretanto, o sr. presidente suspendeu a sessão. Comparecendo na sala das sessões o exmo. sr. presidente José Gomes de Vasconcellos Jardim, prestou juramento nas mãos do sr. presidente da camara; e em seguida nas mãos deste todos os srs. vereadores, officiaes e mais cidadãos que estavam presentes; cujos juramentos constam do livro competente. Concluido este acto o sr. presidente da camara deu os seguintes vivas: — Vivam os defensores da nova republica! — Viva a republica constitucional! — Viva a independencia do estado rio-grandense! — Viva a constituição que fizer a assembléa geral constituinte! — Viva o bravo exercito republicano! — Viva o exmo. sr. presidente do Estado! O mesmo sr. presidente da camara propôz participar-se ao exmo.

sr. commandante em chefe do exercito, quaes as pessoas em quem recahiu a nomeação de presidente e vice-presidente deste Estado; o que, sendo resolvido pela affirmativa, foi enviado pelo conducto da mesma deputação. Assim mais se resolveu que se passariam editaes, publicando a posse e juramento que prestou o exmo. sr. presidente. Em nome da camara, o sr. presidente da mesma, convidou o dito exmo. sr. presidente e em geral aos espectadores, para assistirem a um Te-Deum laudamus, que manda celebrar em acção de graças. E como esta camara assim resolveu e praticou, mandou lavrar esta acta, em que assignaram todos os srs. vereadores; e eu, Antonio Belarmino Ribeiro, secretario da camara, o escrevi. — Vicente Lucas de Oliveira; — Francisco Moreira da Silva Verde; — Antonio Correia da Silva; — João Antonio de Moraes; — José Pereira da Silva Cacorio; — Serafim José da Silveira."

O desvario das autoridades locais nas medidas de arrocho adotadas contra os revolucionários e o menosprêzo com que eram desatendidos nos seus mais justos reclamos, resultaram afinal na proclamação da repúbica de Piratiní — acontecimento que iria ocasionar o esfacelamento da grandeza territorial do Império pelo desagregamento de uma de suas províncias mais importantes.

Os republicanos trataram logo de organizar a nova ordem de coisas, e para isto, elevam Piratiní à categoria de cidade, como sede da novel repúblíca; criaram-se repartições, organizou-se o funcionalismo, adotou-se uma bandeira e fêz-se o juramento cívico pelo qual o cidadão republicano obrigava-se a aceitar a religião católica, a defender a independência e integridade da recente república e a respeitar as suas leis.

A repúbica promete emancipar os escravos que servirem a sua causa, isto bastou para que as suas fileiras se elevassem numerosamente. Recebem então a patente de general os chefes Bento Gonçalves, Lima e Silva, Antônio Neto, Daví Canabarro, João Antônio e outros. Regulamentou-se a nacionalização estrangeira pelo seguinte decreto: "Piratinim, 18 de Dezembro de 1838, 3.º da independencia e da republica

rio-grandense. O presidente do Estado, depois de ouvir o conselho de ministros, decreta : Art. 1.º Os colonos de São Leopoldo e os de Tres Forquilhas, desde já são considerados cidadãos da republica, e como tais no goso de todos os direitos civis e politicos a estes concedidos. — Art. 2.º São igualmente cidadãos da republica, e considerados na fruição daquelles mesmos direitos, todos os estrangeiros que têm trabalhado, e possam por diante trabalhar na defeza da liberdade, independencia e prosperidade deste paiz, provando: 1.º constancia e permanencia continuada por mais de um anno, no serviço do exercito, marinha, ou commissões diversas; 2.º terem definitivamente fixado sua residencia no Estado; 3.º terem introduzido objectos bellicos, munição e apparelho do exercito, e um genero de industria qualquer; 4.º terem no Estado o capital de 4:000$000 em estabelecimento industrial ou commercial, ou nelle exerçam alguma profissão util ou vivam honestamente do seu trabalho; 5.º terem casado com cidadoa (sic) rio-grandense, ou dotado a um rio-grandense de qualquer dos sexos; 6.º terem os conhecimentos indispensaveis para serem admittidos no magisterio das universidades, lyceus, academias ou cursos juridicos do Estado. — Art. 3.º Para as provas exigidas no art. anterior são sufficientes justificações produzidas perante os juizes municipais do termo, e julgados pelo juiz de direito da comarca onde ellas tiverem origem. — Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario. — Domingos José de Almeida, ministro e secretario de estado dos negocios do interior e fazenda, interinamente encarregado do expediente dos da justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. — Bento Gonçalves da Silva; — Domingos José de Almeida".

O Uruguai prestou aos republicanos, nesta fase, o seu valioso concurso, embora de modo secreto, e o mesmo êles procuram obter do Paraguai, mas o ditador Francia não acedeu, preferindo manter-se em absoluta neutralidade.

Imensa foi a estupefação da Regência ao ter conhecimento das últimas ocorrências do Rio-Grande-do-Sul, pois, das notícias dadas pelo govêrno dalí, julgava-se aquela revolução

expirante. No primeiro momento não quis tomar a sério a República de Piratiní e achava inconcebível que os revolucionários tivessem a veleidade de querer sustentá-la.

Os republicanos ou farrapos, sob a direção de Antônio Neto, no intuito de assegurar o novo regime e conhecer das operações militares dos adversários, foram tomar posição nos cimos da serra de Veleda, mas por êste tempo, Bento Manuel Ribeiro havia reforçado as suas hostes com os orientais que acompanhavam Fructuoso Rivera, desavindo do presidente do Uruguai, (Manoel Oribe) e com o apôio de Bento Manuel asilado no Rio-Grande. E logo marchou afim de desalojar o inimigo das suas posições.

Atacado pelo fogo nutrido do adversário, Antônio Neto, embora o vigor da sua resistência, reconhece a impossibilidade de vitória e recuando refugia-se no Estado-Oriental. É a chamada **Vitória do Candiota** conquistada pelos imperialistas à margem do rio dêsse nome.

Ainda o alvorôço dêsse triunfo sacudia em alegrias estrepitosas as hostes legais, quando o govêrno regencial, numa inesplicável dubiedade de atitudes, resolve substituir o presidente Araújo Ribeiro pelo general Antero José Ferreira de Brito, e isto faz sob o fundamento de julgar mais forte e eficiente a ação militar no jugulamento da conflagração da província. Foi, porém, um ato infeliz êste do Govêrno, pois, trouxe aos defensores da ordem legal profundas desilusões especialmente a Bento Manuel Ribeiro, ligado, como sabemos, por grande afeição e laços consanguíneos ao presidente demitido. O seu arrefecimento na luta foi de tal ordem que, dias após à chegada do novo presidente, êle se incompatibilizou completamente com o delegado do govêrno regencial.

E' verdade que o general Antero assumindo o Govêrno, demonstrara, com uma presunção indisfarçável, que ainda estava por se delinear o plano que deveria extinguir a revolta, e porisso, êle passou a executá-lo, começando por dividir a província em quatro distritos militares, de Pôrto-Alegre, Rio-Pardo, Missões e Rio-Grande.

A atitude de reserva com que trata aos legalistas que já haviam servido com os revolucionários traz-lhe muitas anti-

patias e mais tarde insuperáveis dificuldades. Só aos que haviam servido fielmente ao govêrno, é que distinguia com postos de confiança. Tinha o espírito prevenido contra Bento Manuel, não só por sabê-lo da intimidade do ex-presidente Araújo Ribeiro, como por já ter sido revolucionário. Mas, disfarçando a sua prevenção convidou-o para direção de uma das fôrças que guarneciam a fronteira. Bento Manuel recusa a missão alegando a precariedade do seu estado de saúde. Intimamente se regozijou Antero com as escusas de Bento Manuel, mas ainda lhe escreve comunicando-lhe a sua próxima visita às fronteiras e que por esta ocasião iria pessoalmente conferenciar com êle. A perspicácia terrível daquele caudilho tinha perfeitamente compreendido o jôgo de Antero e furioso concebe preparar-lhe um plano terrível para depô-lo. E da concepção à realização foi rápido. Alia-se outra vez aos farroupilhas republicanos e como Antônio Neto e seus companheiros refugiados no Estado-Oriental desde a derrota que sofreram no Candiota, haviam se aproveitado daquele momento de confusão e entrado na província, lhes comunica o plano arrojado que tendia ao aprisionamento do presidente Antero. Tudo se concordou e se dispôs. E assim, quando o presidente Antero transpõe o passo do Tapeví, que dista umas vinte léguas do Alegrete, foi preso de surpresa, por um contingente que o levou à presença de Bento Manuel, que o declara seu prisioneiro. E, imediatamente oficia comunicando a ocurrência ao general Chagas Santos, Correia da Câmara, e aos brigadeiros Silva Fontoura, Francisco Mena Barreto e ao general João de Deus Mena Barreto, afirmando-lhes categòricamente ter prendido Antero porque estava o novo presidente, com a sua péssima administração comprometendo a causa da província e impossibilitando a sua pacificação, pela qual, trabalhariam agora os republicanos se assumisse a presidencia o vice-presidente Dr. Joaquim Vieira da Cunha, e fôsse nomeado comandante das armas o general Gaspar Francisco Mena Barreto. Exigia, igualmente, que se permitisse livre trânsito a Fructuoso Rivera no seu regresso para o Estado-Oriental, responsabilizando, por fim, ao presidente prisioneiro pelo que, de modo contrário, viesse suceder.

O terrível caudilho, no entanto, foi envolvido nas malhas de um processo, sôbre êste fato diz o conselheiro Araripe: "pela prisão de Antero e pela subseqüente tomada de Caçapava, foi Bento Manuel imediatamente sujeito a processo no fôro comum. No juízo de paz de Pôrto-Alegre, instaurou-se-lhe, em 21 de abril, o competente sumário de culpa, em que foi pronunciado com seu filho dr. Sebastião Ribeiro, e mais quatro indivíduos, como cabeças do crime de sedição e rebelião, e como cúmplices de roubo e cárcere privado. O presidente Antero de Brito levava consigo a quantia de 7:000$000, que foi apreendida com o prisioneiro. Esta quantia, pertencente aos cofres nacionais, deu azo à qualificação de roubo na pronúncia judicial. Êste processo, que aliás nenhum êxito real produziu, foi posteriormente inutilizado pela anistia geral".

A prisão de Antero e suas conseqüências causaram em Pôrto-Alegre, um atordoamento geral. E entre as fileiras legalistas estabeleceu-se, com o bandeamento de Bento Manuel uma confusão horrível. Uma indiscritível desconfiança labora entre êles próprios. Desorientam-se as autoridades em tomando as medidas repressivas.

Assume a presidência da província conflagrada o vice-presidente Dr. Américo Cabral de Melo que empregou o maior esfôrço para enfrentar os rebeldes que sob o comando de Bento Manuel, Antônio Neto, auxiliados por Fructuoso Rivera, marchavam para a vila do Rio-Pardo que num ligeiro combate logo foi ocupada. Invadia as fôrças governistas um desalento imenso, pela triste situação em que se viam de combaterem contra alguns de seus efeiçoados companheiros de dias anteriores.

E, êste desalento chega ao auge quando Caçapava, a melhor posição estratégica da província, cai em poder dos republicanos. Mais um triunfo que os republicanos conquistam sem luta, devido à imediata rendição do comandante cel. João Crisóstomo da Silva, sob o qual recaem suspeitas pouco lisonjeiras.

A república, sob a presidência de Vasconcelos Jardim, parece já agora um fato consumado, tanto que êle mesmo proclama ser "guerra dos republicanos a guerra da honra con-

tra a infâmia e afirma que o imbecil partido legalista tinha chegado ao último desalento".

No Rio-de-Janeiro ecoam desoladoramente estas notícias. A Regência recorre então aos meios conciliatórios, julgando serem os únicos apropriados para a pacificação, e agindo com estes propósitos, nomeia presidente para o Rio-Grande, o Dr. Feliciano Nunes Pires que inteiramente desligado de política, podia excelentemente desempenhar aquela missão. Assumindo o govêrno e para inspirar confiança nas suas promessas conciliatórias, põe em liberdade os prisioneiros do combate do Fanfa, que ainda se achavam nos cárceres do Rio, excetuando, porém, das graças do perdão os chefes Bento Gonçalves, Onofre Pires e Côrte Real. Os dois últimos, entretanto, conseguiram se evadir, ficando sòmente Bento Gonçalves a sofrer as cruezas da fortaleza de Santa-Cruz. O govêrno toma a resolução de transferir, por medida de segurança, para o "Forte-do-Mar" na Baía, o chefe farroupilha, que pouco depois, obtendo permissão para tomar uns banhos de mar, foi se afastando da barra gradativamente, até que a 10 de setembro de 1837, consegue evadir-se numa embarcação que passava ao largo e o deixa na ilha de Itaparica, onde êle embarca para Santa-Catarina, dalí seguindo por terra para Viamão. Sôbre esta sua jornada para Viamão não nos furtamos a referir o comovente episódio narrado por Augusto Saint Hilaire, em sua apreciável obra. "Viagem ao Rio-Grande-do-Sul": "Quando Bento Gonçalves voltava ao Rio-Grande, vindo de Santa-Catarina, onde desembarcara do navio que o trouxera da Baía, chegou a uma estância, tendo cansado o cavalo. Faltava-lhe muito ainda para avistar Viamão... Apeou-se à porta, e veio recebê-lo uma velhinha, a quem disse ter empreendido longa viagem, com pressa, e que não podia seguir por falta de cavalo vinha valer-se de sua generosidade, certo de que lhe não seria negado o auxílio. A velha excusou-se, respondendo: — "Fui rica, hoje estou pobre. Dei o que pude à revolução. As fôrças legais levaram-me o resto. Na estância só tenho um cavalo, para todo o serviço. Êste não o dou. Só se mo viesse pedir o general Bento Gonçalves. Guardo-o para êle, quando voltar ao Rio-Grande". Bento Gonçalves

deu-se a conhecer, encobrindo a custo a emoção que se apoderara dêle. Era a alma do Rio-Grande que alí falava pela bôca da matrona, fazendo-lhe bater o coração de orgulho. Encontrava o seu povo como o deixara — altivo e forte, pronto a conquistar a liberdade nos campos de batalha".

A chegada do famoso chefe farroupilha ao Rio-Grande-do-Sul, traz aos republicanos um entusiasmo indiscritível e lança o meio desânimo nos arraiais imperialistas. Vigorosas se acham então as córtes farroupilhas dirigidas pelos bravos Bento Gonçalves, Antônio Neto, Lima e Silva, Crescêncio, João Antônio, Daví Canabarro, Côrte Real, Onofre Pires e Bento Manuel, contando ainda com o auxílio de Fructuoso Rivera. E do próprio presidente Manuel Oribe conseguem que "fechasse os olhos ao aparelhar e saída dos portos orientais, de navios cobertos com a bandeira de Piratiní" e munidos de carta de côrso, e que se destinavam a perseguir e aprisionar embarcações mercantes do império. Os imperialistas estavam apenas na defensiva e como recurso de salvação planearam semear a discórdia entre os adversários por conseguirem assim enfraquecê-los, desarticulando-os. Tentativa, porém, inteiramente inócua, devido à perfeita unidade existente entre os republicanos.

Por seu lado, o presidente Feliciano Nunes Pires prometia tôdas as garantias aos que depusessem as armas, mas nada conseguia. Diante disto o govêrno regencial resolve extinguir aquela revolução pelo emprêgo da fôrça, e substitue Feliciano Pires na presidência pelo marechal Elzeário de Miranda Brito, que levava ordens terminantes.

Êste, ao chegar, toma medidas enunciadoras dos seus propósitos de viva reação, e vai logo atacando as fôrças que assediam Pôrto-Alegre, estas recuam e êle animado procede a perseguição até Rio-Pardo de onde proclama a vitória, alargueando grandemente o seu feito, em breve porém conheceu o seu êrro militar, quando toma por fraqueza o retrocedimento dos revolucionários, pois que isto apenas significava um plano estratégico, assim é que logo que êle se retirou os rebeldes voltam numa contra-marcha inopinada, caem sôbre Rio-Pardo e tomam-na.

Pôrto-Alegre enche-se de pavor ante a iminência também de ser assaltada. Reclamos aflitivos dirigem à Regência para que mande urgentes reforços. Os legalistas, em fins de 1837, contam apenas com dois chefes de real valor, Silva Tavares, na frente das fôrças de terra, e o Almirante Greenfell comandando a esquadrilha marítima.

Aquelas vitórias envolvem numa onda de esplendente entusiasmo a alma revolucionária cada vez mais vibrando ante a proclamação que Bento Gonçalves dirige exaltando o valor de seus companheiros de luta.

Em março de 1838, entra para as fileiras farroupilhas, Giuseppe Garibaldi que se houve com o alto denodo que mais tarde inscreve o seu nome aureolado nos fastos brilhantes da nossa história. Garibaldi trazia alguns fiéis companheiros. A êle foi confiado o comando da pequena flotilha composta de lanchões com que iam enfrentar a esquadrilha dos imperialistas. Em julho, do mesmo ano, entra em ação a flotilha de Garibaldi fazendo o côrso, e é admirável a audácia com que êsse pugilo de aventureiros enfrenta a esquadrilha imperial composta de 30 navios bem aparelhados, causando-lhe sérios receios.

Dia a dia, maiores vitórias regista a causa revolucionária. Em poder dos legalistas se acham agora apenas, o Rio-Grande, São-José-do-Norte e Pôrto-Alegre que se acha ainda sob o guante opressor do assédio de Bento Manuel. Em dias de agôsto, Bento Gonçalves lança à Nação estarrecida, um manifesto impressionante, explicativo das causas e porquês daquele movimento, e o faz com tão vivas demonstrações de sincero patriotismo e lealdade de sentir, que impressiona infinitamente a alma brasileira. Historiando todos os graves motivos que o levaram à República êle salienta : "o dos impostos gravosos que pesavam sôbre o povo. E que o govêrno não zelava os dinheiros públicos. Que vem contraindo dívidas tais, e por tal maneira, que ameaçam de ruína a nação. Tem permitido contrabandos vergonhosos e extremamente prejudiciais. Faz leis sem utilidade pública, e deixa de fazer outras de vital interêsse para o povo. Esgota os cofres nacionais com despesas supérfluas, e não cura do melhoramen-

to material do país. Não aproveita, nem ao menos sabe conservar, as riquezas naturais do solo brasileiro. Não administra as províncias imparcialmente. Permite a mais escandalosa impunidade em seus agentes, desprezando as queixas que contra êle se dirige. Permite um trafego vergonhoso no pagamento da dívida pública, na distribuïção dos cargos públicos, na administração da justiça, e finalmente em todos os atos da pública administração. Tem pôsto em prática uma política feroz e cobarde com respeito a estrangeiros nacionais, que chama rebeldes. Tem desprezado, e mesmo punido, como crimes, as mais justas e atendíveis representações do povo. Tem invalidado mandados de habeas-corpus legais. Tem conservado cidadãos longo tempo presos, sem processo de que constem seus crimes. Vilipendiou o espírito nacional, ligando-se a uma facção estrangeira e adversa ao Brasil. Sem o indispensável consentimento legislativo, tem armado estrangeiros para escorar suas arbitrariedades. Estes males, além de muitos outros, nós os temos suportado em comum com as outras províncias da união brasileira: amargamente os deplorávamos em silêncio sem contudo sentirmos abalada a nossa constância, o nosso espírito de moderação e de ordem. Para que nós lançássemos mão das armas foi precisa a concorrência de outras causas, outros males, que nos dizem respeito particularmente a nós, e que nos trouxeram a íntima convicção da impossibilidade de avançar na carreira da civilização e prosperidade sujeitos a êsse governo". E concluía as suas tremendas acusações, jurando por tudo que lhe era mais caro que jamais aceitariam uma paz que não fôsse honrosa para os republicanos.

O ano de 38 foi muito calamitoso para as fôrças do govêrno. Uma verdadeira onda de infortúnio erguia-se em sua direção, levantando desconfianças e desinteligências que ocasionaram os reveses por que passaram. Assim é que os principais chefes legalistas, Elzeário e Greenfell não se entendem, e porisso, assume o comando das fôrças de mar o cap. Frederico Mariath. Silva Tavares, um dos maiores expoentes legalistas também se acha incompatibilizado com Elzeário. Entra o ano de 39, e ainda os legalistas se vêem cercados por

uma atmosfera asfixiante de dúvidas, receios e desalentos. A 9 de janeiro, o govêrno republicano transferiu a sua sede para Caçapava, magnífica posição estratégica. As fôrças legais continuavam batidas nas suas investidas e nos seus propósitos. A notícia desses reveses chega ao Rio, e faz a Regência enviar ao Rio-Grande, a 6 de março do mesmo ano, o próprio Ministro da Guerra Sebastião do Rêgo Bastos, que numa rápida visita e ligeiras medidas tomadas, fêz um julgamento superficial das causas e do movimento revolucionário. Chegando a asseverar em documento oficial que o têrmo da guerra estava prestes pela derrota e submissão dos rebeldes, pois o Império dispunha de elevadas fôrças na província e de todos os elementos indispensáveis para a pacificação, acrescenta haver notado muitas divergências entre os chefes farroupilhas. Enquanto isto asseverava o Ministro da Guerra, reinava entre as principais figuras legalistas, desavenças de tal monta que resultaram na demissão do presidente Elzeário e do cap. Mariath que foram substituídos, respectivamente, no govêrno e comando das fôrças marítimas, pelos Dr. Saturnino de Souza e Greenfell, vindo também comandar as fôrças de terra, o marechal Manuel Jorge Rodrigues. Ao chegarem à Província em julho, essas autoridades assumiram os seus postos cheios de grandes esperanças de êxito, aliás, alimentadas pelas notícias que ao chegarem alí receberam, e que o brigadeiro Calderon trouxera do Estado-Oriental uma excelente cavalhada e que ao seio legalista reingressara novamente o caudilho Bento Manuel.

Bento Manuel retorna às forças imperiais após uma pretensa justificação do seu proceder, em documentos oficiais dirigidos ao presidente Saturnino e ao Ministro da Guerra, documentos estes, que êle próprio procura dar a maior divulgação. Mas o guerreiro egresso das hostes rebeldes com tais bandeamentos revelava-se um temperamento tréfego e vaidoso, pois, nenhuma causa séria houve que plenamente justificasse as suas atitudes. A alegria que causa a sua volta aos imperiais é justa, pois, como afirma o ilustrado dr. Pereira da Silva, quem superava a Bento Manuel, no atrevimento, na rapidez, na execução de emprêsas temerárias ? Por essa au-

sência de firmeza nas suas atitudes por todo o desenrolar da grande luta dos pampas, é que o ilustre escritor Otelo Rosa vacila em colocar ao lado das veras figuras combativas dos Farrapos, a personalidade singular de Bento Manuel.

Realmente, por certas determinantes êle presta à causa dos Farrapos reais serviços, mas o seu interêsse o leva para os governistas por qualquer nonada, ou mesmo quando sua doentia vaidade se sente abalada. Porisso é que, se ontem o vimos ao lado dos legalistas desferindo o golpe, armando ciladas terríveis aos rebeldes, como fêz no combate do Fanfa aprisionando Bento Gonçalves, hoje vemo-lo irmanado aos rebeldes dirigindo tremendos avanços contra os imperiais derrotando-os, e agora novamente pugnando pelos ideais imperialistas.

E' de fácil explicação a variabilidade da conduta de Bento Manuel. E' que o famoso lutador, não se havia integrado com legítima convicção no mesmo ideal que acendia entusiasmos veementes à bravura cívica de Bento Gonçalves, Antônio Neto, Lima e Silva, Daví Canabarro.

Em julho, Bento Gonçalves com Daví Canabarro traçam o arrojado plano de se apoderarem da província de Santa-Catarina, afim de obterem um pôrto marítimo onde pudessem armar corsários e estabelecer o comércio interno. A execução dêste plano exige lances de coragem e de audácia. Assim é que Daví Canabarro e José Garibaldi com um trôço de seus compatriotas se arrojam numa aventura de inacreditável temeridade — a de abrir passagem pelo oceano para a sua flotilha, quando os navios de Greenfell estavam vigilantes na barra do Rio-Grande e nas águas da lagoa. Garibaldi iludindo aquela terrível vigilância, transporta por terra do Capiварí os seus melhores lanchões e chega até ao Tramandaí onde os lança.

Canabarro com a sua divisão computada em cêrca de mil homens, toma o rumo das serranias, passando Santo-Antônio-da-Patrulha e por São-Francisco-de-Paula. Marcha a seguir sôbre a vila de Lages da qual fàcilmente se apodera. Descendo depois a serra e dirigindo-se para o mar pelas margens do rio Tubarão, penetra em Laguna sem que ninguém

lhe obstasse a ação. Laguna estava sob a defesa do comandante militar Vilas Boas, que amedrontado tratou de escapulir e apressadamente, apoderando-se Canabarro da vila, das fortalezas, das artilharias, das embarcações mercantes, que encontrou na barra iniciando logo o côrso que causou grandes transtornos ao comércio imperial. Nesta ocasião Canabarro lança um manifesto aos catarinenses estimulando-os a se separarem do Império e a se federarem à República de Piratiní.

Em 24 de julho reünida a Câmara Municipal de Santa-Catarina aceita a forma republicana para aquela província, organizando-se então a República Catarinense da qual foi aclamado presidente o padre Vicente Ferreira dos Santos Cardoso.

Laguna erige-se em cidade, capital do novo Estado, e toma o nome de Juliana. A República Catarinense teve no entanto, a duração efêmera de quatro meses.

O govêrno imperial revolta-se ao saber dos acontecimentos de Santa-Catarina e demite, imediatamente, o seu presidente brigadeiro João Carlos Pardal, nomeando para substituí-lo o general Francisco José de Souza Soares Andrea que ajudado pelos comandantes de mar e terra, Frederico Mariath e cel. José Fernandes dos Santos Pereira, traça excelente plano de ação que dentro em breve reconquista Laguna, após nutrido fogo sustentado contra os rebeldes os quais cercados pelas fôrças de mar e terra, numèricamente muito superiores as de que êles dispunham, retiraram-se para o sul. Assim foi que, numa reação decisiva e bem dirigida, desfez-se em algumas horas de vivo combate, o dileto sonho da República catarinense.

A vitória dos legalistas em Santa-Catarina foi, porém, sombreada pela morte trágica de alguns dos seus guerreiros que sob a direção de Francisco Xavier da Cunha seguiram até a pequena povoação de Santa-Vitória, afim de desalojar os rebeldes que alí estavam sob a direção do cel. Teixeira Aranha. Neste encontro sangrento o valoroso Teixeira Aranha desbarata completamente as fôrças legalistas que dirigidas por um impulso terrìvelmente arrojado do seu comandante

Xavier da Cunha, precipita-se num dos arroios tributário do rio Uruguai, procurando atravessá-lo e perecem afogados. Teixeira Aranha não gozou o seu triunfo, pois logo sofre o ataque inesperado da coluna legalista chefiada por Antônio Manuel Albuquerque que o rechassa a ponto de obrigá-lo a fugir precipitadamente para o Rio-Grande. Reconquistada Santa-Catarina o general Andrea organiza a sua permanente defesa militar e despacha o grosso das tropas para Rio-Grande.

Bento Gonçalves com o seu exército acampava na Capela-de-Viamão, onde recebia as notícias daquelas perdas dolorosas. Compreendendo a dificílima situação em que, se viam envolvidos e a impossibilidade de atacar Pôrto-Alegre, similou todavia, atacá-la para ver se, por estes estratagemas, conseguia reünir-se às fôrças de Crescêncio e Antônio Neto, que acampavam próximo do Rio-Pardo e Cachoeira. Juntando-se a essas fôrças, formaria um valioso contingente com o qual esperava operar num decisivo combate. Mas o plano afinal, não se leva a efeito já porque o descobriram os adversários, já porque no plano para a sua execução, surgem desinteligências entre os chefes rebeldes. Venceu, no entanto, o que havia traçado Manuel Jorge, contando com o auxílio de um contingente numeroso do cel. Calderon que se achava em Camaquam, e conseguiu, traindo a vigilância de Antônio Neto e Agostinho de Melo, vadear em Taquarí e chegar próximo de Santo-Amaro onde se reúnem as fôrças de Manuel Jorge. As peripécias desenvolvidas pelos adversários são admiráveis.

Enquanto Crescêncio vai se avizinhando de Pôrto-Alegre e Bento Gonçalves avançando para a vila de Taquarí, Manuel Jorge faz marchas e contramarchas tomando prontas medidas afim de interceptar a passagem dos rebeldes pelo rio Taquarí. E nas margens dêsse rio foi que se deu, no dia 3 de maio de 1840, mais um tremendo encontro, no qual os legalistas tiveram vitória, não obstante, à morte súbita do brigadeiro Calderon num momento em que para iniciar a luta tomava o seu cavalo. Esta vitória, os legalistas devem-na à extraordinária presença de espírito e ao valor do chefe Manuel Jorge que, a-pesar-da sua idade, inspira grande entusias-

mo e vigor aos seus comandados que sustentaram, sob a sua direção, um combate mortífero durante 3 horas, terminando pelo rechassamento de Bento Gonçalves que ainda consegue voltar para Viamão seguido por Canabarro. Em verdade, foi grande a vitória pelas fôrças de Manuel Jorge, mas, sem desmerecer a bravura com que êle se houve, maior teria sido o triunfo se se tivesse executado o plano de Calderon. Com as desinteligências surgidas entre aquelas principais autoridades não tivessem ainda desaparecido, o govêrno central as substituiu pelos marechal Soares de Andréia que incontinente veio tomar conta do govêrno de Santa-Catarina e ao mesmo tempo do comando das armas.

Uma transformação opera-se na política geral, com a proclamação da maior idade. 'As simpatias do Ministro do Império, Antônio Carlos, para com os liberais manifestam-se francamente nas ordens que agora emanam daquele govêrno no sentido de se resolver a luta por meio de medidas conciliatórias. Antônio Carlos, elevado espírito liberal, não se arreceia de escrever a Bento Gonçalves e ao marechal Andréia determinando a suspensão das hostilidades. Andréia não satisfeito com a orientação de Antônio Carlos, manifesta a sua opinião em ofício que lhe dirige e no qual assim se expressa "que a seu ver enquanto não se alcançasse uma vitória que tornasse os rebeldes impotentes para a luta êles não aceitariam quaisquer condições de paz. E mesmo o perdão devia simbolizar a magninimidade do trono e jamais ser uma denúncia de fraqueza". A-pesar-dêste alvitre de Andréia, o govêrno continua a promover entendimentos conciliatórios, enviando até um emissário, o deputado Álvaro Machado, que já havia na câmara demonstrado vivas simpatias pelos revolucionários do Rio-Grande. Bento Gonçalves, porém, jamais aceitaria uma conciliação que não assegurasse plenamente os direitos dos rebeldes e não mareasse de modo algum o brio e altivez de seus denodados companheiros. Substituïções de presidentes e de comandantes se verificaram neste pequeno lapso. Fracassara a missão Álvaro Machado e o govêrno central sentindo as grandes responsabilidades que recaíam sôbre os seus ombros, resolve nomear, cumulativa-

mente, presidente e comandante das armas da província conflagrada o já aureolado Luiz Alves de Lima e Silva. Por êsse tempo José Clemente Pereira, substituíra na pasta do império a Antônio Carlos e nova orientação imprime-se à solução da luta fratricida.

A nomeação de Caxias foi recebida com a maior satisfação. A 9 de novembro de 43 em Pôrto-Alegre, assume o grande general os seus respectivos cargos, animado dos mesmos intuitos que o conduziram aos melhores resultados nas revoluções de São-Paulo, Minas e Maranhão. Sôbre sua maneira de agir naquela província êle se expressa num documento oficial da seguinte maneira: "agirei enèrgicamente, não como único meio de chamar à ordem os dissidentes, mas como meio auxiliar da política de conciliação, que sempre venho empregando em iguais casos". Recebendo a denúncia que o brigadeiro Rafael Tobias, chefe da revolta de São-Paulo atravessara o território de sua jurisdição para se reünir aos riograndenses, manda, incontinente, efetuar a sua prisão, remetendo-o para o Rio afim de responder a processo.

Caxias faz um apêlo aos principais elementos da província para que o auxiliem nos trabalhos da pacificação. E após trocar idéias com o Ministro da Guerra, aproveita o valioso concurso de Bento Manuel, apenas não lhe entrega corpo de comando. E assim dispondo toma também providências a respeito dos auxílios que à revolução vem fornecendo o presidente do Uruguai, que, além das cavalhadas enviadas ainda remete combatentes para as fileiras dos rebeldes. Guarnecendo de fôrças suficientes as cidade de Rio-Grande, São-José-do-Norte e Pôrto-Alegre, dirige-se, a 11 de janeiro de 43, para o Rio-Pardo sem encontrar inimigos, pois as fôrças sob o comando de Neto que estacionavam em Canudos, não o incomodaram. A 12 de fevereiro chega a São-Lourenço e organiza a fôrça dividindo-a em 3 contingentes comandados respectivamente, pelo brigadeiro Felipe Neri de Oliveira, coronéis Jacinto Pinto de Araújo Correia e João da Silva Tavares. Caxias procura os rebeldes em várias direções e não os encontrando, quando retrocede do Livramento vai, em seu encalço em São-Gabriel onde teve notícia de terem os mes-

mos chegado de surpresa. Resolve então estender duas colunas margeando a direita e a esquerda do Santa-Maria, além de diversas patrulhas que espalha em derredor. Os republicanos resolvem demonstrar que nada os faz temer, e que estão firmes nos seus propósitos. E, como demonstração pública, convocam a reünião do Congresso Constituinte da Nação Rio-Grandense, congresso êsse cuja reünião já havia sido deliberada quando se proclamou a República de Piratiní, a 6 de novembro de 36, e que vinha sendo adiada por motivos vários.

Reünindo-se, no dia 1.º de dezembro, em Alegrete, a Assembléia após as sessões preparatórias fêz a sua instalação solenemente. Bento Gonçalves foi recebido com tôdas as honras militares. Dirigiu aos congressistas a sua fala, e restituiu-lhes, nessa ocasião, a direção suprema da província. Mas a Assembléia, dias após, o investe novamente nas suas altas funções com um honrosíssimo ofício, assim redigido: "Votando o mais profundo respeito aos princípios tutelares das liberdades públicas, a assembléia geral aceita o precioso deposito, que V. Exª. lhe confiou, entregando-lhe os poderes extraordinários, de que foi investido no momento da sua eleição; mas convencida das circunstâncias excepcionais em que nos achamos, protesta conceder ao govêrno todos os meios, recursos e faculdades indispensáveis ao bom desempenho da sua importante missão; certa, como está de que V. Exª. fará uso delas com o mesmo acêrto e prudência, de que tem dado ao país e ao mundo o mais solene testemunho". Funcionava a Assembléia inspirada por um supremo e heróico esfôrço daqueles bravos, quando ao se ter notícia de que Caxias marchava sôbre o Alegrete, resolve dissolver-se a 10 de fevereiro de 43. Compreendiam perfeitamente os republicanos a impossibilidade de combater contra um chefe da estatura moral e da bravura de Caxias, que aliás, dispunha de fôrças superiores às suas. Sabiam que seria fatal a sua rendição ao império da fôrça armada. Mas, numa arrancada suprema, ainda desenvolvem esforços inauditos. Assim é que, o denodado Bento Gonçalves seguiu, sem desfalecimentos a reta que se traçara com a mesma altivez de caráter que o distinguia. No

último quartel da peleja amarguram-lhe o coração até alguns dos seus mais íntimos companheiros levantando querelas e dissídios. Já isto se verificara quando, no seio da Assembléia, discutia-se o decreto de confisco dos bens dos legalistas. A discussão foi agitadíssima, originando-se o rompimento entre os diversos próceres. Como resultante fatal dessa discórdia deu-se a 12 de fevereiro de 43, o assassínio de Antônio Paulo da Fontoura, um dos exaltados chefes da cisão. Onofre Pires seu aliado, ataca por isto de maneira soez, a honra de Bento Gonçalves que daquele fato apenas tivera ciência após o sucedido. O insulto que lhe atirara o seu ex-companheiro Onofre, foi um dos mais dolorosos golpes da via crucis que vinha palmilhando. Escreve uma carta vibrante de indignação a Onofre, rebatendo-lhe as injustiças e acusações, e daí lutarem ambos num duelo em que Onofre, perece aos golpes mortíferos do seu adversário.

Chega a causa farroupilha ao seu último momento. Fere-se, em 26 de maio, o combate de Ponche-Verde onde os imperiais conquistam a vitória graças a um equívoco dos rebeldes que se desorientam ante a chegada de uma grande cavalhada oriental enviada aos mesmos e que êles julgaram pertencer ao inimigo. Sôbre êsse equívoco fala o conselheiro Araripe : "Afirmam os contemporâneos dêste sucesso que no vigor do conflito apareceu pela retaguarda dos rebeldes uma cavalhada, que vinha do Estado-Oriental, e que na sua marcha, como era natural, grande nuvem de poeira levantava. Supuseram os rebeldes que eram forças legais que os vinham agredir, e nesta persuasão tocaram retirada, deixando a vitória aos adversários".

O revés de Ponche-Verde não entibia os rebeldes que, numa coluna numerosa, sob a direção de Canabarro, marcham para tomar Alegrete que estava sob a guarda do brigadeiro Francisco de Arruda que se defende satisfatòriamente. Canabarro após um renhido tiroteio recua com os seus soldados em ordem. E assim vai Caxias colhendo vitórias sôbre vitórias nos diversos combates parciais, pois, impossível lhe foi enfrentar os rebeldes numa decisiva batalha campal, porque estes lhe fugiam reconhecendo a sua própria inferiori-

dade numérica. A 8 de junho sofrem os republicanos um assalto inopinado em Santa-Maria-Chica. ¡No primeiro embate com os legalistas chefiados por Francisco Pedro, foram rechassados, mas recebendo o auxílio de Antônio Neto, conseguem desbaratar o inimigo. Os rebeldes continuam nas suas correrias descoroçoando aos legalistas sem todavia se afastarem das fronteiras, antevisando refúgio salvador no Estado-Oriental. Recebendo Caxias o aviso de que os revolucionários voltaram a ocupar Piratiní, envia um contingente sob as ordens do cel. Marques de Souza que não os encontra mais alí seguindo então para Pelotas. Em fins de 43, conhece-se perfeitamente ser insustentável a situação dos rebeldes, pois Caxias conta com um efetivo de onze mil homens que guarnecem a extensa linha militar de Jaguarão até São-Borja. Estabelece dalí por diante um cêrco ainda mais terrível. Sabendo Francisco Pedro que uma forte coluna sob a direção de Bento Gonçalves, Antônio Neto e Camilo dos Santos marchava com intuito de desalojá-lo, sai ao seu encontro e a 25 de outubro bate-os em Cangussú obrigando-os a debandar. Assim, se escoou todo o ano de 43 em correrias e emboscadas que estenuavam as fôrças legalistas e ensangüentavam cada vez mais o território rio-grandense. Caxias faz sentir ao govêrno imperial a necessidade de se acordar com as repúblicas vizinhas, especialmente com o Uruguai, afim de cessar definitivamente, o fornecimento de auxílios aos rebeldes. O govêrno imperial enviou um emissário especial às repúblicas platinas conseguindo o mesmo completo êxito de sua missão. Já eram demais escassos os elementos de que dispunham os rebeldes. Entretanto, Canabarro ainda reorganiza elementos para uma ofensiva a Francisco Pedro, e chega a destroçá-lo. ¡Em fins de 44, é desolador o estado da província, e porisso, intensificam-se as conferências e os entendimentos que desde maio de 43 eram promovidos no intuito de se conseguir a pacificação. Até, que Caxias recebendo instruções especiais, trata de restabelecer a paz. Estabelecidas as condições, os rebeldes ainda se reüniram num conselho militar em Ponche-Verde, a 25 de fevereiro de 45, e aí então resolveram aceitar a paz, que afinal ratificaram com as

seguintes vantagens : "1) Anistia geral e plena para tôdas as pessoas envolvidas na rebelião; 2) isenção do serviço militar e da guarda nacional para todos os indivíduos que tinham servido no exército da revolta; 3) os chefes dos rebeldes gozarão das honras dos seus postos; 4) os escravos que serviram como soldados da república, pertencerão ao estado, que indenizará aos seus antigos donos".

Os respectivos chefes Caxias e Canabarro proclamam aos seus soldados sôbre o resultado das conciliações pacificadoras.

Em concluindo, podemos asseverar que o objetivo inicial da revólução farroupilha foi o anseio pela **autonomia da província,** e não como ainda sustentam alguns, o desejo de separação. A prepotência das autoridades, perseguindo os rebeldes e imputando-lhes intuitos separatistas, preveniu o espírito do país contra os farroupilhas, cerceando-lhes tôdas as possibilidades de defesa, tolhendo-se-lhes a liberdade de ação, irritando-os de tal sorte que os obrigam a lutar pela separação do Rio-Grande, quando, de início, pleiteavam apenas o princípio de autonomia local. Foi o apêlo supremo da rebeldia utilizado como arma de combate à escravização e ao vilipêndio da prepotência oficial. O ideal que alimentava a alma revolucionária era o da autonomia da província. As provas ressaltam, iniludíveis nas páginas da história dessa longa arrancada de heroísmos incomparáveis. A guerra dos farrapos representa, no seu início, uma cruzada santa que reivindica a autonomia do Rio-Grande-do-Sul, e as determinantes que a arrastaram mais tarde à separação, foram originadas exclusivamente da fatuidade e incompreensão das autoridades. Nem outra é a opinião de Pandiá Calógeras, no seu excelente livro "Formação Histórica do Brasil" : "Não é possível dizer que fôsse ponto vital do programa rebelde a separação do Império. Nada se mudou nas leis, salvo quanto às personalidades incumbidas de lhes dar execução. Nas inúmeras propostas feitas às autoridades imperiais, nunca foi impugnada a volta ao seio do Império, mas sempre se insistiu pela concessão da **autonomia da província.** Quando se fêz a paz, em 1845, pesou acima de tôdas as considerações o perigo comum que ameaçava o Brasil, por parte da Confede-

ração Argentina. Federalistas, muito mais do que separatistas, os Farrapos pelejavam pelas liberdades locais".

Estudando, neste modesto trabalho, a página rutilante de heroicidade da revolução farroupilha, prestamos a referência do nosso entusiasmo cívico à gloriosa terra gaúcha, encarnada na divina emoção dêste momento histórico, na sombra heril e pugnaz de Bento Gonçalves, — o guerreiro lendário que fêz, pelo sofrimento e pelo holocausto do sangue, a glorificação suprema da sua terra e da sua gente.

OBRAS CONSULTADAS:

Formação Histórica do Brasil........	Pandiá Calógeras
História do Brasil	Rocha Pombo
História do Brasil	Rafael Galanti
A Guerra dos Farrapos	Assís Brasil
Rio-Grande-do-Sul	Souza Brandão
História do Brasil	Pereira da Silva
Vultos da Epopéia Farroupilha.......	Otelo Rosa
Aspectos Sul-Riograndenses	John Luccock
Viagem ao Rio-Grande-do-Sul	Saint Hilaire
Memória sôbre o Rio-Grande-do-Sul..	Conselheiro Araripe
Guerra dos Farrapos	Fernando Osório

PARECER

Nada podia ser mais grato à alma brasileira dos riograndenses do que receber da terra cálida e afetiva do Ceará, a meritória contribuïção que a êste Congresso apresentou a dra. Henriqueta Galeno, ilustre secretária geral da Academia de Letras daquele Estado e diretora do Salão Literário Juvenal Galeno.

Com a alma e o coração voltados para o Brasil, a autora faz uma síntese clara da formação da Província de S.-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul, realçando o valor, a intrepidez dos seus primeiros povoadores, para acentuar, preliminarmente,

como se plasmou o tipo singular do gaúcho rio-grandense, firme nas suas convicções e generosas atitudes. Em seguida, estuda as causas da epopéia de 35, sob o tríplice aspecto social, político e econômico, assinalando que os Farrapos ansiavam libertar-se da péssima administração que afligia a Província. Relata, cronològicamente, em seus pormenores, os acontecimentos que conduziram a mentalidade revolucionária a concretizar a ideologia republicana, em estado latente, e o faz, com segurança, sempre baseada em autorizadas fontes. Nestas condições, somos de parecer que êste Congresso acolha com tôda a simpatia a contribuïção que a doutora Henriqueta Galeno ofereceu com o seu entusiasmo cívico à terra gaúcha, na emoção dêste momento histórico.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1935.

(ass) **Fernando Luiz Osório**, relator.
Eduardo Duarte
De Paranhos Antunes.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA.

(Causas sociais, politicas e econômicas)

Castilhos Goycochêa

CAUSAS SOCIAIS

Pontos de reparo

O Rio Grande do Sul, por sua situação geográfica, constitue uma singularidade. Não é Brasil e não é Prata. Aquele termina com a Serra do Mar; êste começa ao sul da lagoa Mirim e ao oeste do rio Uruguai. E', assim, uma zona de diferenciação especialíssima, uma terra divisória, da qual os elementos essenciais (clima, flora e fauna) não podem ser assemelhados aos do resto do país e nem aos dos Estados vizinhos.

No que diz com a formação política também é o Rio-Grande-do-Sul uma exceção. Descoberta a América em 1492, logo depois espanhóis e portugueses já se haviam apossado das terras que lhes couberam na partilha feita em Tordezillas. Espanha, todavia, não atravessa o estuário do Prata, rumo norte, e Portugal, respeitando o limite convencionado sob a inspiração de Alexandre VI, tem na fundação bandeirante de Domingos de Brito Peixoto (Laguna) o seu extremo marco austral. Dessarte, durante quasi dois e meio séculos, as terras que viriam a constituir o Rio-Grande-do-Sul e a República-Oriental-do-Uruguai, permaneceram sem existência política.

As fundações jesuíticas no território sul-riograndense e a marcha dos bandeirantes pelo mesmo território, no século XVII, não tiveram significação política. Nem os padres da Companhia-de-Jesús serviam à coroa de Espanha e nem os bandeirantes à coroa de Portugal.

Em 1715 é que houve a primeira penetração lusitana no

Rio-Grande-do-Sul com o fim de balisar um caminho terrestre para a Colônia-do-Sacramento.

Desta data, e quando as colônias portuguesa e espanhola na América-do-Sul já contavam mais de duzentos anos de existência política, é que pode ser contada a descoberta da terra sul-riograndense.

A sua inclusão no mapa das possessões portuguesas, porém, só se daria em 1777, conseqüentemente ao Tratado de Santo Ildefonso.

No que toca, à formação social é o Rio-Grande-do-Sul igualmente, um caso à-parte. Nem com as das outras unidades do Brasil e menos com as das províncias do antigo Vice-Reinado do Prata, a sua tem semelhança. Os portugueses e os castelhanos imigrando, em regra, sem as respectivas famílias, mesclaram-se com os selvícolas e com os pretos. Êles próprios, aliás, já se haviam mestiçado no continente com os muçulmanos que durante oito séculos dominaram a península ibérica.

Aqueles açorianos que lançaram as bases da sociedade gaúcha, ao contrário, não tiveram comércio de nenhuma ordem com os árabes e, porque viessem aos casais, não se misturaram aos naturais da terra.

O exame de qualquer movimento de ordem social ocorrido no Rio-Grande-do-Sul, há, porisso, que se subordinar ao conhecimento prévio dessas circunstâncias.

O que fôr lei geral para os outros povos da Nação, em princípio não serve para a gente do antigo Continente-de-São-Pedro. Os seus eventos têm de ser analisados num ponto de vista especial. A compreensão de sua mentalidade só se terá considerando-se o Rio-Grande-do-Sul em si, destacado do Brasil e do Prata, agitando-se ao influxo de ambos, reagindo às fôrças provindas de um e outro, como uma espécie de Estado-Neutro.

Ao Brasil está ligado pela raça; aos povos do Prata pela semelhança de costumes, meios de vida, solicitações de interêsse.

Durante o processamento de sua formação lhe vinham dos platinos os exemplos da luta pela liberdade e pela demo-

cracia; do govêrno brasileiro as leis coercitivas e a mostra de uma organização autocrática.

Até que com a abertura da barra, nos nossos dias, o Rio-Grande-do-Sul se pudesse comunicar com o Brasil sem maiores dificuldades, não levando em conta a distância —, as suas ligações sociais (e comerciais) só se faziam com o Uruguai e com a Argentina, por terra e pelos francos caminhos fluviais e lacustres.

Antecedentes históricos

Descoberto em 1715, o Rio-Grande-do-Sul só recebeu a primeira fundação oficial lusitana em 1737. Data de 1742, porém, a chegada da primeira leva de colonos açorianos que lançaram as bases de Pôrto-Alegre.

Nessa época, Portugal e Espanha lutavam pela Colônia-do-Sacramento. Não havia ainda uma linha de fronteira entre os dois domínios. Portugal fundando aquele pôsto extremo em 1680, em frente a Buenos-Aires, ultrapassou o meridiano pactuado em Tordezillas. Os acampamentos militares é que marcavam a fronteira entre o que pertencia à Espanha e a Portugal.

O primeiro ato em que foi reconhecido o direito de Portugal sôbre terras ao sul de Santa-Catarina foi assinado em Madri em 1750

Êsse tratado, entretanto, pouco depois (1761) foi revogado, volvendo os conquistadores iberos à situação anterior à fundação da Colônia-do-Sacramento.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º de outubro de 1777, afinal, é que Espanha reconheceu a soberania de Portugal sôbre uma nesga de terra limitada no arroio Taim e no rio Jacuí.

Nessa época, certamente, os homens nascidos no antigo Continente-de-São-Pedro não possuíam mentalidade própria. Oriundos de colonos estrangeiros e de brasileiros de outras capitanias, não poderiam pensar senão como os ancestrais.

Aquele Rafael Pinto Bandeira — de imperecível memória — embora nascido em terras do Continente, em 1738, e que

desde 1773 se fêz assinalar por legendária bravura, não pode, a rigor, ser tido como uma mentalidade gaúcha.

Os primeiros sul-riograndenses que se podem apresentar como verdadeiramente agindo sob o espírito da nova terra são os que têm expressão em Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, os conquistadores da região missioneira, em 1801.

Na realidade, pois, só se pode considerar o povo sul-riograndense aparecendo com o século XIX.

O Rio-Grande-do-Sul, aliás, sòmente a 19 de setembro de 1807 foi erigido em Capitania-Geral, ganhando dessarte existência política.

Qualquer estudo, portanto, que diga com a sociogênese gaúcha, tem, para ser lógico, que começar do alvorescer do século passado.

As causas sociais, políticas e econômicas da Revolução Farroupilha devem ser encontradas no transcurso de 1800 a 1835, isto é, a partir da primeira manifestação da conciência nacional nas pléiades magníficas de Borges do Canto e Santos Pedroso, agindo independentemente da política seguida pelos estadistas de Portugal para a dilatação territorial do Brasil, até a deposição do Presidente Fernandes Braga.

Portugal estaria nessa época (1801) conformado com a linha de fronteira combinada em Santo Ildefonso. Os sul-riograndenses, não. A certeza disso reside no fato de serem civís os conquistadores dos Sete-Povos-das-Missões-Jesuíticas.

Nesse período, aliás, é que se processa a grande transformação política do Brasil : a chegada do futuro João VI e sua côrte à Baía (24 de janeiro de 1808); a abertura dos portos às nações amigas (28 de janeiro de 1808); elevação do Brasil à categoria de reino (16 de dezembro de 1815); a revolução republicana em Pernambuco (6 de março de 1817); a revolução constitucionalista no Pôrto e com repercussão no país (outubro de 1820); a encorporação da Cisplatina, os movimentos revolucionários no norte e na côrte e a partida de João VI (1821); a proclamação da independência do Brasil (7 de setembro de 1822); a promulgação da primeira consti-

tuïção (25 de março de 1824); a revolução republicana no nordeste (2 de julho de 1824); a independência do Uruguai conseqüente à Batalha do Passo-do-Rosario (27 de agôsto de 1828); a revolução de 7 de abril de 1831 que teve como resultado a abdicação de Pedro I; e a promulgação do Ato Adicional à Constituïção (12 de agôsto de 1834).

Há a acrescentar a tudo isso as revoltas no Ceará, em 1831, e em Pernambuco no ano seguinte.

Enquanto, pois, o povo brasileiro demonstrava nessas agitações que havia atingido a maioridade política, o do Rio-Grande-do-Sul apenas sentia desabrochar a própria conciência cívica.

Elemento Social

(Homem)

Formado de elementos forte, o tipo humano nascido no Rio-Grande-do-Sul não poderia ter resultado fraco.

Fortes de corpo e de espírito eram os lagunenses, de origem paulista, que foram os primeiros civilizados a penetrar o território que viria a ser o Continente-de-São-Pedro, em busca do caminho para a Colônia-do-Sacramento (1715), afrontando o selvícola belicoso que demorava nêle e as feras que nas florestas virgens da Serra-do-Mar tinham o seu "habitat". Êles eram os dignos descendentes dos piratininganos que no século anterior haviam palmilhado tôda a terra americana no afã de encontrar ouro e de escravizar índios.

Fortes, e muito, eram aqueles mineiros das margens do São-Francisco, nascidos e criados à revelia do Fisco e da Justiça, no trato violento dos gados e que o govêrno entendeu recrutar para o povoamento e guarnição da Colônia-do-Sacramento.

Fortes também eram os açorianos transplantados do arquipélago em que viveram sempre no árduo trabalho da terra ou nos arriscosos misteres do mar, sem o contágio do muçulmano e sem conhecerem as riquezas remetidas do Brasil. Eram

êles, a êsse tempo, os únicos remanescentes da velha raça lusitana que pontilhara de epopéias os séculos anteriores.

Dos primeiros resultaram os continentinos audazes nascidos ao norte da Capitania, entre o Jacuí e Santa-Catarina; dos segundos, os fronteiriços perpètuamente enamorados da liberdade e da democracia; dos últimos, os austeros citadinos de Viamão, Pôrto-Alegre e Rio-Grande.

De uns e outros o tipo que já no dealbar do século XIX, Nicolau Dreys em sua **"Notícia Descritiva da Província-de-São-Pedro"** disse ser "geralmente alto, robusto, bem apessoado, e suas feições virís nada perdem por serem quasi sempre acompanhadas de uma côr alva, que faz sobressair a preta capilaria e o avermelhado das faces. . . ".

Nessa época, segundo Saint-Hilaire, "no belo centauro das fronteiras americanas era irreconhecível o pesado minhoto ou o tosco açoriano."

No que diz com a robustez e a beleza física dos gaúchos do Brasil, Dreys atribue "ao jeito e à dextreza que se adquire por uma educação ginástica que principia, para assim dizer, com a vida. . ." ; enquanto Darwin atribue tais qualidades à "sobriedade que é uma virtude de tradição entre os sul-riograndenses."

Sôbre os atributos morais, todos os naturalistas que visitaram o Rio-Grande-do-Sul naquela época foram unânimes em reconhecer no homem da província, uma extrema polidez (Darwin), uma hospitalidade homérica (Dreys), uma bravura sem limites (Saint-Hilaire). Da coragem temerária, do orgulho desmedido, do espírito de nacionalidade sumamente melindroso, da dignidade pessoal, dos melindres de honra, da generosidade, do liberalismo extremado e da jovialidade, todos falaram, inclusive Alcides D'Orbigny.

Com êsses depoïmentos insuspeitíssimos pode-se fazer o retrato do que era, já nas primeiras gerações, isto é, no comêço de século XIX, o sul-riograndense, aquele brasileiro cuja existência certo inda não era conhecida e que em breve iria falar ao govêrno central em matéria política.

Meio ambiente

(Terra)

Retratado o elemento social que seria ator no grande drama político desenrolado nas coxilhas e nas montanhas, nas florestas e nos rios, nas praias e nas lagoas, nas cidades e nas vilas do Rio-Grande-do-Sul, na primeira metade do século passado, há que se conhecer o palco em que foi representado êsse drama cruentíssimo, por toda uma década.

"A terra — como ensina Aristóteles — não é só a base da estátua humana; em muito é o seu molde".

José Veríssimo assegura que: "Pela sua situação geográfica, pelas condições muito peculiares do seu desenvolvimento histórico, pelo seu próprio encêrro em si mesmo determinado pela dificuldade da sua penetração pela via marítima, o Rio-Grande teve no Brasil uma evolução à-parte e criou-se, portanto, uma feição particular".

A terra pampeana, de fato, imprimiu ao caráter do seu natural uma formação original, própria, incomparável.

Tendo diante de seus olhos, sempre, um horizonte largo, o gaúcho, qualquer que seja a sua origem étnica, age em qualquer circunstância, amplamente, desassombradamente, com liberalismo e com generosidade, ao contrário do que faz, em regra, o homem emparedado por montanhas, apertado em desfiladeiros, angustiado nas estreitezas de desvãos.

O próprio Deus se apresenta diferentemente às criaturas de regiões diversas. O Deus dos pampas é um Deus grande, soberbo na sua majestade, generoso no perdão que outorga, magnífico na dádiva, superior no julgamento; é uma entidade colossal que ocupa tôda a cupula celeste. O Deus dos que vivem no fundo dos vales é um Deus pequeno, mesquinho, que tudo quer saber, que tudo há que examinar, perquerir, bisbilhotar; é avaro no perdão; é impiedoso na sentença.

O fato de não ter acidentes a terra do sul — ou os ter poucos e pequenos — tornou inapto o sulino para compreender e aceitar as eminências artificiais, resultantes de con-

venções da sociedade, o que vale dizer, tornou-o igualitário, democrata pois.

O amor à liberdade também lhe veio da natureza em que se formou. Como o vento que não encontra obstáculos para o seu curso, assim o homem e os animais não encontram impecilhos para a vida e não podem admití-los resultantes de leis de qualquer origem, principalmente aquelas que visem uma restrição qualquer à ação a ser desenvolvida.

Ao tempo em que começaram a aflorar as primeiras gerações sul-riograndenses, isto é, dos fins do século XVIII até a data do início do movimento revolucionário em estudo, as terras do Rio-Grande-do-Sul não tinham demarcações nem limites. Os homens e os gados a coisa alguma tinham que subordinar a própria locomoção em qualquer direitura. O rumo era dado pelo instinto ou pela fantasia. Tudo e todos eram livres, absoluta e completamente livres.

Daí, dessas circunstâncias relevantíssimas, o fato constatado por todos os grandes militares que estiveram no antigo Continente-de-São-Pedro-do-Sul na época, a começar pelo Conde de Figueira e pelo Marquês de Alegrete, de que os sul-riograndenses são guerreiros, mas não são soldados.

Êles, quasi que sós, é que defendem a Província dos assaltos dos espanhóis nas primeiras campanhas, mas não se afazem à disciplina militar e não se submetem à inércia da caserna nos tempos de paz.

Lutam, quando isso se faz preciso — e o é freqüentemente — mas não podem permanecer no serviço tranqüilo das guarnições, em misteres de aprêsto, no exercício para manobras futuras, na estagnação das vigílias desnecessárias.

Mais do que o apetite de ação, vive-lhes nalma a repugnância pela obediência passiva, despersonalizante.

Já se faziam o retrato da terra do nascimento : grande, larga, acolhedora, suave; onde tudo é livre : os horizontes para o regalo dos olhos, o ar para a satisfação dos pulmões, os campos para a locomoção, o céu para a marcha dos astros.

Causas sociais da Revolução Farroupilha

Feito o conhecimento do homem sul-riograndense no comêço de século passado, ainda sob a próxima influência dos elementos étnicos de onde proveio, todos êles fortes, de que é prova inconcussa o fato do abandono das próprias terras de nascimento; a formação num ambiente de lutas violentas contra o selvícola e contra o castelhano, tendo à vista, a moldar-lhe a alma, o cenário da terra sem acidentes e o espetáculo da liberdade integral de que fruíam todos os seres vivos em sua volta, não é difícil imaginar o que seriam, nessa ápoca, os futuros revolucionários de 20 de setembro de 1835.

Ademais disso os gaúchos dessa geração se haviam criado vendo trabalhar e combater. Os pais, a um tempo, eram guerreiros e eram obreiros. Tanto sopesavam a lança de combate como os instrumentos para o amanho da terra ou os petrechos para as lides com o armentio.

Não havia o escravo a quem fazer trabalhar ou mandar lutar.

Disso resultaram aquelas características assinaladas pelos naturalistas que visitaram a Capitania nessa ocasião.

Há a acrescentar também que o Estado nada ou quasi nada poderia influir no espírito da gente que vivia, a bem dizer, à lei da natureza, longe da pressão do Fisco e da Justiça, porque habitando campinas infindáveis, sem trânsito e sem comércio.

Senhores absolutos das terras que pisavam, podendo rumar na direção que lhes apontasse a fantasia, habituados ao domínio completo sôbre os gados de seus rebanhos, eram os sul-riograndenses verdadeiros monarcas.

Assim sendo, constituíam uma sociedade sôbre a qual seria perigosa exercitar qualquer tentativa para dominar ou mesmo para disciplinar, tendo-se em conta, principalmente, que essas tentativas, em nome do govêrno, só poderiam ser feitas por estrangeiros, isto é, pelos portugueses, que eram, na realidade, os agentes do poder central.

De bem próximo, das províncias do Rio-da-Prata, lhes vinham os exemplos das lutas que alí se desenrolavam para

despedir os colonizadores europeus, cujas mentalidades, porque forradas de preconceitos de tôda a ordem, se chocavam com as dos descendentes, já nascidos no continente colombiano.

Na diferença de ser entre os dominadores e os dominados, o que importa dizer, entre os colonizadores e os naturais do continente, ou melhor, entre o homem da Europa e o homem americano, as causas sociais que, atuando no sub-conciente dos gaúchos, levaram-nos à revolução em 1835.

CAUSAS POLÍTICAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

(A política expansionista de Portugal por intermédio dos sul-riograndenses — O espírito nacionalista das primeiras gerações gaúchas — Os exemplos revolucionários do Prata e do Brasil — O 7 de setembro de 1822 — O 7 de abril de 1831 — A substituïção do Barão do Cerro-Largo no Comando do Exército Brasileiro em operações contra Alvear e Lavalleja — O Ato Adicional — A luta entre a SOCIEDADE MILITAR e a SOCIEDADE DEFENSORA DA INDEPENDÊNCIA E DA LIBERDADE)

Euclides da Cunha inicia seu magistral estudo histórico-sociológico DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA com uma frase que não exprime bem a realidade : "O Brasil chegou ao século XIX na plenitude da expansão territorial, expressa nos Tratados de Madrí (1750) e Santo Ildefonso (1777)."

O Tratado de Madrí, de 1750, deu ao Brasil, de fato, os contornos que pròximamente são os atuais. Êsse tratado, porém, foi anulado pelo que, a 12 de fevereiro de 1761, assinaram em Prado os plenipotenciários dos dois reis católicos.

Quanto ao de Santo Ildefonso, de 1777, esteve longe de dar ao Brasil os limites meridionais com que êle chegou ao

século XIX. O Rio-Grande-do-Sul ficou sendo uma faixa de terra entre o Atlântico e o rio Jacuí.

Quem deu ao Brasil os limites austrais com que chegou ao século passado foram os gaúchos: Manuel Marques de Souza e Rafael Pinto Bandeira conquistando os CAMPOS NEUTRAIS e José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso conquistando as MISSÕES DO URUGUAI.

Avocando por essa época a direção das lutas de fronteira, os sul-riograndenses deram mostra eloqüente de que já haviam atingido à conciência nacional, compreendendo a própria situação do Brasil independente de Portugal.

Tudo faz crer, aliás, que se não levaram suas avançadas vitoriosas além do rio Uruguai, a oeste, e do rio Jaguarão, ao sul, é porque já tinham em respeito o direito alheio. Para lá dos postos balizados — sabiam de ciência própria — viviam povos que não mais eram espanhóis, de igual forma que êles não mais eram lusitanos. A êsses povos pertenciam essas terras.

Por êsse tempo, de resto, chegavam às coxilhas continentinas o eco das lutas que começavam pela independência ao colonizador europeu.

Alfredo Varela, estudando a época diz: "Nestas inconsistentes circunstâncias do Brasil, o rodeava por tôda a parte a conflagração geral do continente americano..." e "a eletricidade já faísca por suas províncias, já estala por suas cidades; aquele sussurro precursor das grandes comoções políticas começa já a sentir-se...".

De fato: a declaração dos direitos do homem feita a 12 de junho de 1776 pelos representantes do povo de Virgínia, reünidos em Convenção, adotada e universalizada pelos enciclopedistas franceses, foi o facho que ateou o incêndio revolucionário no Ocidente.

Depois da revolução americana (1775 a 1783), a revolução francesa (1789 a 1799).

"Os primeiros estremecimentos dessa revolução começaram a sentir-se sincrônicamente nas extremidades e no centro da América-Meridional no ano de 1809, com idênticas formas, iguais propósitos imediatos e análogos objetivos, acusando

desde muito cedo uma predisposição inata e uma solidariedade orgânica da massa viva", informa Bartolomé Mitre em a "Epopéia de San Martin."

Naturalmente o grande escritor argentino ao dizer América-Meridional quis se referir sòmente à América-Espanhola, porque na América-Portuguesa — o Brasil — desde 1789 já essa febre revolucionária começara a se fazer sentir na sedição de uma das suas unidades — Minas Gerais —, sendo certo que desde o tempo do govêrno local de Luiz da Cunha Menezes (1783-1788) o movimento estava planejado.

De qualquer forma, porém, a realidade é que no começo do século XIX os povos sul-americanos, de uma ou outra origem, estavam já contagiados pelo anseio libertário e igualitário.

Ao antigo Continente-de-São-Pedro êsses ideais foram ter, ao mesmo tempo, provindos do Prata e do Brasil. O itinerário fôra o mesmo seguido pelos colonizadores para atingirem à pátria do gaúcho.

A 25 de maio de 1810 é o povo das Províncias-Unidas do Rio-da-Prata que depois de expulsar os antigos dominadores, se declaravam independentes e iam auxiliar os povos do Pacífico, até ao equador.

Bolivar, a êsse tempo, já havia iniciado sua marcha libertadora rumo sul.

A gente continentina, aguerrida e brava, generosa e altiva, acompanhava, certamente comovida, a luta dos povos vizinhos pelo ideal americano de igualdade dos direitos para os homens e de independência para suas pátrias.

Não fazia muito havia combatido êsses povos em lutas tremendas visando a dilatação territorial e pela integridade do Brasil. Agora, porém, que êles tinham erguido o colo contra o colonizador e pugnavam pelo direito de se governarem, dava-lhes o apôio da própria simpatia, acolhendo-os quando se fazia preciso e até auxiliando-os.

João VI, entre tanto, chegado ao Brasil no começo de 1808, entendeu em 1811 de intervir na Banda-Oriental com um exército ao mando de Diogo de Souza. Seria uma intervenção pacificadora... A verdade é que atrás do Príncipe Regente

se agitava Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, de Espanha, pretenso dono daquelas terras, e que estava em boa custódia enquanto Napoleão I resolvia a equação européia.

Os sul-riograndenses que haviam engrossado as tropas de Artigas no vitorioso combate de Las-Piedras (18 de maio de 1811) que decidiu da revolução libertadora, certamente não poderiam ter visto com bons olhos a intervenção indébita confiada ao general português. Não lhe embaraçavam a ação, todavia. Um ressaibo amargo, porém, resultou da missão que o govêrno central lhes deu, de auxiliar o mesmo general.

Está provado hoje que o grito de Ascencio pela independência do Uruguai foi dado por um sul-riograndense.

II Como para aumentar o rol das causas políticas que levariam os gaúchos, em 1835, a se insurgirem contra o Poder Central, chega ao Rio-Grande-do-Sul, em 1817, a notícia da malograda revolta do povo pernambucano pela independência e pela república, isso para não falar nas revoltas anteriores, em outras unidades, contra a prepotência e o arbítrio dos portugueses.

Não era só do Prata, portanto, que lhes vinham os exemplos magníficos da luta pela conquista das liberdades pátrias. O Brasil, por intermédio dos nordestinos, também os ministrava de quilate bem alto e em intensidade expressiva.

O rigor com que foram tratados os pernambucanos em 1817 terá, naturalmente, ecoado na alma generosa dos gaúchos.

Adicione-se a isso o que Euclides da Cunha denominou "a questão internacional mais séria dêste continente", abordada neste mesmo ano de 1817 por João VI — a encorporação violenta da Cisplatina — e de que os sul-riograndenses foram os agentes materiais.

Logo depois é a revolução liberal do Pôrto (24 de agôsto de 1820) conseqüente à febre constitucionalista que se tornara epidêmica na Europa depois da Restauração e como reação às manobras da Santa-Aliança — uma aliança dos reis contra os povos, no dizer de Eça de Queiroz —.

Si aparentemente nada dizia conosco o movimento por-

tuense, na realidade dizia muito porque era um incentivo ao anseio nacionalista já de todos os povos da Nação Brasileira.

A partida de João VI (1821), fazendo o Brasil volver à situação de colônia de Portugal, agravou ainda mais os melindres nacionalistas.

O fato tão apregoado de ter sido o Rio-Grande-do-Sul uma das quatro províncias que desde logo aceitaram o govêrno do Príncipe Regente, nada significa, quando se sabe que essa aceitação foi expressada pelos dirigentes do povo sul-riograndense, portugueses e lusófilos, mas não pelo próprio povo.

A proclamação da independência (7 de setembro de 1822) causou verdadeira alegria na população da província do extremo meridional que chegou a mandar emissários ao Rio-de-Janeiro apresentar cumprimentos ao primeiro Imperador. Por muitas outras formas, aliás, o povo continentino expressou o seu júbilo pelo acontecimento.

Foi sob essa exaltação que as tropas aquarteladas no Rio-Grande-do-Sul marchavam para Montevidéu a dar combate às tropas portuguesas que não se conformaram com o rompimento do Brasil com Portugal.

Nessa reação terão compreendido os sul-riograndenses que a quebra da sujeição política à coroa peninsular era, como de fato foi, uma manobra dinástica do Príncipe Regente para se garantir o trono brasileiro.

A subordinação da Nação aos lusitanos continuaria.

Impunha-se, por conseguinte, uma segunda independência : a dos brasileiros aos antigos dominadores iberos.

De 1822 a 1831, aliás, é que se processou a verdadeira independência. A 7 de abril de 1831, de fato, é que o Brasil entrou no govêrno de si-mesmo, isto é, que brasileiros tomaram, afinal, a direção do país.

Essas causas, como é lógico, embora de ordem geral, agitavam e excitavam o povo do Rio-Grande-do-Sul no sentido de sua libertação do jugo estrangeiro.

III. No que toca às causas políticas locais, e que teriam sido as preponderantes para a deflagração do movimento insurreicional de 20 de setembro de 1835, a da substituïção do

Barão do Cerro-Largo no comando do exército brasileiro em operações contra as tropas de Alvear e Lavalleja, em 1827, levando-nos à triste jornada de 20 de fevereiro, no Passo-do-Rosário, é a mais remota mas nem porisso a menor.

Por intermédio do Marquês de Barbacena, o govêrno de Pedro I deu a beber aos campeadores sulistas a gota de fel mais amargo que se possa imaginar. Acostumados a vencer, por pouco não foram derrotados, deixando de castigar, porém, o que o inimigo fêz nas povoações da fronteira, notadamente em Bagé.

Enquanto isso, o amigo do Imperador e seu plenipotenciário doméstico junto às famílias reinantes da Europa, a procura de justificativa para a própria falência como general, entendeu de insultar os filhos da Província indômita.

Por tal forma doeu no coração gaúcho a invasão dos exércitos aliados da Argentina e do Uruguai e as suas atrocidades e vandalismo na zona percorrida por êles, que o Rio-Grande-do-Sul pretendeu continuar sòzinho a guerra.

O "7 de abril", portanto, foi recebido com júbilo incontido pelos sul-riograndenses. Além da expulsão do príncipe português e de sua côrte, foi um passo largo no rumo das conquistas liberais, uma vez que a idéia republicana — era sabido — fôra apresentada como bandeira do movimento.

Assim, a um tempo, os anseios nativistas e libertários e democráticos, estariam satisfeitos.

Êsse jubilo, entretanto, foi de curta duração. O novo rumo dado à revolução vitoriosa por Evaristo da Veiga e Campos Vergueiro, transformando-a em **une journée des dupes,** fêz certo que o ideal da Nação só fôra satisfeito em parte: a emancipação do elemento estrangeiro.

A outra parte — a república — fôra relegada a um segundo plano. Haveria ainda que se lutar por ela.

IV. Na Côrte, é certo, desde a partida do filho de João VI e de Carlota Joaquina, os brasileiros assumem papel preponderante na política.

Nas províncias, porém, os portugueses continuam no li-

vre exercício dos cargos públicos e até no da atividade partidária.

A do Rio-Grande-do-Sul parece que foi a escolhida para servir de palco à última reação do espírito peninsular ao espírito nacional.

Os quatro anos decorridos entre o exílio de Pedro I e o início da Revolução Farroupilha foram de lutas acirradas entre êsses dois espíritos.

A gente do Partido Nacional ou Liberal querendo a vitória das suas idéias. A do Partido Caramurú ou Absolutista afanando-se pela volta de Pedro I e pela revogação da Constituïção.

Não há a relembrar o que foi essa luta entre as populações de uma e outra mentalidade, pela imprensa, nas ruas, por tôdo a parte, em suma, e com tôdas as armas e meios. Ela ia do artigo doutrinário à verrina destemperada; da cabala à ameaça; do insulto à agressão; do remoque disfarçado em ironia ao desfôrço pessoal.

A organização constitucional vigorante no período não dava ensanchas para que o povo se pudesse manifestar livremente e com esperança de bom êxito, de vez que o Poder Central, por seus agentes, dispunha de uma fôrça quasi despótica nas províncias.

O Ato Adicional à Constituïção (12 de agôsto de 1834), trazendo no bojo a autonomia regional na instituïção das assembléias provinciais, foi a grande oportunidade que se apresentou ao povo do Rio-Grande-do-Sul para se estabelecer o predomínio lógico na própria terra. Ao do Rio-Grande-do-Sul e aos das demais províncias.

A vitória dos Liberais consubstanciada nesse Ato não foi, todavia, definitiva. Os Conservadores continuariam na estacada, obtendo pequenas vantagens que, aos poucos, importavam na anulação das conquistas federalistas.

A fundação da SOCIEDADE-MILITAR, nos fins de 1834, tendo como finalidade aparente o amparo mútuo dos oficiais seus adeptos, tinha por verdadeiro escopo trabalhar pelo Partido Conservador ou Caramurú.

Compreendido isso pelos Liberais, fundam êles sem demo-

ra a SOCIEDADE DEFENSORA DA INDEPENDÊNCIA E DA LIBERDADE, que deveria se opor à ação daquela.

A luta, dessarte, se fazia entre os membros das duas sociedades que eram, a bem dizer, as designações que tinham os dois partidos políticos adversos, o Liberal ou Farroupilha e o Conservador ou Caramurú.

Ao tomar posse o Presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, a 2 de maio de 1834, em substituïção ao Desembargador José Mariani, houve como que uma trégua na contenda.

Acreditavam os liberais que o novo Presidente fôsse, de fato, um dos seus, crença que era autorizada pelo seu passado de estudante republicano.

Fôsse pelo que fôsse, entretanto, Fernandes Braga se deixou assessorar pelo irmão, o Juiz de Direito Pedro Chaves, partidário convencido dos conservadores, hostilizando os contrários na pessoa de seu mais destacado chefe, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante da fronteira de Jaguarão.

Daí, a reação dos liberais, visando a deposição de Fernandes Braga.

Essas as causas políticas que levaram os 200 liberais de Gomes Jardim e Onofre Pires a investirem Pôrto-Alegre na madrugada de 20 de setembro de 1835, derrotando na ponte da Azenha os 270 soldados (na maioria portugueses) a mando do Major Visconde de Camamú, dando início a Revolução Farroupilha que só terminaria a 1.º de março de 1845, nas margens do Poncho-Verde.

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

(As causas econômicas relacionadas no manifesto do Presidente da República-Rio-Grandense, em... 1838 — Incursões de bandos uruguaios armados em território sul-riograndense — Sêca de 1832 — Enchentes de 1833 — A praga do carrapato — Fechamento das alfândegas na Província — Remessas de dinheiro para a Côrte —).

Não é mais possivel deixar de levar em grande conta, para o estudo dos movimentos políticos, os fatores ou causas de ordem econômica, havendo até quem tudo subordine a êsses fatores ou causas, embora na mor parte das vezes agindo ocultamente.

O levante armado do Partido Liberal na Província-do-Rio-Grande-do-Sul, a 20 de setembro de 1835, apreciado pelos elementos históricos que se possue dêle, pode-se dizer que teve como causas decisivas os atentados que o govêrno central vinha praticando contra a economia sul-riograndense, ou, deixando sem remédio eficaz as calamidades que nas vésperas do movimento caíram sôbre a riqueza da província.

O manifesto de Bento Gonçalves, Presidente da Republica-Rio-Grandense, dado a público em 29 de agôsto de 1838, relaciona um grande número de atentados à fortuna do povo gaúcho, as quais indubitàvelmente, foram causas preponderantes para a deflagração do maior movimento revolucionário havido em todos os tempos e regimes na América-do-Sul.

Das 90 razões ou fatos constantes dêsse manifesto e que levaram ao desespêro a gente continentina, mais de uma têrça parte se relacionam com a sua economia, havendo a destacar, pela sua capital importância, as seguintes :

> "Em um só ano sacou (o govêrno central) sôbre o nosso Tesouro a espantosa soma de 800 contos de réis; foram quasi eqüivalentes a essa quantia os subeqüentes sucessivos saques, que para diante contra nós fizeram. Baldadas foram as veementes Representações da Junta de Fazenda Provincial, expondo a penúria em que a guerra deixara o nosso Tesouro, e pedindo a cessação dêste esbulho revoltante."
>
> "Montava a vinte e quatro contos de réis o suprimento anual que fazíamos à Província-de-Santa-Catarina, além de outros avultados saques a favor dessa Província. O Tesouro da Província-

de-São-Paulo nos devia um soma avultada, o Govêrno Imperial a deu por satisfeita, não obstante haver já concedido àquela Província os direitos dos nossos animais introduzidos para a mesma Província."

"O Rio-Grande-do-Sul que amplamente supria e sustentava outras Províncias, que satisfazia pronto e generoso as repetidas e imoderadas requisições de seu govêrno, que amontoava anualmente em seus Cofres as copiosas somas de seus facultosos rendimentos. O Rio-Grande cheio de ouro e de recursos só podia dispor, em virtude de uma Lei assassina, da mesquinha quantia de .... **111:350$000**, para fazer frente às numerosas precisões e despesas Provinciais."

"Sôbre Povo algum da Terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento: transformou-se o Rio-Grande numa Estalagem do Império!"

"Exibiam certamente as Províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas da guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalar e em exigências de todo gênero mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente."

"A carne, o couro, o sebo, a graxa além de pagarem nas Alfândegas do País o duplo do dízimo de que se propuseram aliviar-nos, exibiam mais 15% em qualquer dos portos do Império. Imprudentes Legisladores nos puseram desde êsse momento na linha dos Povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa Província, e de fato a separaram da Comunhão Brasileira."

"Pagávamos todavia $080 réis do dízimo dos couros e mais 20% sôbre o preço corrente, nós que já íamos vencidos na venda dêstes generos, pela concorrência dos nossos vizinhos, nos mercados gerais."

"Tirou-nos o dízimo do gado mular e cavalar e substituiu pelos direitos de introdução às outras Províncias. Nós o pagávamos oneroso em Santa-Vitoria, escandaloso em Rio-Negro, insuportável em Sorocaba, pontos preciosos do trânsito dos nossos tropeiros aos mercados de São-Paulo, de Minas e da Côrte."

"Tal era a Lei da criação de um Corpo Policial que devia consumir anualmente a exorbitante quantia de **200 contos** de réis, organizado, disciplinado e comandado **ad libitum** do Presidente".

"Tal era a outra que estabeleceu o imposto de **10$000** sôbre légua quadrada de campo, e criou os direitos sôbre os chapeados, as esporas e estribos dos nossos cavaleiros, além de muitas outras imposições igualmente injustas e impolíticas, mas necessárias para a sustentação dos novos Pretorianos que deveriam pôr as algemas em nossos pulsos."

Para bem se poder avaliar da importância, na época, das quantias referidas nos **itens** do Manifesto, é preciso ter presente que o orçamento da receita votado pelo Parlamento para o exercício de 1834 a 1835 no país inteiro — segundo os dados fornecidos por Castro Carreira em sua HISTÓRIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO IMPÉRIO DO BRASIL — foi de **Rs. 13.386:000$000.**

O câmbio, no momento, se mantinha em tôrno à casa dos 40 !

Isso conhecido pode-se compreender a situação de verdadeiro desespêro em que vivia o povo sul-riograndense nas vésperas do conflito político entre o agente do Govêrno Central na Província, partidário do Partido Caramurú ou Absolutista e a gente do Partido Liberal ou Farroupilha.

II. Desde a data da independência do Uruguai que se vinham acumulando as causas econômicas que levariam os

farroupilhas a deporem o Presidente Fernandes Braga, na madrugada de 20 de setembro de 1835, dando início à luta que só terminaria dez anos transcorridos, isto é, a 1.º de março de 1845.

As lutas intestinas na antiga Cisplatina, logo depois da paz de 1828, começaram a se refletir de modo desastroso em território sul-riograndense, com as contínuas incursões dos orientais em dissídio.

As propriedades rurais na fronteira contìnuadamente eram assaltadas e depredadas por gente armada que, em bandos numerosos, atravessava as linhas divisórias em busca de guarida e também de cavalos e de gado vacum.

As providências do govêrno brasileiro contra êsses assaltos eram, em regra, anódinas, embalde as contínuas reclamações dos estancieiros prejudicados.

III. Enquanto se acumulavam as queixas pelos enormes prejuízos sofridos pelas incursões e tropelias de estrangeiros, outras causas iam surgindo para levarem os gaúchos ao desespêro.

O ano de 1832 se assinalou por uma sêca cujas conseqüências foram desastrosas para a fortuna dos rio-grandenses do sul.

O ano seguinte — 1833 —, como por uma ironia da Natureza, o flagelo que caiu sôbre o Rio-Grande-do-Sul foi o da água. As enchentes dos rios e lagoas além de dizimarem os gados que haviam escapado à sêca do ano anterior, arruïnaram completamente as fazendas de plantação.

Talvez como conseqüência dêsses dois fenômenos, em 1834 surgiu pela primeira vez a praga do carrapato que aniquilou os restos dos rebanhos.

IV. Some-se tudo isso à ameaça que desde muito pesava sôbre o comércio da Província, notadamente de Pôrto-Alegre, de que o govêrno central ia fechar tôdas as alfândegas, com exceção de uma única, na vila do Rio-Grande; e às notícias freqüentes de remessas de dinheiro do Tesouro Provincial para a Côrte e outras Províncias.

O ambiente no Rio-Grande-do-Sul, criado por essas causas tôdas, afetando cada qual mais a economia da população, quer a do interior, quer as das cidades e das vilas, explica perfeitíssimamente a irritação da gente do Partido Liberal, a ponto de investir contra o emissário do govêrno central na Província.

Essas as causas econômicas da Revolução Farroupilha.

Rio de Janeiro, agôsto de 1935.

PARECER

sôbre a tese "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas", de Castilhos Goycochêa.

Meticuloso estudo sôbre as causas sociais da Revolução Farroupilha, a tese de Castilhos Goycochêa é, antes de tudo, uma demonstração eloqüente de sua cultura histórico-sociológica e uma prova magnífica de seu estilo colorido e bizarro.

Demora-se em observações preliminares sôbre a situação geográfica do Rio-Grande-do-Sul, sua formação política, seus antecedentes históricos, sôbre o homem sul-riograndense e sua formação étnica e a terra e a sua influência na formação, também, da mentalidade gaúcha, para, depois entrar brilhantemente, nas causas sociais geradoras da grande Revolução de 35.

Argumenta longamente sôbre as excelentes qualidades do gaúcho, como tipo racial. Resultado de ótima fusão de raças, mostra as qualidades e vantagens que predominaram no caráter dos homens do sul, para exaltar-lhes, depois, a nobreza das atitudes, a abnegação, o patriotismo e a bravura.

Bravo era o conquistador audaz que, destemeroso, antes de enfrentar a oposição do aborígene, enfrentou a grande in-

cógnita do mar. Bravo era, também, o selvagem das tribus guaranís, que lutou heròicamente pela posse da terra.

Cruzado de índio e branco, o mameluco extremo-meridional, teria que ser, assim, um tipo superior e isso nô-lo prova a grande ascendência que teve na formação do Rio-Grande. Oliveira Viana já o considerou o mais arianizado dos nossos tipos regionais. E Garcia Camba, militar espanhol, salientou-o como guerreiro, superando aos demais mamelucos e aos próprios cossacos, tão famosos na história.

Os mestiços do sul, patriotas e altivos, por índole, impulsionados pelo desejo de dar à Pátria maior, ao Brasil de todos os brasileiros, destino melhor, dentro de novos princípios e novo regime, com uma noção clara e perfeita de liberdade, que lhe davam os horizontes imensos e as planuras sem ravinas, desfraldaram a bandeira republicana — movimento revolucionário cujas causas múltiplas entre elas preponderando a de ordem econômica, o historiador investiga nesta tese brilhante.

A tese de Castilhos Goycochêa é, sem dúvida, uma valiosa contribuïção ao nosso 1.º Congresso de História Sul-riograndense. Nela se evidencia um espírito de escol, estudioso das nossas causas e um estilista com opulência vocabular e formosa imaginação.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **Manoelito G. de Ornellas**, relator
Afonso Guerreiro Lima
Adroaldo Mesquita da Costa.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, CAUSAS SOCIAIS, POLITICAS E ECONÔMICAS

Manoel Duarte

FATORES INICIAIS NA FORMAÇÃO DO — BRASILEIRO—

Para bem compreender a significação de progressiva diferenciação e crescente conciência nacionalista, no Brasil-colônia, cumpre fixar a peculiaríssima capacidade adaptativa e indômita fôrça de vontade, naqueles intrépidos rebentos lusitanos, esgalhados à derradeira geração de heroísmo português e corajosamente perpetuados nas praias da terra deserta. Encarecer a premente situação de insulamento e desassombro na iniciativa de defesa própria e do território, a que cedo se familiarizariam aqueles desgarrados povoadores, definitivamente vinculados às virgens solidões americanas, nas duas primeiras centúrias de formação nacional.

"Meditando nessas causas, destaca-se a verdade: — nos primeiros colonizadores do Brasil, encontravam-se as virtudes essenciais do pioneiro português — tenacidade heróica, solidariedade na compreensão nítida de existência nacional, hábito de atividade disciplinada, e, com isto, o sentimento de trazerem consigo uma pátria, no intuito explícito de fazerem um país novo, pelo desenvolvimento das tradições nacionais." (Manuel Bomfim, o Brasil na América, p. 77)

Idêntica, a lição doutro grande espírito : — "Em primeiro lugar, desenvolveu nos colonos grande confiança em si próprios. Esforçavam-se por si, sem auxílio da metrópole. Não alimentavam rancor ou despeito. El-Rei, em Lisboa, era para os portugueses de além-mar uma sorte de semideus, de essência divina, temido, respeitado e mesmo amado, como ser sobrehumano e distante. Do monarca dependiam favores e

doações, honras e lugares. Mas do govêrno metropolitano, pròpriamente, pouco, ou mesmo, nem — um benefício se esperaria." (Pandiá Calógeras, Formação Histórica, p. 41)

Tal, o vigoroso substrato vital da futura brasilidade seformante, cedo renovada à grandiosa transfuzão de sangue indígena, no mundo novo, que nascia. "Com essa excelente colonização, nasceu o espírito de intransigente defesa do território, que se tornou tradição brasileira, e garantiu o continente para a raça ibérica. Foi essa intransigente defesa que modelou a América-do-Sul, e influiu explìcitamente na distribuĩção do resto do continente na colonização de outras partes. Essas virtudes do Português primeiro, renovadas em juventude, aliviadas do que era arcaico e impróprio às novas cousas, transmitiram-se, aquí, aos crioulos, e nêles se expandiram. Então, o que coube a Portugal na América, foi zelosamente conservado, e muito alargado — como Brasil." (Manuel Bomfim, ob.cit.p.78) De sorte que a obra dos primeiros colonos, nas qualidades que lhes eram próprias, com o caráter agrícola e estável que logo se normalizou, decidiu definitivamente da sorte do Brasil, e imediatamente fêz da colônia uma pátria, porque foi a incorporação da nova sociedade à terra onde se encontrou, na adaptação completa. (Manuel Bomfim, ob.cit. p.81)

"Na história da civilização, a do Brasil tem um sentimento novo, porque foram os portugueses os primeiros colonos que ensaiaram abaixo do Equador a fundação de uma grande sociedade agrícola. Não tiveram precursores nem mestres; tiraram da sua faculdade de mimetismo — aceitando as formas do povo indígena — e da sua admirável iniciativa — importando a planta, conquistando a terra, criando o engenho e entabolando o comércio — uma colônia e um Estado." (Pedro Calmon, Espírito da Sociedade Colonial, p. II)

E tão rápido se corporificaria, entre os primitivos colonos portugueses e as primeiras gerações crioulas, êsse admirável espírito de iniciativa, êsse ardente culto da Pátria, que vieram fundar, — que resolutamente a defenderiam contra cem anos de pertinacíssimas arremetidas francesas. Assim que Baía, E.-Santo, Rio-de-Janeiro, a costa marítima, de Ita-

picurú ao S. Francisco, Itamaracá, Ceará, Maranhão... fôram sucessivas ocupações de corsários gauleses, aliados a tribus de índios nativos. "Tão longe foram, que por 1530 seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano, tão forte era a pressão exercida pelos primeiros sôbre os segundos." (P. Calógeras, ob.cit.p.8-9)

Em verdade, tão cedo avultaria, no Brasil, a conciência nacionalista, de apêgo à pátria nascente, no concerto da humanidade, que já na última vitória contra a longa dominação francesa, surgiria o primeiro herói autênticamente nacional, no grande mameluco **Albuquerque Maranhão.** "Agora aparecia explìcitamente o Brasil, com uma nobreza sua — em sangue e qualidade, elevada no mérito de haver eliminado definitivamente o secular inimigo." (Manuel Bomfim, ob.cit. p.255)

Ademais, contra ríspidas investidas inglesas, defender-se-ia, per si, o Brasil insubmisso e recém-existente. Entrementes sobreviria a poderosa invasão holandesa, ao mesmo tempo se manifestavam iniludíveis sinais de degradação da Metrópole. Já, pòrém, se revelava decisivo espírito nacional. "A luta contra o Holandês alimenta-se de energias essenciais, indestrutíveis." (M. Bomfim, ob.cit.p.284) Era a alma da nacionalidade que madrugava: "O Brasil teve que dever a sua restauração aos indomáveis brios de seu povo" (Southey) contra maior potência do mundo. E foram os heróis brasileiros que bateram, venceram e expulsaram o invasor, a quem já a Metrópole havia doado aquele imenso pedaço do solo pátrio, ao preço do sossêgo europeu. Então, "seria possível não soubessem (os patriotas pernambucanos) da missão do Padre Vieira, que fôra, em nome do rei, negociar a entrega de Pernambuco à Holanda, mediante a paz na Europa? "(Mario Melo, Aspectos da História, p.58) Milagre nacional, a defesa de Pernambuco e a repulsão do domínio bátavo:" "multiplicam-se de tal sorte os heróis, que é difícil citar os nomes de todos." (Southey) "Essa tinha sido uma guerra nacional, empreendida e vencida pelo Brasil." (P. Calógeras, Formação, p.64)

De tal forma era já distinta a personalidade autóctone do

Brasil-povo, que o próprio govêrno reinícola explìcitamente o reconhecia-senhor de seus destinos — e o proclamava — estranho às cogitações e assistência da metrópole: — "Nada me autoriza, — confessa o emissário real, almirante Magalhães, — nada me autoriza, nas minhas instruções, a **intrometer-me na guerra destas províncias.** A vontade do monarca, vós não ignorais, é contra tôda a cooperação nesta guerra. O rei não pode, sem ofender o govêrno das Províncias unidas, consentir que se proteja a insurreição do Brasil." (Mário Melo, ob.cit.p.59-60) Em verdade, abandonava aquelas províncias ao léu da própria sorte a metrópole decadente. Assim que, sós e a poder dos próprios esforços e energias sobrehumanas, expulsariam o invasor, manteriam os altivos colonos a vigorosa tradição de brasilidade e continuariam a dilatar-se através dos sertões interiores e a firmar o próprio domínio sôbre a vasta costa litorânea, até ao longínquo Amazonas, cubiçado pela ambição possessória de inimigos vigilantes. Era, pois, a inspirativa tradição da idéia nucleal de — pátria — o que animava o sentimento nacionalista à gente brasileira, cuja alma cedo se caracterizaria, revelaria e se afirmaria, definitiva e indômita, "na intransigente defesa da terra contra o estrangeiro. Bastaria isto só para diperenciá-lo, e dar-lhe existência própria e distinta, no conjunto humano. No entanto, não foi tudo, como acentuação de valor nacional. Enquanto os do Norte mostravam o Brasil já intangível; no Sul, outros, de outro modo, anunciavam a nova pátria, e a fortaleciam e distendiam, dominando o gentio, incorporando-o à nacionalidade nascente, desbravando o continente, conquistando todo o seu interior, ganhando, para o Brasil que nêles se fazia, o coração ainda virgem da América-do-Sul. Em verdade, o que os Paulistas realizaram é único em tôda a América: nem Almagro, nem Cortez, nem Balboa..." (M. Bomfim, ob.cit.p.340) Efetivamente, das praias, onde desceram os primeiros colonos, ao influxo da herança e tenacidade de Portugal ainda são, explìcitamente unificado e patriòticamente homogêneo, formou-se e expandiu-se, em tôdas as direções, o Brasil incipiente, do século XVII. Tal, o surto espantoso das entradas pernambucanas e baïanas; das imortais bandeiras

piratininganas, que dilatariam o território nacional, cujas lindes ampliariam, através dos domínios castelhanos, e formariam o imenso Brasil do Império bragantino...

Assombroso foco de irradiação nacionalista, S.-Paulo: "O paulista, pelo seu **habitat,** tinha de ser o bandeirante por excelência. A conquista dos sertões estava no seu destino histórico." (T. Sampaio) "As circunstâncias étnicas e sociais foram também coeficientes poderosos do fenômeno que estudamos. Disse, com acêrto, João Ribeiro, que só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao solo e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados quais os do devassamento e conquista de grande superfície do territorio nacional." (Basílio de Magalhães, Expansão Geográfica, p.72)

Era, porém, o Brasil que se expandia. Assim que três grandes núcleos de expansão geográfica demarcariam as fronteiras territoriais do Brasil: "o de S.-Paulo, que abrangeu o sul do país e o oeste; o da Baía, que se encontrou, de um lado com a irradiação paulista, do outro, com as tentativas, simultâneas, de povoamento do Norte; e o do Pará, entre Maranhão e o Amazonas. A articulação dos três centros de descobrimento e invasão do interior proporcionou à colonização êsse aspecto absorvente... O Paulista, nos compos gerais, e o paraense, pelo Amazonas acima, os dous brasileiros, produtos das mesmas influências mesológicas, se antecipariam ao estrangeiro e levariam o seu idioma, a sua raça, a sua religião às extremas da colônia. Tão verdadeira foi essa circunstância — identidade de raça em meios diferentes criando uma civilização homogênea, que apenas se matizava do fenômeno geográfico preponderante — que a toponomia portuguesa não variava, por todo o Brasil, desde o Amazonas à sávana gaúcha. O colôno português batisou uniformemente a terra, deu-lhe aos acidentes as mesmas designações, por tôda a parte espalhou as suas tradições nacionais. Em todos os Estados do Brasil há uma localidade — "Boa-Vista"... uma "Volta-Grande," uma "Roça-Nova," uma Várzea-Alegre," uma "Tapera," um "Curralinho"... O topônimo que

ocorre no Maranhão e no Piauí perdura em S.-Catarina e no Rio-Grande-do-Sul... " (Pedro Calmon, História da Civilização Brasileira, p.66) "O homem, — eis o que importa — era o mesmo. A família, a língua, a creança, depois as instituïções locais, continuaram as mesmas". (P. Calmon, ob.cit.p.67)

Integralmente se tonalizava a unidade do Brasil na sua fisionomia definitiva. (P. Calmon ob.cit.p.50) Plasmava-se na sua unidade étnica; expandia-se na solidariedade e prestígio da própria tradição, dentro na pátria , que fundara. Porque o povo brasileiro se formou "em condições de crescer e durar;... desde sempre teve conciência da sua existência nacional; viveu, desde logo, na tradição de uma pátria, defendendo-a intransigentemente. Muito concorreu para patentear, nêle, a afirmação do espírito nacional — como demonstrações de patriotismo, a fraqueza, insuficiência e degradação da metrópole. Tal se verifica no caso da luta contra o Holandês. Dado o regime de formação inicial, na exploração agrícola, estável, a sociedade do Brasil encontrou-se nas condições de verdadeira pátria, e os Brasileiros, que já os havia, tiveram de defendê-la, na situação de só contarem com o próprio valor". (M. Bomfim, O Brasil na América, p.377) "De tal modo emergiu, com a conciência do Brasileiro, a necessidade que se revelou no patriotismo. E' isto o que se nos impõe pela observação, quando apreciamos a atividade em que o Brasil se manifesta: a unidade política antecede a solidariedade econômica. E' caso raro. Não há, ainda, articulações materiais, nem interêsses dessa ordem, e a colônia já é uma pátria, por motivos puramente de tradição. Um solo político, antes de tudo, o do Brasil; patriotas todos os primeiros brasileiros em ação útil". (M. Bomfim, ob.cit.p.379)

Evolvido, assim, o Brasil, na discriminação, formação definitiva e defesa do território da pátria que edificara, e cujas tradições próprias tinham unidade e profunda conciência nacionalista, só "haverá luta cruenta — quando Portugal, degradado em sanguessuga de tributos, vem completar o seu parasitismo com as **companhias**, que, em monopólios execráveis, devem alimentar os inúteis e objetos dirigen-

tes de lá; quando Portugal separa as populações com as garantias feitas ao reinol insolente e ganancioso, incapaz de qualquer atividade que não seja a rapina mercantil." (M. Bomfim, ob.cit. p. 381)

Pordavante, seria grande o "dissídio, entre os homens nascidos no Brasil e os portugueses, que monopolizavam o comércio grosso e eram acusados de levantar os preços ao seu arbítrio... "(P. Calmon, Ob.cit.p.138) Seria funesto o antagonismo, entre reinóis e brasileiros: àqueles, tudo se concedia; a estes, tudo se negava. Tal disparidade de tratamento e condições de regalias políticas, seria decisivo estímulo à formação da vida localista e imperioso discrime entre nacionais e portugueses: "O crescente prestígio das Câmaras na vida colonial — desde que os filhos da terra, repelidos dos altos postos do govêrno, limitavam à ação das Câmaras a sua influência nos negócios públicos — cultivou, desenvolveu a irradiação nativista, o espírito de autonomia local, o sentimento do bem comum do Brasil," (P. Calmon, ob.cit.p.137) contra o insaciável parasitismo lusitano, dos dízimos, dos quintos, das derramas. do confisco rapacíssimos..." quando o país já está organizado, em plena produção, e há o que extorquir, e há riqueza que roubar". (M. Bomfim, ob.cit.p.382)

Dilatava-se e afirmava-se o Brasil da idade heróica, cujo processus de infinita diferenciação nacionalista se precipitava e distanciaria da metrópole degradada. Enriquecia-se de tradições próprias; polarizava-se-lhe a alma nìtidamente nacional, genuìnamente brasileira: "Da emprêsa dêsses homens obscuros (os primeiros brasileiros) derivam conseqüências mais amplas, e provàvelmente mais duradouras, do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre ou as de Carlos Magno". (Southey)

DEGRADAÇÃO PORTUGUESA. COLAPSO COLONIAL. OPRESSÃO CONTINUADA. MANIFESTAÇÕES NATIVISTAS.

Essa situação normal, de espantoso desenvolvimento sofreria colapso formidável, quando, restaurado Portugal, pe-

los inimigos de Castela, perdidas as possessões do Oriente, só lhe restava o domínio do Brasil: viveria exclusivamente do Brasil, da escorcha ao trabalho e à produção da Colônia americana. "Mas, agora, mudou completamente a situação da metrópole para com a colônia, esta, que se apresenta com as suas energias crescentes bem demonstradas — na capacidade de defesa e na produção de riqueza; ao passo que Portugal, decaído, essencialmente degenerado, só é mantido em soberania pelo eufemismo da aliança inglesa.

Nestas condições, a questão se resolveu pela nova política adotada para com o Brasil, e que consistiu em destruir tudo que pudesse concorrer para a formação da nova nacionalidade, já manifesta, mas que devia morrer. De fato, se o não contrariassem e não o abatessem tão sistemàticamente, como fizeram, o Brasil teria chegado à completa expressão nacional, rompendo para a soberania; ora, a nação que vivia exclusivamente de ser **metrópole**, não podia aceitar a situação de suïcídio, e teve de dedicar todos os seus esforços a **lutar pela vida** na forma da sua capacidade. E como a tradição é fator essencial na afirmação da nacionalidade, o esfôrço se dirigiu explìcitamente para aí : Portugal restaurado foi, desde o primeiro momento, o inimigo implacável da tradição brasileira; e a casa de Bragança, para que se fêz a **restauração,** foi o principal condutor da deturpação e adulteração da nossa história nacional". (M. Momfim, ob.cit.p. 109-110)

Entrementes, havia, na colônia, a conciência localista; avultava largo sentimento de tradição própria, de nacionalidade que se definia: "Uma sensação obscura de igualdade entre as duas fações portuguesas, a americana e a européia; uma noção apagada de não receber o trato equitativo por parte dos governantes do reino; tal impressão de injustiça relativa começou a surgir entre as duas ribas do Atlântico, a separar-lhes as mentalidades. Tal se desenharia a terra de cultura, onde um século mais tarde iriam abrolhar as sementes de liberdade e de independência." (P. Calógeras, Formação, p.41-42)

Não tardaria, pois, que à política de rigor e opressão,

inaugurada pela metrópole restabelecida pela intriga das potências, surgisse a réplica de francas expansões de idealismo nacionalista: "As revoltas havidas, contra leis intoleráveis ou autoridades despóticas, originaram-se decerto das contrariedades econômicas; mas as explica também o orgulho dos brasileiros." (P. Calmon, História da Civilização, p.137) Assim que "o nacionalismo se tornou faceiro, rebuscado, arcádico: deram as famílias poderosas do litoral de gabar o seu tronco indígena... "(P. Calmon, Espírito da Sociedade Colonial, p. 252) Nativista, a reação brasileira, em S.-Paulo, contra os Jesuítas. Instituiu-se Junta Geral. O povo tomaria à sua conta o govêrno. Semelhante, quanto a causas e efeitos, o movimento maranhense, logo apoiado pela Câmara respectiva. Extinguiu-se a nefanda Companhia Geral. Seguiu-se torpe traição, urdida pelo preposto da coroa (Gomes Freire) que, feita a pacificação, prendeu a Bequimão, o levou a julgamento e o fêz enforcar. Sobreveio a reação popular na Baía, originada de causas econômicas, mas diretamente contra o autoritarismo do domínio português.

A revolta de Pernambuco contra os mercadores portugueses (mascates) teve impulso nìtidamente nacionalista, de protesto à espoliação do insuportável fisco lusitano, e a prol da independência e república. Entregue o decreto de anistia geral, trazida pelo novo governador Félix José, e feita a paz, desta se aproveitou o delegado da coroa, para abrir inquérito, sindicâncias, processar a muitos fidalgos e desterrar a outros. Já nas Minas, "donde Portugal hauria recursos preciosos para as loucas despesas de D. João V," a reação popular contra as sangrias insaciáveis, teve desfecho mais lúgubre, porque "o governador conde de Assumar foi implacável representante do rei". Prometida justiça às reclamações populares, e dispersos, os amotinados: seguiu-se fria desfôrra dos agentes do rei... "a vingança do conde de Assumar se realisou, fulminante. As casas de Pascoal Guimarães fôram incendiadas, lá ficando as suas ruínas, o "Morro da Queimada," a testemunhar a régia justiça. Preso, Filipe dos Santos (que assumira a chefia dos amotinados) foi enforcado". (P. Calmon, ob.cit.p.142) Em 1789 ecoou o

grito da inconfidência mineira, com ideologia expressivamente republicano-federativa. Era o reflexo da Independência norte-americana, dos princípios correntes, da revolução francesa, das idéias modernas, que derruíam o despotismo e transformavam o mundo ocidental, propagadas pela inteligência brasileira. Chegou, até, o idealismo santo da libertação nacional, pela bôca de estudantes brasileiros, a pedir a Jeferson a ajuda da América-do-Norte na independência do Brasil. Prisões, desterros e forca — eis o fúnebre desfêcho do despotismo reinícola, àquele generoso sonho nacionalista... Houve, ainda, a conjura dos Alfaiates, na Baía, com vinculação republicana, coroada de enforcamentos e destêrro.

"Entretanto, êsses precedentes históricos cristalizaram uma conciência. Fizeram uma mentalidade. Criaram uma alma. O povo brasileiro adquirira gradualmente o conhecimento de si próprio; revelara-se. Amaduracia para a liberdade. A era da Independência não podia tardar." (P. Calmon, ob.cit.p.147)

AFIRMAÇÃO DA CONCIÊNCIA NACIONALISTA

Em verdade se achava nìtidamente forjada inapagável tradição nativista:" ... como expressão viva do heroísmo refeito em vigor de gente nova, não ressentida de fadigas, virgem de gôzo deprimente em que se degradam as sociedades cultas, quando conseguem domínios e riquezas, como se deu com Portugal. Com isto, depois, colônia e metrópole se opuseram francamente, em caráter e ação." (M. Bomfim, ob.cit.p.376) Avultava, pois, o Brasil-povo, como formação intrinseca de nacionalidade, como tradição ingênita, inconfundível, como projeção de fisionomia própria, de tal modo, que "tanto significa falar de **povo brasileiro** como de tradição nacional". (M. Bomfim, ob.cit.p.377) Identidade, afinidade, solidariedade, estreitos vínculos de consanguinidade, definitiva homogeneidade nacionalistas: — era a alma coletiva do Brasil que aspirava a expandir-se livremente, a viver per si. na pátria que fundara, cuja inviolabilidade terri-

torial defendera e cuja unidade afetiva assegurara, contra os próprios desígnios da metrópole corrupta. Era o Brasil que despertava, na esplêndida maturidade sua inconfundível. A partir da reação oficial contra o idealismo da "Inconfidência," aspirava-se à separação irrestrita: "romper todos os liames com Portugal mas abolir também o princípio dinástico."... Èsse, "o sentir geral da colônia". Já então, "um sentimento natural de ufania e de confiança em si fazia palpitar os corações brasileiros... Haveres e recursos iam para Lisboa, para sustentarem a existência nacional e a internacional da metrópole. A energia, tanto moral, como física, para sustentar a parte mais importante da monarquia conjunta, quer em área, quer em população ou em fortuna, se encontraria na colônia e não na mãe pátria... Poder e ação encontravam-se dêste lado do Oceano, enquanto honrarias e riquezas se espalhavam sôbre cabeças portuguesas". (P. Calógeras, Formação, p. 63-67)

Constituía, entrementes, o Brasil o derradeiro reduto de escorcha e valimento dos lusitanos: "Era o Brasil para sua metrópole como um cofre de fortunas ou como uma vaca de leite. Daí, surgiu semente de ressentimento fundo e descontentamento crescente". (P. Calógeras ob.cit.p.67)

"Singelos, quasi ingênuos aristocratas, êles têm, apenas, a fidalguia de ânimo, essência que pela idade se apura. Em política, são, em grande parte, republicanos, rebeldes ao Rei, quasi sempre de nojo pelo que o reino lhes envia. Liberais, em vez de reacionários, ei-los, nos — Cavalcanti, Suassuna, Maranhão, Melo, Albuquerque... perseguidos, presos, ou justiçados, pelo crime de serem republicanos brasileiros. E' que a República lhes parecia o meio de serem completamente Brasileiros, e era isto um ideal bem expícito. Essa qualidade — Brasileiros — êles a contavam nos seus títulos de nobreza. O nome — Brasil — surge com a própria colonização. O Estado do Brasil é entidade que desde cedo se destaca, focalizando as conciências, na aspiração e no orgulho de uma pátria. Exemplo único, por tôda esta América, o Brasil é a nação que existe para o mundo, no signo de um nome seu, muito antes de poder possuir soberania própria. Quasi tôda a história co-

lonial se faz conduzida por êsse nome, que, se existe, é porque corresponde à necessidade de indicar uma realidade — a unidade ideal, superior às contingências e vicissitudes da colonização. Destarte, a tradição que se forma já se limita e se caracteriza na focalização dêsse nome: é necessàriamente brasileira. Ao povo aquí constituído, nem foi preciso ser polìticamente independente — para não ser português; já era **Brasileiro".** (M. Bomfim, ob.cit.p.386-387)

A VINDA DO REGENTE E DA CÔRTE. EXTORSÕES. FIM DA ERA COLONIAL

Foi nessa culminância de projeção e desenvolvimento da conciência nacional do Estado brasileiro, que lhe aportaria às praias a frota anglo-portuguesa, a transportar o regente fujão, a família real e infinito cortejo de nobreza parasitária, acossados das hostes napoleônicas, que dominaram Portugal. Era a invasão da purulência reinícola na colônia americana, cujo trabalho, produção e riqueza alimentavam a velha metrópole decaída, entregue à degradação do parasitismo bragantino. Desde então, Brasil e Brasileiros começaram a sofrer desconfortos sem conta, inconveniências e sacrifícios pessoais que lhes infligiam subalternos e cortesãos, a insultarem e chacotearam os colonos, e a impor-lhes despesas inauditas para seu estalão de vida... Presunção de cortesãos, impertinência vazia dos funcionários reinóis, tudo se desprezava, se ridicularizava ou se odiava. (P. Calógeras, Formação, ps. 75-76)

O primeiro cuidado do monarca fugido foi "criar serviços, não para o bem do país, mas para dar meios de vida às ondas de fidalgos pedintes," — dí-lo autêntico bragantista; e acrescenta : "Era necessário dar pão a tantos famintos... criar repartições para acomodá-los, mais ainda que as necessidades do serviço público... aplicavam-se todos os antigos regimentos de Portugal, posto que extravagantes, obsoletos e atrasados... Deixaram, assim, intactas, as instituïções coloniais das capitanias. Não lhes modificaram o govêrno militar que as acabrunhava. Não o cercaram de ga-

rantias civís para se conseguir a segurança pessoal e de bens... para conterem os absolutismos, arbitrariedades e prepotências dos capitães-mores, capitães-generais e governadores, que se consideravam superiores às leis... Passou o Tesouro público pelas transformações acompanhado do conselho de fazenda piorado ainda com a complicação das vedorias, que mais embaraçavam do que auxiliavam em a administração. Recebendo, assim, o cortejo de erros e defeitos que o caracterizavam em Portugal, e que o tinham inteiramente desmoralizado na opinião geral da nação, não perdeu nenhuma das fórmulas altaneiras, fatais, falaciosas e chicanistas do sistema português. Se já em conceito desfavorável era tida a administração das rendas públicas, tanto no reino como nas colônias, aumentou-se mais o descrédito com as novas providências... que em vez de melhorarem a ação do Fisco, serviram só para coadjuvar poderosamente a impunidade dos funcionários malversores..." (P. da Silva, Fundação do Império)

Um dos primeiros atos do regente foi abrir os portos da terra e libertar o comércio da obrigação de só se efetuar com a metrópole. Cessou o monopólio. "... Desde a transferência da sede do govêrno para a América-do-Sul, Portugal perdera seu acendente metropolitano. Invadido e talado pela fôrça de Junot, não mais poderia existir quer a navegação, quer o comércio; navios britânicos pol'ciando os mares capturariam os barcos vindos de portos sob o guante da conquista napoleônica. Como fechar os embarcadoiros do Brasil à Grã-Bretanha, cuja proteção e cujo auxílio haviam tornado possível a execução do plano político a que obedecera a vinda ao Novo-Continente ? Além disso, donde viriam as mercadorias que Portugal dantes mandava à sua colônia ? Para onde iriam os lenhos que transportavam as exportações brasileiras ? Estava no regaço das coisas inevitáveis, fatais como conseqüência da mudança da sede do govêrno, a abertura dos portos americanos... Era forçoso criar o comércio com as demais nações, para se não suspender a vida nacional e a satisfação das necessidades já implantadas nos hábitos nacionais. Ainda daí advinha a possibilidade de cole-

tar impostos de importação e taxas outras, que constituíam a principal fonte de reditos para o Erario Régio... (P. Calógeras, ob.cit.p.79-80)

Quem, porém, aprofunda as imperiosas razões dêsse falso gesto de liberalidade do lorpa D. João VI, é o grande Manuel Bomfim: "Abriram-se os portos — às nações amigas... No caso, quem tinha o livre trânsito dos mares era a Inglaterra, e, pois, que fôra impossível impedir que aquí entrassem os navios que vinham comboiando os fugidos... Ainda assim, foi preciso que o Inglês o determinasse: foi a Inglaterra que obteve a abertura dos portos do Brasil (quatro, sòmente)... (M. Bomfim, O Brasil na História, p. 413) E Tavares Bastos, (Cartas, p. 127), é explícito: "Foi a Inglaterra que fêz o rei declarar que, ainda volvendo a Côrte à Europa, continuaria o Brasil governado como reino... Isto fêz o Inglês, para que continuassem abertos os portos — ao seu comércio." Porque, em verdade, já então disputava a Inglaterra a primazia dos mares, e lutava para manter o bloqueio europeu, na guerra de morte contra Napoleão.

Fechava-se lùgubremente o ciclo colonial com a fuga do regente português para o Brasil agora elevado à categoria de Reino. Entretanto, "o ambiente de miséria moral vinha com êle: chega ao ao Rio-de-Janeiro, e deprava as gentes simplórias da colônia com as honrarias que espalha, como generalização de corrupção, na falta de outros méritos para captar os espíritos". (M. Bomfim, O Brasil na História) Êste, o depoïmento de ilustre contemporâneo, que descreve a contaminação da pestilência bragantina, no sadio ambiente brasileiro: "Não havia humilhação nem degradação (Armitage) a que se não sujeitassem de bom grado, para obterem alguma destas emanações do favor da Côrte. A onda que o acompanhou foi um exemplo completo de pessimismo, porque a administração brasileira se degradasse ainda mais. Apresentavam-se e eram aproveitadas ocasiões de se venderem os favores e as concessões; e, por êste meio, cedo se tornaram os empregados públicos brasileiros tão venais, como os seus colegas portugueses... Desde o tempo da chegada da Côrte de Portugal ao Rio-de-Janeiro, a venalidade em tô-

das as classes tornara-se um hábito..." Eis o primeiro e único benefício importado com os fugitivos heróis da dinastia que se homiziou no Brasil, em cujos destinos políticos se vinha infiltrar para os conspurcar e os converter à insanável mentalidade do corrupto Estado bragantino: — poluir esta gente simples e sã; contaminar usos e costumes ingênuos, austeros e puros; interromper-lhe e corroer-lhe as tradições nacionalistas.

INFILTRAÇÃO DA CORRUPÇÃO BRAGANTINA.

Certo, já se sentiam, no Brasil, iniludíveis sintomas da decadência na velha nobreza lusa, cujos prepostos reais traziam insaciáveis desígnios de habitual corrupção, venalidade e anseios de fácil enriquecimento, à custa do cargo. "Desde que Portugal, restaurado em sanguessuga de tributos, se viu adstrito ao Brasil, sôbre êle se estendeu, alastrado, disseminado, infiltrado por todos os interstícios com a corrente de reinóis, que incessantemente entravam no seio da população e ìntimamente se misturavam com ela, não para fusão assimilada, vivificante, organizadora, mas para os efeitos de crescente irradiação, turbação de vida, dissociação de partes. Qualquer cousa como a indisposição do músculo contra a triquina, ou, mais pròpriamente, da pele contra o berne. Capitães-mores brutais, juízes venais, mercantís espoliadores e inexoráveis... e tudo isto como o vilão do senhor: que sorte se fazia para as gentes brasileiras, aquelas que não aceitavam a plenitude da ignomínia?... "(M. Bomfim, o Brasil na História,p.435) O próprio P. da Silva o consigna:"... o geral dêles (administradores) gente ignorante e déspota, que espalhavam o terror em derredor de si e que se recolheram ao reino locupletados de riquezas e fortunas extorquidas e roubadas, e acompanhados das maldições dos povos que tinham avassalado e martirizado..." (Fundação) Já em Frei Vicente anota Capistrano de Abreu:"... acusa-o (Diogo Botelho) de concussão, venalidade até libidinagem". (História do Brasil,p.254) E o grande padre Viei-

ra insiste: "tudo vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar, ou: "Perde-se o Brasil, Senhor, (digamos em boa palavra) porque alguns ministros de V. M. não vêm cá buscar o nosso bem: vêm buscar os nossos bens". Consigna Maximiniano Machado. "A administração era confiada a protegidos pobres que, tendo sòmente três anos para melhorar de sorte, praticavam violências, absurdos... extorsões". (H. da Paraíba,p.398)

Com a vinda do séquito real, entrementes, operava-se a conquista do Brasil, para paraíso dos portugueses, cujos hábitos de parasitismo degenerativo o haviam de infectar para sempre: era a adoção pura e simples do Estado braganti-no : "... o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina". (M. Bomfim, o Brasil Nação, p.33) Sacrificadas tradições e aspirações genuìnamente brasileiras, herdaríamos, com a Independência, essa realidade política que era, de fato, — a opressão, a corrupção, a ignorância... as finanças de puros tributos, o arbitrário seródio na administração, o sultanismo governamental, a delapidação dos orçamentos..." (M. Bomfim, ob.cit.p.34) Porque o enxurro português "que se passou para o Brasil com D. João VI, se medrou — foi abafando, mentindo, infectando, oprimindo, dissolvendo as boas energias sociais, desfigurando as formas naturais e salutares da Nação, deixando sôbre elas as suas estratificações de misérias, estratificações que nos cobrem até hoje." (M. Bomfim, ob.cit.p. citada)

O RETÔRNO DO REGENTE. O BRAGANTISMO. ESCAMOTEIRO DA INDEPENDÊNCIA. A DISSOLUÇÃO. MANOBRAS RESTAURADORAS. REGIME IMPOSTO.

O regresso do infeliz D. João VI para Portugal e a regência do novo Reino às mãos **da maluquice estroina de Pedro I** seria a entrega do Brasil aos arranjos da família Bragança, pelos quais se imporia, manu militari, govêrno monárquico às aspirações republicanas do pobre Brasil recon-

quistado, cujas tradições nacionalistas seriam mutiladas ao usofruto impune bragantino, com D. Pedro, criado "entre fâmulos e gente baixa da domesticidade palaciana... por êles dominado através de baixa lisonja, servilismo sem limite, intrigas murmuradas e covardes, acusações segregadas..." (P. Calógeras, Formação, P. 100)

Do fundo do próprio lusitanismo compreendeu o príncipe regente que era chegada a "maioridade política indiscutível" para o Brasil, que, "com êle, ou sem êle, se tornaria independente por qualquer forma." (P. Calógeras, ob.cit. p. 103) Ademais, teria presente a advertência paterna, de "pôr na cabeça a coroa do Brasil, antes que algum aventureiro lance mão dela." Entretanto, flutuava D. Pedro, entre as imposições das Côrtes de Lisboa e a posse do Brasil, cuja independência nada mais evitaria. Restaria iludir os Brasileiros com o Império bragantino: "A Independência está feita, nenhum meio há de evitá-la, ou, siquer, adiá-la; será com a República, para os Brasileiros, se não ficardes aquí, para torná-la nossa", — eis a arenga de apêlo ao príncipe, feita pelo português José Clemente Pereira. Eis, enfim, a significação do minúsculo incidente luso naquele dramático "Fico" de D. Pedro. (M. Bomfim, ob.cit.p.484) Nada mais claro: — Independência do Brasil é inevitável; será com a República, se fôr obra brasileira, cujas genuínas aspirações eram conhecidas. Ao passo que, se o príncipe ficar no Brasil, será NOSSA a Independência... será dos portugueses, de que era inspirado intérprete aquele autêntico espécime luso-José Clemente... Só assim "não deixaria o Brasil de ser apanágio do Português". Em verdade, o conformismo do bragança pela Independência "fôra o recurso para garantir o mesmo domínio. A honesta sinceridade de José Bonifácio incompatibiliza-o com a empreitada de lusitanismo, em que são mestres os José Clemente e Vilela Barbosa, servidos pelos **neutros, pulhas ou canalhas,** a quem pouco importava que a primeira luz tivesse sido de cá, ou de lá... O Brasil, irrevogàvelmente independente, queria proclamar ostensivamente a sua autonomia; ia fazê-lo, e o filho de Carlota Joaquina, para tirar todo o pretêsto aos patriotas brasileiros, teve de

titular-se em govêrno do Brasil independente. Fê-lo, naturalmente, com a gente que o pai lhe deixára, no mais puro bragantismo, de que jamais se redimirá, talvez, esta pátria." (M. Bomfim, O Brasil na História, p.479) E tanta conciência tinha o tresloucado príncipe, do embuste, que praticava; e tão pouco apêgo votava aos vitais interêsses brasileiros, de que se arvorava "defensor perpétuo", que, em janeiro de 21, escrevia ao pai: — "Estou contendo com tôdas as minhas fôrças a declaração da independência, já por alguns bem desejada e que será a meu ver (que antes não queria ver) inevitável..." Consagrava-se êle aos interêsses genuìnamente portugueses. Autêntico bragança, empenhado em puro serviço dinasta, contra os legítimos anseios da nacionalidade brasileira, cujos ideais contrariava e mistificava, com a decrépita mentalidade lusitana: D. Pedro, proclamava a Independência, aclamado Imperador do Brasil, ainda se subscrevia — príncipe regente do Brasil... Não perderia de vista os interêsses portugueses: assim que na própria convocação da Constituinte, êle, de feito, convoca uma **Assembléia luso-brasiliense.** (João Ribeiro, H. do Brasil, p. 451) Porque em verdade era ardente preocupação bragantina o Império luso-brasileiro, "conservando-se debaixo do mesmo chefe duas famílias". (M. Bomfim, O Brasil Nação, p.38) Do Imperador embusteiro, o sugestivo pinturesco desta carta ao pai: "Com a Independência, tenho assegurado asilo certo para a Nação Portuguesa."

Já Imperador, eram entretanto, portugueses os seus mais intimos e assaz ridículos conselheiros: — Chalaça, João Carlota e o cozinheiro Plácido... Cercara-se de milícias estrangeiras, de mercenários, para se manter no poder e perseguir os Brasileiros: "D. Pedro nunca soube ser brasileiro, nunca soube granjear a confiança brasileira; desde a dissolução nunca soube ser brasileiro". (Armitage, H. do Brasil, ps. 190,205,209,220) E nunca foi brasileiro: "Curto de inteligência, falho de sentimento brasileiro, Pedro I não compreendeu a extensão dos feitos ligados ao ato que lhe fôra ditado por José Bonifácio, e julgou poder voltar atrás do gesto do Ipiranga. Aclamado e coroado, considerando-se definitiva-

mente empossado no domínio do Brasil, tratou de voltar, com êle, ao seio do seu Portugal, para **a reconstituïção do sonhado Império Luso-Brasileiro.** Para tanto, despediu os Andradas, passou por um ministério de transição, e, finalmente, fêz o seu definitivo govêrno com Vilela Barbosa, o mesmo que viera completar a missão de Rio Maior, encarregado da parte íntima e essencial dela. O confessado intuito da mesma missão era restabelecer a autoridade de D. João VI, no Brasil, por um acôrdo com o já Imperador, seu filho..." (M. Bomfim, O Brasil Nação, p. 46) Acentua Armitage a manifesta tendência de Pedro I a favor dos portugueses. Idêntica, a confissão de Chalaça: "A portuguesada, a parte melhor e mais útil da população do Brasil... essa mesma portuguesada, ostensivamente em oposição ao Brasil, sempre defendeu o Imperador, sua única salvação." (Memórias) De feito, com a dissolução da Constituinte, cujo golpe foi diretamente vibrado contra a dignidade da nacionalidade brasileira, enchiam-se de regozijo os portugueses, que iluminavam as fachadas e assistiam com entusiasmo à prisão dos deputados mais representativos da brasilidade, cujos nobres brios souberam defender e exalçar. Valeu-se o estroina, para isso, da infame docilidade bragantina de Vilela Barbosa, meirinho mor, e que viera ajustar a **re-união,** e da cooparticipação da tropa, em grande parte composta de portugueses. (H. de Melo) Derramava-se D. Pedro, desde a vinda da missão Vilela-Rio Maior, em satisfações ao rancor dos portugueses. O motivo capital da dissolução da Constituinte foi a absoluta divergência — entre os interêsses brasileiros, que a inspiravam, e os interêsses bragantinos, corporificados no Imperador... A Constituinte estava fazendo obra política sã, não condicente com os planos de **re-união** e despotismo de Pedro I, e êste a eliminou, antes que ficasse acabada e conhecida a Constituïção. Adversava-lhe os cálculos esta, quando proïbia aceitasse o Imperador outra coroa; admitia a Cisplatina como Estado federado ao Império-do-Brasil; não concedia tantas prerrogativas ao monarca, nem continha o peregrino senado vitalício. Ademais disto, vedava fôsse eleitor cidadão nascido em Portugal, antes de 12 anos de residência e domicílio

no Brasil; proïbia fôsse ministro de Estado o nascido em Portugal, sem 12 anos de domicílio no Brasil, e não fôsse casado com brasileira.

Às orgias que se seguiram ao estrondo da dissolução, expandiam-se livremente os portugueses: eram júbilos e francos aplausos : "... os portugueses do Rio-de-Janeiro, tanto realistas como os **sectários** das extintas Côrtes, exultaram com a dissolução. Êles haviam contemplado com desgôsto a convocação da Assembléia, e aplaudiam a sua dissolução." (Armitage) "Cometida a grande proeza da dissolução, os Portugueses notórios embandeiraram as fachadas e deitaram luminárias, em cujos reflexos, nas noites de 12, 13 e 14 de novembro, os varapaus se derramavam pelas ruas a pedir a cabeça dos Brasileiros apontados como amigos do Brasil." (M. Bomfim, ob.cit.p.62) Certo, a dignidade e o civismo nacionais reagiram, pois que "a partir dêstes sucessos, sentiu-se o Imperador de tal modo fora da corrente nacional, e tão incompatibilizado com a Nação, que teve de se fechar inteiramente na portuguesada. (M. BOMFIM, ob.cit.)

Ponto líquido, êste: a dissolução da Constituinte era o primeiro passo à tenebrosa conjura de **re-união**, segundo à fórmula-Império Luso-Brasileiro, cuja proposta foi trazida a D. Pedro, por Vilela Barbosa. Como ato preparatório, foi Vilela nomeado ministro no govêrno brasileiro, cuja nacionalidade êle tanto desdenhava. De embaixador luso, que era, e em tal missão voltara à pátria, que renegara, tornou-se Vilela membro do govêrno brasileiro, para mais fàcilmente iniciar a torva resolução, cujo primeiro ato seria a dissolução, que realizou.

Além de tantos motivos de acerba desconfiança na alma dos brasileiros, acresce ainda a constante cooperação da política inglesa na farsa da Independência nacional. Era-lhe o pobre Portugal mais vassalo, que aliado, mas cuja casa reinante assaz convinha ao Inglês proteger, nos dois hemisférios. Porisso, à exigência das aspirações brasileiras, se expressaria a inalterável fleugma britânica: "Hão de ser independentes com a monarquia, sob um Bragança." (M. Bom-

fim,ob.cit.p.79) **Impôs ao Brasil o reconhecimento de parte das dívidas de Portugal;** estabelecimento de **vantajoso tratado de comércio entre os dois países;** restituïção das presas de guerra, e levantamento de seqüestros. "Parecia monstruoso que tal se concedesse por parte do Brasil, que já havia aclamado o seu Imperador, e que, com as armas nas mãos, havia expulsado os vestígios de ostensivo domínio de Portugal: não mais podia temer qualquer reivindicação armada. Gastara mais na guerra do que o próprio Portugal. Mas tudo se obteve, porque o Inglês assim o exigiu, e porque o Brasil era representado pelo govêrno de Pedro I, empenhado em voltar à situação de mero sucessor de D. João VI. (M. Bomfim, ob.cit.p.79-80)

Cada vez mais se exaltava a opinião pública, que justamente estigmatizava o lusitanismo de Pedro I. Êste, em todo o curso das negociações, se portou como quem está tolhido, pelo mêdo — das chamadas **facções demagógicas** e **republicanas;** contido, em certo modo, pela opinião pública. Precisava o Imperador de proceder com tôda a deferência para com a opinião pública, a qùal se manifestava adversa a qualquer composição com a ex-metrópole. (Reconhecimento, p.105) Não fôra o brio nativista de tão intransigente oposição do Brasil a qualquer acôrdo que não fôsse o simples reconhecimento da Independência nacional, D. Pedro teria reintegrado o Brasil à recolonização portuguesa. Eram, porém, os interêsses genuïnamente brasileiros constantemente alvejados e prejudicados, em benefício da gente lusitana. Já independente, o Brasil, é, entretanto, a vontade inglesa que aparece, a proteger o fágil aliado, à custa do Império. Foi da sua intromissão que saiu a fórmula explícita da Carta Régia, mediante a qual, "Portugal declarava soberano, na pessoa de seu augusto filho," êsse mesmo país já libertado pelo valor dos Brasileiros. As mais duras exigências impostas pela política inglesa, e deglutidas pelo Brasil, foram, obra do Inglês. Obrigou o Inglês a concessão do título de Imperador a D. João VI, que, depois, o renunciaria na pessoa do filho imperante. Ainda outra vez se feria o brio nacional: seria Pedro I o legítimo sucessor do pai, no trono português. Vergasta Armitage esta infâmia do

conluio bragantista: "absurdo ser tratada a Independência do Brasil como alguma graça outorgada por D. João VI, cujo sucessor, no trono luso, seria o próprio Imperador do Brasil... A loucura atirou por terra o penacho de vencedor, e recuperou à política portuguesa o que as armas haviam perdido: tudo caracterizava a **re-união** dos dois reinos." (H. do Brasil) Revolta-se o sisudo historiador britânico contra o alto preço por que o Brasil comprou a sua Independência, já conquistada. E O. Lima exclama: **"A compra da Independência por dois milhões esterlinos,** depois dela ser fato consumado e irrevogável, foi um estigma de que a monarquia, justa ou injustamente, nunca pôde livrar-se no Brasil." (H. da Independência, p.254) Na Assembléia, Lino Coutinho tem expressões candentes: "Os brasileiros compraram a sua alforria a pêso de dinheiro." Odorico Mendes discorre, com violência: "Estes senhores negociadores, além de nos fazer grande injúria em assinar em papel em que se dizia que D. João VI tinha cedido a seu filho a soberania do Brasil... injúria fatal à face da Constituïção, que tinha declarado que o povo brasileiro era soberano e que todos os poderes eram delegações da nação, obrigaram-nos a comprar a nossa liberdade a dinheiro..."

Se, à custa de desbrio e dinheiro, se negociava a Independência do Brasil, já conquistada; e nos impunham pesados sacrifícios à lepra dos Braganças; pior é, ainda, considerar que, nas trevas, se tramava a **re-união** das duas coroas na mesma cabeça, à absoluta revelia do Brasil, de cujos destinos decidia o estrangeiro: "Desde então o gabinete de Londres empregava os maiores esforços para que as duas coroas se conservassem na mesma cabeça, do legítimo soberano." Afirma, ainda, Armitage: "Canning aconselhava que fôsse o Imperador reconhecido como legítimo sucessor do trono de Portugal, para que se assegurasse por êste modo a continuada união dos dos países, que Canning julgava dever manter-se, ou, melhor, restabelecer-se, e era justamente o que os brasileiros mais desejavam evitar. O predomínio Português, que se lhes queria impor, os privava dos principais foros por que tinham ardentemente pugnado... O reconhecimento do Imperador, na qualidade de herdeiro legítimo à coroa portuguesa, caracteri-

zava a **re-união** dos dois reinos, em que Canning insistia..." Como se ainda não bastasse toda essa humilhação, por que o bragantismo fazia passar o caráter brasileiro, insistia D. João VI com o augusto filho Imperador para que "lhe concedesse renda especial, perpétua, para mais brilho da sua casa", e com isto, oferecia, em compensação, ao Imperador, as armas de Portugal, toda a vez que tais fôssem precisas — para dominar qualquer veleidade dos liberais brasileiros"... ,

CORRUPÇÃO. ESTADO PORTUGUÊS. REAÇÃO NACIONAL. EXALTAÇÃO DA NACIONALIDADE. ABDICAÇÃO.

Mais e mais crescia o ódio dos brasileiros contra o Imperante, quando nìtidamente compreenderam que não só protegia o Imperador intrínsecos interêsses lusitanos, como mais se ocupava nas intrigas do govêrno de Portugal: "teve, então, o Brasil, absoluta convicção de que era D. Pedro refinado absolutista e estrangeiro". (Moreira de Azevedo, História Pátria,p.II) Mostra O. Lima que D. Pedro estava disposto a ser bis-coroado, porque era o intuito daquele arranjo de família precisamente o de **re-unir** o Brasil a Portugal, cuja regência, instituída com a morte de D. João VI, proclamara que "era do interêsse de Portugal a conservação das duas coroas na linha primogênita da Casa Real de Bragança, e, contando com o auxílio do gabinete inglês, decidiu-se a proclamar D. Pedro, rei de Portugal".

Mal se firmava o tratado do reconhecimento, já Gama Machado divulgava **o projeto de pacto federativo fundamental,** entre Portugal e o Brasil... De 23 a 28 foi constante preocupação bragantina a **re-união** dos dois países, graças à trama política do Imperador, cujos patentes intuitos eram de **re-unir**... Ainda mais: durante **o infame reinado** de Pedro I, houve, na política do Brasil, o retrógrado partido português, em que se apoiava o príncipe impostor. Armitage reconhece, em 24-25, a existência de dois partidos na política do Brasil, — absolutistas portugueses e constitucionais. Afirma que D. Pedro só desistiu da **re-união,** porque os SEUS não eram bas-

tante fortes para garantí-lo. Drumond explica: O lusitanismo triunfava, mas não tinha a coragem de tentar o golpe. O partido português, já que não podia ligar de novo o Brasil, queria que o Brasil fôsse governado absolutamente por portugueses." (Apontamentos) Certo, foi com a vitória ostensiva do brio brasileiro (garrafadas) contra os varapaus da portuguesada, que o filho de Carlota Joaquina se viu obrigado a abandonar o Brasil. Compreendeu que já não havia lugar à sua pessoa, quando a Nação se impunha a tais inimigos estrangeiros.

Armitage dá bem a medida da situação real de D. Pedro I: "O que perdeu D. Pedro foi nunca se ter constituído brasileiro. Na época da Independência, lisongeou o espírito da nacionalidade nascente, mas depois, fez apêlo a fôrças estrangeiras... O tratado de reconhecimento, a continuada ingerência nos negócios de Portugal, a nomeação de portugueses para os mais altos cargos do Estado, a apontada exclusão dos brasileiros natos-haviam suscitado a suspeita do que o próprio monarca era ainda português de coração e que procurava apôio no partido estrangeiro." Na Assembléia, Custódio Dias expõe a situação dos portugueses contra o Brasil: "Os constantes inimigos do Brasil, três vezes levantados contra a nacionalidade." E P. da Silva: "Liberais e constitucionais eram em geral os nascidos no Brasil... Existiam absolutistas... a maior fôrça dêsse partido funda-se em portugueses de nascimento. Apoiava-se Pedro I nesse lusitanismo e no senado vitalício, composto de portuguesada e bragantistas." Organizou o senado como se fôra extensão dos seus paços, com criaturas abertamente avessas às normas constitucionais — Cairú, Barbuda, Paependi, Vilela Barbosa... Assim, veio encontrar-se na situação de soberano estrangeiro, a impor-se pelas armas dos mercenários." (M. Bomfim, ob.sit.p.102) Condecorações a rôdo aos partidários do absolutismo. Ministério venal e imbecil. Senado recheio da marquesada reacionária, para a vitória do portuguesismo, para anular a Assembléia Nacional: — eis o epílogo daquela Côrte de bobagem e chulice, sôbre a qual reinavam, incontestados, Pedro I e o seu ridí-

culo Chalaça... Do senado da marquesia lusitana, deixou José Bonifácio definição indelével e completa: "Os maiores alcoviteiros, bandalhos e ladrões." (Cartas Andradinas)

Êsse, o panorama sombrio a que a política de conquista bragantina trabalhava de reduzir as legítimas aspirações brasileiras, subtraídas em benefício da sua dinastia usurpadora e decrépita. Premiava com honrarias e títulos de nobreza, pastas ministeriais e promoções ao senado vitalício da marquesada lacaia, os mais torpes e vilões serviçais adventícios do bragantismo indigesto e relapso. Inaugurava-se com o nascente Império brasileiro a mais hedionda imoralidade administrativa. Tudo, português bragantino: — corrupção monstruosa, delapidação insatisfeita, mentalidade, desescrúpulo, venalidade, parasitismo insaciável, público — eram atributos essenciais do Estado Português importado com D. João VI, e diluviônicamente derramados no Brasil. A tal ponto assomava a desfaçatez que se apresenta, já ministro beleguim de Pedro I, fardado de oficial do exército português, perante a Assembléia Constituinte, que vai dissolver, o renegado Vilela Barbosa, futuro Paranaguá! ...

Era o regime da ignorância e bancarrota, do latrocínio sem peias, do implacavel esbulho às aspirações da nacionalidade, e tirânica preponderância da portuguesada bragantina, que pimponeava e se alastrava em virulência por tôdas as Províncias, senhora de tôdas as posições de confiança administrativa, a formar partido retrógrado, de apôio ao trono estrangeiro e consolidação ao despotismo. Impava; submetia e humilhava o espírito brasileiro, cujas tradições varonís fazia retrair-se e procurava corromper. Fundavam os Portugueses sociedades de defesa bragantina; arregimentavam partidos absolutistas, espalhados por todo o território nacional. Assim, "piorou a situação geral do Brasil, uma vez que tudo conssistiu na entrada e incorporação, nas tradições da terra, dêsse exame imundo, sem vergonha e sem princípios." (Armitage) Importava-se "o abjeto sistema de domínio imposto a esta pátria, os costumes que se comunicavam ao país, as ondes de mercantís sórdidos de ganância vil, as levas de funcionários

ineptos, corrompidos, prevaricadores, tirânicos..." (M. Bomfim, O Brasil na História, p 434)

De feito, "o primeiro partido político, nìtidamente diferenciado e bem ativo, no Brasil independente, foi o partido português, em campanha ostensiva contra o espírito nacional e democratico." (M. Bomfim, ob.cit.p.482).

Foi nessa atmosfera de conspurcação agressiva, de insolências de absolutismo arrogante, que se reüniu a Assembléia de 26, na qual repercutira o animo varonil, de reação e defesa da nacionalidade traída: "... êsse ânimo de oposição precedeu a instalação da Assembléia dos Deputados, e era de tôda a Nação Brasileira. E já foi esse mesmo ânimo que orientou as eleições — para que fôssem eleitos todos os antigos deputados das côrtes e da Constituinte, já conhecidos como nacionalistas, democratas e liberais... Dir-se-ia que aqueles Brasileiros, em face da situação que já era de decomposição, se voltaram para o grande e vivificante ambiente da nacionalidade: sorveram-no fartamente e tomaram-se do mesmo espírito em que a nacionalidade se exaltava, e foram, então, legítimos representantes dela." (M. Bomfim, O Brasil Nação, p. 132) Compreenderam a significação do próprio destino: "Depois da Insurreição Pernambucana e a conquista dos sertões, a obra da Assembléia de 26 é a de maior significação nacional. Foi o que remiu em parte a nacionalidade, dos embustes e traições de 22. Eleita sob um govêrno despótico e corrupto, a primeira Assembléia democrática do Brasil exprimiu a justa reação de um povo que quer ser livre; nenhuma covardia em face do trono, nenhum contacto com a corrupção." (M. Bomfim, ob.cit.p.133) Em verdade, era a mais vigorosa e sugestiva afirmação de vibrante nacionalismo com que podia a conciência brasileira replicar às tentativas de re-escravização. São de P. da Silva estes conceitos — "Os debates da Câmara temporária, de 1827, tinham poderosamente excitado os ânimos... Não houve mais no Império quem dalí por diante se conservasse neutro ou indiferente na luta partidária... Nenhuma voz se ouviu (1826-30) em favor do govêrno... Muitos deputados enunciaram opiniões oposicionistas; nenhum apareceu em defesa do govêrno, pôsto que severamen-

te censurado." Era a nacionalidade que se levantava contra a opressão do inimigo comum, assente no reduto reacionário e luso do senado dos marqueses e no asfixiante unitarismo centralizado. "Sentia-se incompleta a Independência, esquecidas as promessas nacionalistas do Imperador, o horizonte... pejado de ameaças absolutistas... A mesma trepidação estendia-se ao norte e ao sul, despertando, no seu sono, a maçonaria política, o federalismo, o republicanismo. Nem D. Pedro, nem a Câmara cediam." (Pedro Calmon, H. da Civilização, p. 193)

Foi êsse límpido espírito nativista, eloquente na voz dos representantes da Pátria, o que não soube compreender o grande P. Calógeras, quando escreve: "Como os brasileiros eram muito mais irriquietos e intolerantes do que os portugueses em aceitar tais métodos (insultar e despedir ministros de Estado) pendia D. Pedro preferentemente para os estrangeiros e absolutistas..." (P. Calógeras, Formação, p. 143) Fêz, sem o querer, o excelso polígrafo o mais insigne elogio ao caráter brasileiro e à dignidade cívica daquela Assembléia de autênticos patriotas, ao mesmo tempo que traçava, em linhas definitivas, a lôbrega psicologia do absolutismo lusitano do primeiro Imperante. Ora, se D. Pedro despachava ministros, que "respeitosamente dissentiam de sua opinião, e lhes dava sucessores mais dóceis a suas vistas..." Mais: se a sua inclinação "era positivamente afrontar a opinião pública, em govêrno baseado nesta; e voltar cada vez mais ao absolutismo"... então, bem visto é: só dentre seus próprios terrantеses é que encontrar poderia serviçais a preceito e não auxiliares honestos e altivos, que, de feito, não queria... A conclusão se impõe.

Era a conciência nacional que se congregava: "Não é de admirar, por conseguinte, que, mesmo por fora da Assembléia, subisse a maré da oposição. Ensaiava-se a campanha no crepitar dos espíritos, ardentes em nacionalismo patriótico, contra Pedro I e os seus marqueses." (M. Bomfim, ob.cit.p. 132) Ora, "nessa maré, subiram os homens que foram os deputados apóstolos, de 1826-30. Responderam às ânsias da nacionalidade injuriada; vibraram e agiram em uníssono com a

alma da Nação. E isto não lhes diminue o valor, antes o acentua, porque o característico da legítima política é essa correspondência com as necessidades gerais, no estímulo dos sentimentos dominantes do grupo nacional. O muito valor daqueles homens vem, justamente, daí: inspiraram-se nos sentimentos nacionais, condensando nas suas conciências as aspirações da comunidade..." (M. Bomfim, ob.cit.p.133) Oposição, composta de genuínos grandes brasileiros, exerceu, com intrepidez e espírito nacionalista, a predestinação de reconstruir a Pátria, envilecida de exótica embustice. "O estado dos espíritos era o de gentes excitadas por quatro anos de afrontas e despotismo, exaltados com a perspectiva de um regime de livre soberania nacional. E a Assembléia correspondeu à espectativa. E' longa a lista do seu ativo: regulou direitos, preveniu e curou abusos, instituiu serviços; aboliu quanto emprêgo inútil havia, desde o tempo de D. João VI; criou a justiça popular — dos juízes de paz; descentralizou quanto possível a justiça e a administração; criou a escrituração da Caixa da Amortização — para que o Tesouro tivesse indicações precisas nos serviços dos empréstimos; organizou, em regime democrático, a vida das municipalidades (Feijó); garantiu a liberdade de imprensa; deu justos limites ao direito de propriedade, segundo os interêsses gerais da comunidade; regulou pràticamente os Conselhos Provinciais; decretou a responsabilidade dos ministros de Estado, e dos demais funcionários; proïbiu o engajamento de estrangeiros no exército nacional." Melo Morais anota: "Nas primeiras legislaturas, cuidava-se muito sèriamente das coisas nacionais, e o que temos de bom foi feito por elas..." (O Brasil Social e Político)

Embaraçado constantemente "entre impulsos autocráticos e normas constitucionais; liberal por instinto, ignorante em quanto se relacionava com as leis, govêrno e direito público, interpretava e punha em prática as cláusulas constitucionais segundo processos absolutistas..." (P. Calógeras) Autêntico autócrata, "já sem prestígio, incapaz até para isto, o Govêrno Imperial nem mais tentava obstar à votação dessas medidas que, em afronta ao seu disfarçado absolutismo, a As-

sembléia lhe impunha. Uma das mais frisantes, então, foi a lei que organizou a vida municipal, e a que criou os juízes de paz. No ânimo de combatividade daqueles dias, municipalidade e juízes de paz, eleitos na afirmação dos seus direitos, foram vigorosas barreiras às arbitrariedades dos presidentes de províncias, despóticos e mandões. Finalmente, o govêrno de Pedro I nem pelo veto se opunha aos projetos da Assembléia. E quando o Senado tentou reagir, foi o próprio Imperador quem mais depressa cedeu." (M. Bomfim, ob.cit.p.135) Reconhecia o intruso imperante que seus dias estavam contados; que não havia mais lugar a embustes e tiranias bragantinas: "O Govêrno reconhecia que a Nação Brasileira estava com os seus deputados, homens que, em tudo, timbravam por mostrar-se representantes de um povo livre. Assim como propunham a responsabilização dos ministros infratores da constituïção, criticavam a política financeira, com a coragem de reduzir o orçamento da despesa a 2/3 do que fôra pedido. Tiveram, ainda a coragem de discutir a dotação do soberano, mostrando, sem rodeios, que ela era, relativamente, a mais elevada, dentre os soberanos constitucionais. E agiam seguros do apôio do país, porque eram criaturas com o prestígio — de quem cortara no próprio subsídio." (M. Bomfim, ob.cit. p. 135)

Tudo isto, feito pela voz da mais pura conciência nacional, se refletia contra o príncipe forasteiro e a sua camarilha absolutista: era a luta sobretudo pela realidade da constituïção e organização jurídica da nacionalidade. De tão grande contraste, porém, surgiria formal incompatibilidade entre a Nação e o Imperador, que inconseqüentemente violava a própria carta que outorgara. Era aquele o supremo instante de desassombro de virilidade nativista. Insulava-se D. Pedro I, a sua Côrte de bobagem, o seu Senado lusitano, de marqueses e servos... Estava findo o ciclo das aventuras imperiais do usurpador doidivanas: corria-o a energia da nacionalidade. Tempo era de aceitar o conselho do compatriota infame (Oliveira Alves) de que o caso estava perdido, e mais valia uma retirada a tempo. Tropa, povo, Assembléia Nacional, tudo o desprezava: impunha-se a abdicação a que foi coagido o pri-

meiro Imperador, "expelido, do Brasil, repudiado pela Nação, na mais legitima reivindicação nacional." (M. Bomfim, ob.cit.p.140)

RETROCESSO. TRAIÇÃO DOS MODERADOS. SÍNCOPE NA EVOLUÇÃO POLÍTICA NACIONAL.

Bracejava o Brasil para a democracia, com a descentralização, que o asfixiaria, impune, estagnante, corruptora e corrupta. Representa o 7 de abril a vitória da primeira grande tentativa de coordenar as aspirações da nacionalidade, visceralmente inspirada de ideologia federativa."... não houvessem alguns dos mais representativos e fortes, por inépcia, ou por ambição imediata, traído o ideal em que se engrandeceram (os brasileiros da Assembléia de 26) e o Brasil, no surto de energia e de virtude de 31, teria reconstituído os seus destinos, como o determinavam as suas tradições de 1640-817." (M. Bomfim, ob.cit.p.133) antes que nos contaminasse para sempre o virus do Estado Português.

Só assim teríamos evitado essa monarquia caricata, sem raízes nem tradições na alma da nacionalidade, assim, traída, vilipendiada, de 22 a 89. "... não sofreram, como nós sofremos, — sintetiza o genial Alberto Tôrres, — (Problema Nacional, p. 29) com a vinda da casa de Bragança, nenhuma síncope de evolução política."

Naquele duélo de afirmações nacionalistas contra o estrangeiro mistificante, "a campanha de 1826-31, contra a política imperial, dirigia-se, explìcitamente contra o Senado, recesso dos reacionários, contubérnio de portugueses e brasileiros de D. João VI. Apartando-se dos exaltados, nulificando-se, os liberais moderados perderam, de fato, a posição de vitória. Guardaram o poder, mas, no mesmo ato em que subordinaram ao Senado as reformas reclamadas, a êste entregaram os destinos do país." (M. Bomfim, ob.cit.p.197) Era o retôrno do Brasil às estufas bolorentas da marquesada bragantina. Tão grande, porém, tinha sido o impulso de nacionalismo, na parábola daqueles acontecimentos, que "no pri-

meiro momento se acobardaram os marqueses; mas, ao verificarem que as desconfianças e os ataques dos desfrutadores de 7 de abril se dirigiam aos verdadeiros revolucionários, criaram ânimo, e decidiram reconquistar, ou, melhor, guardar as posições privilegiadas em que se achavam." (M. Bomfim, ob. cit.p.197) O próprio P. da Silva consigna: "O partido de D. Pedro (o senado) desaparecera da cena, parecendo desejar, até, que o considerassem sepultado nas ruínas cometidas pela revolução (de 7 de abril)... E foi assim que, apresentado um projeto em satisfação a medidas solicitadas pelo primeiro govêrno revolucionário, o Senado prontamente respondeu, e aprovou o projeto proposto, não admitindo discussão... preferindo a maioria dos seus membros nulificar-se a pretender opor-se... (De 1831 a 40, p.57) Logo, porém, farejaram que se dividiam os vencedores, e que os que tomaram o Govêrno se abroquelavam na mística da Ordem Legal, para resistir às exigências dos legítimos revolucionários; e o Senado, genuíno representante dessa legalidade, fechou-se nas suas atribuïções, e, muito lògicamente, nada concedeu à revolução que se fizera contra êle." (M. Bomfim, ob.cit.p.198) Eram os moderados que recuavam do ímpeto inicial e vinham confundir-se com os conservadores. Desceriam até a certa osmose de partidarios — entre restauradores e moderados: defecção e derrota. (M. Bomfim,ob.cit.) Foi dos flancos dêsse retrocesso que surgiria o trágico partido dos restauradores absolutistas

Retransido, medroso, no primeiro instante, o Senado, "lesma peçonhenta." Desde, porém, que as conquistas da revolução se limitariam ao que êle quisesse conceder: êle naturalmente reagiu e nada cedeu. Vencia o reacionarismo do Senado: repelia as reformas adotadas pela Assembléia," vencedoras e consagradas no ânimo da Nação." E, "quando alí chegou (Senado) o projeto votado na Câmara, sôbre êle saltou o absolutismo senil de Cairú, o charlatão idoso, de José Bonifácio) as saudades do poder, de Paranaguá (o renegado Vilela) as esperanças de novos empréstimos, de Barbacena, a pulhice moralizante, de Maricá, o liberalismo pálido e legalista, de Caravelas..." (M. Bomfim, ob.cit.p.200) E nada

passaria naquele retrógrado cenáculo de múmias semoventes...

O projeto, aceito pela Câmara dos deputados, em 13 de outubro de 31, instituía o Senado temporário e eletivo, e proclamava a monarquia federativa: "A idéia dominante consistia em ampliar as fraquezas provinciais, como então se dizia, pois existia então franca tendência para a federação." (P. Calógeras, Formação, p. 152) Sobreviria posteriormente o pálido e tímido Ato Adicional. Entretanto, já havia naufragado, nos traiçoeiros arrecifes do conservantismo luso-moderantista, o ideário santo da descentralização federativa, para que afundisse a pátria no irrespirável ambiente do unitarismo bragantino. Porque, divididos, entre autênticos idealistas e vulgaríssimos gozadores do poder conquistado, os revolucionários da jornada de abril: — soergue-se o Senado, espúrio no seio da Nação Brasileira. composto de servís lacaios de Pedro I, suplanta a revolução que foi a mais genuína expressão das aspirações nacionais (M. Bomfim, ob.cit.p.200) Já na discussão da grande reforma, na Câmara, interviria a certeira traição de Carneiro Leão — Paraná — que vociferaria, indiferente ao compromisso da véspera: "Respeitemos a constituïção e a legalidade. E' impossível realizar os intuitos da revolução com desprêzo do Senado.

Estou certo de que êle virá colaborar conosco..." No Senado, o projeto, a marquesada esteve à altura da vitória, e tratou os revolucionários com o desprêzo que êles mereciam. Fêz mais: estendeu à Nação o menosprêzo com que respondia aos moderados que a desfrutavam, e só aceitou, de todo o projeto adotado pela Câmara, a regência una-medida de ocasião, e a transformação dos conselhos provinciais em assembléias, aliás, sem atribuïções definidas, talvez propositadamente. Para chegar a êsse resultado, nem houve discussão." (M. Bomfim,ob.cit.p.202)

Mantidos, os portugueses na plenitude de seus postos, na administração e no exército nacional, irradiar-se-ia, por tôdas as províncias do Império unitarista, o arcaico partido dos restauradores e absolutistas incorrigíveis.

TRADIÇÕES REPUBLICANO-FEDERATIVAS.

Sem tradição monárquica, já formada autonomia moral das antigas capitanias, foi a realeza, no Brasil, o maior lôgro da história e a mais sórdida traição às aspirações da nacionalidade, explorada pelo bragantismo. Intrometeu-se-nos Pedro I que "cingira a coroa Imperial para não ver o Brasil tornar-se independente debaixo do sistema democrático republicano..." (O. Lima). Em verdade, era integralmente republicana a tradição brasileira. Já o notara Silvestre Pinheiro: "Êsse partido (o republicano) que é o maior e o da máxima parte..." Armitage escrevera:"... preveniam que para o futuro se fundasse no Brasil o govêrno republicano." Stuart, enviado inglês, aos do gabinete de Lisboa: "Não forcem a nota, porque os brasileiros que, em 22, obrigaram o Príncipe a fazer-se independentista, para salvar o seu quinhão na coroa; agora, são capazes de fazer a república, si vocês os irritam..." República, federação — eis o binômio das aspirações nacionalistas, impedidas pela estólida incrustação da monarquia bragantina. Porque "o Brasil, não só antecedeu qualquer das repúblicas espanholas em movimentos de independência, como, mais do que alí, aspirou a govêrno republicano-democrático. No Pernambuco heróico, desde Vieira de Melo, tornou-se corrente o conceito de que havia dois partidos, o realista e o republicano. E nunca mais se dissipou, na terra brasileira, a aspiração, logo incorporada nas suas mais legítimas tradições — independência num regime livre, democrata, republicano." (M. Bomfim, O Brasil Nação, p.246) A conspiração de Vila-Rica, com o martírio de Tiradentes: "Não só o amor da Independência... foi principalmente o ódio à monarquia." — declara Felício dos Santos — tinha raízes em todos os pontos da capitania. A sociedade revolucionária na Baía, em 1798... "Culminância de patriotismo e vértice de angústia para a alma brasileira, 6 de março de 1817 será, para sempre, o marco iluminado onde se mostra a legítima aspiração desta pátria. E aí se quebraram destinos que se anunciavam em glórias... O sangue do mais puro nacionalismo teria corrido inùtilmente... no remir das tra-

dições, é indispensável restituir todo o seu valor à revolução de **Independência e liberdade,** como o fizeram os republicanos de Capeberibe. Seis de março, supremo desastre no trauma de que ainda sofre a Nação Brasileira... baste-nos acentuar o caráter de emancipação radical e pura democracia, daquela vigorosa reivindicação nacional. Destinos alheios — o acaso, que nestas praias atirou o resto dos Braganças, torceram os nossos fados, e fomos definitivamente contaminados pela estéril e longa miséria que êles nos trouxeram. Ingênuo e leal, nos transes de Dezessete, Pernambuco foi dominado e ultrajado, para que se desse o Brasil aos interêsses do lusitanismo que nos peava; mas tudo não passou de traição, em injúria das tradições genuìnamente brasileiras, sempre nìtidamente republicanas... E o carrasco dos heróis pernambucanos, o nefário Conde dos Arcos, veio a ser o primeiro ministro do Brasil, nominalmente **separado**..." (M. Bomfim, O Brasil na História,p.252) Claro, "o sacrifício de todos aquêles grandes Brasileiros foi, certamente, o golpe mais forte e mais doloroso, para a Nação que devia nascer alí mesmo. E nessas perdas, ela se diminue tanto que, ainda hoje, o sentimos. Como quando a vemos trôpega, no caminho da liberdade e da justiça, infiel aos ideais de democracia, infiel aos próprios motivos patrióticos; como quando se deixa conduzir por dirigentes — continuadores do podre Estado português, e quando concorre para que se desnaturem as suas mais gloriosas tradições. Encontram-nos com um Brasil polìticamente miserável... (M. Bomfim, O Brasil na História,p.410)

Seria, porém, longo o martírio dos Brasileiros, sacrificados na defesa da Independência nacionalista, sem a intromissão desprezável e grotesca do bragantismo corruptor e corruto, sem o monstruoso aleijão do centralismo asfixiante e liberticida. Ainda outra vez, pois, se levantaria o heróico povo de Pernambuco a batalhar pela causa da nacionalidade, em cuja glória de novo derramaria o sangue seu generoso, em protesto contra a hedionda façanha do filho de Carlota Joaquina, na dissolução da Constituinte Nacional. Era o comovido apêlo às tradições de nacionalismo, conspurcadas pela maluquice do intrujão bragantino, que tripudiava sôbre a hon-

ra da brasilidade. Em verdade, assume proporções épicas, de eterna inspiração e civismo, a proclamação de Pais de Andrade: "Brasileiros! Unamo-nos e seremos invencíveis... Reüniu-se a Soberana Assembléia, e... vimos o Imperador postergando os mais solenes juramentos, e os mesmos princípios que lhe deram nascimento político, autoridade e fôrça, insultando caluniosa e atrozmente o respeitável Corpo que representava a nossa soberania... Não é preciso, Brasileiros, fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do Imperador, nem das desgraças que acarretamos sôbre nossas cabeças, por havermos escolhido, enganados ou preocupados, tal sistema de govêrno e tal chefe do Poder Executivo... Salta aos olhos a negra perfídia; são patentes os reiterados perjúrios do Imperador... a nossa ilusão ou engano, em adotarmos um sistema do govêrno defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições... são feitas para os povos, e não os povos para as constituïções... O sistema Americano deve ser idêntico..."

Era a voz da nacionalidade, da federação brasileira, da unidade política do Brasil, sob o regime federativo... Bem compreendeu o patriotismo daquele povo heróico e martirizado, o crime da dissolução da Constituinte brasileira, cuja independência nacionalista o despotismo embusteiro havia feito calar. Contra as tentativas de **re-união**, de concessão de poderes e prerrogativas de centralização opressora no Imperante estrangeiro... Clamava o intrépido Pais de Andrade contra o "perverso intuito de nos fazer jurar à fôrça d'armas um projeto de Constituïção em que a tôdas as luzes se abre a entrada para concluir o insidioso fim da intentada união" (com Portugal)... Traição, ferocidade, prisões, enforcamentos, assassínios numerosos, de grandes valores nacionais, repetiriam, em 24, o crime bragantino de 17, com a vitória do lusitanismo execrado. E foi a poder de crimes, violências, subôrno, concussão, venalidade... que se firmaria o trono estrangeiro, infiltrado na alma sadia da nacionalidade, cuja conciência de fortes tradições federativas seria esmagada pela prepotência, ensopada no sangue dos patriotas da Confederação do Equador. Drumond, insuspeito bragantista, depõe:

"O golpe de Estado, de 12 de novembro de 1823, foi tão desastrado, que originou, em continuação, os movimentos revolucionários de 2 de julho de 24, em Pernambuco, com ramificação nas Alagoas; o de 25 de outubro do mesmo ano, na Baía; a perda da Cisplatina, em 25; o movimento de 7 de abril de 31, em todo o Império; o de 14 de abril de 32, em Pernambuco; o de Pinto Madeira, no Ceará, e sucessivamente..." Seguiu-se revolução do Maranhão, as revoluções de S.-Paulo e Minas, reprimidas a ferro e fogo... A de 47-48, em Pernambuco: tôdas em pleno reinado do brasileiro Pedro II...

Sinistro cortejo de sangue e luto, miséria e dôr assinala a longa aventura da monarquia unitária, no Brasil visceralmente federativo, asfixiado pela doida impiedade bragantina.

DESVIO DOS DESTINOS NACIONAIS. DETIDAS, ESMAGADAS AS ASPIRAÇÕES NACIONAIS.

"... sempre houve nos nossos movimentos de emancipação política, — ensina João Ribeiro, — duas correntes liberais separadas: uma, dos **mamelucos** que desde o século XVII almeja em suas revoluções a república, o federalismo e mesmo o abolicionismo; outra, da sociedade colonial, latina e portuguesa, que fêz o constitucionalismo, O Império e, com êle, a centralização!" Irremediàvelmente deve o Brasil, à torpe vitória da intrujice monárquica, todos os malefícios de que nunca jamais se redimirá e que assinalam a estagnação nacional, na irresgatável "síncope da sua evolução política."

"Até os fins do século XVII, enquanto o Brasil se caracterizou pela ação das suas populações, a colônia era um mundo de gentes coesas, em luta, apenas, contra o estrangeiro. Havia em todos os transes, afirmação das qualidades necessárias nos povos senhores dos seu destinos: iniciativa, confiança, desinterêsse em proveito do bem geral, zêlo de dignidade patriótica, audácia lúcida, e espírito de aventura... Até onde iria, entregue a si mesmo, aquele povo que sistemàticamente, fêz a conquista colonizadora do Norte, e o defendeu intransigentemente, e dominou os sertões, e ainda criou uma raça

bem sua, excepcionalmente válida e unificada, com que avassalou a terra ingrata do Nordeste ?. . . " (M. Bomfim, O Brasil na História, p. 436)

Sim, que não seria o Brasil, se pudesse ter continuado a marcha normal da sua evolução político-social, que se vinha processando homogêneamente, sem o virus da decrepitude lusitana... Sem a contaminação da corrupção bragantina, cujos exemplos impuros anulariam os homens públicos da revolução de 7 de abril, os que, após a vitória, negaram à nacionalidade, cumprimento ao próprio programa revolucionário: — Império Federado. Já a Regência de 32 chamaria de "exaltados", inimigos da pátria, os idealistas sinceros que fielmente o queriam realizar: "Os exaltados pretendem abismar a pátria nos horrores da anarquia, porque desejam que se proclame a federação já e já..." Antecipadamente já êsses patriotas honestos haviam aparado o golpe aos futuros gozadores do Poder: "Povos do universo, conhecei a ficae sabendo que no Brasil de 1831, se considera anarquia o pedir ao govêrno que livre a pátria dos seus inimigos!..." E o Brasil gemeria na mais negra centralização. O próprio P. da Silva estigmatiza a tirania centralizadora, a que se reduzia a pátria: "A província ficara assim, sob êsse regime, de braços atados, despida de ação, como colônia da côrte antes, do que como parte integrante da nação." (De 1831 a 1840 p.30)

"A vitória dos moderados sôbre os radicais de 31 significou, para o Brasil, a queda da sua vida política, abandonada, depois, de qualquer ideal, reduzido a nomes, tôda em baixos compromissos, sem possibilidades de lutas vivificantes e renovadoras, qual se constituiu em suma, o transcorrer do segundo Império... Antes da degradação definitiva, liberais sinceros, radicais em princípios, a-pesar-de colhidos na ilusão da ordem, procuraram realizar, uma parte ao menos, do programa de 1831. (M. Bomfim, O Brasil Nação, 170)

Federação era, para os moderados da última hora, em contubérnio com os fósseis bragantistas do Senado da marquesia, sinônimo de — horrores da anarquia... Anulava-se, assim, a esplêndida vida localista, os anseios de autonomia provincial, que inspiravam as populações brasileiras, desde os

mais recuados tempos da colonização e irradiação das levas migrantistas pelos enseios ignotos de nossos interiores.

Quem, entretanto, inspiraria a êsses peregrinos Braganças intrujões e a seus lacaios palacianos, entrementes, conjurados aos moderados do último instante e cômodos usufrutuários das sedativas delícias do Poder, traiçoeiramente conquistado, a prodigiosa predestinação de autênticos fiadores da unidade nacional?... Que divina revelação oracular lhes haveria vaticinado o fictício perigo de subterrânea desagregação da nacionalidade, só evitável à custa de fôrça opressiva e dêsse asfixiante centralismo?...

"A experiência logo demonstrou, a-pesar do trabalho insano realizado, que não se havia vencido o federalismo extremo das províncias... o que abrasava essa época era a questão de tôda a América entre federalistas e unitaristas..." (João Ribeiro, História do Brasil,p.480-479)

O que, porém, é desgraçadamente certo, é que semeavam os centralistas reacionários o vento a tempestades catastróficas: — do infeliz malôgro dessa revolução profundamente nacionalista, donde, em verdade, deveria renascer a nacionalidade constituída, em marcha para os seus grandes destinos federativos; da criminosa colaboração entre descentralizadores conversos, e a marquesada bragantina: — surgia, naturalmente, alviçareira, a conjura do absolutismo retrógrado e da própria restauração, irradiada para tôdas as províncias do Império definitivamente unitarista.

CONSEQÜÊNCIAS DO CENTRALISMO. IRRADIAÇÃO DAS IDÉIAS FEDERATIVAS. IDEOLOGIA GAÚCHA. A REAÇÃO. RETRÓGRADOS.

Ora, teriam tais fatos imensa repercussão no Rio-Grande-do-Sul, onde eram correntes as idéias federalistas, e onde se acantonavam numerosas fôrças militares; onde esfervilhavam ardentes convicções partidárias, peculiares à própria expressão do caráter gaúcho, e onde, em cabo, se forjam admirável espírito de sacrifício, combatividade e resistência, na

constante luta de conquista e defesa do território. Ademais, ainda, "o Rio-Grande em todos os tempos foi obrigado a servir de instrumento com que os tiranos de Portugal e Brasil satisfizeram seus ambiciosos caprichos; foi sempre a estalagem, a praça de armas, das tropas com que o ímpio despotismo pretendeu esmagar a liberdade a nossos vizinhos; e os rio-grandenses, sendo obrigados a servir em suas fileiras, adquiriram a destreza nas armas, exercitaram-se na tática e disciplina militar." (O Povo, n. 10, de 3-10-1838)

Povo predestinado a servir de suporte à legenda da Pátria, nas extremas suas meridionais; desenvolvido ao léu da própria energia de aço inamolgável; vindo do coração da pátria incipiente, — em lévas de sucessivos esgalhos migratórios e dosado de excelente linhagem açorita: — consolidou-se, cresceu e prosperou o gaúcho à lareira do fogão crepitante, embalado à tenda rústica do pastoreio: — atalaiado, vigilante, na guarda do próprio solar que formara, sempre cobiçado e rondado do inimigo, que fizera retroceder. Avançada sentinela da brasilidade expansionista, cuja propulsão perpetuaria nas raias do Sul, invariàvelmente comungaria o rio-grandense na hóstia dos mesmos sofrimentos da Colônia e dos mesmos anseios de nacionalismo trepidante, liberdade e govêrno autóctone.

Certo, reduzida a indolente da Metrópole a "sanguessuga de tributos," implacàvelmente arrancados à ceva do insaciável parasitismo lusitano dos Braganças, tornar-se-iam triviais aos rio-grandenses as contínuas escorchas de dízimos, passagens e de todos os produtos de seu árduo labor cotidiano. Porque, em verdade, a dureza do Fisco português e a brutalidade selvagem na sua arrecadação constituem crônica odienta e assaz terrífica. Tinha a lorpa mentalidade bragantina a fria, esdrúxula convicção de que era a colônia brasileira pacífica propriedade sua privada, inalienável, sagrada, inesgotável. Os subditos seus laboriosos, supunha-os ela meros instrumentos passivo, automáticos: dóceis servos da insânie sua real. Igualmente, pois, seria o Rio-Grande o fértil empório de rendimento fiscal, que farto repasto à insaciável mastinada realenga. Tal situação de vil sanguessuga reinol, à

economia gaúcha, continuaria, Império adentro. Êsse, o clamor que se levanta no libelo do grande Bento Gonçalves, quando recapitula as inveteradas sangrias ao trabalho pastorício do Continentino intrépido:"... A carne, o couro, o sebo, a graxa além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo de que se propuseram aliviar-nos, exigem mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império... Pagávamos todavia 80 réis do dízimo dos couros e mais 20% sôbre o preço corrente, nós que já éramos vencidos na venda dêstes gêneros, pela concorrência dos nossos vizinhos, nos mercados gerais... Tirou-se-nos o décimo do gado mular e cavalar e o substituiu pelos direitos de introdução às outras províncias. Nós o pagávamos, oneroso, em Santa-Vitória; escandaloso, em rio Negro; insuportável, em Sorocaba, pontos precisos do trânsito dos nossos tropeiros, aos mercados de S.-Paulo, de Minas e da Côrte..."

Além de semelhante disparidade de tratamento tributativo, acresce, ainda, que nunca atendeu, assim o govêrno colonial, como o do próprio Império nascente, às justas reclamações, solicitadas pelos respectivos prepostos, no interêsse geral da Capitania de El-Rei. Assim que escalpela tal iniqüidade madrasta o severo Paulo da Gama, em correspondência oficial:" Qualquer Governador do Rio-Grande ainda intimamente convencido das utilidades públicas, deixa de promovê-las, pelas contradições que tem de encontrar no Rio-de-Janeiro, aonde essas utilidades nem são vistas, nem examinadas; e aonde é do interêsse geral ter numa rígida tutela esta desgraçada Capitania." (Paulo da Gama, in H. da Grande Revolução, de A. Varela, vl. I.°. p. 175)

Ademais, eram ainda os rio-grandenses sistemática e acintosamente excluídos dos cargos públicos, na administração gaúcha, onde se preferiam os portugueses: "São poucos os patrícios que servem na governança do Rio-Grande, — protesta o patriota liberal sulino, Manuel Vaz Pinto, no Constitucional, de 19-1831, — e por esta razão temos que receber, cada ano, uma colônia de empregados, para que nos governem e curem da cousa pública. Somos, em suma, estrangeiros em nossa própria Pátria: somos tratados conforme os ca-

prichos do bom humor dêles." (A. Varela, H. da Grande Revolução, vol. 2, p. 101)

"Desgraçada Capitania" — registou o seu grande Governador... Eterno voluntário da Pátria, desde o longínquo início da espontânea projeção povoantista sôbre o país dos Tapes, nas seculares guerras meridionais e na defesa do território, cujas lindas forjara — a ponta de lanças e patas de cavalos — na sugestiva expressão do grande tribuno pampeano: foi o Rio-Grande o perpétuo legionário, exercitado na escola da disciplina, renúncia e sacrifício, lealdade e abnegação, severo cumprimento do dever e altivez, caráter e desassombro...

O DRAMA NO PRATA. SACRIFÍCIOS IMPOSTOS AO RIO-GRANDE: CALVÁRIO. REQUISIÇÕES. DESCASO TOTAL. SAQUES. AUXÍLIO FORÇADO.

Mal fôra alijada, da frota anglo-lusitana, nas praias americanas, a Côrte fugitiva, e já o bronco D. João VI intervinha na vida política das Colônias espanholas, para gerar o trágico problema sul-americano, onde — "três políticas inconciliáveis disputavam a primazia na foz do Prata, a de D. João, a de D. Carlota Joaquina e a da Inglaterra..." (P. Calógeras, Formação, p.87) Carlota Joaquina era pretendente à regência das colônias platinas, que, por lei, tinha o direito de reclamar, como a mais imediata herdeira do trono espanhol. A Inglaterra, que protegia a luta de independência das colônias hispânicas, opunha-se à política prepotente que, inaugurada na Península, sob a tutela das águias napoleônicas, vinha irradiar-se no solo americano. A solução legal seria a regência da espôsa de D. João VI, que, depois de o consentir, contramarchou no prasme, acossado por três motivos: — "O receio do regente de ser destronizado pelas intrigas e pelo ódio de sua espôsa; o terror dos cortesãos portugueses, quanto às aversões vingativas da infanta; a oposição tenaz do lorde Stangford, por causa da política seguida pela Inglaterra." (P. Calógeras, ob.cit.p.90) "Via-se D. João, destarte, arrastado para a margem esquerda do rio da Prata... Orientou a

sua rota pela política tradicional de Portugal, no sentido de traçar a fronteira natural do Brasil pelo rio Paraná e pelo rio da Prata..." (P. Calógeras, ob.cit.p.91) Afinal, coordenava D. João seus cálculos imperialistas e fazia o seu exército, acantonado no Rio-Grande-do-Sul, extrapassar as fronteiras orientais. Mais tarde, como "tumultos, invasões, perturbações da tranqüilidade reinavam ao longo da fronteira rio-grandense, D. João, alegando isto como motivo, embora de fato seguisse apenas sua orientação imperialista, enviou fôrças que, após muito pelejar, invadiram o Uruguai e se apossaram de Montevidéu. (P. Calógeras, ob.cit.p.93) Manobrados cavilosamente e em segrêdo, por Lecor, chefe das fôrças portuguesas, os elementos uruguaios: estes, em 1821, votaram a incorporação ao Brasil. Moralmente, tal voto nenhum valor possuía, extorquido como fôra à nacionalidade esmagada, sob a pressão do exército estrangeiro. Título era, entretanto, aparentemente jurídico, para emprestar fingida legalidade à clara violência." (P. Calógeras, ob.cit.p.93)

"Sempre Portugal considerara o Prata como fronteira meridional do Brasil, e, porisso, a partir de 1679, até à guerra contra Artigas e à anexação do Uruguai, com o nome de Cisplatina, (1821) disputara aos espanhóis, depois, a argentinos e orientais, as campinas em volta da Colônia-do-Sacramento, de trágica história." (Pedro Calmon, H. da Civilização Brasileira, p. 179) Vinha, assim, o príncipe fugido reavivar as rivalidades hispano-lusitanas, na América, entretidas pela política bragantina: "Cem anos de guerrilhas antecipavam a atitude argentina" contra o Brasil, o vizinho poderoso e incômodo, que lhe ameaçava a própria segurança à República. Esboçava-se o longínquo prefácio à guerra do Paraguai... Intérmino pomo de discórdias, a situação geográfica do Uruguai: — anexação, restabelecimento do vice-reinado; incorporação nas Províncias-Unidas; decretação de guerra à Argentina; derrota das armas bragantinas; independência do Uruguai, enfim; tudo, porém, sob derrama de sacrifícios ingentes à vida rio-grandense, abeterna vítima da belicosidade trágica do bragantismo. Encarece Bento Gonçalves os espantosos sofrimentos impostos ao Rio-Grande e o pasmoso

descaso do govêrno à sorte dos gaúchos martirizados: — "Há muito desenvolvia o govêrno imperial uma parcialidade imérita, um desprêzo insolente e revoltante, respeito à nossa Província. O sangue que derramámos na guerra com as repúblicas platinas, o sacrifício das vidas de nossos irmãos, a destruïção de nossos campos, a ruína das nossas fortunas, as prodigiosas somas que nos extorquiu, a nós, os mais sobrecarregados e quotizados durante aquela luta desastrosa, não valeram a menor deferência da parte daquele govêrno injusto e tirânico. Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império. Agressor ou agredido, o govêrno nos fazia sempre marchar à sua frente: disparávamos o primeiro tiro de canhão, e éramos os últimos a recebê-lo. Longe do perigo dormiam em profunda paz as mais províncias, enquanto nossas mulheres, nossos filhos e nossos bens, presa do inimigo, ou nos eram arrebatados, ou mortos, e, muitas vezes, trucidados cruelmente. Sôbre povo algum da Terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento: transformou-se o Rio-Grande numa estalagem do Império!

Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas da guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalar, e em exigências de todo o gênero, mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente. Reduzida a 8 mil homens a fôrça de primeira linha do exército, só ao Rio-Grande coube sustentar 5 corpos dessa fôrça, além de um corpo de guardas policiais. Não nos pagou o govêrno imperial o que se nos tirou a título de compra, ou de empréstimo, e muito menos ressarciu as nossas perdas, ocasionadas por um estado de cousas de que só êle era culpado." (Manifesto citado)

(Tenho em meu poder o importante arquivo particular da família do grande povoador nordestino, — Antônio Manuel Velho, — e já compassei, com os olhos de pesquiridor, numerosas requisições, nêle conteúdas, de 1795 a 1830. Assinavam-nas comandantes do Registo de Santa-Vitória, de fôrças em trânsito para a Colônia-do-Sacramento, oficiais milicianos, "para o serviço de El-Rei, para glória do príncipe regente, de S. Majestade..." Requisitavam-se — "animais de tra-

ção, montaria, muares... gado para munício das tropas reais", e que nunca foram resgatadas...)

Não era, porém, sòmente em assuntos militares e respectivas requisições, que exigia o govêrno penosos tributos ao heróico e espoliado Rio-Grande. Não apenas na vida econômico-financeira, era o Rio-Grande cruelmente sacrificado e diminuído. Era o campo reiúno de todos os recostos, abrigos e colocações... Nas eleições de 5 de outubro de 28, para deputados gerais, impôs D. Pedro aos sufrágios jacobinamente brasileiros dos gaúchos, dentre cinco candidatos, três protegidos palacianos: — o terrível Salvador Maciel, brigadeiro e governador da Província, "indivíduo antipático aos nacionais, por haver gizado e construído as linhas de defesa do exército lusitano, em S.Salvador, e aos rio-grandenses, em particular, pelo pesado recrutamento que impôs aos filhos-famílias", (A. Varela, ob.cit.vol.1.º,p.495); o infame Oliveira Alves, igualmente português, ministro da guerra, de Pedro I, e que "teve a coragem de repetir-se em comissão militar para martirizar os Pernambucanos. Ladrão confesso, o qual, mais tarde, regressou para Portugal, onde foi marechal." Em 1832, foi o escolhido, pelos restauradores, para vir comandar o exército do Duque de Alcântara contra a Nação Brasileira... (M. Bomfim, O Brasil Nação,p.113-14) E finalmente, o também ministro imperial, lusitanófilo rubro, — Melo e Alvim...

Depois de aludir a que "para socorrer às despesas gerais, era o Rio-Grande tido por Província de primeira ordem," mostra B. Gonçalves como era o Rio-Grande escorchado em grandes adiantamentos e tributário forçado no auxílio a outras Províncias "Em um só ano sacou sôbre nosso Tesouro a espantosa soma de 8 mil contos; foram quasi equipolentes a esta quantia os subseqüentes sucessivos saques, que para o diante contra nós se fizeram. Baldadas foram as veementes representações da Junta da Fazenda provincial, expondo a penúria em que ficara o nosso Tesouro, e pedindo a cessação dêste esbulho revoltante e indecente. Montava a 24 contos de réis o suprimento anual que fazíamos à S.-Catarina, além de outros avultados saques a favor dessa Província. O Te-

souro de S.-Paulo nos devia soma avultada, (800 contos) e o govêrno imperial a deu por satisfeita, não obstante haver já cedido àquela Província os direitos dos nossos animais introduzidos para a mesma. A quem poderemos persuadí-lo? O Rio-Grande que amplamente supria e sustentava outras províncias; que satisfazia pronto e generoso às repetidas e imoderadas requisições de seu govêrno; que amontoava anualmente em seus cofres as copiosas somas de seus facultosos rendimentos; o Rio-Grande, cheio de ouro e recursos só podia dispor, em virtude de uma lei assassina, da mesquinha quantia de... III. 350$000 réis, para fazer às numerosas precisões e despesas provinciais. Alimentávamos os outros na abundância, e perecíamos de miséria; sustentávamos o fausto, as extravagâncias de ministros delapidadores, e não podíamos satisfazer às mais urgentes exigências da sociedade em que vivíamos; e, para cúmulo de afrontas, recebíamos de mãos estranhas e como por esmola, a miserável quantia que nossos próprios cofres nos concediam."

Situação espantosa, a do longo calvário rio-grandense. "Não é de pasmar que os brasileiros rejubilem com o ver chegar a época de qualquer mudança; é antes maravilha que tenham por tanto tempo sofrido a tirania que os oprime. Os habitantes desta Província, entre outros, prestaram serviços na guerra, todos êles, durante grande número de anos, e quasi nunca receberam sôldo. Enquanto concorriam com suas pessoas nas fileiras, tomavam-lhes seus cavalos, bois, carretas; não se lhes pagava nada e suas famílias ficavam expostas aos vexames e rapinas de subalternos e chefes: entretanto, a grande número dêsses homens não se lhes ouve até mesmo murmurar. Pode dizer-se com inteira verdade, que os franceses não suportariam, sem se revoltar, a centésima parte do que aturaram, com tamanha paciência, os habitantes da Capitania-do-Rio-Grande." (Saint-Hilaire, Voyage,p.455)

Regime de perseguições, violências, espoliações, iniquidades vexatórias, opressões: — enfim, de opróbrios perversamente generalizados, sistemáticos, provocativos... Imagine-se, agora, a extensão da réplica incisiva, candente, quan-

do fôsse do lento extinguir da paciência evangélica, no sofrer... O pasmoso do efeito da reação desencadeada, após o desespêro da insuportável provança no desafio... O inopino sacudir do constante mau-estar íntimo e afetivo, àquele ostensivo desprêzo bragantino, ao achincalhe e acinte humilhantes, friamente desferidos, de propósito e impiedosamente, por vis régulos boçais, traidores confessos e deshonestos malversores, da Côrte estrangeira, contra aquele povo altivo, herói, indomito, cioso e conciente do próprio valor!... De meditar é no profundo desencanto e indignação do Rio-Grande, já, há muito, ìmpiamente cruciado na implacável sangria do Fisco bragantino: — em que "parecia que o empenho do centro consistia todo em procurar estancar as fontes da desolada riqueza provincial. Os impostos eram tão exorbitantes quanto absurdos..." (A. Brasil, A **Revolução Rio Grandense** p... 57) Porque a inexorável da opressão requintava, satânica e atrozmente, contra o gaúcho.

ULTRAGES E DERROTAS DA INCOMPETÊNCIA. MALÔGRO DO 7 DE ABRIL. FEDERALISMO NO RIO-GRANDE.

Recordai, ainda, a penosa decepção do grande povo, afeito, do berço, às lutas continentinas, de que sempre se saiu com honra e onde sempre conquistaria o penacho dos triunfadores, ao contemplar, de repente, a inépcia dos generais estrangeiros, sob cujas ordens haviam conhecido duro revés, no embate com o velho inimigo platino, no qual se derramou o sangue generoso do gaúcho invencível, imolado à tática da incompetência:"... para todos aqueles em cujo peito fervia o orgulho nativo... era insuportável a sombra que toldava os rútilos brazões provincianos. Ninguém podia em silêncio curtir esta amargura: pela primeira vez, desluzidas aparecem as tropas do Rio-Grande... a Província, que tem guerreado, por mais de cincoenta anos, sempre com honra e vitória." (A. Varela, ob.cit.p.359)

Lúgubre cortejo de trofeus: talados, os seus campos; di-

minuído, o seu patrimonio; abatida, soberba mocidade, na fogueira da derrota dos fardões molengos; enlutadas, as famílias gaúchas; saqueadas, as fazendas, pelo inimigo e tropas imperiais; perdida, antes, a Cisplatina; humildado, o brio nacional, congênito no gaúcho, às corruptas mãos lusitanas... Ressoariam tais desastres calamitosos, à conciência rio-grandense, antes como trágico intuito de aniquilamento à altivez pampeana, do que incapacidade e pusilanimidade no comando dos podres medalhões lusos, que o arrastaram à traição e chacina... Sim, porque os acontecimentos se molduravam de sugestiva seqüência lógica: anotai, no sub-solo movediço do panorama sombrio, que se vivia, preparativos secretos, na antecâmara escura dos retrógrados e absolutistas, tramados nos bastidores invioláveis do lusitanismo, cemdobrados após o descrédito da revolução nacionalista, de ideologia federativa... Tudo, em verdade, convencia da imensa rede de conjuração reacionária, que se vinha tecendo... Aclara-o dilucidativo depoïmento confiado ao erudito beneditino A. Varela, por ilustre contemporâneo do grande drama:" "Os portugueses de nascimento que haviam adotado o Brasil por pátria, e os velhos servidores do paço e da coroa dominavam o exército, a marinha, as magistraturas, as repartições públicas em geral, e até o Senado e a própria câmara popular, mercê de deplorando sistema eletivo. Sôbre ser mui vicioso êste, acrescia para agravar-lhe os defeitos uma circunstância. Notório é que contribuiu para desnaturar o regime, a desgraça de persistir o comércio "quasi inteiramente nas mãos do elemento lusitano." Isto é, do elemento que em conseqüência da identidade de origem, apoiava francamente a oligarquia pútrida, senhora de tudo entre nós, desde os tempos de D. João VI" (Carta do coronel João Luiz Gomes ao dr. A. Varela; H. da Grande Revolução, vol. I.º p. 449)

Notai, agora, o momento pressago que se avizinha, carregado de agoirentas incertezas, a pungir o coração nacionalista e estóico, do gaúcho; o fundo pressentimento, rodeado de pesadumes e conjeturas alarmantes, que toldariam o ideário patriotico dos indomáveis continentinos: a funda convicção de retôrno ao nefando absolutismo centralista. Ludibriado,

como tôdas as mais províncias brasileiras, que, entrementes, reagiam contra a negra felonia dos moderados vencedores; ludibriado, como as mais puras aspirações nacionais, pelo desgraçado malôgro da jornada cívica de 7 de abril: — bem previa o Rio-Grande, — a eterna vítima do irrespirável centralismo retrógrado reiniciado, para gôzo dos usufrutuários do Poder, — que se iam acorrentar os destinos da nacionalidade, ingênuamente traída, ao bolorento sabor do corrupto bragantino parasitário e intrujão. Fôra hediondamente iludida a Nação, cujo desgovêrno ficaria amarrado às mãos poluídas de denosto, dos sedicentes moderados, vilmente pacionados ao odiento conluio dos absolutistas lusitanos, "pela defecção dos moderados, que refortaleceram os absolutistas, senhores dos postos governativos, (eis a causa real do abôrto dos esforços republicanos, jamais a que apontam, de fraqueza númerica)..." (A. Varela, ob.cit.p.424) Seria, e foi, a reentrega, pura e simples, do Brasil à camarilha bragantoa..." a fazer-nos retrogradas à escravidão antiga: só e só isso." (A. Varela, ob.cit.p.409)

Só a reação fremente se impunha à conciência nacionalista da genuïdade brasileira: "Tal o que se introduzira por fim; tal era, que, sem rebuço, lançados afora os mais sinistros pregões. Difundia-se, universalizava-se a convicção de que o Império do Brasil caminhava para o absolutismo." (A. Varela, ob.cit.p.295)

Em verdade, era patente o esbulho nacional; e a desesperança da brasilidade, clamorosa e inestancável. Ecoavam no ambiente rio-grandense fundos influxos dêste estado geral de efervecência crepitante:" Quem poderia prever que depois do dia 7 de abril tivéssemos de ser ainda governados e subjugados pelas máximas dos assassinos do grande Caneca e de outros republicanos? E' isto: a Pátria do desinteressado Mendes Viana, do imortal Barata, do ilustre Tiradentes, não pode nem deve ser o patrimônio de indivíduos ou família alguma, nem o morgado dos homens de Pedro I, dos inimigos da República. Cumpre, pois, que tenhamos Liberdade: que se conclua a Revolução de 7 de abril." (Publicação do Noticiador). (A. Varela, ob.cit.p.435)

Ainda mais: "Mais de 19 meses já tem decorrido depois que foi removido de entre nós o obstáculo que todos entendíamos ser o que mais estorvava os progressos dos nossos melhoramentos, e ainda agora êles fazem objeto dos nossos desejos, e cada dia se torna mais crítica a nossa posição, os nossos negócios mais complicados e a nossa atmosfera mais carregada: de um lado, a guerra civil devasta as mais formosas províncias; de outro, a larva revolucionária ameaça de dissolução a outras não menos importantes, até aquí, virgens do horrível flagelo. O contágio lavra por todos os pontos com incrível celeridade." (O Observador, de 25-10-1832)

Tal, o reflexo da lenta hipertenção dos espíritos, que se irradiava nos Pampas, onde "o contágio lavra... com incrível celeridade." Era a certeza da solerte conspiração retrogradista, nos lôbregos subterrâneos do mundo bragantino... No próprio Rio-Grande encontravam fermentecência as idéias retrógradas, que haviam sepultado o idealismo de 31. "Escrevendo ao coronel Bento Gonçalves, no Rio-Grande, em 20 de janeiro de 34, o regente Lima e Silva acusava o marechal Barreto de solidário com a conspiração reacionária, feita pelos inimigos do 7 de abril, destinada a elevar ao govêrno Pedro de Araújo Lima, conforme a cabala desenvolvida por Almeida Tôrres e Manuel Antônio Galvão; e avisava ao caudilho... de que não entregaria a regência àquele adversário, que a traíra no seu manifesto de 3 de agôsto — 13 de setembro de 32." (Pedro Calmon, H. da Civilização Brasileira, p. 200) Lança jorros de luz às trevas iniciais da epopéia farroupilha êste precioso documento, revelado pelo cultíssimo investigador, coronel Souza Doca. Por outro caminho, pôsto que também concludentemente, trata Varela do trágico absolutista:"... mostravam (pessoas da estirpe dêsse marechal retrógrado) disposições a retransformar o Império, dando-lhe o caráter do velho regime, a prova de imutável fidelidade a êle, reputou-se o sobredito lance..." (juramento de fidelidade, promovido pelos filhos dêsse cabo de guerra, militares, ambos, à Constituïção que fôr digna de D. Pedro e do Brasil, se por ela tiver D. Pedro o **veto absoluto.** (A. Varela, ob.cit.p.312)

Tentativas de conjuras, de fundação da Sociedade Militar, do absolutismo...

"O elemento militar, cujas primeiras autoridades eram representadas por portugueses, era tão poderoso quanto exaltado. Muitos dos oficiais brasileiros seguiam as opiniões dos chefes. A célebre "Sociedade Militar", fundada no Rio, tinha o fim único de preparar a restauração. Esta sociedade pretendia generalizar-se por todo o país. As suas vistas recaíram logo sôbre o Rio-Grande." (A Brasil, op-cit.p.67). De feito, teve, no Rio-Grande, larga irradiação essa idéia, acariciada de velhas patentes. E só à energia dos patriotas liberais se deve o não ter podido prosperar impunemente no solo pampeano.

Era, porém, aspiração profundamente nacional o sistema federativo, que só nô-lo evitaria a intrujice bragantina, e, finalmente, a traição dos moderados comodistas. Tinha ampla e incisiva repercussão, no Rio-Grande, êsse idealismo nacionalista: -"... se queremos que a pátria deixe de ser a vergonha da América, o quartel-general da Santa-aliança e purgatório dos brasileiros natos." (Constitucional, de 6-11-30)

A 4 de maio de 31 profèticamente se ergue a voz do insigne liberal, Pedro José de Almeida: "Só a Federação há de salvar o Brasil, do horroroso futuro que o aguarda: só a Federação poderá livrar nossa Província, das harpias que a Côrte nos manda." (Constitucional, de Pôrto-Alegre)

"... E', sim, o não ter visto o povo brasileiro realizadas as esperanças, que concebera pela revolução... é o conhecimento, que êle tem adquirido, de que a só expulsão de D. Pedro não basta para a sua felicidade, e que nos não devemos contentar com isso. E', finalmente, a desconfiança, em que todos se acham, ainda aqueles que mais monarquistas eram em outro tempo, de que se não apresente, e triunfe o partido republicano; desconfiança, que é fundada no grau de civilização, de que já goza o Brasil, conhecimento de sua posição geográfica, e da inclinação, que tem todo o povo americano a esta forma de govêrno... Estas instituïções são principalmente as reformas federativas, que, dando às províncias fórmulas republicanas, as devem contentar, e conservar unidas,

pois que por elas conhecerão que ficam a coberto das tentatívas do poder..." (Correio da Liberdade, 22 de 12,31)

"... e nós nos aproximarmos às formas americanas, para as quais o espírito público propende de maneira tão pronunciada." (Observador, de 22,6,32) "As revoluções e as guerras civís, diz Rousseau, inquietam muito os Magistrados, mas não causam o verdadeiro infortúnio dos povos; mas nós diremos que os brasileiros, verdadeiros amigos da sua Pátria, não querem a guerra civil, querem a Federação; o que não convém à **caterva infame de caramurús traidores,** nem à fingida moderação; porque sendo feita aquèla, ficam burlados os planos de uns e outros." (Recopilador, de 28,5,34) Foi órgão liberal o Compilador, de 31, cujas idéias exprimiam o sentir geral da Província. O Noticiador, de 32, pregoeiro foi das idéias democráticas. Bateu-se pelas idéias liberais que empolgavam a brasilidade, o Amigo do Homem e da Pátria, de 28.

Não há negar, e cumpre, pois, encarecer à face da história, que idéia eram correntes, no heróico Rio-Grande, bem antes, ainda, de romper a epopéia farroupilha, o Federalismo, autonomia das Províncias, liberdade, descentralização... em marcha para a culminância do sistema americano. Eram princípios democráticos correntinos, cujas nascentes mergulham as raízes nos mais remotos anseios da formação da nacionalidade. No Rio-Grande se plasmavam êsses sonhos de renovação nacionalista às mais ardentes aspirações varonís do espírito gaúcho, forjado na têmpera de aço de suas convicções autonomistas. Bastem os exemplos transcritos à imprensa da época, onde repercutia a mais esplêndida e sugestiva unanimidade das devoções federativas,"... porque aqueles elementos são suficientes para comprovar a tese que defendemos: a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes históricos no Brasil, em prol da República Federativa, tendo como modêlo a Constituïção de Filadélfia." (Souza Doca, O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha, Rev. do Inst. p. 171) Era idéia triunfante, em tôdas as conciências. Descia dos cimos dos desejos vagos, indefinidos, para o terreno suasório da predicação cívica. Já em 33, narra Lobo Barreto,

discreteava Mariano de Matos, em Pôrto-Alegre, sôbre república federativa. E o Recopilador Liberal proclamava, ao mesmo tempo, sem rebuços: "Os rio-grandenses querem as reformas federativas pelos meios legais e nada mais," para, logo depois, exclamar: "Será crime nos rio-grandenses o que nos fluminenses é virtude? Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos..." Em 24,4,34, doutrinava o Republicano:"... o regime federal é o melhor, porque segura a liberdade de cada Província e põe forte barreira aos homens ambiciosos." (Souza Doca,ob.cit.)

ASPIRAÇÕES NACIONALISTAS. IRRADIAÇÃO DAS IDÉIAS FEDERATIVAS, NO RIO-GRANDE. MOTIVOS DE EXTREMOS SENTIMENTOS DE BRASILIDADE, NOS PAMPAS. FUSÃO MIGRATÓRIA. O BOIADEIRO. O CONQUISTADOR FAZENDISTA. O POVOADOR, NO DOMÍNIO DO SOLO SILVÍCOLA.

Era a nacionalidade que se levantava do torpor e molície bragantoa, em marcha batida para a definição das próprias tradições nacionalistas, impressas nos anseios segrais de franquia autonômica às Províncias oprimidas. Buscava, aos impulsos de confraternização pelo espírito do Federalismo providencial, os rumos essenciais à própria afinidade vigorosa, interrompida pela arrogante intrujice dos Braganças e o solerte oportunismo dos vís usufrutuários do Poder escamoteado. Expunha ao julgamento e execração da opinião pública, os comediantes da conjura usurpativa, surgidos subterrâneamente, à imprevista desova da **moderação**, chocada no cesto impuro da improvisa oligarquia clandestina, dos conversos e renegados, a fingir e campar de tutores dativos da pobre Pátria malferida.

Pleno surto de consolidação no sinistro ludíbrio nacional. Espantosa, a celeridade da benfazente irradiação das idéias federativas, no Rio-Grande, onde eram propagadas e aceitas com incredível fervor contagioso: — dominavam tôdas as energias genuïnamente patrióticas. Recolhido, absolutista,

apenas ficava à distância das vibrações cívicas — minúsculo, forasteiro, — o "retrógrado que se opunha às reformas liberais da revolução de 7 de abril e, principalmente, à federação, idéia aplaudida em todos os discursos, em todos os artigos doutrinários da imprensa." (Assis Brasil, ob.cit.p.107)

Profundamente lógica e divinatória, a inspiração de brasilidade, no devoto entusiasmo das simpatias rio-grandenses, pela redenção do Brasil — **federado.** Deflue naturalmente da peculiaríssima filiação patronímica da população inicial do Rio-Grande. Espontâneamente desgarrados de antigas colonizações gentílicas, com o vívido sôpro de tradições definidas como afirmação de valor nacional,(Laguna, S.-Paulo, Curitiba, Minas...) os pioneiros povoantistas do remoto país dos Tapes sentiriam, juntamente, desinquieto instinto de propagarem a pátria e o intuito bem explícito de a dilatarem pelos longínquos confins do Sul, edificados no espírito de intransigente nacionalismo vivificante.

Lastreariam e, pois, assimilariam, de contado, a esplêndida caravana de migrantistas açorianos sobrevindos, possuïdores de velhos hábitos sedentários e consumada destreza de agricultores insulares. Estreitos consanguíneos e afetivos tributários das colônias de origem, transmitir-lhes-iam aqueles brasileiros, e tenazes possessores antecedentemente radicados na imensidão guaranítica, êsse ardor estrepitoso e êsse crescente prestígio da pátria nova, que centrìpetamente irradiavam, do interior para a periferia, inspirados na voz imperativa da unidade pátria, que lhes estuava os corações de voluntários conquistadores paisanos...

Em verdade os transformariam rápidamente em autênticos boiadeiros das planícies litóricas, onde se inicialmente aclimariam ao conglomerado laguneano. Pordavante, ìntimamente missibilizados, os dois esgalhos primevos, entrecruzados sucessivamente e vinculados na solidariedade constante do destino: — decisivamente se consolidariam na posse da ampla nesga marinha. Ergueriam as aldeias primitivas e fundariam prósperas estâncias babilônicas, no vasto semicírculo da planura, entre a margem esquerda do gigantesca estuário dos Patos, e as abas montanas da Serra-Geral. Dora-

vante, adentrar-se-iam, lentolento, no âmago do interior silvícola. Despontariam, a meio, as caudais que descem da Serra intransponível. Sucessivamente se acantonariam ao longo das ribanceiras do Taquarí e Jacuí, por onde iriam espalhando povoações, que ficariam, — vetustas, merencóreas, à evocativa contemplação da posteridade...

De imediato, porém, se alertearia o bisonho e tardo ilhéu desnacionalizado adaptado à desteridade contingente, à precípua vigilância da ambiência temerária e agoirenta, naquele perpétuo campo de manobras, à fulmínea perícia nas arremetidas sôbre o secular inimigo e concorrente, trìplicamente pacionado: — espanhol, jesuíta e o índio guaraní. Têlo-iam sempre à vista. Combatê-lo-iam, mais de Centúria a fio, até à definitiva conquista do Continente... Depois... Depois, nos bastidores da chancelaria bragantina, inventariam guerras, de derivação conservativa, entre vizinhos,-surdas tramas imperiais da postiça coroa sonambúlica... Avançariam, porém, os plasmadores do regime colonial, nos Pampas gaúchos, à procura de sesmarias, nas longes e indefinidas "fronteiras do Rio-Pardo"... Retrocederiam, taladas, invadidas, de quando em quando, as campinas malqueridas, à complicada flutuação dos longínquos ventos ibéricos... Mas iriam batendo, desalojando o adversário territorial; ora, retirante; ora, episódica e violentamente ofensivo. Chofrariam, a montante, o vale do caudaloso Jacuí, até às ingremes encostas da Serra, onde intèrminamente deteriam afoitas passadas invasoras...

Ao diante, vadeariam a bacia do ciclópico Rio-Grande-de-São-Pedro, em cujas ribas direitas trabalhariam de consolidar posses tomadas a lindeiros castelhanos. E continuariam irredutível difusão populativa. Estender-se-iam resolutos, para além, perdidos, os destemerosos retificadores da imensidade suspeita, à teimosa cata de fixação no domínio incerto. Abicariam, enfim, às originárias cabeceiras do Camaquam, do Vacacaí, já sob as ladeiras verticais da Coxilha-Grande... Era o idílio campestre, o retardatário bucolismo plebeu, a descantar o estribilho único: — Brasileiros, para a frente... glosado, o desafio, pela réplica vivaz do espanhol... Reali-

zava-se o mistério pagão "dêsse corajoso espírito de aventuras, que é o grande propulsor da iniciativa." (Alberto Tôrres)

E os trabalhos porfiosos, e as lutas intérminas, e as surpresas agressivas, e as ciladas cruéis, e os embustes e ardís vingativos, e as pelejas periódicas, no fulgurante drama de povoamento sulino?... Lídimo campo de Marte, o Rio-Grande do Sul...

Afinal, o desfecho místico, de Canto e Pedroso, a desatar o fio à primaz impulsão de resistência alienígena...

Já ao Nordeste, na outra extrema sinuosa da serrania, concomitante à entrada inicial do afluxo colonista, a ladear o longo do contraforte maciço dos Aparados maravilhosos, outra investida tenaz, de povoadores desabalados, tangeria separadamente, nos cimos do Planalto jesuítico dos Pinhais. Penetraria cauta e desapoderadamente, até às culminâncias ocidentais, onde esbarraria a retirante vanguarda levantina, da catequese loiolana, a retrair-se lentolento, às raias missioneiras da irradiação prístina...

Transpostos, os dois abruptos promontórios da serrania, que paralelamente se bifurca e inflete para o Norte: encontroam-se a última onda migratória bandeirante, que extrapassa o Nonoai, e as desprendidas vedetas nordestinas, que entrementes prolongavam o ciclo épico do migrantismo propulsor, através das tranqüilas sávanas dos missionários renunciantes. Porque já então se havia operado funda mudança panorâmica, com a súbita ruptura, cerce, do formidável baluarte jesuítico, distendido nas lendárias ilhargas do majestoso Uruguai, cujas vastezas se tornavam acessíveis à sossegada ocupação brasileira.

PERSPECTIVAS NO DRAMA DA CONQUISTA DO SOLO GAÚCHO. SENTINELA DA PÁTRIA. O CARÁTER GAÚCHO. ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO E RESISTÊNCIA. TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS DO GAÚCHO. SOFRIMENTO. DESAMOR À MONARQUIA. HOSTILIDADES RECÍPROCAS.

Cenário de projeções fulgurantes, soberba inspiração nacionalista e eterno motivo de clarinadas de epopéia, o drama de conquista e povoamento dos Pampas. Êmulo dos fundadores da nacionalidade, no refulgente período colonial, o sublime aventureiro rio-grandense, cujo humilde coração vibraria incessante pela pátria que expandia e da qual seria sentinela perdida, nos contérminos territoriais das campinas do Sul. E sê-lo-ia Império além, no escuso urdume de salvatério brangantino...

Essa, pálida imagem da tragédia segral de formação, fixação e posse perene do gaúcho no solo cruentamente conquistado à veterana tríade alienígena. Dêsse tumultuário passado de lutas à dilatação e defesa do território nacional e da pátria, ora, agredida; ora, agressora, no indecifrável enigma do estuário do Prata; purificou-se o caráter rio-grandense, definindo no mais alto sentido de resistência, abnegação e suprema capacidade de sacrifício: era a sugestiva escola da fatalidade irremovível, o inspirativo modêlo de ânimo e valor constantes, no exercício formal da dignidade inviolável.

E bem. Das severas provações, rudezas, rigorismo fiscal, requisições, empréstimos forçados, desigualdade tributária, exigência de penosa tributação marcial, imposta à mocidade sua brilhante, a serviço do Regente e, posteriormente, do Imperador: sobreveio à conciência rio-grandense a incontrastável convicção de que, em verdade, resumia o Bragantismo tôdas as reservas de inesgotável impiedade, no sofrimento de tão imerecido infortúnio nacional. E, pois, combatê-lo e abatê-lo, reivindicar seria juntamente a perdida felicidade à mísera da pátria envilecida. Acresce, ainda, circunstância capital e decisiva: assim ao Rio-Grande, como à Nação inteira, era absoluta a ausência de qualquer tradição monárquica; ao passo que era geral o mais fervente desejo de franquias au-

tonômicas e descentralização administrativa, com o que, entretanto, contrastavam hediondamente as diretrizes imprimidas à fisionomia constitucional vigorante no Estatuto, doado por displiscente munificência régia... Agravaria essa situação de estranhos caprichos opressivos o malôgro da revolução do 7 abril e o desdobramento da reação do Poder, ìmpiamente submetido às mãos dos sedicentes moderados, contra a qual vinha reagindo, em campo raso, a nacionalidade traída. De feito, entrecruzavam-se planos e filiações à conjura liberal, em todos os vértices do país escravizado. Por igual, ecoavam, em todos os quadrantes do Rio-Grande, exalçativos e lancinantes queixumes da pobre brasilidade consumida.

O AMBIENTE DE 20 DE SETEMBRO. AGENTES PROVOCADORES. IDEAIS FARROUPILHAS. A LUTA. A FEDERAÇÃO. REPELIDOS PLANOS DE FEDERAÇÃO PLATINA, CUJO AUXÍLIO RECUSAM OS FARRAPOS. ATITUDE IMPERIAL NO PRATA, EM CONTRASTE COM O SENTIMENTO NACIONALISTA DOS FARRAPOS. PUREZA DE IDEAL. EPÍLOGO. CONCLUSÕES.

Foi naquele agitado meio histórico, de impecável trepidação sismógrafa da sensibilidade nacional, saturado de exaltações nativistas, que desde a íncuba tramóia da Independência, eletrizavam tôdas as conciências da nacionalidade... Foi da irresgatável certeza de que mãos invisíveis truncavam e desteciam a rota aos destinos federativos da pátria emancipade e, afinal, redimida na revolução de abril, mas, súbito, atraiçoada no próprio sub-solo da súcuba tocaia moderantista, alapardada na perjura fofice do Poder: — que se lançaria o Rio-Grande na reconquista dos ideais malogrados. Reclamava-o, uníssono, o indignado clamor da imprensa. Pedia-o a voz dinâmica dos oradores. Alastrava-o a incessante conjura dos clubes jacobinos. Preludiava-o, enfim, o senso unânime de tôdas as energias patrióticas e insubmissas. Provocá-lo-ia, em suma, a desmedida insensatez de Fernandes Braga. Precipitá-lo-ia o combativo reacionarismo de Pedro Chaves...

Seria o irromper da epopéia decenal, inspirada na flâmula santa da Federação Brasileira, desferida na alvorada do 20 de setembro. Seria, por igual, o derradeiro grande esfôrço de genuína brasilidade, para arrancar a pátria ao mórbido centralismo das lusas garras da trôpega mentalidade bragantina.

E' foram dez anos de heroísmo, de renúncia e abnegação, votivos à nacionalidade irremediàvelmente oprimida, desviada da própria finalidade ingênita, a decompor-se e a corromper-se, até que fôsse inteiramente absorvida pela monarquia intrujona e desamada.

Subjugado, S.-Paulo; submetida, Minas; esmagadas, outras províncias?... Que importa, se o Rio-Grande, sòzinho, campearia ainda a ideologia estraçoada e envilecida?...

Incontrastàvelmente federativos, os são desígnios dos titãs farroupilhas: "O trono do Brasil se acha por tôda a parte convulso e prestes se entolha sua queda e nosso triunfo, ficando-nos a glória imortal de haver orientado as demais províncias na senda de sua felicidade," — exclamava Bento Gonçalves. Apelava o gigante às mais províncias, para que se dispusessem "a se federarem, quando nisso se acordem e venham adotar o mesmo sistema." Em 39, renova a profissão de fé política dos Farrapos, de que era expoente máximo: "jamais deixaria de ser republicano e que só federativamente se uniria ao Império." Na proclamação aos Catarinenses repetiria Teixeira Nunes as aspirações farroupilhas:

"A República Rio-grandense, concienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto a peito, quanto a Federação dos Estados seus irmãos."

Exalta o invencível Neto os triunfos da expedição à Santa-Catarina, e interroga: "Que resta, pois, ao Brasil ? Como salvar-se ?" E, de seguinte, respondeu: "Um só meio se antolha, o reconhecimento da independência rio-grandense, — ou melhor, a Federação das Provincias, única maneira de manter um centro de União no malfadado Império de Santa-Cruz; prescindir dêstes princípios é promover a completa ruína a esta bela porção da América."

E o austero e sábio Almeida escreveria, em 1841: "O Che-

fe do Estado se empenha de coração na manutenção dos princípios republicanos, que se ufana de professar, e que se empenham por estabelecer em todo o Brasil."

Ao convocar a Assembléia Constituinte, a 13 de julho de 42, considerou Bento Gonçalves os deputados rio-grandenses como futuros "libertadores do Brasil inteiro." No seu discurso de abertura dos trabalhos dessa Assembléia, a 1.º de dezembro, disse o Campeador: "Aproxima-se o dia em que, banida a realeza da terra de Santa-Cruz, nos havemos de reünir por estreitos laços federais à magnânima Nação Brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos caros interêsses." E a resposta à Fala do Presidente da República: " ... Quiçá, raie então um dia de glória, em que possa verificar-se a lisongeira idéia de nossa União à grande família brasileira, pelos laços da mais estreita federação."

Ulhoa Cintra, cabeça farroupilha, escreveu: "Construir formoso templo à Justiça, levantar os alicerces da República Federal... sôbre as ruínas do trono imperial, é o nosso dever; concebemos a grandeza dessa união, mas para consumar obra tão majestosa, estamos decididos a fazer tôda a classe de sacrifícios, e contamos com os votos e simpatias de todos os brasileiros."

Canabarro, em 43, carteia a amigo: "Não haverá meio de congratularmo-nos com os brasileiros ? Sim, eu conheço um que vem a ser a Federação com o Império."

Em proclamação aos brasileiros, de II de março de 43, exclama Bento Gonçalves: "Uma República Federal baseada em sólidos prncípios de justiça e recíproca conveniência, uniria hoje tôdas as Províncias irmãs, tornando mais forte e respeitável a Nação Brasileira, se o interêsse individual e a traição não violentassem o espírito público."

A numerosos políticos liberais brasileiros se dirigiu Lucas de Oliveira no sentido de "formar Estado Federado," e, ao fazer-lhes longa exposição das operações, acrescentava o ministro da guerra farroupilha, à época da pacificação:" A Federação é hoje o único remédio capaz de sanar a chaga que a imprevidência, o capricho e o orgulho do govêrno brasileiro tem aberto na Província-do-Rio-Grande."

"Como fecho do anseio federativo dos farroupilhas, como última prova dêsse grande ideal político, que foi a alma da cruzada heróica, existe a carta de Canabarro a Teofilo Ottoni, de 30 de maio de 45, e, portanto, já em plena paz, onde se lê : "Tomando em alta consideração as sábias reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a efeito a desejada federação desta Província, pela qual fervorosamente pugnaram mais de 9 anos os rio-grandenses livres, tanto mais assegurando V. S. que só devíamos contar com os nossos irmãos de armas, porisso que nenhuma coadjuvação nos proveria dos homens que em 42 lutaram em S.-Paulo e Minas a favor dos mesmos princípios e que finalmente os próprios chefes do partido progressista quando no poder fazem a mesma guerra que os regressistas."

Eis, através da farta e preciosa documentação, o mais heróico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa no Brasil. As declarações das municipalidades rio-grandenses, interpretando o sentir de seus jurisdicionados, em harmonia com as proclamações dos chefes do movimento e inteiramente de acôrdo com a doutrina prègada pelos vultos de maior destaque na propaganda republicana, põem em realce, evidenciam, convencem, que a revolução farroupilha era profundamente brasileira e expressam, de modo claro, insofismável, que o convite às demais Províncias irmãs para a Federação era para uma união federativa entre elas, segundo o conceito clássico dessa forma do govêrno..." (Souza Doca, Rev. do Inst.p.188; dêsse magistral estudo, também, as citas imediatamente anteriores)

Certo, a locução-Independência do Rio-Grande — proclamada pelos Farrapos, tem dado lugar à malícia de juízos temerários. Entretanto, além de fartamente comprovado que tal alvitre, lançado no impetuoso curso dos acontecimentos, sempre absolutamente imprevistos, foi o meio com que atingir o fim; acresce memorar outra circunstância dilucidativa. Idéia corrente era, àquela época, que o sistema norte-americano, ainda pouco conhecido na sua essência íntima, se caracterizava pela existência de Estados independentes entre si e, acima de todos, como a cúpula culminante, a Federação, ou

govêrno da União Federal. Daí, a precípua finalidade lógica da separação prévia do Rio-Grande. Porque, ademais, prosélitos do regime federal, os constituintes rio-grandenses discutiram projeto de Constituïção não federativa mas, unitária... Não admira tal confusão e impropriedade técnica, naqueles tempos: não vimos na organização dos Estados, em 1891, grande número dêles se dizer-**independentes**?

Têmperas de fino aço das resistências sobrenaturais, levariam aqueles Centauros da raça à pugna desigual pelo federalismo, que abraçaram, além dos próprios limites das possibilidades humanas. Ao caírem, esculpiriam, porém, a mais rútila página de epopéia da nacionalidade. Exhaustos, abatidos, como deuses que aspiram a repouso no fascínio da própria glória, cederam, depois de literalmente encherem de espanto e assombro o século que sonambúlico medeava.

Autênticos mártires da cruzada do Ideal grandíloquo, resistiriam às seduções dos vizinhos portenhos, porque de feito lutavam pela pátria federada e não consentiriam nunca na mutilação do Brasil, com a perda da merídia estrêla fascinante no firmamento nacional... Estavam com o ideário patriótico, e isto lhes bastaria: "Forçoso é declarar, — exclama o Recopilador Liberal, antes da guerra farrapa, — "forçoso é declarar em abono da verdade, que o partido farroupilha é o partido nacional."

Ademais, outro testemunho singelo: "Ainda tenho tido a glória de ser um daqueles que se opuseram com inabalável tenacidade a que o Rio-Grande-do-Sul fizesse parte integrante da Confederação Argentina; para o que éramos incessantemente convidados pelo govêrno de Oribe, por parte do ex-ditador Rozas... Repelimos as armas estrangeiras, porque o sangue que as deveria tingir era de irmãos." (Lucas de Oliveira, manifesto político, loco citado) "... até que, tendo, por intrigas, de optarmos à união com o estranho que insistentemente a solicitava, ou voltarmos aos nossos, não trepidamos em abraçar a estes." (Almeida) Porque em verdade estava traçado o programa dos Campeadores liberais, antes do primeiro tiro de canhão federalista:

"Segregada polìticamente a província do Rio-Grande,

virá a ficar submetida, por compromissos de aliança e outros inconvenientes a inimigos (pois sempre o foram) que tirariam o melhor partido desta desmembração." (Marciano Ribeiro, impugnação ao convite seccionista, proposto por Lavaleja a Bento Gonçalves)

Recusariam, pois, a cooperação platina, com a qual viveu sempre em guerra o Rio-Grande. E lutariam, sós, contra o poderio de tôdas as fôrças e recursos do Império unitarista, dos renegados de 7 de abril. Mas, e o Império ? Quanto auxílio tirou do Oriental, em homens, oficiais superiores, cavalhada de montaria, para se armar e bater os compatriotas farroupilhas ? . . .

Ainda mais, cometeu a política de D. Pedro II o crime patricida de que jamais se redimirá, na história:" a 24 de março de 43, D. Tomaz Guido, como representante da República Argentina, assinou, no Rio-de-Janeiro, com o ministro de Estrangeiros, Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro marquês do Paraná, e um dos traidores da revolução de 7 de abril: — moderado oportunista do Poder. . .) o tratado diplomático, destinado, principalmente, a pôr têrmo à guerra dos Farrapos. . . Ratificado por Pedro II a 27 do mesmo mês, não o foi por parte de D. Juan Manuel Rozas, presidente da Confederação Argentina. . . (Apontamentos do erudito escritor, Otelo Rosa)

De duvidar não é, antes pelo contrário, tudo conspira em favor da afirmativa, que foi esta recusa do ditador argentino a causa precípua da posterior política brasileira em relação ao Rio-da-Prata: vingança de César. . .

Já com os Farrapos, não. Conservariam, todavia, intacta, até à última hora, a beleza emocionante do Ideal nacionalista, sem transigências, nem traições, ou denostos: cair, com êle, sim; mas corrompê-lo, para que subissem os templários, não e nunca. . . E quando, vencidos, consentiram no pacto de paz de Ponche-Verde, não eram os Farrapos os derrotados; mas, vencidos, assistiam aos próprios funerais da pátria, subjugada ao deleterismo bragantino. Deveras fidedigna, integral e apaixonadamente nacionalista, a gloriosa missão redentora, dos predestinados patriarcas de 35. Nada lhes ma-

reia a memória imperecível. Mas, na luminosa legenda daqueles vultos solares da Brasilidade, — Bento Gonçelves, Jardim, Neto, João Antônio, Canabarro, João Manuel, Côrte Real, Onofre, Lucas de Oliiveira, Mariano de Matos, Teixeira Nunes, Almeida, Ulhoa, Crescêncio... símbolos da própria bravura dos tempos heróicos; inexcedíveis modelos de lealdade, convicção e espírito de sacrifício; profunda intuïção de videntes construtores de nacionalidade: — estaca, de repente, indecisa, comovida, a nossa admiração imaginativa, de patriotas. Só as grandes causas sociais podem gerar os grandes homens, que as interpretem e nucleiem. Só as ardentes aspirações federativas à pátria esmagada de exotismo asfixiante, é que gerariam aquela incomparável pléiade de autênticos super-homens, cuja espécie se perdeu com a imolação dos próprios anseios da nacionalidade, traída e imersa na monstruosidade tentacular, de irrespirável centralismo administrativo.

Foi a sublime rebeldia farroupilha o derradeiro grande protesto contra o ludíbrio das aspirações da nacionalidade, mergulhada na mortalha do 7 de abril e acorrentada à estagnante centralização imperialista. Ampará-la-ia o fascínio das transações indecorosas, da postiça nobreza de figuros dos Paços, da escravidão africana e daquele funéreo faquirismo administrativo. Era o imperativo inexorável do atraso generalizado; a apologia da ignorância e inadaptação das conciências liberais e altivas, que não se podiam sustentar no Poder e desenvolver sério programa de reformas, trabalho e verdadeiro progresso.

Baquearam os Lidadores federalistas. Em contraste, porém, sobreviveria o Império unitário mais quarenta e quatro anos, naquele sinistro cortejo de sangue e luto, miséria e dôr; **até que, vinda a República, cessara a causa dos malefícios, mas permanaceriam os efeitos :** a política de concussão, venalidade, delapidação, expedientes ilícitos, a corrida ao emprêgo público, a carreira da solicitude por título de merecimento, a curvatura de tôdas as ambições medíocres, à sombra do Poder, com quem vivem; com quem, entretanto, não caïrão nunca...

Êste, o quadro lídimo bragantino, inaugurado em 1808,

do Poder, cuja oligarquia usurpativa defrontaria e, em cabo, abateria os Farrapos, em 45.

Governaria a Nação essa caricatura de organização política, imposta pela negociata e a intriga dos bastidores internacionais, contra a genuìnidade de tôdas as aspirações da nacionalidade, cujas tradições de pátria que surge para a vida, no concerto humano, viveria poluindo sacrìlegamente nas suas mais nobres manifestações de vigor e vitalidade, no recesso do bolor bragantino importado.

Cruelíssima ironia do destino, a emascular e desunir a nacionalidade esplendorosa.

CONCLUSÕES

a) Pela própria natureza das origens do povoamento do Brasil, iniciado pelo Português ainda da idade heróica, largamente missibilizado com o índio, sobreveio o sentimento de autonomia da colônia, nas grandes iniciativas de desdobramento e conquista através do continente. De maneira que a investida nos sertões, a defesa do território primitivo são cometimentos já inspirados na pura conciência da nacionalidade que se diferenciava da mãe-pátria.

b) A própria reação contra franceses, ingleses e, afinal, contra a potência de Holanda são feitos de exclusiva brasilidade, contra, até, as deliberações da metrópole.

c) A restauração de Portugal, feita pelos inimigos de Castela, importaria, para o Brasil nascente e progressista, a mais estranha reação da metrópole, que transformaria o Brasil na mais severa escravidão pelo rigorismo do Fisco, pela extorsão econômica das Companhias, pelo impedimento de qualquer iniciativa industrial, pelas regalias do Português e absoluta negação a qualquer Brasileiro, ao exercício de cargo algum.

d) A fuga do Regente, da Côrte e numeroso cortejo de fidalgos corruptos, para o Brasil, foi a espoliação generalizada. Em compensação, porém, acima da própria contaminação maléfica da Côrte degenerada, sobreveio vibrante espírito de nacionalidade e propagado sentimento de independência.

e) As lutas nativistas, que, restaurada a independência da metrópole, se vinham acentuando, como afirmação de valor da tradição nacional, expandiram-se entusiàsticamente, a partir do regresso de D. João.

f) A vibração dêsse profundo movimento nacionalista, a caminho da Independência, obrigaram o lusitanismo confesso de Pedro I a fingir independentista brasileiro, e, pois, a aceitar a Independência nacional, contra os próprios sentimentos e os interêsses de sua pátria, precepitosamente decadente.

g) A Independência do Brasil foi obra da política inglesa, que nos obrigou a comprá-la, depois de definitivamente conquistada pelo valor das armas brasileiras. Em conseqüência, indenizamo-la a Portugal, cujo testa coroado foi nosso imperador, que cedeu a coroa à pessoa do filho D. Pedro, já aclamado imperador do Brasil.

h) As reiteradas tentativas de re-união, a preferência de Portugueses nos altos cargos nacionais e a constante reação lusa contra os Brasileiros e seus interêsses patrióticos, obrigaram o Imperador a dissolver a Constituinte, a outrorgar-nos a Constituïção de 25 de março de 24 e, finalmente, a abdicar, vencido na revolução integralmente nacionalista do 7 de abril.

i) O sentimento federativo com as idéias liberais, que triunfavam no mundo, porém, irradiava-se, incontido, por tôdas as Províncias do Império, ferrenhamente unitarista. Porisso, como altas manifestações de vigor nacionalista, explodiam revoltas nas Províncias contra o centralismo e a decisiva influência lusa no Govêrno monárquico, visceralmente contrário às tradições de brasilidade, sacrificadas pela traição dos improvisos moderados.

j) O sacrifício imposto ao Rio-Grande, em homens de guerra, recrutamento, impostos penosos e injustos, requisições, empréstimos forçados... formaram no ânimo gaúcho admirável espírito de nacionalismo e disciplina de opinião contra mentalidade bragantoa. Irradiada a idéia federativa por todos os recantos do Brasil, encontrava autêntica vibração coletiva no Rio-Grande. Todos os fatores morais e sociais

eram propensos ao liberalismo. A exaltação ambiente era profundamente propícia à reação liberal, de reconquista dos grandes destinos deturbados, pelos moderados, que traíram os ideais vitoriosos na revolução de 7 de abirl.

k) Impunha-se a reação contra o centralismo bragantino de após o 7 de obril, cujas aspirações inflamavam as conciências da coletividade nacionalista, provocada e perseguida.

l) A epopéia de 20 de setembro representa o último grande esfôrço pela restauração do ideário nacional conspurcado. Profundamente nacionalista, êsse movimento de opinião tinha os aplausos da nacionalidade. Não perdeu nunca de vista os motivos iniciais e inspiradores da grande ideologia: recusariam seus grandes sustentáculos o próprio apôio estrangeiro, de vez que não queriam mutilar a unidade da pátria.

m) Baqueados os grandes lutadores, manter-se-ia o Império, contra a genuïnidade das tradições e aspirações da nacionalidade. a)Certo, entreviam cassandras agoirentas o esboroe da unidade nacional, se, em cumprimento aos postulados do programa essencialmente descentralista, da revolução do 7 de abril, se concedesse autonomia às Províncias e se federasse o Império. E maldiziam roufenhas vozes encanzinadas no escamoteio do Poder: "Querem a Federação já e já." ...

Não admira que retrocedessem para o Bragantino revolucionários postiços, da véspera, na decisão de aproveitarem a vitória nacional em benefício próprio: são os práticos de todos os tempos. Assim que narra o bragantista P. da Silva: "Evaristo, Carneiro Leão, Pain propuseram que se resistisse à revolução, porque da sua vitória resultaria a queda do Imperador (Pedro I), a ruína das instituïções... Os que se conservaram, assentaram em colocar-se à frente (da vitória de 7 de abril) para encaminhá-la no sentido de salvar as instituïções (Império dos marqueses)...

Estes, os que mutilaram o idealismo nacionalista e corromperiam a nacionalidade em proveito próprio, à adaptação definitiva do Estado Português... Porisso, grasnariam, furiosos: "Só a centralização, com a monarquia, salvará do esfa-

celo a unidade da pátria..." Seria, pois, a implantação da monarquia unitária, sem raízes na tradição da alma nacional, mas, imposta pela traição e violência, o monstrengo centralista, o que se propunha a preparar e instruir para a maioridade política, êsse travêsso e estroina bebê da futura federação brasileira... Humilde ama sêca, de fartos seios túrgidos, a generosa da monarquia intrujona... Conclusão única: só a monarquia é apta a governar povos atrazados, sem tradição de liberdade...

O que, porém, séria ou fingidamente apavorava os medíocres moderados daquela encruzilhada da história nacional, era o terror da desagregação no império colonial espanhol, à época da independência sul-americana. Temiam o contágio iminente... Boa fé ou ignorância torturaria aquelas almas ingênuas, de patriotas, diante de perigos imaginários.

Encontravam, assim, esses infelizes timoratos absoluta semelhança, onde, em verdade, nem analogia existirá. **Formou o Português heróico o povo brasileiro.** Assimilou, absorveu o aborígene e o incorporou à nova civilização que viera fundar nas selvas americanas. Desenvolveu-se na agricultura. Tornou-se pastoril. Como afirmação de valor nacional, cedo se distinguiu — como Brasileiro, cujas aspirações nacionalistas logo se definiram e anunciaram inconfundìvelmente.

Profundamente homogêneo e viajado no mundo, onde se distinguiu e venceu, o Português heróico da fundação do Brasil não conhecia o frágil preconceito racial: de logo se missibilizou inteiramente e deu a excelente cruza do mameluco, completamente influído e dominado da raça superior, de que provinha. Inspirou-se ascendente e descendente na tradição que se perpetuava, à sombra da pátria — Brasil — cuja unidade moral evolveria sempre. Já com o espanhol, tudo se processou diferentemente. Envolvido ao acaso, de improviso, em aventuras marítimas e conquistas de além mar, foi o espanhol "duro depredador, altaneiro conquistador, imisturável na massa do gentio: nunca soube assimilá-lo, muito menos cruzá-lo..." Durante a época das conquistas americanas, "nunca pretendeu o castelhano mais que ser dominador, perpetuar fidalguia e colher ouro..." Só buscava oiro o es-

panhol... Terras sem oiro ficavam à mercê de quem as quisesse... "Com isto, eximiram-se as colônias castelhanas de duras guerras de defesa, como aconteceu com o Brasil... faltava-lhes o essencial de caráter... a tenacidade indômita do Português... Perpetuou o espanhol, nas colônias, a distinção de castas, porisso, manteve populações inassimiláveis... Só de desentranhar metais preciosos se ocupavam... Foi na turbação desse único desejo, que acharam nome ao grande estuário — Rio-da-Prata... México, Perú, Chile, — eis as colônias com que contava Castela... Fundavam-se povoações espanholas ao acaso das minas, segundo ao arbítrio dos conquistadores... Nem nome tinham para distinguir a instituïção de govêrno, à colonia: recorrem à expressão vaga: — Vice Reinado de Buenos-Aires... Faltava aos espanhóis a tendência íntima dêsse espírito nacional. Tudo eram particularismo, sem conjunto nacional, explìcitamente unificado, sem circunscrições político-administrativas, como se deu com o Brasil onde de logo surgiu a representação constante de interêsses comuns: Pernambuco, Baía, S.-Paulo, Ceará, etc. que se distribuem e completam, como expressão do mesmo todo... No Brasil madrugou o sentimento nacional. Nas colônias de Espanha, o facciosismo, a caudilhagem, a rivalidade, a separação indefinida, a desagregação contínua. Aquí, a corrente do nocionalismo, em solidariedade, continuìdade, em constantes movimentos centrípetos... Alí, a rivalidade, a desagregação, o ódio...

b) Pléiade incomparavel, heróica, reconstrutora, a que avulta no decênio farroupilha. Admirável conjunto de homens autênticamente superiores e dominados pela idéia superior, de federalizarem o Brasil unitário, e reimplantarem os ideais do 7 de abril. Genuínos grandes homens, provenientes de várias Províncias, ergueram sôbre os ombros o santo ideário de 17 e 24 dos heróicos Pernambucanos e por êle pelejaram contra o colosso bragantino. Ramificaram-se por

tôdas as unidades nacionais. Correspondiam-se com os patriotas federalistas. Bateram-se exclusivamente pela unidade federativa nacional.

PARECER

sôbre a tese "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas" — Dr. Manuel Duarte.

No decorrer da sua tese, começa o autor exaltando as virtudes dos velhos Portugueses dos dous primeiros séculos do povoamento, dos quais resultou o **nacionalismo** brasileiro, ou a fôrça moral que foi usada na defesa do território, contra as invasões de franceses, holandeses e espanhóis, a-pesar, muitas vezes, da indiferença da Metrópole ou de política hostil aos interêsses dos colonos. Baseado em M. Bomfim, assevera que a corrupção do espírito de nacionalidade, nascente no Brasil, começou com a Restauração de Portugal... (1640), já amputado nas suas colônías exceto o Brasil, que ficou servindo de recurso extremo para a Metrópole. Como reação a essa obra corrupta e obserptora, os brasileiros irromperam violentamente em vários pontos da Colônia — em S.-Paulo, contra os Jesuítas, no Maranhão (Bequinão) na Baía, em Pernambuco (Mascates), em Minas (Inconfidência). Dêsse choque entre o sentimento de nacionalidade inspirado pelos primeiros habitantes e a pressão metropolitana, surgiu o antagonismo entre brasileiros e portugueses, que se azedou com a vinda de D. João VI, até culminar na Independência (1822). A essa ação da Dinastia portuguesa, desde D. João IV a D. Pedro I, continuador da mesma, chama o Dr. Manuel Duarte de **bragantismo,** cuja repercussão foi sentida nas intervenções no Prata e no Rio-Grande-do-Sul, afinal exhausto de tanto servir a mesma Dinastia. Êste estudo preliminar é baseado nos trabalhos de M. Bomfim, Armitage, P. Calógeras,P. da Silva, P. Calmon. E prossegue explorada a mesma orien-

tação quanto ao Rio-Grande, que em 1835 explodiu violentamente, sempre inspirado pelo mesmo espírito de nacionalismo, autonomia, República.

Para isso contribuíram também causas imediatas — políticas e econômicas. Nesta última parte do seu trabalho atem-se o autor às investigações feitas por Souza Docca; sobretudo quanto à repercussão da política geral no Rio-Grande. E' uma tese que, pela ligação do caso Rio-grandense ao caso brasileiro, merece figurar nos Anais do Congresso.

Pôrto-Alegre, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **F. Contreiras Rodrigues,** relator
João Maia.
Otelo Rosa

OS PARTIDOS POLITICOS NO RIO GRANDE DO SUL (1822-1889)

Gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da Independência á República

De Paranhos Antunes

PARTE PRIMEIRA

O PARTIDO CONSERVADOR

I

Partido Saldanhista ou Lusitano.

Quando começaram em todo o Brasil as agitações que culminaram com a proclamação de nossa independência do jugo português, o Rio-Grande-do-Sul delas participou desde logo, empolgando-se os gaúchos pelo desfêcho da luta.

No dealbar do ano de 1822 o futuro duque de Saldanha, moço cheio de ilustração e português de nascimento achava-se à testa do govêrno gaúcho, ao lado do marechal de campo João de Deus Mena Barreto. Simpático, atraente, insinuante, conquistou, mesmo entre os rio-grandenses natos, fundas simpatias. Não tardou, porém, que fôssem descobertos os seus planos de anulação de nossas aspirações de independência, e desejo de sujeitar-nos ao reino português, a exemplo do que ia acontecer na Baía e na Província Cisplatina, nossa vizinha.

Tais simpatias alcançara, entretanto, o Duque de Saldanha e de tal maneira sabia dissimular suas intenções, que foi preciso muita prudência da parte dos demais membros do govêrno provisório para o alijarem do poder, conforme se verifica de um trecho da representação feita ao príncipe Regente, em 29 de agôsto de 1822, por João de Deus Mena Barreto e seus companheiros, o qual trecho é assim: "Em fôrça de tôdas estas considerações votamos

que o general Saldanha devia ser considerado no exercício de seus empregos até V. A. R. determinar que êle se retirasse, por ser êste o meio mais seguro em tais circunstâncias, de evitar tumultos populares, de conservar a ordem pública e dar tempo a que os povos e a tropa fôssem mudando de opinião a respeito daquele general, ao passo que fôssem tendo notícia de que êle não aderia à causa do Brasil".

Ao lado do partido de Saldanha ficaram o Sargento-mor João Pedro da Silva Ferreira, o Ouvidor José Antônio de Miranda, o deputado Antônio Bernardes Machado, o almotacel Antônio José Teles de Menezes e outros, porque "as suas maneiras insinuantes de tal sorte inspiraram confiança e amizade aos habitantes desta província que, não obstante haver-se declarado contrário ao sistema do Brasil, ainda assim aparecem partidários seus tão impolíticos que, a despeito da sua própria conveniência, classificam de parcial e injusto o liberal, moderado e atencioso procedimento do govêrno a respeito daquele brigadeiro", conforme fazia sentir a junta provisória da província ao Regente, pouco tempo depois.

A 16 de novembro de 1822, escrevia o govêrno da província ao já então Imperador do Brasil, D. Pedro I, que circunstâncias "tão agravantes e arriscadas, como as em que se acha êste govêrno a respeito do **partido saldanhista,** já fazem degenerar em vício a moderação do govêrno", ajuntando mais ainda que "particularmente os do partido do brigadeiro João Carlos de Saldanha, são os que mais carregam a viseira ao ouvirem a celeste voz da Independência do Brasil".

Denunciados, porém, à província os planos e os ardís de Saldanha e seus partidários; preso êle e remetido para o Rio, escoltado pelo coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura; depostos dos cargos públicos seus partidários; não tardou que o referido partido emudecesse e a província inteira, pode-se dizer, abraçasse a grande causa da nacionalidade que nascia.

Como se viu o programa dêste partido era sumário:

Procurava reconduzir o Brasil ao seu antigo estado de colônia portuguesa.

Foi, no Rio-Grande-do-Sul, um dos primeiros arreganhos dos lusitanos, abafado logo, é verdade, pela incoercível fôrça dos nacionais e aquí, quiçá, o mais remoto ancestral do partido conservador, que no correr dos anos, se transformou aos poucos, de acôrdo com as suas necessidades eleitorais.

II

CARAMURÚ OU RETRÓGADO

Organizada a novel nação americana, surgiram, com as suas primeiras lutas eleitorais, os seus primeiros partidos, e os nativistas ou liberais, neste extremo meridional da pátria, tiveram logo pela proa os remanescentes lusos do efêmero partido saldanhista, contrariando-os, à sombra do voto, nas justas eleitorais.

O partido caramurú ou retrógrado, que teve adeptos em todo o Brasil, foi, quiçá, uma das maiores fôrças eleitorais de tôda a província, entre 1831 e 1833, perdendo depois o seu prestígio, a pouco e pouco, graças à constância dos liberais que o combatiam de viseira erguida. Era conhecido, também, por **restaurador** e foi o principal instigador da revolução dos farrapos, como veremos.

Muito embora só depois do movimento de 7 de abril de 1831, abdicação de D. Pedro I, que fêz de uma revolta local uma revolução nacional, tenham, de fato, os partidos políticos se desenvolvido no Brasil, livre do guante absolutista de D. Pedro I, o que é certo, porém, é que êsses partidos, o liberal e o caramurú, já existiam em germe nas suas células municipais, com as eleições periódicas que haviam para vereadores e juízes de paz ou ordinários. E Oliveira Lima disse uma verdade quando afirmou que as câmaras municipais foram a sementeira colonial das franquias liberais. Quiséssemos particularizar e provaríamos esta asserção com as agitações eleitorais dos nossos municípios, na

sua política de campanário, principalmente de 1828 a 1831, porque antes de 1828 a massa mais importante dos nossos gaúchos estava envolvida na luta da Cisplatina.

Um dos principais órgãos dos caramurús foi o jornal "O Inflexível", redatado pelo português Joaquim José de Araújo, jornalista panfletário, que não poupava os liberais. Outro jornal conservador foi a "Idade do Ouro", que apareceu em 1833 e tinha como redator a Manoel dos Passos Figueroa. Êste jornal procurou propagar os princípios defendidos pela célebre "Sociedade Militar", que não chegou a ser fundada no Rio-Grande-do-Sul, graças à tremenda campanha que contra ela fizeram os liberais exaltados. O "Mestre Barbeiro", outro órgão da imprensa caramurua era violentíssimo nos seus ataques aos liberais. Contra Pedro José de Almeida, por alcunha Boticário ou Vaca Brava, por sua vez, exaltado liberal, dizia êste jornal:

"Não temos lá no inferno lagartixa
de mais nojo e fedor que êste maldito.
Na porta da botica baixa e escura,
vomita só furor o sanguinário,
que um Bertoldo parece na figura;
assusta só o ver seu ar nefário!
Engeitado da gente mais impura
é calvo, coxo, torto e boticário.

O Boticário, porém, não retrocedia, e poeta que era, e mordaz, despejava também contra os portugueses versos satíricos, como êste:

Defeitos naturais não envilecem
uma alma bem formada, ó vil galego,
recorde-te o Camões, torto, labrego,
a quem as Musas elogios tecem.

Virtudes com sarcasmos não fenecem,
sejam filhas do Brasil ou do Mondego;
aprende estas lições ó meu borrego
que bem pode ser que te interessem.

O homem que pintou a Musa tua
não faz caso de ti, não te avalía,
constante segue avante a marcha sua.

Pátria, honra, virtude, êle aprecia,
e como aos versos teus não retribua
a resposta de pau melhor seria".

Pois bem, o programa dos caramurús era promover a volta de D. Pedro I ao Brasil e uma centralização absoluta. Com a morte do primeiro imperador do Brasil, tendo cessado, portanto, o motivo principal de sua arregimentação, continuaram êles, no entanto, grupados, já agora batendo-se apenas pela conquista das posições de mando na província.

E lutas gigantescas travaram-se na gleba gaúcha! Não quero nem pretendo narrá-las, senão por alto, quando estudar, no capítulo correspondente, o partido liberal.

A queda do presidente José Mariani, em 1834, parecera ao princípio que iria trazer a tão anelada calmaria de animos à Província, depois de tanta demagogia, tão grandes polêmicas, tantas perseguições e tamanhas intrigas. Fernandes Braga, seu sucessor, fôra recebido com festas espontâneas dos liberais exaltados, os quais fundavam as suas esperanças melhores no novo governador. Não tardou, porém, vissem êles por terra estas esperanças, mostrando-se, a exemplo de seus antecessores, faccioso também. E êste facciosismo de Braga surgiu da teimosia e do orgulho de dois Pedros. Um dêles foi Pedro Chaves, irmão do presidente, que, pouco depois, mostrando-se francamente reacionário, procurou ridicularizar e desprestigiar os maiores vultos farroupilhas, visando principalmente a Pedro Boticário, já nosso conhecido. Eram dois homens exaltados, dois jornalistas de valor, dois polemistas vigorosos, dois demagogos à Marat ou Mirabeau, que não se poupavam, nem poupavam aos seus adversários, talvez os maiores responsáveis pela cada vez mais forte exaltação dos ânimos, que teve como corolário lógico a revolução de 1835.

Com a eclosão do movimento revolucionário em 1835, a luta vai-se desenvolver entre monarquistas e republicanos, como veremos no decorrer dêste trabalho.

III

O PARTIDO SAQUAREMA

Logo depois de pacificada a província, em 1845, realizaram-se as eleições para uma vaga de senador, e para deputados gerais, sendo Caxias eleito senador por esta Província. De acôrdo com o resultado da apuração a primeira assembléia provincial, após a pacificação, ficou constituída dos seguintes deputados: Manoel José de Freitas, Osório, João Capistrano, cônego Tomé Luiz de Souza, Joaquim Vieira da Cunha, Patrício Corrêa da Câmara, Israel Barcelos, Oliveira Belo, Inácio Freire de Andrade, Câmara e Sá, Visconde de S. Leopoldo, João Propício M. Barreto, Padre Santa Bárbara, Vieira Braga, Manoel Marques de Souza, Silva Flores, Barão do Jacuí, Antônio Gonçalves Chaves, Rozendo Rodrigues, João Dias de Castro, Amaro da Silveira, Frederico de Werna e Bilstein, João Rodrigues Fagundes, Azambuja Cidade, Américo Cabral de Melo, José da Maia, Sá Brito e Bernardo Dias de Castro.

Reüniu-se esta assembléia a 1.º de março de 1846 e pode-se dizer que era um ajuntamento amorfo de homens, mais propensos ao conservantismo do que às idéias liberais. Para deputados gerais foram eleitos Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Vieira da Cunha e Oliveira Belo.

A 29 de setembro de 1848 o partido conservador conseguiu assenhorear-se do poder no Rio e penso que data daí o aparecimento dos conservadores Saquaremas nesta então província. Dissolvida então a câmara dos deputados no Rio, foram realizadas novas eleições, saindo eleitos os Drs. Luiz Alves de Oliveira Belo, Joaquim José da Cruz Sêco, João Evangelista de Negreiros Saião Lobato, José Martins da Cruz Jobim e Pedro Chaves, mais pelo seu valor pessoal e por influência de amigos do que pelo rótulo de um partido.

Os liberais começaram logo a guerrear os Saqueramas e o poeta Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, ex-deputado à constituinte dos farrapos, assim os satirizava em 1849:

"O partido que pretende
nossa moral corromper,
vou fazer-vos conhecer
pelo sinal,

Da palavra liberal
  tem êle tanto temor
como o diabo tem horror
  da santa cruz

Mas de Deus não tem temor
o partido **saquarema.**
Longe vá o seu sistema
dos nossos.

Rebater os erros grossos
dos **saquaremas** devemos
porque são das leis que temos,
inimigos.

Combatendo ainda o govêrno, dizia mais o poeta em outros versos:

"Terrível perseguição
vai aos bons sempre fazendo
ilegal govêrno horrendo".

Por ocasião das novas eleições para deputados, em 1852, descobriram-se as baterias.

Oliveira Belo, na sua qualidade de 1.º vice-presidente da Província, achava-se administrando-a, visto o presidente Caxias achar-se na Côrte. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves era o chefe dos Saquaremas e Israel Rodrigues Barcelos dos Luzias. O partido Saquarema havia dado as cartas na política provincial até aquele momento e ainda sentia-se forte, mas havia uma luta de interêsses entre os políticos de um e outro partido. A propósito, diz um autor, "Tratando-se da organização das listas dos candidatos, o Dr. Belo queria ser contemplado no rol dos deputados, e o Barão de Pôrto-Alegre no dos senadores que deveriam formar a lista tríplice; ao Dr. Pedro Chaves, porém, não convinha a inclusão nem de um nem de outro, porque era também candidato ao senado, e temia que o imperador de preferên-

cia escolhesse o Barão que lembrava a vitória recente de "Moron"; era cioso da sua preponderância na província e não contava com a subserviência de Belo à sua ditadura, aos seus caprichos partidários. Além disso, estava desgostoso com o govêrno do Rio-de-Janeiro de que Belo era delegado, por não lhe haver aquele confiado a presidência da referida província. Nestas circunstâncias, Pedro Chaves abriu luta, e especialmente para combater as candidaturas de Belo e Pôrto-Alegre fêz "liga" com o Dr. Barcelos".

A respeito dessa luta tenho em meu arquivo um documento precioso, que será transcrito integralmente no capítulo em que tratar do partido progressista, fundado nessa ocasião, documento êste assinado pelo Barão de Pôrto- Alegre, que foi um dos seus fundadores. O que é fato é que o partido Saquarema, forte como era então, venceu as eleições, mas não pôde obstar que fôssem eleitos pelos seus contrários Oliveira Belo e Pôrto-Alegre.

Em 6 de setembro de 1853, caíram os conservadores no Rio, sendo organizado um novo ministério com representantes de ambos os partidos, pelo Marquês de Paraná, que assim inaugurava uma política de conciliação, que durou até 1858. Veio para o Rio-Grande, então, como seu presidente, Cansansão de Sinimbú, sendo tenazmente combatido pela liga dos saquaremas e liberais dissidentes. Em fins de 1853, nas eleições para deputados provinciais, ainda a "liga" conseguiu maioria, mas já os progressistas tiveram sua votação muito aumentada. A nossa Assembléia Provincial teve nessa legislatura debates acalorados e houve até um pugilato entre o prócer saquarema, Pedro Chaves e o prócer progressista, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba.

Já no fim do ano de 1855 era a "liga" derrotada, pela primeira vez, completamente, pelos liberais progressistas, embora o seu chefe ostensivo Pedro Chaves tivesse vindo do Rio para prestigiá-la.

No ano seguinte nova luta eleitoral travou-se entre os dois partidos, sendo os saquaremas derrotados, pois só conseguiram eleger o Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, pelo 3.º distrito.

Entretanto os liberais iam ter em breve um novo inimigo a combater e poderoso, — o Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, a quem os liberais negaram suas simpatias, por se ter inclinado para os saquaremas e assumido quasi que ostensivamente a direção dêste último partido.

Assanharam-se os saquaremas e começaram a cometer arbitrariedades por todos os recantos do Rio-Grande. Foi, talvez, dos maiores o crime cometido em 1860 nas eleições de Cachoeira, em que Antônio Vicente da Fontoura e Portinho, próceres liberais, sofreram um criminoso atentado, sendo Fontoura gravemente ferido a punhaladas pelo preto liberto Manuel Pequeno, escravo que fôra de um dos chefes do partido Saquarema alí, o coronel Hilário Pereira Fortes, acusado de mandante do crime.

A 10 de agôsto de 1859, era organizado um novo gabinete no Rio, e o seu organizador foi o mesmo Ferraz, que pouco antes havia deixado o govêrno do Rio-Grande, o qual declarou desde logo "que não daria um passo sem o auxílio dos conservadores". Os liberais do Rio-Grande, porém, pouco caso fizeram dessa aura oficial que bafejava no momento os conservadores e, em 1860, saíram vitoriosos, novamente, em toda a linha.

IV

PARTIDO CONSERVADOR PRÒPRIAMENTE DITO

A partir de 1862 o partido conservador deixa de ter denominações especiais, tais como caramurú, saquarema, liga, para ficar apenas com o seu nome único e verdadeiro. Daí por diante, isolado, o partido conservador pouco faz. Vive de conluios, de arranjos políticos. E não raro é engrossado pelas fôrças que se desagregam, em dissidência do partido liberal.

Pode-se mesmo dizer, principalmente no Rio-Grande-do-Sul, que a partir de 1870 há apenas oposição e govêrno, maioria e minoria.

As nossas sessões na Assembléia provincial caracterizam-se por discussões estéreis e Assis Brasil, em 1886, deputado republicano à nossa assembléia provincial, assim se expressa num discurso alí: "Depois do debate caloroso... não sei se deva dizer político ou impolítico, que V. Excia. acaba de presenciar, entre as duas bancadas monárquicas, eu venho trazer à consideração da assembléia um projeto de lei diametralmente estranho a tôdas essas discussões e lutas nascidas de circunstâncias de momento e que também momentâneamente desaparecem, sem deixar proveito".

Os liberais, que se haviam assenhoreado do govêrno pouco faziam em relação às muitas aspirações do povo, que despertava. Eram as vezes mais conservadores do que os próprios conservadores. Enquanto se degladiavam os partidos da monarquia, os republicanos marchavam resolutos e, dia a dia, mais terreno conquistavam...

Qual era, entretanto, o programa do partido conservador?

O aparecimento oficial dêsse partido teve lugar em 1837, devido, principalmente "à necessidade de interpretar-se legalmente o Ato Adicional à Constituïção do Império". Ora, devido a essa interpretação, uns a deram mais elástica, mais liberal, ao passo que outros a quiseram mais restrita com franquias menores.

Muito embora, como vimos atrás, os antecedentes dêsse partido recuem dez ou mais anos dessa data (1867) é daí, que êle surge alfim sustentando um programa, que pode ser assim resumido:

1.º) Restrição das atribuições das assembléias provinciais.

2.º) Centralização política, assegurando a unidade do império, "sob o regime representativo e monárquico".

3.º) Restabelecimento do Conselho de Estado, o que conseguiram em 1841.

4.º) Resistência a qualquer inovação política, sem que fôsse maduramente estudada, como assevera A. Brasiliense.

5.º) Defesa da proposição de que o imperador reina, governa e administra.

Pois bem. E parecerá um paradoxo. O que é fato é que, de 1870 em diante, pode-se chamar, quasi sem mêdo de errar, de conservadores aos antigos liberais progressistas, que, emperrados, lutam então contra os liberais radicais.

E assim, enquanto os conservadores da velha guarda progrediam aos poucos, abandonando parte do programa acima esboçado, os progressistas, que reforçaram as hostes conservadoras, regrediam; de tal modo os interêsses políticos desvirtuam os fins de um partido, quando não encaram os meios por onde querem atingí-los.

SEGUNDA PARTE

O PARTIDO LIBERAL

I

Partido nacionalista ou nativista.

No Rio-Grande-do-Sul, em 1822, em contraposição ao partido saldanhista já estudado no capítulo competente, surgiu êste partido incorporado ao grande partido nacionalista, que trabalhava pela independência do Brasil. Teve êle, logo, como chefe ao velho e acatado marechal de campo João de Deus Mena Barreto, que agiu com muito tino e moderação para desarmar os partidários de Saldanha.

Lê-se num documento da época, que mostra haver contra o partido saldanhista, um **temível partido** — o nacionalista; "Além disso receou o govêrno que existindo de fato uma grande intriga entre o general Saldanha e um **temível partido**, que apenas nos tem sido possível conter à custa do nosso amargurado sofrimento..."

Ao lado dêsse partido, que lutava pela nossa emancipação política, colocaram-se, imediatamente, os vultos de maior destaque da província, como Manoel Maria Rica de Marques, José Teixeira da Mata Bacelar, Fernando José Mascarenhas, José Inácio da Silva, Gaspar Francisco Mena Barreto, José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Peça-

nha, Joaquim Bernardino de Sena R. da Costa e muitíssimos outros.

E' que Saldanha havia formado, devido ao seu tato político, um numeroso partido, encobrindo, no entanto, os seus desígnios de português. Descobertos, por fim, os seus planos, não tardou que tôda a província gaúcha aclamasse o nome do nosso primeiro imperador debaixo do mais quente e patriótico entusiasmo. E proclamada a nossa independência seguiu para o Rio, logo após, o desembargador Mata Bacelar, levando ao jovem imperador os cumprimentos do govêrno e dos habitantes da gleba continentina.

A 16 de outubro de 1822 eram eleitos pelos nacionalistas os nossos primeiros deputados à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, sendo vitoriosos os nomes de José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de S.-Leopoldo, o Dr. Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e o cidadão Antônio Martins Bastos, e suplente o marechal de campo Francisco das Chagas Santos.

Infelizmente, devido principalmente ao seu gênio absolutista, D. Pedro I dissolveu a nossa primeira Constituinte, quando viu que os homens que alí se encontravam, verdadeiros mandatários do povo brasileiro, nunca jamais lhe dariam a êle uma lei básica capaz de trair e cercear as franquias do povo. Em mãos do primeiro imperador, porém, ficou um projeto de constituïção, mais ou menos liberal. E a 9 de janeiro de 1824, no Paço Imperial, quando o senado alí compareceu para significar ao imperante sua adesão pela dissolução da Constituinte, também lá estava um representante do Rio-Grande, Lourenço Júnior de Castro, o qual saüdando o jovem monarca, disse-lhe estas palavras: "V. M. I. quanto antes decrete que o liberalíssimo projeto da Constituïção, êsse rico presente com que nos quis mimosear, que promete, assegura e afiança nossa felicidade, seja tido como constituïção".

E' êsse mesmo Lourenço Júnior, que, em 1828, pelas colunas do "Constitucional", em Pôrto-Alegre, ataca o presidente da província, brigadeiro Salvador José Maciel, dizendo-lhe, ao tratar da lei de 9 de setembro de 1826:

"Serão acaso os abusos inerentes à província, que têm malogrado a execução das leis, ou terão sido as bárbaras e desmoralizadas ordens dos antigos governadores e capitães-generais, hoje presidentes, que, esquecidos daquela santa legislação e do dever sagrado, se não vexam em dar ordens em contrário?" E acentuava que os abusos verificados na Província eram os **abusos da Administração.**

Antes de terminar êste capítulo, eu quero chamar a atenção dos que me lerem para os hiatos havidos, por diversas vezes, na ação dos nossos partidos, oriundos não de esmorecimento, mas sim das nossas lutas de fronteiros, como a Campanha da Cisplatina, que terminou em 1827, a campanha contra Rosas, a luta do Uruguai, a guerra do Paraguai, que distraíam os nossos homens públicos para a guerra.

II

PARTIDO LIBERAL-EXALTADO OU FARROUPILHA

A partir da abdicação de D. Pedro I, os ânimos políticos no Rio-Grande atingiram aos paroxismos da exaltação. E' que os liberais gaúchos, que tantas esperanças haviam alimentado, nos primeiros dias, com a vitória dos nacionais, convenceram-se, a pouco e pouco, de que o Rio-Grande ficara esquecido pela Regência e, enquanto, nas outras províncias, os elementos estrangeiros eram corridos dos cargos públicos, aquí continuavam de posse dêles com menosprêzo aos continentinos.

Dêsses liberais, é preciso frisar desde já, houve uma ala menor que, imediatamente, adotou os princípios republicanos, a qual estudarei no capítulo competente.

A luta, entretanto, que, de 1831 a 1835, ambos, liberais e republicanos, travaram contra os lusitanos e conservadores, foi tremenda, violenta, sem tréguas.

Puseram-se a campo de logo os liberais-exaltados, fundando a célebre Sociedade Defensora da Independência, em Pôrto-Alegre, Rio-Pardo, Pelotas e Rio-Grande. Figuras de alto relêvo nas armas, na política e no jornalismo, prestigiavam os liberais.

As eleições eram renhidas. Houve distúrbios em Pôrto-Alegre; o assassínio de um juiz em Rio-Pardo; e um juiz deposto em Cachoeira. O incêndio das paixões políticas lavrava intenso por tôda a província.

Bento Gonçalves, chefe liberal, era perseguido. O major Mariano de Matos fôra preso quatro vezes e quatro vezes sôlto, por mesquinharias caramuruas. Era um crime, enfim, ser liberal. Mas, também, para os destemerosos gaúchos, era uma honra ser liberal.

Criada a Assembléia Legislativa da Província pela lei de 12 de agôsto de 1834, realizaram-se as eleições em seguida, saindo eleitos os seguintes cidadãos: pelo partido liberal, Padre Francisco Chagas Ávila e Sousa, Fidêncio José Martins, Américo Cabral de Melo, José de Paiva Magalhães Calvet, Padre Tomé Luiz de Sousa, Joaquim Vieira da Cunha, João Batista Figueiredo Mascarenhas, Padre Sebastião Pinto do Rêgo, Francisco de Sá Brito, José Mariano de Matos, Olivério José Ortiz, Bento Gonçalves da Silva, Francisco Xavier Ferreira e Domingos José de Almeida; e pelos conservadores, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Antônio José Gonçalves Chaves, Marciano Pereira Ribeiro, Gabriel Martins Bastos, José Dias de Castro, José Maria Rodrigues, Rodrigo José da Fonseca Moreira, Antônio Joaquim da Silva Maia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, João Francisco Vieira Braga, Sebastião Barreto Pereira Pínto, Manoel Felizardo Sousa e Melo, Antônio Rodrigues Fernandes Braga e João da Silva Tavares. Como suplentes, tiveram os liberais a Gomes Jardim, Ulhôa Cintra, Silvano Monteiro e Serafim dos Anjos França.

Como se vê, as fôrças contendoras estavam contrabalançadas nessa Assembléia e memoráveis debates travaram-se alí, de cujo bojo ardente pode-se dizer saíu a Revolução Farroupilha.

Os liberais de então, na sua maioria, incorporaram-se ao movimento republicano farroupilha, a partir de 1836, ficando muito poucos neutros ou legalistas.

O projeto apresentado pelos liberais da Côrte à Câmara dos Deputados para ser reformada a Constituïção, em 13

de outubro de 1831, consubstanciavam, mais ou menos, as seguintes idéias: monarquia federativa, desaparecimento do poder moderador, renovação da Câmara dos Deputados de dois em dois anos, Senado temporário e de eleição, abolição do Conselho de Estado, duas câmaras nas províncias e intendentes nos municípios.

Infelizmente, o Brasil ainda teria de amargar por muitos anos com o sistema centralizador, porque êsse projeto foi rejeitado. Entretanto, na proclamação feita pelos representantes da Nação, em 7 de abril de 1831, dia da abdicação do primeiro imperador, e publicada no dia 11 pela "Aurora Fluminense", havia muitas promessas, como estas: "O Brasil será dos brasileiros e livre", "Brasileiros, já não devemos corar dêste nome: a independência da nossa pátria e as suas leis vão ser desde êste dia uma humana realidade..."

III

O PARTIDO SANTA LUZIA

Durante a revolução, pode-se dizer que havia apenas no Rio-Grande-do-Sul dois partidos, isto é, o partido republicano-farroupilha e o partido monarquista, ou, com outras palavras, revolucionários e legalistas.

Logo depois de pacificada a província, apareceu o partido Santa Luzia, bastante liberal, combatendo o partido Saquarema. Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, poeta que a êsse partido pertenceu, fazia-lhe a apologia, em 1849, em versos como estes:

"Abatei tanta ousadia,
deus do amor, oposto ao mal,
um govêrno liberal
nos dai hoje.

Da liberdade que amamos,
não temos desesperado
seu triunfo é reservado
aos nossos.

Dos cegos conservadores
do despotismo servil,
livrai, Senhor, o Brasil
e não nos deixeis".

Foram chefes incontestes dêstes partido, por êsse tempo, o Barão de Pôrto-Alegre e Oliveira Belo. Manoel Marques de Sousa, já em fins de 1845 envolvia-se na política, sem definição partidária, entretanto, escrevendo a um amigo a seguinte carta, que possuo em original no meu arquivo: "Ilmo. Snr. Antônio Manoel de Azambuja.

Meu prezadíssimo amigo e senhor. Tendo-se lembrado alguns amigos de me apresentarem como candidato, tanto para a Assembléia Geral como para a Provincial, por julgarem que eu poderia, quer numa ou noutra câmara, representar os interêsses da nossa classe; confiado nas demonstrações da amizade que V. S. se há dignado dar-me; eu ouso pedir-lhe o grande favor de me honrar, não só com os seus votos, como empenhar tôda a sua bem merecida influência, para que nesse Colégio eu obtenha o maior número de sufrágios que fôr possível; ficando V. S. certo, que, se lhe merecer tão valiosa prova de sua confiança para comigo, a minha gratidão será sem limites. Queira V. S., por esta ocasião, aceitar os repetidos votos da muita consideração com que me lisonjeio ser de V. S. patrício muito amigo e obrigadíssimo criado. (a) Manoel Marques de Sousa, Pôrto-Alegre, 20 de junho de 1845".

Entretanto, em 1852, antecedendo, portanto, de dez anos à fundação no Rio do verdadeiro Partido Progressista, que só foi fundado lá em 1862, já Marques de Sousa e Oliveira Belo fundavam aquí o Partido Liberal-Progressista, conforme êste outro documento em meu poder, assinado pelo Barão de Pôrto-Alegre e que bem define qual era o seu programa: "Ilmo. Snr. Podendo ser mal interpretados alguns atos meus e de nossos correligionários e amigos, pelos adversários dos princípios que professamos, cumpre-me explicar a V. S. como a todos os nossos amigos e companheiros políticos, o que se tem passado e o propósito em que estamos

todos. Fiéis às doutrinas políticas que temos manifestado desde 1852, e que constituem a profissão de fé sôbre que baseámos o Partido Liberal-Progressista, nada até hoje temos cedido dêles, nem das pretensões que são a sua legítima e necessária conseqüência. Se, há um ano, repelimos nas eleições gerais as pretensões de alguns indivíduos, que faziam causa comum conosco para combater a Liga; se afrontámos a luta e a responsabilidade de uma cisão, que se devia tornar profunda, foi porque conhecemos que se nos haviam juntado sòmente pelo interêsse de suas aspirações particulares, e não pelo de fazer triunfar as idéias com que nos identificávamos, e das quais tínhamos feito credo e bandeira de um partido; foi porque vimos que, em vez de nos ajudar, estorvavam a nossa vida política: porque, substituindo as suas vistas pessoais, as ambições mesquinhas de sua individualidade, às vistas e às aspirações do grande partido nacional, de que fazíamos parte, inutilizavam todos os sacrifícios do país, e apenas procuravam substituir a uma ditadura, outra, ao predomínio absoluto de um homem ambicioso, as ambições e o predomínio de outros homens. Obrámos, então, de acôrdo com o pensamento dos verdadeiros liberais; e, a perigo de criarmos oposição e inimizades, sacrificámos nossas relações à sinceridade de nossos princípios. Somos, portanto, e continuaremos sendo sempre, os mesmos sustentadores dos princípios liberais, da concórdia geral dos brasileiros e do progresso do país em todos os sentidos; somos, e continuamos sendo sempre, sem a menor mudança, os mesmos homens que, desde 1852, têm propugnado por êles braço a braço. Neste ponto, não admitimos modificação alguma; porém, se entre os nossos antigos adversários, como entre os modernos, alguns, ou muitos, desenganados pela experiência, procurarem nosso campo, grupando-se em volta da bandeira que temos arvorado, é opinião minha e de nossos correligionários que, em vez de repelí-los, devemos-lhes abrir os braços: porisso mesmo que o nosso partido é o da concórdia, o da conciliação de tôdas as vontades, o da junção de todos os brasileiros para a prosperidade e grandeza da sua pátria; e que êste desiderato

nunca poderemos alcançá-lo seguindo as tradições de exclusivismo, e a hostilidade odienta, que antes de agora caracterizavam os partidos. Para conseguí-lo, cumpre esforçar-nos todos em sustentar a constituïção do Império e o Ato Adicional, desenvolvendo à sombra de ambos as franquezas provinciais e as reformas tanto políticas como econômicas, que tendam de mais em mais a garantir as liberdades públicas; e estes são os fins que temo-nos proposto e para cuja realização pedimos a cooperação de nossos correligionários, e desejamos a de todos os nossos comprovincianos".

Esta carta-circular-programa é bastante longa, mas dela retirámos os períodos essenciais para a defesa da nossa tese.

A verdade verdadeira, porém, é que êste partido, extremamente liberal como vimos acima, a-pesar-de denominado progressista, continuou com o seu nome de guerra "Santa Luzia" até 1860, mais ou menos, e, pelas duas bandeiras, "Santa Luzia" ou "Saquarema", batiam-se os eleitores do Rio-Grande. Como antecipámos atrás, ao tratar do Partido Saquarema, os liberais sofreram algumas derrotas, mas, por fim, acabaram vencendo.

Em o ano de 1855, entra, pela primeira vez, na chapa sob a legenda liberal, o nome de Félix Xavier da Cunha, ao lado de Ubatuba, Caldre e Fião, Abraão dos Santos e José Cândido Gomes, saindo vitoriosa a chapa liberal.

No ano seguinte, nova vitória veio coroar as hostes liberais, sendo eleito o Barão de Pôrto-Alegre, o Barão de Maúa, o Dr. João Pereira da Silva Borges Fortes, o Dr. Oliveira Belo e João Jacinto de Mendonça, conseguindo os conservadores eleger apenas um único partidário dêles.

Em 1858, Silva Ferrás, que se encontrava à frente da governança do Rio-Grande, queixou-se em uma carta a Osório, mais tarde o glorioso Marquês do Herval, da oposição desassombrada que lhe vinham movendo os luzias, de entre os quais destacava Félix da Cunha, Cândido Gomes, Oliveira Belo e Luiz de Freitas e Castro. Osório, porém, que também era liberal, contornou o caso, dizendo que era soldado

e não fazia oposição ao govêrno, sem dar-lhe, entretanto, o seu apôio.

Foi nessa época que os liberais tiveram a defecção do Barão de Pôrto-Alegre, que rompera com Oliveira Belo e passara a prestigiar ao presidente Ferrás. Já vimos, todavia, que Ferrás era conservador, linhas atrás.

A-pesar-da política conciliadora organizada no Rio, de 1852 a 1858, vimos, através do que ficou dito, que, no Rio-Grande-do-Sul, houve sempre dois campos opostos na política, devido aos programas arvorados pelos partidos.

IV

PARTIDO PROGRESSISTA OU LIBERAL

Data de 1862 o aparecimento, no cenário da política nacional, dêste partido. No Rio-Grande-do-Sul, como deixei acentuado, havia já um partido com êste rótulo desde 1852.

Partido ou união progressista, surgiu êle de uma reünião numerosa de deputados que, na Câmara Temporária do Rio, em 1862, começou a fazer oposição ao ministério de 2 de março de 1861.

Êste partido queria, com o seu programa, o seguinte:

a) a responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador;

b) a verdade orçamentária;

c) a liberdade individual;

d) a defesa dos interêsses das províncias e dos municípios;

e) a descentralização administrativa;

f) a reforma eleitoral pela verdade dos pleitos;

g) a representação das minorias;

h) uma reforma judiciária, etc.

Desde 1860, entretanto, os liberais do Rio-Grande tinham-se arregimentado debaixo de uma bandeira única, graças ao prestígio de Manoel Luiz Osório, que foi, inegàvelmente, um dos arregimentadores dêste partido. Para isso, convidou o poeta e orador Félix da Cunha, em uma carta

vasada nestes termos: "O Conselheiro Ferrás acaba de nos dar o exemplo, de apontar-nos o caminho, organizando o gabinete atual todo do lado conservador, segundo a comunicação que tive do Caxias. Parece, portanto, que se pôs um têrmo à doutrina da tolerância política, da liga e contra a liga, da conciliação dos partidos, que há muito nos vinha trazendo a todos "embrulhados". Não estranhará, portanto, que, quem fôr liberal vá para a sua casa. Quem como eu, andava emprestado a tal doutrina, votando por homens e não por princípios, aproveite a oportunidade para desfraldar a bandeira das suas verdadeiras crenças que trazia enrolada. Eu estou resolvido a isso. Consulto, por conseguinte, ao senhor, que sabe mais do que eu: está disposto a acompanhar-me? Se está, vamos adiante; e, desde já lhe aviso, que o snr. será o meu primeiro candidato à Geral na próxima eleição, pois entendo que assim devemos começar agindo logo, e a sua vitória nas urnas é o nosso primeiro passo real que ficará dado. Se o senhor tiver a fortuna de ser eleito, será isso uma base para a formação do partido liberal. Em tôrno de sua pessoa se reünirão os nossos amigos e, a sua inteligência fará o resto. Pense e resolva. Não temos tempo a perder".

A esta carta, o grande poeta tão cedo roubado à pátria deu logo o seu valioso apôio.

Modificado o sistema eleitoral nesse ano de 1860, o Rio-Grande, de 5 distritos eleitorais que possuía, passou a ter sòmente 2 círculos — o primeiro com Pôrto-Alegre, Rio-Pardo e Caçapava; e o segundo, com Rio-Grande, Piratiní e Alegrete. Pelo primeiro, apresentaram-se candidatos Oliveira Belo, Pôrto-Alegre, Israel Barcelos, Luiz da Silva Flores, João Jacinto de Mendonça e José Afonso Pereira, sendo eleito Belo, Pôrto-Alegre e Barcelos. Pelo segundo, candidataram-se Maúa, Araújo Brusque, Pinheiro Machado, Amaro da Silveira, e Félix da Cunha, tendo sido sagrados com a vitória, Amaro, Maúa e Félix.

Joaquim Antão Fernandes Leão, presidente faccioso da província, foi substituído em 16 de janeiro de 1862 pelo desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha. Os li-

berais eram, então, uma fôrça no Rio-Grande, com a vitória de Amaro da Silveira, Maúa e Félix da Cunha. Também nos 30 deputados provinciais eleitos para a nossa Assembléia, os liberais haviam tido a maioria. E, a propósito, escrevia um articulista político no "Mercantil" da capital gaúcha por essa época: "A Assembléia mostra um aspecto novo, que ninguém lhe conheceu nestes últimos dez anos, depois da liga de 1852. Até aquí eram os grupos, pròpriamente facções, compostas de homens com crenças diferentes, unidos a favor ou contra uma administração, ou ligados por interêsses comuns de predomínio e influência local. Os nomes dos partidos foram riscados das bandeiras e substituídos por nomes próprios. Agora, porém, destaca-se dos grupos o partido liberal, forte pela coesão dos princípios, tendo a conciência do bem, energia de vontade para afrontar descontentamentos e interêsses ilegítimos; e a maioria necessária para realizar suas benéficas intenções".

E' nesse grupo de deputados liberais que aparece, pela primeira vez na política, o nome de Gaspar Silveira Martins, estreando-se em setembro de 1862, em a nossa Assembléia Provincial. Diga-se de passagem que o partido progressista, organizado no Rio, fôra um arranjo de liberais e conservadores e, porisso os liberais gaúchos a êle não se filiaram. O programa dos liberais gaúchos ficou bem definido no manifesto que Félix da Cunha e Silveira Martins dirigiram, em 30 de junho de 1863, ao Rio-Grande-do-Sul. Êste manifesto condensava os seguintes princípios: soberania nacional, responsabilidade dos ministros, temporariedade do senado, eleição direta, representação da minoria, independência da magistratura, liberdade individual, emancipação da navegação de cabotagem. serviço militar obrigatório, descentralização administrativa, reforma das municipalidades, etc.

Por esta ocasião, porém, travou-se uma luta dentro do partido liberal, pró e contra a candidatura do Barão de Maúa. E estes foram derrotados, porisso, pelos governistas, devido à dispersão de votos e indisciplina do partido. Conseguiram contudo a seguir nas eleições provinciais mandar

à Assembléia alguns membros influentes, entre os quais Silveira Martins.

Um dos próceres progressistas, que combatia a bandeira desfraldada por Osório, Silveira Martins e Félix da Cunha, o mais tarde glorioso Barão do Triunfo, Andrade Neves, escrevia, em 1866, antes de partir para a guerra do Paraguai, a seguinte carta política a um seu amigo, que possuo em meu arquivo: "Ilmo. Sr. Coronel Antônio Manoel de Azambuja. Antes de partir para o Paraguai, onde ponho ao seu dispor os meus poucos préstimos, espero que V. S. aceitará e atenderá com sua bondade, as poucas linhas que lhe dirijo. Embora soldado não me esqueço de que também devo auxiliar meus amigos políticos, que em breve têm de junto as urnas, disputarem a eleição, e sustentarem a situação política do país, que tanto ainda pode fazer pela causa pública, se se poder conservar, pelo auxílio dos homens de préstimo e que sem ambição encaram os públicos negócios. Sei que V. S. é liberal por idéias e que muito nos pode auxiliar em seu município; e assim solicito o concurso valioso de seu apôio aos progressistas de seu município. Meu amigo o Dr. Emílio Valentim Barrios, a quem recomendo que se corresponda com V. S. e para quem peço a sua amizade, terá o maior prazer em merecer de V. S. essa prova de consideração, e a êle peço que V. S. dirija suas ordens, e a resposta que julgar merecer esta. Sou com a mais profunda estima e consideração de V. S. etc. (As.) José Joaquim de Andrade Neves. 20 de setembro de 1866".

Tínhamos entrado em 6 anos de guerra, por essa ocasião, e, porisso, dava-se tréguas à política, porque a pátria gemia e sofria, enlutada pelos muitos filhos queridos que lá distante tombavam em sua defesa.

V

PARTIDO HISTÓRICO OU LIBERAL-RADICAL

O partido liberal histórico antecedeu de alguns anos à formação do liberal-radical. Pode-se mesmo dizer que foi êle o desbravador do caminho aos radicais. Surgiu aí por

1864, devido a uma cisão havida no Rio entre os progressistas, então no govêrno. E êsses liberais, que se diziam históricos, romperam então em violenta oposição aos senhores da situação.

Em 1866, apareceu no Rio a "Opinião Liberal", órgão de idéias avançadas, que se batia pela extinção do poder moderador, pelo sufrágio direto, pelo ensino livre, abolição da guarda nacional, etc. Eram seus redatores Rangel Pestana, Limpo de Abreu e Luiz Monteiro.

As fileiras dos liberais cresceram ràpidamente e já, em 1868, formavam uma falange poderosa, com homens de valor em seu seio. Funda-se então o partido liberal radical, pugnando pela descentralização, ensino livre, polícia eletiva, senado temporário e eletivo, extinção do poder moderador, sufrágio direto e generalizado, substituïção do trabalho servil pelo livre, eleição pelas províncias de seus presidentes, magistratura independente, etc.

Pelo "Correio Nacional" que, em 1869, veio secundar a prègação da "Opinião Liberal", e pela voz de seus oradores, propagava constantemente o novel partido as suas idéias. Instituiu, para isso, as célebres "conferências radicais", no Rio, uma das quais foi pronunciada por Silveira Martins que, nesse dia, consagrou-se definitivamente como orador. Êste fogoso tribuno gaúcho, que entrara para a nossa Assembléia provincial impusera-se, de logo, perante seus pares como um grande orador. As suas grandes vitórias de tribuno, porém, começou a marcá-las desde o momento em que realizou a sua famosa conferência política na "Fenix" do Rio, a 16 de maio de 1869. Francisco Otaviano, escrevendo dois dias depois dessa conferência na "Reforma", a respeito, dizia: "Silveira Martins mostrou domingo, uma qualidade que no tribuno ou no estadista pode salvar uma sociedade nas quadras difíceis — a fôrça de ânimo ou antes a inteireza de espírito, para dizer a verdade sem reticências, mas sem preconceitos.

Na terra gaúcha, Félix da Cunha, Gaspar Martins, Osório, Amaro da Silveira e Timóteo da Rosa tornaram-se os chefes dêsse partido, contrapondo-se a Filipe Neri, Pôrto-

Alegre e Pinheiro Machado, ainda com a bandeira dos progressistas.

Félix da Cunha e Filipe Neri eram os dois titãs da imprensa gaúcha, adversários que travaram polêmicas memoráveis em P.-Alegre. Infelizmente a prematura morte de Félix da Cunha veio privar as hostes liberais radicais do seu mais destacado elemento aquí.

Foi de 1869 para 1870 que D. Sebastião Dias Laranjeira, Bispo do Rio-Grande-do-Sul, com o seu famoso "Recurso à Coroa", suscitou uma forte campanha religiosa, que repercutiu por todo o país, abrindo então os radicais forte campanha contra as pretensões da igreja.

José Mariano Pôrto, em a biografia de Silveira Martins, que escreveu, pinta-nos o quadro da política no Rio-Grande, após a Guerra do Paraguai, da seguinte maneira:

"Osório — o legendário; Pôrto-Alegre — o imortal; Câmara — o intrépido general que comandara a derradeira expedição contra o ditador; Bento Martins, Vasco Alves e Portinho — zeladores da bravura e tradição da guarda nacional rio-grandense, também volviam à sua província, iluminados pelo sol da glória e aureolados pelo respeito e prestígio populares. Êles vinham sabendo que o Rio-Grande desejava tê-los no remanso da paz, comandando não mais os seus guerreiros, mas sim a coluna cívica que havia de pròximamente sepultar com a vitória das urnas a lembrança da página sombria escrita na história política da província pelos delegados do govêrno imperial, de 1868 a 1872. Não era possível prevalecer por mais tempo no Rio-Grande-do-Sul a imposição afrontosa que lhe fazia o govêrno do Rio, de candidatos estranhos à província, para ela desconhecidos ilustres. A eleição geral de 1872 seria a reivindicação dêsse período ignominioso para os nossos brios. E efetivamente, a vitória do partido liberal nas urnas e em oposição, foi a mais completa de que há exemplo. Saíu triunfante a chapa organizada de acôrdo com Osório e outros chefes, de Osório que pusera ao serviço de seu partido todo o prestígio de sua fama assombrosa. Acompanhavam-no, secundando-o, os velhos chefes Portinho, Bento Martins e Vasco Alves, cujo

prestígio, se era incontestàvelmente menos brilhante do que o do legendário, não o era menos real. Foram eleitos deputados à câmara temporária e nela tomaram assento: Conde de Pôrto-Alegre, Barão de Mauá, Francisco Carlos de Araújo Brusque, Luiz Flores, Florêncio de Abreu e Gaspar Silveira Martins. A província alguma cousa esperava dos seis rio-grandenses que tinham vindo representá-la no parlamento nacional, em nome das idéias liberais. Eram todos êles seus filhos, e por conseqüência responsáveis pelo exato cumprimento do programa liberal de 1868".

A nossa bancada, porém, divergiu em 1875, retirando-se dela o Barão de Mauá, devido ao repto Mauá, descrito com proficiência por Leonardo Truda na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" dêste Estado, de 1823, III e IV trimestres, página 252: "Fôra a 27 de janeiro de 1873, no parlamento nacional. Em situação conservadora, o Rio-Grande, como expressão frisante de sua altivez, só enviara à câmara deputados liberais. E ao lado de Luiz da Silva Flores, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Francisco Carlos de Araújo Brusque, figuravam nessa representação a que o nome de seus componentes basta para imprimir excepcional fulguração, Gaspar Silveira Martins e o Barão de Mauá. Entre os dois últimos se produziu a divergência, cuja razão fundamental devemos buscar na diversidade de temperamentos, o de Gaspar traduzindo-se no arrebatamento de um idealismo sempre ardente, enquanto Mauá, liberal nas idéias e mantendo-se fiel aos princípios, se sentia, impelido por natural propensão de seu espírito, conservador nos processos. Prometera êste último apôio ao gabinete do primeiro Rio Branco, que os liberais rio-grandenses combatiam. Surpreendido, Gaspar lança de imediato, entre a profunda sensação que à Câmara causava êsse choque, o repto famoso: "Um de nós, eu ou V. Ex. não representamos o partido liberal rio-grandense, de quem somos mandatários. Consultemos, pois, o eleitorado que nos elegeu. Pela minha parte sujeitarme-ei à sua decisão. Se ela me fôr contrária, eu que para aquí entrei com a conciência plena de cumprir o meu

dever, daquí me retirarei mais forte e mais enaltecido". Com essa mesma plena conciência, o desafio foi aceito sem vacilações. O resultado sabem-no todos. Desde o dia do repto, ambos os contendores se tinham abstido das funções do seu mandato, aguardando o pronunciamento daqueles que representavam. Mauá nunca mais voltou à Câmara. Sim. Mauá nunca mais voltou à Câmara, porque o pronunciamento dos gaúchos foi de apôio incondicional a Gaspar.

Osório entrava pouco depois para o senado e, em 1878, Sinimbú ao organizar o gabinete ministerial, em 5 de janeiro, chamava o partido liberal ao poder com Osório, Silveira Martins, Lafayete Pereira, Leôncio de Carvalho e Andrade Pinto.

Um ano mais tarde, contudo, separavam-se os amigos da véspera. Osório e Silveira Martins, devido à questão religiosa, tornavam-se contrários na política. Em a "História do General Osório, página 768, 2.º volume, vê-se que a questão era a seguinte: "Extinguir-se a religião do estado e estabelecer-se por essa extinção o direito de elegibilidade de acatólicos brasileiros à representação nacional, podia ser, e de fato é, uma grande idéia liberal, senão nacional, aceita pela maioria de um e outro partido, em que se divide a sociedade brasileira. Essa reforma, porém, que devia ser amadurecida, que a sua realização opunham-se obstáculos necessários a destruírem-se e vencerem-se, podendo isso conseguir-se com algum espaço, não devia por conseqüência ser precipitada, e o seu adiamento, era uma medida de alta prudência. Assim o compreendeu o legendário Osório e seus companheiros, representando a maioria do ministério, em oposição aos ex-ministros da fazenda e estrangeiros, que deixaram de fazer parte do gabinete de 5 de janeiro. Foi porisso acusado o Marquês do Herval, por seus correligionários desta província, de trair as idéias liberais, tornando-se político áulico; condenado o seu proceder conservando-se no govêrno, arrancando-se-lhe o bastão de chefe do partido, sendo ùnicamente reconhecido como tal o ex-ministro da fazenda do gabinete de 5 de janeiro. O entusiasmo dos brasileiros de origem alemã, pelo conselheiro Silveira Mar-

tins, fazendo côro com os partidistas dêste, foi despertado nesta província e elevado ao auge de bradar-se ou o direito de elegibilidade dos acatólicos ou a revolução!"

Parece-me ter traçado, mais ou menos, o histórico, embora sintético dêste partido, nos seus movimentos mais importantes. Depois de 1880, os partidos da monarquia, perdem a pouco e pouco o seu prestígio, enquanto vão os republicanos ganhando mais terreno.

TERCEIRA PARTE

O PARTIDO REPUBLICANO

I

Manifestação esporádica de republicanismo.

Aurélio Pôrto, nosso incansável pesquisador, confrade de altos méritos como historiador e literato, dá para Cachoeira a primazia do movimento republicano em nosso estado, tendo à frente Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, por alcunha o "Quebra", que já se havia distinguido por sua bravura, em 1816, nas nossas lutas da Cisplatina.

A-pesar-de ser uma pequena manifestação de republicanismo, sem repercussões, a de Queiroz — o Quebra, tinha, ainda assim, suas fontes em Tiradentes, na revolução de 1817, em Pernambuco, e quiçá inspirações no próprio republicanismo dos nossos vizinhos platinos, por onde andara o nosso precursor como combatente...

Eis aquí a valiosa contribuïção de Aurélio Pôrto:

"Influenciado pelas doutrinas libertárias, aparece no dia 23 de abril de 1820, juntamente com alguns companheiros, na Vila e aí, dirigindo-se à cadeia, solta os presos que nela havia e percorre as ruas da povoação, dando vivas à República. De momento ninguém tentou se opor ao seu valor amplamente conhecido, que lhe valeu o cognome, entre seus conterrâneos, de "o Quebra". Parece mesmo que houve certa morosidade, quem sabe se proposital, de autoridades valorosas como o comandante José Carvalho Bernardes e o Sargento-Mor Filipe Carvalho, que não obstaram essa de-

monstração de republicanismo de Alexandre Luiz. Durante três dias o valoroso caudilho dominou completamente a vila, sendo finalmente preso e conduzido para o Rio-Pardo. No inquérito procedido por ordem do tenente-general Patrício José Correia da Câmara, parente próximo de Alexandre Luiz, fêz-se constar que o ato do tréfego cachoeirense fôra produto de um acesso de loucura furiosa. Realmente, não passou talvez de uma loucura, dessa loucura que alucina os bravos, que dão a vida pela liberdade, o gesto heróico que confere à Cachoeira, no Rio-Grande-do-Sul, a primazia do movimento republicano".

Conquanto fôsse essa a primeira manifestação pelo ideal republicano no Rio-Grande, de que temos notícia, alguns anos mais tarde iria Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos ter seguidores em sua terra, conforme procurarei demonstrar a seguir.

II

A PRÈGAÇÃO REPUBLICANA ANTES DE 1835

A grande revolução de 1835, acusada de separatista por alguns escritores, foi, em que pese aos pregoeiros desta asserção, eminentemente nacionalista.

O ideal republicano de há muito vinha tendo os seus corifeus e os seus mártires por todos os recantos do Brasil, e surgiu desde que, pode-se dizer, surgiram as primeiras desavenças entre reinóis e nativistas. Sem falar-se na República dos Palmares de Zumbi, já, em 1710, a Guerra dos Mascates em Pernambuco fêz aparecerem os primeiros republicanos, e Bernardo Vieira de Melo, um dos revoltosos, votou para que alí fôsse proclamada a República.

E' curioso ver-se como surge então, penso que pela primeira vez, o apelido pejorativo dado aos portugueses de "pés-de-chumbo", que foi repetido mais tarde pelos farrapos. Mário Melo, o ilustre secretário perpétuo do Instituto Arqueológico Pernambuco, regista o têrmo em "Aspectos da História", assim como Dias Martins em "Martires Pernam-

bucanos". Sênio, pseudônimo de José de Alencar, em seu livro "A Guerra dos Mascates", refere-se também à alcunha de "chumbo", por alusão ao pèsunho do galego e à sua chanca de meia arroba". A inconfidência mineira, com Tiradentes à frente, considerado o protomártir da república, e a revolução pernambucana de 1817 tinham deixado, com o sacrifício de seus mártires, sementes boas que germinavam aos poucos.

O Rio-Grande-do-Sul, porisso, não precisava de maneira alguma que a prédica republicana lhe fôsse feita por estrangeiros. Não foram, portanto, Zambeccari, Rossetti ou Manuel Ruedas que vieram ensinar aos gaúchos os princípios da democracia. Estes ilustres estrangeiros serviram, apenas, para reforçar as idéias de há muito esposadas por grande número de continentinos. Ademais, vizinhos de duas repúblicas, bem podiam ainda os rio-grandenses comparar de quando em quando as excelências ou desvantagens dos dois regimes — o monárquico e o republicano.

Acrescem mais as seguintes razões em favor de minha tese: o nosso meio físico e o nosso meio moral foram também fatores de democratização do povo gaúcho. Assim, segundo Oliveira Viana, que reconhece um determinismo na geografia física rio-grandense, a pampa "com a sua amplitude de, o seu desafogo, a sua horizontalidade, faz do trabalho pastoril um verdadeiro esporte", motivo porque o praticam as classes altas e baixas, sem desdoiro, igualando-se; enquanto que, para João Pinto da Silva, as nossas lutas contínuas, para as quais o gaúcho ia espontâneamente, desdenhando postos, foram sobretudo, com a vida dos acampamentos, as marchas longas e o nivelamento dos "entreveros", uma verdadeira escola de democracia.

Ora, democrata por índole, o gaúcho nunca tolerou os desmandos do absolutismo. E os primeiros jornais que surgiram no Rio-Grande-do-Sul, entre 1827 e 1832, ainda reforçam mais a minha afirmativa. De fato, o "Constitucional" foi bastante liberal e, na opinião valiosa de Aurélio Pôrto, "jornal de combate não vacila ao abordar os assuntos mais palpitantes da atualidade política"; "O Vigilante"

tinha em seu cabeçalho esta legenda: "Sacrifica teu repouso e felicidade pública"; "O Amigo do Homem e da Pátria", proclamava: "Sem liberdade não pode haver virtude"; outro jornal de 1830, a "Sentinela da Liberdade", pelo seu próprio nome, indicava ao que vinha, muito embora se tornasse mais tarde um órgão partidário dos "caramurús"; "O Continentino", na sua primeira fase, era "a favor do sistema republicano"; "O Inflexível", que surgiu em 1832, dizia: "Todo agente da autoridade que excede os limites concedidos por lei, deve ser reputado o instrumento da tirania"; finalmente, o "Correio da Liberdade", da velha cidade do Rio-Grande, também tinha um programa liberal.

Quando se vieram incorporar à imprensa Zambeccari, Rossetti e Ruedas, havia já aquí, portanto, uma boa leva de paladinos e apologistas da república. Estes estrangeiros, não ha dúvida, muito cooperaram com as suas luzes, reforçando aquele pugilo de prègadores do republicanismo, entre os quais se contava o célebre Padre Chagas, depois ministro da República Farroupilha, um dos implicados na revolução pernambucana. De 1833, para diante, a propaganda republicana já é feita abertamente e, na luta entre farroupilhas e caramurús, a imprensa da capital gaúcha trava memoráveis polêmicas, acirrando cada vez mais os ânimos.

A vizinhança das repúblicas platinas, que já eram de per si um motivo para que a idéia republicana ganhasse adeptos, fêz ainda com que diversos chefes e caudilhos do Uruguai e Argentina procurassem, por meio de relações epistolares com a nossa gente, convencer os chefes de prestígio no Rio-Grande das vantagens da república, visto como nunca viram com bons olhos o estabelecimento nesta parte da América de um grande império sob a forma monárquica, que consideravam exótica.

Rivera, em carta de 16 de abril de 1826, a Bento Manuel, dizia-lhe: "Está V. S. destinado para fazer a liberdade de sua pátria natal e, se me não engano, de todo o Brasil". Por sua vez, o general argentino Martin Rodriguez escrevia-lhe também: "Se V. S. se decide a arvorar o pavilhão da liberdade, seu nome passará à posteridade, ao lado dos

mais célebres benfeitores da humanidade. O Brasil, independente e livre, logrará as vantagens de um sistema liberal e benéfico, etc." A Bento Gonçalves eram também dirigidas, por êsse tempo, epístolas versando o mesmo assunto. Os dois Bentos, porém, que já nessa ocasião gozavam de grande prestígio, jamais ouviram êsses cantos de sereia dos nossos vizinhos, que visavam ùnicamente os interêsses dos platinos na questão cisplatina. O que é verdade, inegável, é que o trabalho de propaganda republicana pelos orientais e argentinos continuou nos anos subseqüentes, conforme se verifica de um ofício de Bento Manuel datado de 20 de junho de 1834, dirigido ao então Presidente da Província, Fernandes Braga, em que denuncia o procedimento de Rivera desde 1829, nos seguintes termos: "Sempre procurou introduzir a anarquia nesta província, escrevendo a vários chefes para sublevar-se contra o atual govêrno, como o fêz a mim, escrevendo-me em 1829, cuja comunicação remetí ao excelentíssimo Mal. Manoel Jorge, então comandante das armas nesta província".

Conclue-se de tudo o que ficou dito o seguinte: primeiro, que o ideal republicano tinha suas fontes de tradição e de prègação, para os gaúchos, dentro de nossa própria pátria; segundo, que antes da imprensa porto-alegrense receber o concurso da pena dos estrangeiros, tinha já uma feição nìtidamente liberal e democrática; terceiro. que a proximidade das repúblicas platinas concorreu também para a popularidade do regime republicano; quarto, que os meios físico e moral do Rio-Grande foram e são de molde a dar uma feição democrática ao povo; quinto, que, finalmente, alguns chefes de prestígio no Rio-Grande vinham sendo de há muito trabalhados por elementos estrangeiros, à revelia do povo, sem resultados práticos, entretanto.

Para terminar, eu pergunto: os mártires pernambucanos da Guerra dos Mascates teriam sido criminosos? Filipe dos Santos e Tiradentes o foram? Os que sonharam com a República do Equador serão indignos do nosso respeito e da nossa veneração? Certo que não. Assim também não podemos culpar os homens de 1835 por terem, afinal, per-

didas tôdas as esperanças de justiça e de uma aproximação honrosa com o govêrno regencial, esposado o ideal republicano, sonhando com uma federação brasileira, como veremos a seguir.

III

O ANELO FEDERATIVO NO REPUBLICANISMO DOS FARRAPOS

Através do jornal oficial do govêrno farroupilha, cuja publicação era bi-semanal e começou a 1.º de setembro de 1838, em Piratiní, saindo o último número a 22 de maio de 1840, em Caçapava, nota-se como os republicanos gaúchos nunca perderam de vista o todo pátrio, antes, em oposição galharda à monarquia, comentavam e analisavam, seguidamente, o que ia pelas outras províncias do Império. Nota-se mesmo que era contra os portugueses principalmente que os farrapos se dirigiam as mais das vezes, por se haverem estes assenhoreado dos cargos públicos, em detrimento aos direitos dos brasileiros.

Referindo-se aos sangrentos sucessos ocorridos na Baía, naquele tempo, dizia o redator do "O Povo", em o número dois dêsse jornal: "Quando um povo se insurge decidido a vencer, não há fôrça humana que o resista. E nós estamos persuadidos que os nossos irmãos da Baía não tardarão a vingar as barbáries e os ultrajes experimentados por parte da infame facção lusitana que assola a terra de Vera-Cruz; e fazemos votos pelo triunfo de suas armas, assegurando-lhes que voaremos em seu socorro logo que os novos acontecimentos que se praparam, nos concedam assim o cumprir".

Há neste período duas partes para as quais quero chamar a atenção. Como se vê, os farrapos chamam os baïanos de irmãos e prometem voar em seu socorro logo que as circunstâncias o permitam. Ora, quem estava separado, completamente desligado do resto do Brasil, como asseguram aqueles que viram nesta revolução a sucessão da pátria, não teria que assegurar solidariedade aos revoltosos de uma

província distante e muito menos chamá-los de irmãos. O que havia, no coração daqueles bravos, era o anelo, o grande desejo de verem a pátria nacionalizada definitivamente e republicanizada e livre, como veremos.

No número seguinte, dizia o mesmo jornal: "O Império desaparece. A República vai ganhando o terreno que êle perde. E então o melhor é lhe dar o golpe mortal e salvar a Nação. Esta é a vossa tarefa; esta é a missão que os acontecimentos vos mandam cumprir". Neste artigo, ainda doutrinava "O Povo", depois de afirmar que a revolução de 7 de abril não cumprira as suas promessas: "O povo brasileiro, a-pesar-de tôdas as violentas dissertações de seus escarniçados caluniadores, marchou; e êle está ao par de seu século. O século é revolucionário e republicano". Assim afirmava o articulista. E aconselhava aos jornais da época: "Cingí-vos à vossa época. Preconizai a República. Inspirai ao povo que tanto dizeis amar as doutrinas democráticas que vão invadindo o mundo e deixai sumir o Império".

Como se vê, a imprensa farroupilha, pela voz de seu único jornal, doutrinava e prègava a república aos seus colegas do Brasil, certa de que era preciso propagar a idéia nova por todos os recantos da majestosa pátria brasileira, para que ela assim se tornasse digna do século.

Em o seu número 6, êste jornal, fazendo a apologia do sistema republicano, num confronto entre as liberdades de que gozavam os rio-grandenses e a opressão que campeava no Brasil, dizia o seguinte: "A revolução assenta-se hoje sôbre bases inabaláveis. Não podemos recear que ela seja nunca subjugada. Seu progresso é infalível; e nós não tardaremos a desfrutar dos sacrifícios que, sôbre o altar da pátria, cada um de nós tem feito; mas não esqueçamos do princípio vital da república, que é a virtude: que neste dia cinco milhões de brasileiros celebram a nova era e pensam em nós como em quem estão fundadas as suas esperanças!"

Por que êsse messianismo dos farrapos de que cinco milhões de brasileiros fundavam as suas esperanças nos seus heróicos esforços? E' que êles, os farrapos, desejavam

implantar a república em todo o Brasil e ligar a pátria pelos elos de uma federação, como procurarei demonstrar nesta minha modesta tese.

Em um formidável editorial estampado em o número 7, de 22 de setembro de 1838, dizia o órgão oficial do govêrno farroupilha: "... nossos votos eram de ter uma pátria, de ter liberdade, de marchar a uma prosperidade nacional: mas ao contrário de termos uma pátria, nós nos vimos reduzidos a uma província tributária". E justifica a seguir, atacando o govêrno central, a razão por que se havia feito a república e por que se desligaram do govêrno central, dizendo: "Em que se funda a vossa pretendida legalidade? Um poder não é legítimo senão quando reúne o voto de todos. E vós tendes o Pará, a Baía, nós que enèrgicamente com as armas, e as outras províncias com associações secretas, com o descontentamento, protestam precisamente contra a autoridade que quereis exercer. E vós vos dizeis legais? Nem os imperadores, nem os reis, nem os grandes são a pátria ou a nação. O povo é a nação e a fôrça da nação é o povo". E era isso o que os farrapos queriam, isto é, o govêrno do povo pelo povo e o país liberto do absolutismo.

Em o seu número 10, depois de narrar um fato deprimente ocorrido no norte do Brasil, dizia o jornal, comentando-o: "Eis um fato que assaz demonstra o estado de ignorância, superstição e fanatismo em que ainda jaz o Brasil e muito principalmente o seu interior; daquí deduzimos a razão suficiente por que ainda não se fêz ouvir e sentir em todos os seus ângulos o formidável e uníssono som de **república e federação"**. E o jornalista grifou esta última parte, que eu sublinho, sem comentários, repetindo apenas que "federação" era o grito, o anseio maior dos farrapos no seu republicanismo.

A 20 de outubro de 1838, escrevia o redator do jornal, entre outros, êste incentivo aos rio-grandenses: "Compatriotas! As relíquias da liberdade brasileira existem hoje nas vossas mãos sòmente, e convosco os corações de todos os brasileiros, que se timbram dêste nome! Vossas fadigas,

vossos sacrifícios, vossas virtudes, vossas desgraças e vossos triunfos, são por êles ou aplaudidos ou sentidos, segundo a ordem natural dos sucessos". Sim, porque os farrapos destemerosos que lutavam pela liberdade da pátria, sabiam que os seus serviços ao país não poderiam ser mal compreendidos pelos seus irmãos das outras províncias, de onde tantos filhos vinham lutar sob sua bandeira e ter os mesmos princípios, demonstrando assim que não era uma causa ingrata, regionalista, aquela por que se batiam.

Comentando um artigo inserido no número 74, de 27 de julho de 1838, no jornal "Parlamentar", dizia o articulista do "O Povo": "Não é, portanto, maravilha o insultante acinte de que se queixa o patriótico redator do "Parlamentar"; o snr. Vasconcelos está nos seus princípios e o desditoso Brasil na sua marcha: Rio-grandenses, firmes sustentáculos do sistema americano, amparai-o!"

Ora, quem quer amparar não quer destruir e quem lamenta a desdita de uma terra é porque quer vê-la melhor.

Tiro, agora, do número 19 do "O Povo" estas ardentes palavras de incitamento aos veneráveis Andradas e aos seus companheiros de oposição em a câmara do Rio: "Mas não, perversos!!! Não levareis avante os tenebrosos planos que forjais!!! Venerandos Andradas! Tranqüilizai-vos: e vós todos, dignos deputados da distinta oposições dêsse conventículo de escravos, confiai em nossas armas invencíveis, o Brasil será salvo!" E, dirigindo-se em seguida aos farrapos, dizia: "A nossa causa assim o exige. E assim também o exige a causa geral do Brasil, cuja liberdade perdida temos de rehaver; tarefa magnânima e mais digna de vós!"

Pois bem. Através dessas manifestações que vamos lendo, verifica-se que nunca os rio-grandenses do sul foram separatistas na estensão do vocábulo; se bem tenham ficado separados da Mãe-Pátria por circunstâncias do momento, êles, os nobres farrapos, para ela se voltavam constantemente, lamentando e combatendo o férreo regime que a escravizava e alentando os que se rebelavam contra o govêrno regencial.

Sustentavam, depois, numa das edições seguintes: "A

guerra que sustentamos, não é uma guerra individual. E' a guerra da América. E' a do princípio republicano, que há de vencer e dar o último abalo ao império!"

Vejamos, agora, o final de um artigo estampado no número de 15 de setembro de 1838: "Rio-grandenses! uma outra vez ainda, o redator de "O Povo" tem de recordar-vos a missão que pela providência foi a vós confiada! Vós tendes de salvar do precipício e das garras dos abutres famintos a grande nação de que fizestes parte!!! Em vós repousa ela as suas esperanças e não será iludida".

Portanto, como vimos e como veremos, em vez de procurarem consolidar-se no Rio-Grande, efetivando a sua independência, os valorosos farrapos alargavam a órbita de suas reivindicações e aquilo que queriam para êles, desejavam também para todo o Brasil. E esta proposição, vou desde já provar, com o número 37 do jornal "O Povo" em que se patenteia de um modo claro e insofismável qual era o anelo norteador daqueles centauros: "A um simples golpe de vista se patenteia o despotismo atroz e tirânico que oprime o malfadado Brasil: as simpatias que nos merece esta desditosa nação de que outrora fizemos parte, sua tendência ao sistema democrático que havemos jurado; a surda guerra que simultâneamente nos fazem destestáveis e torpes lusitanos, sobretudo a íntima convicção que se antolha à feliz época em que o **laço Federal** com indissolúvel nó ligará todo o continente brasileiro; tão sagrados e respeitáveis títulos impelem-nos a tomar parte nos males que dilaceram e oprimem os brasileiros livres; seus desares em extremo nos contristam; incita-nos, porém, a esperança que mui de pronto a espada rio-grandense com o sangue dos tiranos lavará a mancha que ao Brasil desdoira e seu triunfo garantirá a liberdade aos filhos de Santa Cruz". Ouvistes Bem? Percebestes? Aquí diziam os farrapos pelo seu órgão oficial que considerariam feliz a época em que se vissem ligados pelo indissolúvel nó dos laços federais. Que maior prova de amor pela democracia? Que maior prova de anelo federativo do que êste estampado no único e público porta-voz de suas aspirações? Sim, os farrapos, nos

seus anseios de republicanismo, norteavam-se pelo anelo federativo, porque "acima do seu amor pela república êles tinham o seu brio de brasileiros", como mais tarde, antes ainda de findar a revolução, ia Canabarro expressar-se a um emissário de Rosas.

A 23 de janeiro de 1839, "O Povo" publicava um belo artigo de um farrapo, o qual propunha que se mandasse um manifesto a tôdas "as câmaras provinciais do Império", acompanhado de uma circular em que se dissesse tudo quanto êles anelavam, propondo que dessa circular constasse um veemente apêlo aos nossos irmãos das outras províncias e redigido os termos da mesma, da qual destaco os períodos mais essenciais à minha tese.

"E vós, Irmãos, quereis participar com o vosso silêncio, da sua vergonha, do seu aviltamento, do sacrifício desnecessário do vosso país? E' então verdade que um govêrno sem pejo e sem honra, vicioso e infame faz com que a nação perca seu amor próprio e seu brio? Onde estão os Pernambucanos de 1824? Onde os Fluminenses de 1831? Que fazeis Baïanos de 1837? Que fazem êsses paulistas orgulhosos de suas descobertas? Os paràenses, os sergipanos, os cearenses, os de Mato-Grosso, os alagoanos ardentes e os valorosos habitantes das margens imensas do majestoso Amazonas, dormirão eternamente o sono da ignomínia? E vós catarinenses por que não operais uma diversão poderosa em nosso favor? Acreditais por acaso que aquí se combate puramente para nós? Ah! que vos enganais, se fôssemos vencidos que seria de vós, ó brasileiros de tôdas as províncias do Império? Depois da Vitória, como vos tratariam os eternos inimigos de nossa Independência?"

Esta invocação aos irmãos das outras províncias, citando-os um por um, e procurando despertar-lhes o amor pela causa republicana, nada significará? Ora, quem fala assim é brasileiro até a medula!

Mais adiante, dizia ainda, no seu artigo, êste farrapo aos demais patrícios: "Quem vos governa? Quem ameaça, quem dispõe de vossa vida? Portugueses que tendes hospedado. Rechassai, como temos rechassado, estes inimigos na-

tos de nossa grandeza; expurgai o solo brasileiro de todos os que são avessos à sua Independência. Uni-vos a nós. A confederação das repúblicas brasileiras é altamente reclamada pelas circunstâncias do país, pelas exigências da América, pelos interêsses do mundo em geral". Portanto, quem assim fala, quem assim clama, pùblicamente, pelos interêsses de uma terra, pertencia e amava certamente esta terra e queria sòmente vê-la livre, progressista e igualada aos demais povos republicanizados da América.

Em um dos números que a seguir apareceram, publicava-se: "O dia do triunfo pela república não tarda, e logo que o sol dêste dia querido tiver purificado com seus raios vivificadores a Terra de Santa-Cruz, as leis e os tratados não serão mais violados". Fala-se, por conseguinte, aquí, de todo o Brasil, de tôda a terra de Santa-Cruz, e vê-se que não era um republicanismo exclusivista, o que alentava os farrapos, porque êles queriam a república para todo o Brasil, como vimos acima.

À medida também que cada câmara municipal do Rio-Grande-do-Sul ia aderindo à república farroupilha, frisava, bem alto, nas suas atas de adesão, o desejo de, logo que fôsse possível, organizar-se a federação brasileira. E' o que vemos nas atas das câmaras de Jaguarão, Piratiní, Caçapava, São-Borja e outras, assim como de diversas proclamações de chefes da revolução de destaque e já bastante conhecidas. Para os que queiram conhecer melhor êsse desejo federativo, eu aconselho a leitura do magnífico trabalho do ilustre historiador, Sr. Cel. Sousa Doca, "O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha", o qual, manejando brilhantemente a sua pena, tira também conclusões incontraditáveis de outras fontes diferentes daquela em que venho baseando êste meu trabalho. Recomendo ainda a leitura do excelente trabalho do Dr. Florêncio de Abreu, sôbre "A Constituinte e o Projeto da Constituïção da República Rio-Grandense", brilhante ensaio histórico, publicado em 1930.

Em março de 1839 assim escrevia o redator do "O Povo": "Nós escrevemos como requerem os tempos; nós escrevemos pela individualidade nacional, como pela huma-

nidade; nós escrevemos para a pátria e para o Brasil, que, a-pesar-da cruel guerra que nos faz, amamos ainda". Embora tenazmente combatidos pelo Império, aqueles pobres e loucos sonhadores nunca esqueciam o Brasil e o seu bem geral era o refrão constante da uas públicas demonstrações.

Na sua proclamação aos lajeanos, em 21 de março de 1839, dava Bento Gonçalves mais um grito pela união do Brasil, nestes termos: "Já os bravos paulistanos fazem tremular aos olhos dos seus opressores aquele pendão sagrado; os bravos catarinenses escudados por nossas vitoriosas falanges não tardarão a imitá-los; o Ceará e Sergipe encetaram a majestosa carreira da resistência ao infame govêrno que os maltrata; o Maranhão se dispõe e se prepara para tão honrada emprêsa; o Pará e a Baía juram sôbre as cabeças ensangüentadas se seus numerosos filhos sacrificados à vingança do partido lusitano renascerem de suas ruínas mil vezes mais formidáveis". E assim terminava: "Vossa posição geográfica, vosso caráter, vossos hábitos e usos tudo concorre a irmanar-nos: liguemo-nos para sempre em anel firme; sejamos um e mesmo povo".

A-pesar-de terem fracassado os vaticínios de Bento Gonçalves, sabemos nós, pela nossa história, que êle não exagerava, na ocasião desta proclamação, porque nunca como por êsse tempo a forma monárquica periclitou tanto no Brasil, e se venceu foi mais pela falta de esforços conjugados e simultâneos dos que se rebelavam, do que mesmo pela pujança de seus defensores.

O leitor que me perdoe as muitas transcrições que estou fazendo, porque são elas indispensáveis à tese que me propús defender.

São de 20 de abril de 1839 mais estes apelos do mesmo jornal: "Mais um passo, ó brasileiros, e a queda dos tiranos será desde logo infalível. Filhos da liberdade, heróis de 1831, despertai de uma vez do letargo que vos domina. Levantai-vos em massa contra os miseráveis que vos oprimem". E a 1.º de junho, no mesmo jornal, encontramos êste tópico: "Rio-grandenses! Dirigí aos céus, sinceros vo-

tos de gratidão por ter-vos livrado dos abutres que corroem o Brasil! Vós sois o Povo por Deus escolhido para salvá-lo!"

Como vamos vendo havia sempre nos farrapos o mesmo desejo, uma espécie de messianismo político republicano, como claramente evidenciado fica na última frase transcrita, de que haviam sido escolhidos para salvar o Brasil.

Desalentados, sofrendo uma guerra tenaz, sem esperanças de um auxílio eficaz por parte dos nossos irmãos das outras províncias, teve o "O Povo" em um outro artigo estas palavras de desânimo e pessimismo para o govêrno do Rio-de-Janeiro: "Desconhece (o govêrno) que a guerra sacrílega que nos faz servirá apenas para extinguir totalmente no ânimo dos rio-grandenses algumas relíquias do brasileirismo de que outrora fomos tão possuídos".

Pois bem. A-pesar-dêsse pessimismo, a-pesar-de tôdas as perseguições que sofreram, estes mesmos farrapos tão caluniados nunca deixaram de ser brasileiros e se, antes de 1835, haviam já dado tantas provas de brasilidade, gizando as fronteiras da pátria com o seu heroísmo, iriam ainda continuar a dar estas provas, chegando, anos depois, a abdicar de seus ideais republicanos para evitar a fragmentação da pátria e a intromissão ambiciosa de Rosas nas coisas de casa.

Com o aparecimento de um movimento republicano em S.-Paulo, em 1839, publicava a gazeta farroupilha: "Os corajosos paulistas não sabem temer perigos; êles foram os que encaminharam os primeiros passos dos rio-grandenses no caminho da glória. Êles serão também os nossos mais firmes companheiros na senda da liberdade". E dizia ainda, dias depois: "Brasileiros! Vossa condescendência e apatia tem degenerado em crime horrendo, muito essencialmente depois que a frente do movimento **nacional** se hão pôsto os rio-grandenses". Vê-se, portanto, que ao mesmo tempo que êles se orgulhavam de descender dos paulistas heróicos das bandeiras, falavam num movimento nacional e não num movimento restrito ou regional.

Num outro editorial de 7 de agôsto de 1839, lê-se: "O RioGrande não há feito mais que anunciar primeiro o

sentimento que é comum a tôdas as províncias do Brasil. O Rio-Grande é pois o primeiro soldado de um movimento que principia; sofrerá contrariedades ainda, porque a luta da liberdade é custosa, porém, o exemplo de todo o mundo pode servir de consolo às suas belas esperanças".

O General Antônio de Sousa Neto, em uma proclamação datada de 24 de julho de 1839 e publicada no órgão oficial do govêrno de 20 de agôsto do mesmo ano, assim se exprimia: "Todo o continente de Santa-Catarina já forma parte integrante da república rio-grandense: aquele povo glorioso, reassumindo seus direitos soberanos, se há ligado pelo estreito laço federal aos rio-grandenses e muí pronto o pendão liberdade brilhará glorioso nas ameias da cidade do Destêrro. Que resta, pois, ao Brasil? Como salvar-se? Um só meio se antolha, o reconhecimento da independência rio-grandense ou, melhor, a federação das províncias, única maneira de manter um centro de união no malfadado império de Santa-Cruz".

O vocábulo "Independência" aquí, como se vê, figura como sinônimo de autonomia. E era o maior responsável pela república dos farrapos, aquele que a proclamara em 11 de setembro de 1836 no Seival, quem proclamava claramente, da maneira acima, quais eram os seus intuitos, isto é, a federação brasileira.

O próprio Tte, Cel. Joaquim Teixeira Nunes, comandante da vanguarda revolucionária em Santa-Catarina, em uma circular dirigida aos catarinenses a 16 de julho de 1839, e publicada no órgão oficial dos farrapos, dizia: "Proclamando a independência do vosso país, não penseis que nisso afetais os interêsses do Brasil, do solo sagrado dos brasileiros: pois que a República Rio-grandense, concienciosa da sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto a peito quanto a federação dos estados seus irmãos".

Mais tarde, em outro número de "O Povo", encontramos estas linhas: "Concienciosos, os rio-grandenses, destas verdades, se hão pôsto à testa do grande movimento que

tem de operar em todo Brasil a mudança que a natureza das coisas reclama".

E, para terminar com estas citações, em 6 de março de 1840, ainda escrevia o redator do "O Povo": "Não tendes ouvido retumbar em tôrno de vós o eco dos vivas à República de tôdas as províncias do Brasil, que se levantaram contra o govêrno do Império? Os vínculos da antiga unidade estão rotos, os povos estão ocupados a entrelaçar outros mais homogêneos e duradoiros. O braço dos rio-grandenses há sido escolhido para dar o último golpe a êste gigante monstruoso, sem olhos, que caminha às apalpadelas e tropeça a cada passo. "E, no número seguinte: "E o Rio-Grande, convicto da alta missão que os tempos e a civilização lhe confiaram, não sabe atraiçoar as esperanças dos bons. Superando inúmeros obstáculos, êle se há constituído o campeão da nova civilização que deve iluminar todo o Brasil".

As leis, os avisos, as proclamações do govêrno e dos principais chefes da Revolução, assim como de tôdas as câmaras municipais que aderiram à república gaúcha, aí estão publicados em livros e jornais, para quem quiser ler.

Penso também ter contribuído neste modesto capítulo para desfazer em parte êsse êrro em que têm laborado alguns escritores que enxergaram na Revolução dos Farrapos uma ameaça de fragmentação da pátria. E parece-me ter deixado, sòmente com transcrições do jornal oficial dos Farrapos, bem provado o anelo imenso da implantação do regime republicano no Brasil, ligado então pelos laços da Federação.

IV

REPUBLICANISMO LATENTE NOS GAÚCHOS

Cristiano Benedito Ottoni afirmou que "desde 1845, quando foram pacificados os farrapos do Rio-Grande-do-Sul, até 1870, só tivemos pela república votos individuais e sem eco na população. A primeira manifestação coletiva

e séria foi o manifesto de 1870, do qual data o início da evolução republicana".

E Ottoni tem tôda razão. No Rio-Grande-do-Sul, depois da pacificação da província, houve como que um amortecimento no republicanismo dos farrapos. E' que aquele republicanismo sublimado pelo sangue derramado de tantos mártires da idéia nova necessitava, para completa pacificação dos ânimos, de uma calmaria sem prègações. Mas os veros republicanos da revolução de 1835, embora tenham depois da pacificação engrossado as fileiras mais adiantadas dos liberais, jamais fizeram apostasia dos ideais esposados durante o decênio sangrento.

Antônio Vicente da Fontoura, ex-ministro dos Farrapos, jamais ostentou a comenda que o Império lhe concedera e que lhe fôra enviada por seu amigo o Duque de Caxias. Domingos José de Almeida , que continuou republicano até a morte, quando quis iniciar, em 1858, a publicação pelo "Brado do Sul", da História da República dos Farrapos", viu-se rudemente atacado pelos bajuladores do Império. Neto e Canabarro continuaram republicanos também, como todos em geral que haviam servido sob a bandeira tricolor. José Gomes Portinho, contemplado, anos mais tarde, com um baronato, pelo Imperador, recusou nobremente a carta de fidalgo, escrevendo a Assis Brasil, que o felicitara por êsse gesto: "E' verdade. Não aceitei o título de barão com que o govêrno do senhor D. Pedro II quis afidalgar-me. E a razão que tive para isso foi tão sòmente não trair a minha conciência. Não acredito na monarquia e menos nos seus títulos. Não fui à imprensa fazer esta declaração, por ter naquela ocasião no Ministério dois patrícios que muito prezava e não os quis magoar. A maior glória que tenho dêste meu procedimento, meu jovem patrício, foi a vossa felicitação. Também sou entusiasta pela liberdade. E, apesar-dos anos, ainda não descrí de todo, tenho fé na mocidade que vem. Ela dará, não a mim, porém a meus filhos, uma pátria feliz".

Muito embora êsse amortecimento dos ideais republicanos, que vai de 1845 a 1870, êsses ideais não tinham mor-

rido na pampa democrática. Fôra, aliás, um arrefecimento propositado e patriótico o dos republicanos. Trinta anos mais tarde, porém, os herdeiros do legado farroupilha, reclamariam para êles a prègação republicana, rejuvenescida e incoercível como demonstraremos no próximo capítulo.

V

RENASCIMENTO DO IDEAL REPUBLICANO

Terminada a guerra do Paraguai, em 1870, com a vitória do Brasil, começaram a regressar aos seus lares os voluntários e os batalhões que para alí haviam marchado. Era necessário recompor a nossa vida, antes de mais nada, principalmente no Rio-Grande-do-Sul, suspensa havia 5 anos, numa luta que levara as nossas melhores reservas.

Daí, não terem os gaúchos de logo esposado em clubes e reüniões as idéias republicanas que começaram a ser prègadas nesse ano, num manifesto célebre, assinado por um núcleo vigoroso de grandes idealistas, no Rio.

As guerras e as revoluções, que sacodem os povos, trazem em seu bojo sempre grandes ideais renovadores. Desmobilizados, portanto, os homens que voltaram, arejados pelo soprar das balas, trouxeram para as suas províncias consigo o germe da revolução pela conquista da república. A campanha pela abolição da escravatura foi a que, imediatamente, agitou e empolgou tôda a alma nacional, enquanto, paralelamente, republicanos ousados iam fazendo a prègação de suas doutrinas.

O manifesto de 1870 trazia já as assinaturas de uma pléiade brilhante de homens de talento, de ação e de combate, à qual outros se foram reünindo de ano para ano. Saldanha Marinho, Aristides Lôbo, Cristiano Otoni, Limpo de Abreu, Ferreira Viana, Salvador de Mendonça, Lopes Trovão, Rangel Pestana e muitos outros foram os pioneiros desta cruzada. E êsse partido republicano, que assim nascia em 1870, não foi mais do que um desdobramento do par-

tido liberal — radical, que, como vimos atrás, fôra fundado em 1868. E' que, desde a fundação dêsse partido, muitos dos seus membros quiseram arvorar a bandeira republicana, o que, afinal, fizeram, dois anos mais tarde. O manifesto republicano é longo, mas há alguns períodos nêle que merecem ser transcritos: "A idéia democrática, representada pela primeira constituinte brasileira, tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que êle comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembléia Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o e a carta outorgada em 1824, mantendo o "statu quo" da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores de poder intruso e absorvente. Chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando-as províncias à côrte, a sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia. A revolução de 7 de abril, em 1831, trazendo à superfície as idéias das aspirações sufocadas pela reação monárquica, deu aso ao princípio federativo para manifestar-se e expandir-se. A autonomia das províncias, a sua desvinculação da côrte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembléias provinciais, o alargamento da esfera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em tôdas as relações morais e econômicas, tais foram as condições características dêsse período de reorganização social, claramente formuladas ou esboçadas nos projetos e nas leis que formaram o assunto das deliberações do govêrno e das assembléias dêsse tempo".

E assim continuava êsse manifesto prègando a democracia, a república e a federação. Em 1871, reüniu-se o primeiro congresso republicano em São-Paulo e, em 1873, publicavam mais um manifesto. E dia a dia aumentavam mais as suas fileiras.

João Maia, na sua "História do Rio-Grande-do-Sul", narra os primórdios do renascimento republicano em nosso

Estado desta forma: "Até o ano de 1882, as únicas manifestações do não desaparecimento da idéia republicana, na província, consistiam em um que outro isolado protesto das urnas eleitorais no lançamento de efêmeras publicações jornalísticas e na fundação de resumidos clubes estacionários, quando não inviáveis. Nessa época, porém, operou-se aquele belo fenômeno político. Por iniciativa de um grupo de rapazes de talento, que, na Faculdade de Direito de São-Paulo, havia se comprometido, solene e espontâneamente, a promover o reerguimento do civismo rio-grandense, pela evocação criteriosa, ininterrupta e virtuosa das tradições da abatida terra gaúcha, iniciou essa edificante campanha no citado ano. Na convenção de 23 de fevereiro de 1882, reünida em Pôrto-Alegre, foram encetados os respectivos trabalhos, tomando parte nêles, além dos jovens iniciadores da fundação do partido, os poucos republicanos que, em diferentes localidades da província, a despeito da aspereza e da hostilidade do meio, tinham-se mantido com firmeza e os corações invadidos de incisiva angústia, segregados das saturnais políticas em que se engolfava o império, como um protesto, contra a dissolução que campeava. No ano seguinte, era rara a localidade rio-grandense que não possuísse o seu núcleo de republicanos".

Antes disso, porém, já em 1876, em Palmeira, Francisco Oliveira Mendes, José Luiz de Borba, Lourenço Franco Cavalheiro e Teodônio do Prado e outros agrupavam-se para defender os ideais republicanos. Em 1878, fundava-se em Pôrto-Alegre um clube republicano, o qual sòmente em 1881 ia começar uma ação ativa com a sua reorganização. Pude folhear o livro de atas dêsse clube na sua segunda fase, que teve a seguinte diretoria: Felicíssimo Manoel de Azevedo, presidente; Silvestre Gonçalves de Carvalho, vice; Júlio Ferreira Teixeira, 1.º Secretário; Alfredo Augusto de Azevedo, 2.º Secretário; e Júlio Pinto de Castro, tesoureiro. A êste clube republicano se filiam de logo Demétrio Ribeiro, Apolinário e Apeles Pôrto-Alegre, Cezimbra Jaques, Ramiro Barcelos e outros. A 19 de dezembro de 1881, compareceu à sessão, pela primeira vez, o Dr. Júlio de Castilhos, que

pronunciou vibrante discurso de apôio ao clube e aos republicanos da província. Em 1882, a 28 de dezembro. foi recebido em seu seio o Dr. Assis Brasil, saudando-o Ramiro Barcelos, e respondendo com um discurso doutrinário.

Simultâneamente, eram organizados núcleos republicanos em Itaquí, São-Borja, São-Gabriel, Cachoeira, Jaguarão, etc. Em São-Gabriel, M. Brandão Júnior foi, em 1882, o organizador do partido. Em Cachoeira, a propaganda republicana foi encontrar eco dos mais entusiastas, onde fundou-se também em 1882 um clube republicano, do qual fizeram parte João José Ferreira Leal, presidente; Cândido Pacheco de Castro, vice; Isidoro Neves da Fontoura, secretário; e Policarpo Alves da Cruz, José Antônio da Cunha, Fontoura Xavier, João Alberto de Sousa, Luiz Pacheco de Castro e Francisco Fontoura Nogueira da Gama. Mais tarde, Borges de Medeiros e Ramiro Barcelos juntaram a sua prédica diária a dêsses primeiros propagandistas da idéia nova naquela cidade, enquanto Alarico Ribeiro, pelas colunas da "Idéia", predicava a república.

Por todos os rincões gaúchos, o ideal republicano renascia assim mais apurado e mais firme. Em sessão do clube republicano de Pôrto-Alegre, de 3 de março de 1883, Assis Brasil, elogiou a marcha que o Partido Republicano ia tendo em tôda a província, destacando o seu progresso principalmente em São-Vicente e São-Francisco-de-Assis. E, a 21 de abril daquele ano, realizaram os republicanos uma sessão solene no Teatro-São-Pedro, sendo Júlio de Castilhos o orador oficial, que falou eloqüentemente sôbre o martirológio de Tiradentes, fazendo a apologia da República. Na mesma sessão, Fontoura Xavier, poeta e neto do grande republicano farrapo Antônio Vicente da Fontoura, disse um punhado de admiráveis tercetos sôbre Tiradentes, muitíssimo aplaudidos. A 20 de setembro do mesmo, comemoraram os republicanos o aniversário da república dos Farrapos, sendo orador oficial o Dr. Ramiro Barcelos, que se orgulhou do valor e do patriotismo dos veros republicanos de 1835.

Em 1884, a 1.º de janeiro, fundava-se e aparecia o pri-

meiro órgão oficial dos republicanos, a "A Federação", dirigida por Venâncio Aires e gerenciada por Augusto Uflacker, que trouxe, com o seu advento, novos meios de propaganda dos ideais democráticos, caracterizando-se desde logo, êste jornal pela prègação doutrinária dos princípios que defendia. E Júlio de Castilhos, em um artigo escrito nesse ano, dizia o seguinte: "O partido liberal, dispondo de todos os elementos, senhor de tôdas as disposições, se desune, se fracciona e já agora não pode evitar o esfacelamento definitivo, que há de consumar-se dentro de um curto período, sem embargo dos esforços contrários, muito embora se tente a recomposição".

Assis Brasil conseguira, no ano seguinte, uma cadeira de deputado na Assembléia Provincial e alí, na sessão de 20 de novembro de 1885, fêz um belo discurso defendendo e prègando a república federativa.

A 2 de abril de 1886, diz êle ainda na Assembléia: "A República, ou antes, os republicanos, são acusados de desordeiros, de revolucionários, de petroleiros por aqueles que se comprazem em olhar as coisas mais pela superfície do que em compreender a essência delas".

Neste ano de 1886 é que começa a célebre "Questão Militar", que tanto fortaleceu os republicanos e que foi a causa principal da queda da monarquia.

O Rio-Grande-do-Sul contribuiu grandemente para essa agitação, narrando o Padre Galanti, na sua "História da República" da seguinte maneira os fatos aquí passados: "Estava na província do Rio-Grande-do-Sul o Tte. Cel. Sena Madureira organizando a escola de tiro de Rio-Pardo, onde, tendo lido o discurso do senador Franco de Sá, em que êste incidentemente explicava a demissão que dera, quando ministro de guerra, ao antigo comandante da escola de tiro (era o próprio Madureira), do Campo-Grande, dizendo, entre outras coisas, que êle faltara com o respeito devido ao ajudante-general do exército, Madureira publicou um artigo para justificar-se da acusação que o ex-ministro da guerra acabava de lhe fazer no Senado. Em conseqüência dêste artigo, o ministro Chaves repreendeu o Tte. Cel. Madureira,

o qual pediu pelo telégrafo dispensa do cargo que exercia e, sem esperar pela resposta, protestou pùblicamente, afirmando que nenhuma lei vedava aos oficiais do exército se defenderem pela imprensa e que não reconhecia autoridade dos avisos ministeriais. Como o protesto Madureira, transmitido pelo telégrafo a tôdas as províncias do Império, excitasse altamente os ânimos, o ajudante-general do exército dirigiu-se ao marechal de campo Deodoro da Fonseca, que no Rio-Grande-do-Sul desempenhava o ofício de 1.º vice-presidente em exercício e de comandante das armas, perguntando-lhe si êle tinha dado licença ao referido oficial para publicar aquele protesto, Deodoro respondeu que não dera licença, porque dela não precisava o aludido oficial, visto como os avisos ministeriais não se aplicavam aos militares. Celebraram-se, então, no Rio-Grande-do-Sul, com a anuência do Mal. Deodoro, numerosas reüniões de oficiais, com o fim de oporem resistência enérgica à proïbição prescrita pelo Govêrno Imperial de se defenderem pela imprensa sem prévia licença. Veio nestas conjunturas difíceis em apôio dêles o Tte. Gal. Visconde de Pelotas, publicando no órgão do Partido Republicano do Rio-Grande-do-Sul uma carta em que sustentava as mesmas doutrinas. Uniram-se então Deodoro, Pelotas e os oficiais, fazendo causa comum com grande entusiasmo".

Enquanto agiam os republicanos, os monarquistas preparavam o terceiro reinado e "a princesa Isabel, herdeira presuntiva do trono bragantino, colaborava visìvelmente nesse plano, passeando pelas províncias a sua sereníssima pessoa, acompanhada de seu augusto consorte e futuro imperador de fato... A excursão de suas altezas principiou pelo Rio-Gande-do-Sul em 1885". Contrariando, porém, êsses projetos, a câmara de São-Borja, por proposta do grande republicano Aparício Mariense, votou uma moção em que pedia: "que a câmara representasse à Assembléia Provincial sôbre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembléia Geral para que, dado o fato lamentável do falecimento do Imperador, se consultasse à Nação por plebiscito se convinha a sucessão no trono e esta por uma se-

nhora obcecada por sua educação religiosa e casada com um príncipe estrangeiro; que se pedisse à Assembléia para dirigir-se às outras Assembléias Provinciais para representarem à Assembléia Geral no mesmo sentido; que a Câmara se dirigisse igualmente às municipalidades rio-grandenses para fortalecerem esta representação". Êste gesto, altamente patriótico, foi secundado pelas câmaras de São-Francisco-de-Assis e de Camaquã, tendo o Imperador determinado que fôssem processados os vereadores que haviam subscrito ou apoiado a citada moção.

Os republicanos gaúchos, porém, é que não estavam por isso e, já no ano de 1889, reüniram-se na fazenda da Reserva e tomaram esta heróica deliberação, receando que o advento do terceiro reinado se consumasse: "Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, que ameaça a nossa pátria com desgraças de tôda a ordem, e a necessidade de preparar elementos para, no momento oportuno, garantir o sucesso da revolução, declaramos que temos nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Assís Brasil, Ramiro Barcelos e Demétrio Ribeiro para trabalharem para que se consiga aqueles fins empregando livremente os meios que escolherem. Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil dos nossos concidadãos. Excluída esta hipótese, só haveremos de parar diante da vitória ou da morte. Reserva, 21 de março de 1889. (a) Cândido Pacheco de Morais Castro, Joaquim Antônio da Silveira, Lauro Domingues Prates, Fernando Abbott, Ernesto Alves de Oliveira, José Gomes Pinheiro Machado, Vitorino Monteiro, Possidônio da Cunha, Homero Batista, Manoel da Cunha Vasconcelos, J. F. de Assís Brasil, Salvador Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos".

Os dias da monarquia estavam contados. E veio a Abolição e em seguida a República, a 15 de novembro de 1889, assumindo a presidência do novo estado rio-grandense o Mal. José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas.

Termino com êste capítulo a minha tese. Através dela,

verificámos bem como o povo gaúcho sempre teve uma índole democrática, bastante acentuada, tendo sido tôdas as idéias liberais abraçadas aquí com grande entusiasmo pela nossa gente.

Propús-me escrever apenas o desdobramento histórico dos partidos políticos em nosso estado, desde a nossa Independência até o dia da proclamação da República. Dessa data até os nossos dias, talvez mais tarde ainda, eu venha a traçar o histórico das nossas lutas partidárias, porque, para mim, a República ainda é muito moça e o que é moço só faz história para o porvir...

PARECER

sôbre a tese "Os Partidos Políticos até 1889" do Tte. De Paranhos Antunes

Na história de um povo a história dos partidos políticos é de grande importância, pois por ela é que melhor se pode avaliar os sucessos políticos desenrolados nas épocas de seus florescimentos.

A história dos partidos políticos no Brasil, porém, ainda está por se fazer, a-pesar-do grande número de historiadores de escol que possue nossa Pátria.

O único historiador que se deu ao árduo trabalho de estudar, e isso mesmo por alto, os partidos políticos no Brasil, foi Américo Brasiliense na sua obra, hoje rara, denominada OS PARTIDOS POLÍTICOS NA MONARQUIA.

Por êsse trabalho do ilustre autor das "Lições de história pátria" tem-se uma idéia mais ou menos geral, si bem incompleta, do que foram e do papel que representaram êsses partidos no Brasil durante os períodos monárquicos.

O assunto é vasto e difícil e porisso, talvez, fujam dêle os nossos historiadores.

O 1.º Congresso de história do Rio-Grande-do-Sul incluiu no seu programa uma tese sôbre os partidos políticos e seus programas no Rio-Gande-do-Sul até 1889, e o Sr. De Paranhos Antunes, corajosamente, tomou a seu cargo apresentá-la e o fêz com tanta felicidade, embora em resumo, que somos de opinião não só de que a dita tese deva ser aprovada sem restrições porque é, sem favor, valiosíssima, como também se exigir do Sr. De Paranhos Antunes que a desenvolva conforme merece, para gáudio nosso, glória sua, do nosso Instituto Histórico e Geográfico e do nosso Rio-Grande-do-Sul.

Que ao menos aquí se apresente ao Brasil uma verdadeira e desenvolvida história dos partidos políticos.

Pôrto-Alegre, Sala das Sessões, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **Walter Spalding, relator**
Darcí Azambuja
Fernando Luiz Osório, com restrição quanto à afirmativa de que só Américo Brasiliense escreveu sôbre a história dos partidos políticos, visto que sôbre êste assunto, no Rio-Grande-do-Sul, há o trabalho da lavra do dr. Joaquim Osório.

A AÇÃO MILITAR DE JOÃO MANUEL E O PLANO REPUBLICANO EM 1836.

Fernando Luis Osório

João Manuel de Lima e Silva era natural da cidade do Rio-de-Janeiro, nascido em 1805, e uniu o seu destino, pelo casamento, a uma distinta gaúcha D. Maria José Côrte Real, irmã de Afonso José de Almeida Côrte Real. Pertencendo à família que se ilustrara em mais de uma geração, — era filho de um fidalgo cavaleiro da casa real lusitana o marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Magé. E também marechal de campo era o irmão de João Manuel, Francisco de Lima e Silva, regente do império do Brasil de 1831 a 1835, pai do duque de Caxias.

Membro da regência, Francisco de Lima e Silva era o único que estava de fato em exercício em fins de 33 e princípios de 34, pois Costa Carvalho se retirara para São-Paulo e Bráulio Muniz, por enfêrmo, se limitava a assinar os papéis.

Em semelhante situação, Francisco de Lima e Silva, preocupado de conjurar os males que desde 31 assediavam a Regência, cogitou estabelecer, sob sua chefia, uma ditadura militar, reputando como inimigo das coisas de 7 de abril a Pedro de Araújo Lima, a quem não se dispunha a passar o poder. Ora, no Rio-Grande-do-Sul, o comandante

das armas marechal Sebastião Barreto procurava eleitores para nomearem Araújo Lima; e êsse marechal comandante das armas, velho desafeto de Bento Gonçalves desde a campanha de 1825, fizera-se perante o govêrno imperial um dos porta-vozes das acusações contra os liberais gaúchos, ao ponto de, oficialmente, afirmar que Bento Gonçalves, o chefe liberal, o comandante da fronteira de Jaguarão e da guarda nacional, planejava a separação do Rio-Grande do resto do Brasil e sua federação com o Estado-Oriental. A intriga tocou o seu auge. Foi Bento Gonçalves chamado ao Rio-de-Janeiro e, afim de justificar-se, para aí seguiu em maio de 33. Então, João Manuel, o irmão do regente do império, pediu licença após o movimento popular de 24 de outubro em Pôrto-Alegre e, também dirigiu-se à côrte não só para socorrer seu amigo Bento Gonçalves como propagar as idéias liberais de que já era paladino na terra gaúcha.

De fato, era um idealista resoluto, uma vocação de propagandista desassombrado João Manuel de Lima e Silva que, segundo diz a Memória publicada na Sentinela do Rio-de-Janeiro (número extraordinário) se ligara à infernal sociedade dos "Marimbondos" e era a favor do sistema republicano. Êle comprou uma tipografia, em Pôrto-Alegre, montou-a na sua própria casa e publicou em 1837 o jornal **Continentino** tendo por dístico a máxima oriental — **Quando se trata da salvação da Pátria, não consultai, exponde a vida.** Nessa ocasião, João Manuel tinha o pôsto de Major. Ornava-lhe o peito a medalha de prata comemorativa da independência da Baía, onde êle servira como tenente. E tinha-se incorporado ao exército do Sul, desde a Campanha-da-Cisplatina, em que fôra promovido a major em recompensa de sua bravura e qualidades militares comprovadas. Para a reação, no Rio-Grande, contra a referida Sociedade-Militar, — a Espadachina — e contra as arbitrariedades do presidente Mariani, êle se juntou a outro conterrâneo seu, do Rio-de-Janeiro, que aquí aportara em 1827, o emérito liberal major José Mariano de Matos, também um dos primeiros perseguidos pelo govêrno e que desempenhou assi-

nalado papel no período da gênese da Revolução Farroupilha. José Mariano e João Manuel constituíram o "centro mais poderoso de irradiação prática do espírito de revolta", nos quartéis e entre os civís. A licença que João Manuel pedira para ir à côrte, quando para lá o govêrno chamou Bento Gonçalves, — foi-lhe concedida em fins de novembro e para chegar mais depressa, João Manuel imediatamente tomou a-cavalo a estrada de Santa-Catarina.

Ao seu irmão regente do império, entregou, no Rio, João Manuel uma representação da câmara municipal de Pôrto-Alegre, apontando as violências do govêrno no Rio-Grande.

Tanto êle, como Bento Gonçalves, encontraram na capital do império seus correligionários políticos, ainda cercados do prestígio obtido pela revolução de 7 de abril, elevados à altura de verdadeiros diretores do govêrno. Relacionaram-se, mesmo, com os mais eminentes próceres, como Evaristo Ferreira da Veiga, segundo o qual, tinha o partido liberal moderado por lema — "trabalhar para que a revolução gloriosa de 7 de abril de 31 se não perdesse nos abismos da dissolução social". E' fácil compreender como o próprio regente Francisco de Lima e Silva contava obter um forte adepto no valoroso Bento Gonçalves e como influíram no ânimo dêsse regente as queixas de seu irmão João Manuel. A conseqüência foi que, em vez de dar-se crédito às acusações, às intrigas feitas no sul, contra o coronel Bento Gonçalves, êste foi coberto de considerações e de honras. O govêrno central prestigiou-o, justificou-lhe os atos e até em decreto, louvando-lhe as qualidades privadas e públicas, deu-lhe uma pensão pecuniária de um conto e duzentos mil réis anuais a título de serviços anteriores que prestara como militar.

Depois de, no Rio-de-Janeiro, conseguirem mesmo a demissão do presidente da província Mariani e nomeação do liberal Fernandes Braga que fôra republicano em Coimbra, pertencendo a uma sociedade secreta de brasileiros intitulada GRUTA, João Manuel e Bento Gonçalves, voltaram ao Rio-Grande-do-Sul. (Chegou Bento Gonçalves a 4 de

março ao Rio-Grande e João Manuel no dia 27 a Pôrto-Alegre) sendo recebidos em triunfo. E a 19 de janeiro de 34, o regente Lima e Silva, a mais alta autoridade do país, escrevia a Bento Gonçalves uma carta para que êste tudo envidasse afim de obstar que o marechal Barreto, comandante das armas aliciasse eleitores nesta província para nomearem o inimigo das coisas de 7 de abril como êle chamava a Pedro de Araújo Lima, acrescentando que a êste não entregaria a regência e lhe faria sempre tôda a oposição. Sentiram-se, pois, os liberais ainda mais animados a pregar o seu ideal. Mas, julgando-se em face de uma nova era tôda de esperanças, sentiram desagrado com a administração do novo presidente Fernandes Braga, que não tardou a hostilizar os seus amigos da véspera, removendo para São-Borja, a pretêsto de guarnecer a fronteira, o major João Manuel de Lima e Silva, comandante do 8.º batalhão de caçadores, que, por falta de transporte, estacou em Rio-Pardo.

Findou o ano de 1834 qualificando o **Recopilador Liberal** o presidente Braga de "inepto, cobarde, traidor e incapaz de conservar a amizade com quem nutre em seu coração a singeleza e a sinceridade".

Por sua vez, os defensores de Fernandes Braga pelo **Correio Oficial,** n.º 1 de 7 de dezembro, chamavam os liberais de — **"farroupilhas,** pobretões, de indivíduos que desconhecendo todos os laços de obediência e ordem procuravam submergir a Província na confusão e na anarquia". E veio acelerar os acontecimentos a fala do presidente Braga quando foi da instalação da 1.ª assembléia provincial, a 20 de abril de 35, acusando os chefes liberais de separatistas ambiciosos; para, pouco depois, a 14 de maio, em sessão secreta dessa assembléia, dar explicações que lhe debilitavam ainda mais a autoridade.

Além dos impostos sôbre o xarque, sôbre trigo, etc, ainda a primeira assembléia provincial criou o imposto de 10$000 por légua quadrada de terra e outro sôbre estribos, chapeados, esporas, etc. A despeito da oposição feita pelos deputados liberais, nessa assembléia, reünida a 20 de abril

de 35, o govêrno fêz votar o que queria, porque precisava de dinheiro e de fôrça para se apoiar, criando um corpo de 700 praças.

Cresceu a agitação dos ânimos, com o jugo que oprimia o povo rio-grandense e, acumuladas as causas múltiplas que o convulsionaram, entenderam e praticaram os chefes liberais, vitoriosamente, o alvitre de expulsar da província o presidente e o comandante das armas, tomando conta da capital, no memorável 20 de setembro, em virtude de um movimento bem combinado.

À testa de homens resolutos, apresentou-se Onofre Pires da Silveira Canto, uma espécie de gigante, que o sr. Araripe comparou ao imperador Maximiliano, pela sua estatura atletica e força prodigiosa.

Na "fala" do trono relativa ao ano de 36, disse o Regente Diogo Antônio Feijó.

"A sedição de Pôrto-Alegre foi tão rápida, que em poucos dias compreendeu a Província inteira".

O ativo e bravo João Manuel de Lima e Silva "voou com admirável celeridade da fronteira de Missões, com o 8.º batalhão que comandava e ajuntou o seu aos brados de vitória erguidos contra as autoridades vencidas".

Logo refletiu-se o movimento inicial na próxima região — da colônia de S.-Leopoldo, (fundada em 24), onde o partido liberal teve como agitador Herman von Salisch, diretor do jornal revolucionário **O Colono Alemão,** em Pôrto-Alegre.

O chefe liberal coronel Bento Gonçalves expendeu o objetivo da revolução, em manifesto, a 25 de setembro, pelo qual se vê que ela explodiu por patriotismo, para restaurar o império da lei, garantir as liberdades, sustentar em sua pureza os princípios políticos que conduziram a nação ao movimento de sete de abril, enfim consolidar a Constituïção, sustentando a integridade do império. Bento Gonçalves nesse manifesto insurge-se contra a idéia de separação nestes termos: — "as acusações caluniosas de quererem desmembrar a província, feitas àqueles que em todos os tem-

pos expuseram suas vidas e verteram seu sangue na defesa da sua integridade"...

Em nome do Rio-Grande, como brasileiro, enviou Bento Gonçalves, nessa hora, categórica mensagem ao **sr. Regente** do Império, em que dizia ter entregue o govêrno a Marciano Ribeiro, substituto legal do governador deposto e que era **obra difícil se não impossível escravizar o Rio-Grande, impondo-lhe governadores despóticos e tirânicos. Exigimos que o govêrno imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interêsses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer em honra, ou viver com liberdade... O Rio-Grande é a sentinela do Brasil... merece, pois, mais consideração e respeito, não pode nem deve ser oprimido por déspotas de fancaria... Nós, riograndense, preferimos a morte no campo áspero da batalha, às humilhações nas salas blandiciosas do Paço-do-Rio-de-Janeiro... Sr. Regente reflita bem antes de responder... poderá resultar uma luta sangrenta, ou a formação de um novo Estado dentro do Brasil.**

Com a fuga do presidente Braga, esperara em paz, Bento Gonçalves o novo presidente Araújo Ribeiro a quem prometeu dar posse; e mandara Bento Gonçalves emissários para diversas localidades da campanha, relatando os acontecimentos e para assegurar o triunfo da revolução, no interior, e, em pessoa seguiu para o Rio-Pardo onde publicou manifesto entrando nas ruas, em festa, os jocundos esquadrões revolucionários, após solene **Te-Deum.**

Não deixam dúvida quanto ao seu pensamento, nessa época, os termos dêsse manifesto datado de 30 de setembro de 35 em que Bento Gonçalves bradou: — "Compatriotas! Por todos os ângulos da Província retumba um só grito, e êste é o do Patriotismo satisfeito. Lei e patriotismo seja a vossa divisa. Virtude e moderação o complemento de vosso triunfo, etc".

Numa carta, de Pôrto-Alegre, a 23 de setembro, escreveu a Bento Manuel: — "Eu aquí me conservarei com a

gente reünida, pronto a voar aonde as circunstâncias me chamem".

E empenhado em respeitar a propriedade e as "pessoas dos adversários", oficiou, a 2 de outubro, a Sebastião Xavier do Amaral: — "Muito particularmente lhe recomendo fazer respeitar a propriedade dos vizinhos pacíficos, tranqüilizá-los nos seus temores e manter em tôdas as circunstancias a maior ordem e disciplina nas fôrças do seu mando".

Organizou duas colunas para o ataque à cidade do Rio-Grande, então reduto legalista, uma sob seu comando, que partiria de Camaquã, com os guardas nacionais dos municípios de norte e sul do Jacuí e outra coluna ao mando de Onofre, que seguiria por Mostardas, rumo vila São-José-do-Norte. E oficiou, a 10 de outubro, ao vice-presidente, para que lhe enviasse o patacho "Vinte de Setembro" e cuter "Minuano", armados em guerra, afim de, com mais alguns outros barcos que se apresentavam, proceder a um ataque, caso o expulso presidente Braga tentasse estabelecer nova sede do govêrno a bordo de algum navio ancorado ao largo do pôrto do Rio-Grande.

Depois de tomar posse dessa cidade, recomendou: — "Usai de moderação depois do triunfo... o mais pequeno insulto às pessoas e bens de vossos inimigos, será uma mancha em vossa glória".

E a 20 de outubro, dêsse memorável ano de 35, chegando a Pelotas e tomando-a sem resistência, lançou uma proclamação em que dizia. — "Soou o grito de liberdade. Oh! quanto é poderosa a fôrça da opinião! Ela completou o seu triunfo na vossa cidade... regozijai-vos e com mais serenos dias, unidos, trabalharemos para o bem e prosperidade da nossa bela província.

Parecia que a revolução, triunfante, estava, a bem dizer, terminada sem maior derramamento de sangue.

O próprio Bento Gonçalves, na proclamação que fêz no Rio-Grande, asseverou: — ... "A nobre emprêsa, que encetamos há trinta dias, já se acabou incruenta e pura".

E em carta íntima datada de Pôrto-Alegre, a 29 de janeiro de 36, a João Evangelista Tavares, elucidava: —

"A contra-revolução foi felizmente sufocada no seu princípio e, por agora, nada há a temer. O nosso cuidado deve ser dirigido a combater êsses boatos de república com que se quer alarmar a Província".

Ao licenciar a fôrça sob seu comando, em novembro de 35, disse Antônio de Souza Neto: — "Eu agradeço em nome da Pátria vossos serviços. Destes um exemplo ao Brasil inteiro do caráter rio-grandense". E entre as saüdações com que terminou essa proclamação figura esta: — "Viva a Nação Brasileira".

Confirma-o, terminantemente, êste depoïmento do tenente Manuel Luiz Osório, futuro Marquês do Herval, em espartana carta, a seu pai: — "A revolução de setembro de que fui humilde soldado não se fêz para separar o Rio-Grande nem para dar-lhe um govêrno republicano, mas para pôr têrmo à péssima administração que a ofendia".

Num banquete de oficiais, nesse primeiro período da revolução, o tenente Osório improvisou uma poesia contra o marechal Barreto, comandante das armas, que sustentara o govêrno deposto, sendo esta a última estrofe:

A espada do despotismo
Nos quer hoje a lei ditar
Quem fôr livre corra às armas
Se escravo não quer ficar.

Passando pelo acampamento de Neto, Osório ficou, em interessante convivência, quatro dias, e como era poeta de improvisos, fêz várias estrofes sôbre o mote que lhe foi dado:

Erguendo sôbre o Rio-Grande
O pendão da Liberdade.

Anunciando aos rio-grandenses a ida do novo presidente, o Padre Feijó, a 18 de outubro de 35, proclamou a concórdia e a união; e a 4 de dezembro dêsse mesmo ano, asseverou: — "a separação da Província pode ser desejada por alguns, mas os estímulos da nacionalidade hão de fa-

zer que esta idéia seja repelida por outros, que aliás, podem ter, por diversos motivos cooperado para a sedição". Na proclamação que enviou a Araújo Ribeiro prometendo a anistia, aos revolucionários si voltassem a obedecer-lhe; Feijó bradou: — "Rio-Grandenses! quanto não tendes bem merecido da pátria pelo denodo com que em todos os tempos expusestes a vida para conservá-la sem ignomínia!" Mas a luta, dentro em pouco, se reabriu, mais encarniçada e duradoura, transformando-se tìpicamente, em guerra civil.

A verdade é que, de comêço os liberais moderados se desgostavam mesmo com as doutrinas subversivas do jornal **Continentista** de Pôrto-Alegre, órgão dos liberais **exaltados.**

Entendeu êste que o novo presidente Araújo Ribeiro, ex-ministro plenipotenciário em Lisboa e Londres, não lhes trouxera garantias e sim ameaças e incertezas. Chegou o estouvamento do Continentista ao ponto de prègar a separação da província e negando-se a prestar juramento perante a Assembléia, prestou Araújo Ribeiro grande serviço à causa do império, resolvendo ficar e tomar conta do govêrno na cidade do Rio-Grande, graças a Bento Manuel. Separaram-se os dois Bentos, pois a resistência importou na formação do grande núcleo que serviu de base ao exército imperial, até chegar ao têrmo da revolução, concluída por patriotismo em fevereiro de 1845, como, por patriotismo fôra iniciada a 20 de setembro.

Desde que Bento Manuel partiu para a campanha a convocar amigos para a causa de Araújo Ribeiro e aliciar fôrças, — já se não poderia duvidar que a situação se resolveria pelas armas. Eqüivalia a uma declaração de guerra o procedimento de Araújo Ribeiro. De uma das galerias do paço da assembléia, João Manuel (segundo um discurso do deputado Paranhos) clamaria que com o seu batalhão apoiava que se não desse posse ao novo presidente.

Entre os homens dêsse tempo, envolvidos nos sucessos, uns entendiam que foi acertada a resolução do presidente não seguindo para Pôrto-Alegre, livrando-se, assim, de cair em alguma cilada na Assembléia que invocava sôbre a sua cabeça a espada da justiça, tratando-o de criminoso, de réu

da anarquia; outros foram de opinião que se êle tivesse seguido para Pôrto-Alegre a paz teria sido feita, acabando nos dissidentes a desconfiança contra a sua lealdade, na frase de José Pedroso de Albuquerque (ministro farroupilha).

Na entrevista que, em Pelotas, tiveram Bento Gonçalves e Araújo Ribeiro, ficou combinado que Bento Gonçalves iria a Pôrto-Alegre preparar a posse dêsse presidente, e tratou-se de concessões de parte a parte, tanto que, a 21 de novembro, o chefe farroupilha, em carta ao seu irmão João, escrevia: — "Estive com o novo presidente José de Araújo Ribeiro, parece muito boa pessoa e creio que fará muito bom govêrno. Êle segue para a capital depois de eu alí chegar". Entretanto, fracassavam as negociações, longas e acidentadas, para a pacificação rio-grandense.

Ainda alguns anos depois, em 1843, em trechos expressivos, Bento Gonçalves assinou uma proclamação ponderando: — "A guerra, compatriotas, teria finalizado e a paz reinaria entre nós, se o govêrno do Brasil não desprezasse tôdas as nossas proposições, desde o comêço da nossa gloriosa revolução".

Bento Gonçalves, que não aprovou a resolução da Assembléia protelatória da posse de Araújo Ribeiro, foi também contrário resistindo aos excessos, à projetada deportação em massa que afinal não vingou dos inimigos da revolução. Os acontecimentos, porém, adquiriam avassaladora velocidade de difícil contrôle para a sua têmpera moderadora. O próprio regente Padre Feijó, a 10 de setembro de 35, escreveu a Barbacena: — "Vai-me parecendo inevitável a separação da província" (do Rio-Grande), pôsto que com o tempo ela tornaria a voltar... A conseqüência foi ficar a província com dois governos, sustentados por seus partidários, na imprensa e nas almas, — um em Pôrto-Alegre outro no Rio-Grande, — e começaram as hostilidades, ateando-se a guerra em fevereiro de 1836.

Apresentaram-se em campo o partido de Araújo Ribeiro com pouco mais de 900 homens e o farroupilha com mais de 3 mil, sendo 1.200 com Bento Gonçalves, 1.000 com João Manuel de Lima e Silva e Corte Real, 400 com Cres-

cêncio e Neto, e 500 com Onofre; e sendo os imperiais 600 com Bento Manuel, 120 com o tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa e 187 com o tenente-coronel João da Silva Tavares.

De parte a parte, surgia, assim a atividade bélica, tendo o govêrno revolucionário nomeado a 18 de fevereiro de 36, comandante das armas João Manuel de Lima e Silva.

Eis como noticiava a nomeação de João Manuel, o **O Continentista,** a 23 de fevereiro de 1836: — "Além das belas qualidades do senhor Lima e Silva, dos seus conhecimentos e perícia militar, do seu afêrro às instituïções liberais que nos regem e dos serviços prestados a esta província, êle tomou grande parte e colaborou muito em nossa gloriosa e sempre memorável revolução de 20 de setembro. Ao Sr. major Lima incontestàvelmente se deve o sossêgo e tranqüilidade desta capital, desde a chegada do seu aguerrido e bem disciplinado batalhão no dia 23 de novembro até hoje... Na pronta e vigorosa defesa desta cidade contra a ameaçadora invasão dos caramurús retrógados da colônia de S.-Leopoldo, o Sr. Lima, secundado pelo Major Matos e por outros experimentados militares, prestou consideráveis e importantes serviços ao **partido nacional, que sustenta as liberdades pátrias e a integridade do império.**

Se não receassemos ofender a modéstia de S. Ex.ª iríamos mais longe, sem faltar à verdade ou exercer o baixo ministério de adulador; o que acabamos de escrever é assaz suficiente para provar que a escolha do Ex-vice-presidente foi acertada e que o Sr. comandante das armas há de corresponder à confiança de S. Ex.ª, a expectação e aos desejos dos seus verdadeiros amigos".

E João Manuel, dirigindo-se aos seus comandados da fôrça armada de 1.ª linha, declarou que no desempenho de suas funções nunca poderia atraiçoar a causa que defendia, qualquer que fôsse a sorte dos revolucionários de 20 de setembro; pois que, "tendo a honra de pertencer ao **partido da grande maioria da província,** sempre estará pronto a prestar o seu braço para defender a constituïção reformada, os seus progressos, a integridade do império e os poderes

políticos desta briosa parte da América. Seguro da fidelidade e bons costumes dos valentes militares do Continente, nada tem que recomendar-lhes sôbre a subordinação e disciplina, bases do edifício militar, sem as quais o cidadão soldado se torna um flagelo da República..."

Eis, também, como em proclamação, a 24 de março de 36, Bento Gonçalves, primorosamente, definiu os princípios do nobre movimento popular — "A moral é a base da felicidade pública e privada, e a nós, que temos por norte estes sagrados objetos, cumpre o dever de sustentá-la... Virtuosos patrícios, que mal favorecidos de bens de fortuna, em serviço da Pátria sofreis tôda a classe de privações, com uma resignação digna de admiração, recebei os meus mais decididos louvores à vossa honrosa pobreza... Constância, valor, e moralidade, e salva será a pátria e cobertos de bênçãos sabereis inspirar às vossas famílias e filhos o amor da virtude".

Tendo ordem, em fevereiro de 36 de levar a Pelotas importantes comunicações de alto interêsse para os Farrapos, — Tobias de Santos, comandante do cúter de guerra **Minuano,** — jurara, solenemente, em Jaguarão, sôbre a cabaça dos filhinhos e da mulher, não entregar êsses documentos aos inimigos. Era a sua missão arriscada e difícil, devido ao patrulhamento constante que os imperiais faziam na Lagoa-Mirim. Êle a transpôs, sem novidade, mas chegando ao rio São-Gonçalo, em frente à aldeiola de Canudos, na noite de 27 de fevereiro, travou combate desigual, com a mais possante embarcação "Oceano", preferindo, em sublime lance de epopéia, atirar fogo ao depósito de pólvora, numa apoteose de chamas abraçado aos três filhinhos e à sua mulher Izabel Inácia de Jesús — símbolo de heroicidade na história naval dos Farrapos! Saindo de Pôrto-Alegre, o Major João Manuel derrotou uma fôrça legalista de Bento Manuel no passo do Lageado em Capané, no dia 2 de março. Perseguindo até a distância de 6 léguas, e depois, marchou sôbre a cidade de Pelotas. Já causava inquietação aos chefes revolucionários entretanto o fato de Bento Manuel engrossar os seus elementos de contra-revo-

lução. Para imobilizá-lo, Bento Gonçalves concebeu a idéia de uma operação envolvente para a qual se teriam de harmonizar os movimentos farroupilhas da divisão da direita com os da esquerda, (composta de 2 colunas, uma de Neto, que estacionou no Lageado, outra de João Manuel). Êste último oficial, porém, julgou desnecessária a medida, por lhe parecer suficiente só a divisão da direita para derrotar Bento Manuel, abandonando Bento Gonçalves seu plano. E devido a um hábil estratagema de Silva Tavares, não se evitou a sua junção com Bento Manuel. Pouco depois o jovem inexperiente e entusiasta Côrte Real foi derrotado no Passo-do-Rosário, no Santa-Maria, em 17 de março, na véspera do dia em que devia encontrar-se com êle Bento Gonçalves, que lhe ordenara não aceitar combate, em hipótese alguma com as fôrças de Bento Manuel recentemente engrossadas com a junção de diversos chefes legalistas; e que se êste forçasse uma passagem, sustentasse Côrte Real vivo fogo, porém retrocedendo, o que serviria de aviso a êle Bento Gonçalves e lhe daria ensejo de chegar a tempo; mas Côrte Real, fogoso e inexperto, passou o arroio e marchou sôbre Bento Manuel, sendo inteiramente batido.

Foi esta derrota reparada pela importante tomada de Pelotas por João Manuel, a 7 de abril de 36. Na realidade, a revolução, em conseqüência de indecisões e falta de coordenação nas fôrças de seus comandados, tinha perdido precioso tempo. Era preciso firmeza nas resoluções. Tornou-se a situação delicada, em extremo. Foi quando se evidenciou a figura de João Manuel que já demonstrara independência de atitudes.

Êste comandante, guerreiro hábil e audaz, de ação rápida e decisiva, não desanimara com o desbarato de Côrte Real, e logo acertara novo plano de operações. Ràpidamente, marchara para Bagé e, reünido a Antônio Neto e Domingos Crescêncio, seguiu a marchas batidas para Pelotas, onde intimou a rendição ao futuro Conde de Pôrto-Alegre então major Manoel Marques de Souza, que fôra destacado por Araújo Ribeiro para guarnecer essa cidade de Pelotas

com uma fôrça de 80 homens de infantaria que faziam parte de uma expedição de 500 praças, embarcadas no Rio e São-Paulo, às ordens do brigadeiro Elzeário. Êste, nomeado comandante das fôrças em operações nos municípios do Rio-Grande, Pelotas e São-José-do-Norte, nenhuma providência tomara embora pouco depois visitasse Pelotas, para garantir sua guarnição com qualquer obra de defesa. Apenas, aí, deixou o coronel Albano alguma gente de refôrço, saindo em explorações para o Passo-das-Pedras, Arroio-Grande e Cerrito. Entrementes o notável pelotense adotivo, Antônio José Gonçalves Chaves, alvo de perseguições "caramurús" embarcando em uma canoa, subira o arroio Pelotas e, conseguindo encontrar-se com o comandante da vanguarda dos revolucionários, Neto, pô-lo ao corrente dos recursos com que contavam os defensores da cidade.

Na madrugada de 7 de abril dêsse ano de 1836, apresentaram-se em frente a Pelotas, 700 farrapos muitos com facas amarradas na ponta de um pau, formando as cavalarias em linha; cercaram o sobrado que servia de quartel aos legalistas, na praça D. Pedro II, esquina da rua do Imperador (atual Félix da Cunha e atual praça Cel. Pedro Osório) sobrado no qual se encerrava o major Marques de Souza, colhido de surpreza, e se entrincheirara procurando contemporizar até receber reforços pedidos para o Rio-Grande ou até a chegada do coronel Albano.

Nesse tempo não havia ao redor dêsse sobrado pertencente à família Ribas outras edificações. Mandando cavar um buraco em uma parede lateral, João Manuel, fazendo colocar aí um barril de pólvora, ameaçou fazer saltar a casa se a sua intimação de rendição fôsse desobedecida. Oficiais houve que se entregaram, quebrando as espadas, pois sem mantimentos para poder manter-se muito tempo com sua guarnição, e sem notícias de Albano que, pela demora em socorrê-lo supunha batido, — o futuro Conde de Pôrto-Alegre capitulou às 4 horas da tarde sob honrosas condições, consoantes atestam estes documentos: "O comandante das fôrças sitiantes da cidade de Pelotas, desejando evitar a efusão de sangue brasileiro, que impreterì-

velmente haveria se a fôrça sitiada não depusesse as armas, declara: — Que aos militares e mais indivíduos da fôrça sitiada serão garantidas as vidas e tôdas as mais considerações, com que entre os povos civilizados é costume tratar-se os prisioneiros e isto em tôda a sua plenitude, desde o momento que depuserem as armas. Cidade de Pelotas, 8 de abril de 1836. — **João Manuel de Lima e Silva,** comandante das armas". Foi esta a resposta à declaração: — "A fôrça que tenho a honra de comandar querendo evitar a efusão de sangue de seus compatriotas que necessàriamente, correrá, se êles não admitirem uma capitulação honrosa, declara: que deporá as armas se o comandante da fôrça que sitia garantir as vidas e tôdas as demais considerações com que entre os povos civilizados se costuma tratar os prisioneiros; protestando no caso de se lhe negarem condições, não as abandonar senão quando tenham exalado o último suspiro, porque prezam mais a honra do que a vida — **Manuel Marques de Souza,** Major comandante militar da cidade de Pelotas".

Estava Bento Gonçalves, quando foi tomada Pelotas, a 7 de abril, — nas portas de Camaquã, perto do Rosário, como, em ofício dessa data, confirma o próprio Bento Manuel (Publicado no **Liberal Rio-Grandense** de 14 de abril) e depois tomou a direção do Caverá.

Tendo vaga notícia da ocorrência, o coronel Albano de Oliveira Bueno, sem suspeitar que já lhe tinham os farrapos tomado a dianteira, pois não recebera o ofício, perdido em caminho, em que o major Marques de Souza lhe aconselhara retirar-se em direção à barra de S.-Gonçalo, — marchou vagarosamente para a cidade de Pelotas, onde, transposto o passo do Retiro, entrou à meia-noite, dando vivas ao imperador; e, após tiroteio de um seu pequete com o inimigo, Albano rumou para o Passo-dos-Negros contando, aí, poder atravessar o rio S.-Gonçalo, protegido por uma canhoneira, perto estacionada. Às 7 da manhã, de 8 de abril, foi atacado pelos farrapos, durando o combate 3 horas e meia. Desesperadamente resistiu, com pouco mais de 100 homens, a fôrças superiores em número e quando se viu reduzido só

a dois companheiros atirou-se ao rio a nado, depois de esporear o seu cavalo mouro que se recusou entrar na água.

Conseguiu desembaraçar-se do ponche, amarrado à cintura, tirar uma das botas, e virar a primeira canoa saída em sua perseguição. Nisto, o cabo João Barcelos atirou-se à água com uma faca nos dentes, mas, da praia, João Manuel gritou que o não matassem, sendo trazido para terra, quando já difìcilmente se sustinha, e levado, com outros prisioneiros para Pelotas, entre os quais o comandante da companhia de voluntários alemães Henrique Guilherme Mosye. Foram êles remetidos para Pôrto-Alegre, indo parte por via marítima e outra por trem. Entre estes últimos estava o coronel Albano, conduzido por uma escolta sob o comando do capitão Mariano Teixeira Pinto. Depois de alguns dias de marcha, e de terem pernoitado na estância de Bento Gonçalves, no Cristal, onde Albano foi bem acolhido pela família do chefe farroupilha, Martimiano entregou os presos ao juiz de paz João Evangelista Tavares, que os pôs novamente em marcha, incumbindo a um morador das imediações, conhecido por Juca Simão, o encargo de guiar a escolta. Albano estava apreensivo. Faziam parte da escolta dois indivíduos de maus precedentes, Vidal e Fileno, seu antigo desafeto e que o vinham acompanhando desde Pelotas. "Cerca de meia légua antes do passo, do arroio Velhaco, um sobrinho de Bento Gonçalves que acompanhava Albano, Antônio Bento, separou-se da escolta, para chegar à casa de uma sua parenta, que morava na Boa-Vista, perto da estrada, recomendando a Juca Simão que fôsse acompanhando o preso, enquanto êle ia dizer adeus à sua tia. Simão seguiu conversando com Albano sôbre carreiras de que eram ambos muito "aficionados".

Chegaram a um boqueirão estreito, que dava entrada para um pequeno campestre, formado por uma restinga de cêrca de três quadras, que se desprende do mato do Velhaco e torna a entrar nêle um pouco abaixo. Pareceu a Albano chegado o momento e apropriado o sítio para fugir. Olhou para trás e vendo os guardas distraídos chicoteou o cavalo. Rápidos, os guardas fizeram fogo a um tempo e Albano,

com o crânio varado por uma bala, caíu para o lado em que vinha Simão. Êste, sofreando o cavalo, que se assustara, voltou-se para os guardas, dizendo-lhes — **Que áfrica acabam de fazer. Matar um pobre homem preso, sem resistir!** Os assassinos responderam com ar de riso, apearam-se, cortaram a corda que prendia os pés da vítima, examinaram o ferimento (a bala entrara na nuca, saindo no ôlho esquerdo), revistaram-lhe as algibeiras, encontrando duas onças de ouro, que dividiram entre si. Simão, sem armas, atemorizou-se e deixou-os montar a-cavalo e ir-se embora".

Deixando o grosso das fôrças em Pelotas sob o comando de Neto, marchou ràpidamente João Manuel com uma coluna de cavalaria seguindo para Pôrto-Alegre em 4 dias de viagem com o intuito de conduzir artilharia para tomar o Rio-Grande, protegendo a passagem do São-Gonçalo e apresentou-se em Pôrto-Alegre a tempo de repelir o assalto de 300 homens de Juca Ourives que tinha chegado até o Arsenal-de-Guerra (12 de abril). E após outras diligências, regressou a Pelotas com o corpo de artilharia a-cavalo do major José Mariano de Matos, com 6 bôcas de fogo.

À margem do São-Gonçalo, guarnecido por navios de guerra da legalidade, construíu dois redutos em que fêz trabalhar tôda a noite, à foz do arroio Pelotas.

Fazendo junção com as fôrças de Neto, para atacar as canhoneiras imperiais, embarcou uma fôrça de infantaria e cavalaria em 3 hiates que encontrou no pôrto e, na madrugada de 2 de junho travou-se o **combate do rio S.-Gonçalo** que se prolongou até o meio-dia e no qual os navios sofreram grandes avarias. Em pessoa João Manuel dirigiu a ação, e quasi no fim dêsse combate, êle foi ferido no rosto por um tiro de bordo (um caco de metralha).

Conduzido em rede para a cidade de Pelotas, pela muita perda de sangue, dada a gravidade do ferimento, ficou impossibilitado de acompanhar a expedição destinada a desalojar os imperialistas da vizinha cidade do Rio-Grande, composta de artilharia e cavalaria que atravessavam o São-Gonçalo. Produziu êsse ferimento a fratura da apófise zigomática e a semelhante acidente se deve talvez não ter sido

tomado o Rio-Grande e aprisionado ou expulso da província o presidente Araújo Ribeiro. Constou mesmo no Rio-Grande que o ferimento era mortal; mas João Manuel estabeleceu o seu quartel general em Pelotas, onde não ficaram interrompidos os seus serviços; a despeito dos dolorosos sofrimentos físicos que lhe ocasionou o acidente, êle decidiu da sorte da revolução, procurando corporificar o projeto de constituir a República-Rio-Grandense.

Transportado para a residência de Domingos de Almeida, o amantíssimo pelotense adotivo e grande industrial, relevantes foram os efeitos advindos do encontro em Pelotas dos dois próceres.

Ambos, Almeida e João Manuel, em largo convívio, então versaram os temas, cívicos e doutrinários, privados e públicos, do movimento revolucionário. E alí se reüniam no instante preciso para o grande passo oportuno e necessário.

A situação se agravara sèriamente com a reação que entregara, em 15 de junho, Pôrto-Alegre ao domínio dos imperiais. Com o fim de tranqüilizar os habitantes, Bento Gonçalves mandou afixar uma proclamação em que dizia — "Os cidadãos que se acham armados, são vossos irmãos; amam e respeitam a lei; e para fazê-la respeitar se viram obrigados a empunhar as armas.

A vontade decidida e unânime do povo, fêz baquear a autoridade, (referindo-se ao presidente Braga) que tinha substituído a arbitrariedade ao império da lei. A acefalia em que vos deixou o ex-presidente, não vos espante; já oficiei à câmara municipal nesta cidade para que empossе na forma da lei o vice-presidente, que deve administrar a província até à chegada do presidente que fôr nomeado pelo govêrno geral. Tranqüilizai-vos..." E terminava por um viva à Constituïção reformada, por outro ao jovem monarca constitucional e a todos os corajosos rio-grandenses livres.

Com a queda da fôrça de Pôrto-Alegre estaria perdida a obra revolucionária se não fôra a firmeza e tenacidade farroupilhas. Era João Manuel um idealista, um resoluto, um convicto, que tinha a visão precisa da situação do Rio-

Grande, quando ainda hesitavam e não queriam a república outros grandes chefes que deviam ser mais tarde os seus baluartes. E, em Pelotas, instigou o precatado Domingos de Almeida, homem de gabinete, como depois se revelou, espírito liberal e esclarecido, a arrojar-se a aceitar tôdas as responsabilidades da proclamação de uma República em terras rio-grandenses, com a dupla missão de ligar por princípios superiores os seus filhos e convocar os outros brasileiros para a grande obra da livre organização da Pátria comum.

Almeida acompanhou, poderosamente o movimento republicano, conforme suas expressões textuais, "empurrado a essa revolução pelo que individual e traiçoeiramente lhe fizeram, pondo-o preso e incomunicável em uma canhoneira de guerra, e por dever resignar-se à boa ou má sorte de seus amigos, a ela hipotecou serviços, fortuna, família e vida". Foi, pois, em tôrno da maca ensangüentada do jovem oficial fluminense João Manuel conduzido aos penates de um egrégio filho da terra de Tiradentes, que, em Pelotas, se definiu, pela primeira vez no solo gaúcho, em claro programa, o sonho Republicano.

Em tal hora climatérica, longe estava Bento Gonçalves cuja espada era "o verbo do Rio-Grande em lampejos de aço".

Absorvido com o cêrco de Pôrto-Alegre, Bento Gonçalves perseguido por Bento Manuel, perdera o contacto com as fôrças revolucionárias na campanha.

Hesitava mesmo Bento Gonçalves no assédio da capital e "preferindo a paz a uma batalha entre irmãos" propunha de novo a conciliação a Bento Manuel, com sinceridade, porque, "o seu coração se confrangia ante a idéia de maior derrame de sangue", a despeito do espírito de sacrifício que o caracterizava, da sua abnegação, que se unia do altruísmo de que deu provas, como vencido, rompendo a capitulação do Fanfa.

Foi enquanto hesitava Bento Gonçalves, que, em Pelotas, Lima e Silva com Domingos de Almeida lançavam as bases em que se devia fundar a República dos Farrapos, enviando

emissários de confiança a cujas razões cedeu Souza Neto, no Seival. Convenceram-no da necessidade da proclamação da República os tenente-coronéis Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira, amigos e companheiros de fileira de Neto, além das instâncias do grande amigo dos farrapos, o capitão José Saens Calengo que a Neto prestara o auxílio de uma divisão de cavalaria, na brilhante vitória do Seival, a 10 de setembro, abatendo as armas de Silva Tavares. Era mister que se tornasse franca e descoberta a luta pela democracia.

E entenderam aqueles lidadores que a revolução só poderia manter-se arvorando uma bandeira definida que representasse a nobre idéia que havia de frutificar.

Manuel Lucas, definia "como virtudes características do verdadeiro republicano — valentia no conflito dos combates, amigo da ordem, respeitador dos direitos do cidadão e grande inimigo do arbítrio".

E Neto, que, até bem pouco, fôra infenso ao "demérito partido republicano que aparecera em Pôrto-Alegre" (como êle disse em ofício de 29 de dezembro de 35, à Câmara de Pelotas), ao hipotecar apôio ao presidente Araújo Ribeiro resolveu-se, efetivamente, a proclamar, em 11 de setembro de 36, do Campo do Menezes como fundador da República:

"Camaradas! Nós que compomos a 1.ª brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência, desta Província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente com o título de República Rio-Grandense e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente". Neto enviara Joaquim Pedro Soares com as respectivas comunicações e o pedido a Bento Gonçalves para que dirigisse provisòriamente o timão do govêrno dêsse novo Estado, conforme decidia a Câmara de Jaguarão, não tendo chegado a tempo êsses diplomas, devido aos naturais impecilhos da guerra.

Para o mesmo objetivo, a Câmara Municipal de Piratiní proclamando solenemente a república — confiou a magistratura suprema a Bento Gonçalves. Comunicando ao

presidente da República o ato da sua unânime adesão ao sistema republicano, a Câmara municipal de Alegrete dizia dois dias depois, a 26 de junho de 1837, que o sistema jurado devia ser "levado a efeito com aquela pureza de patriotismo que caracteriza os cidadãos dos Estados-Unidos-da-América, os quais tem direito de ser considerados na matéria como os mestres do mundo moderno".

A 12 de outubro de 1836, escreveu o republicano Francisco Modesto Franco, filho de Minas, ao seu amigo conde Tito Lívio Zambecari, por cuja prisão manifestava o seu pezar, prevendo a continuação da luta, e dizendo que recebessem também essa carta o "Chefe dos Livres Rio-Grandenses" Bento Gonçalves e Onofre, como se ela fôsse feita aos mesmos, e concluindo por estas palavras: — "Sou e serei sempre o firme defensor da Liberdade, e teu amigo firme e Americano".

Ao coronel revolucionário Domingos Crescêncio, "protótipo da honra e da lealdade" pediram um armistício os comandantes da arma e do exército imperiais, Silva Tavares e Greenfell, servindo o rio São-Gonçalo de divisória entre os dois exércitos. Tentou Greenfell chamar o coronel Crescêncio para o partido do império, fazendo-lhe propostas neste sentido. (15 de agôsto de 1837, bordo da canhoneira "S.-Gonçalo").

Mas foi clara e digna a resposta do chefe republicano: — que o govêrno, a que tinha a honra de pertencer, se achava pronto a entrar em qualquer convenção com o govêrno do Brasil, uma vez que êste reconhecesse a independência rio-grandense.

Asseverou Domingos de Almeida (em carta de 18 de novembro de 37) — "Só quando já não exista em campo um só Republicano Rio-grandense é que eu hei de deixar de prestar os serviços que posso a tão justa e santa causa".

No importante manifesto de 29 de agôsto de 1838, sôbre as causas da Revolução, assinado por Bento Gonçalves e Domingos de Almeida, lê-se: — "Perdidas, pois, as esperanças de concluírem com o govêrno de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos princípios da Justiça Universal, os

rio-grandenses, reünidas as suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos todavia a se federarem, quando nisso se acordem as Províncias Irmãs, que venham a adotar o mesmo sistema".

Mais tarde, Bento Gonçalves, em carta de 16 de maio de 1840, explicava a Gaspar Mena Barreto, que não era uma guerra de capricho a que sustentavam os farrapos: "Não tínhamos então idéia de mudar a forma de govêrno estabelecido, mas atrocidades e violências praticadas pelo govêrno do Império, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a Independência, quer antes, quer depois dêste ato, combatemos sempre pelos princípios, isto é, por uma verdadeira liberdade". E, patenteando as luzes que possuía sôbre formas de govêrno e organização de poderes, exclamava empolgado pela república, nessa mesma carta — "Qual a época da maior grandeza e felicidade dos Estados-Unidos, como da antiga Grécia e Roma e de Veneza, Gênova, Suíça e Holanda? Não foi depois de começarem a gozar dos bens do sistema democrático?" Muito contribuíram em 36 Almeida, Antunes e João Manuel coroando-se a iniciativa de 20 de setembro do ano precedente, para que se assentasse a solene proclamação, da República em Piratiní, enquanto ainda a fôrça de Crescêncio seguia noutro rumo, em procura de Neto. Em carta de 15 de setembro de 1861, Antunes dirigiu a Almeida estas palavras: — "Somos os dois corifeus, vós e eu, que ainda vivem, dos poucos que haviam iniciado em todos os negócios políticos da Revolução, e que tivemos ùltimamente a maior parte na declaração da República — portanto, ninguém mais do que nós está ao fato da verdade, e nem a respeita mais".

Pouco antes da proclamação de Neto, tinham-se os munícipes de Piratiní (conforme o ofício da respectiva Câmara, de 7 de janeiro) declarado, unânime e francamente contrários à separação do Rio-Grande, lembrando o austero farroupilha Domingos Crescêncio de Carvalho, em carta de 3 de janeiro

de 36, que não eram republicanos separatistas os princípios da revolução de 20 de setembro. E' que, embebidas de brasilidade, as mais gerais tendências do espírito e do coração dos rio-grandenses, até aquele momento, eram a autonomia e a federação do Rio-Grande com as províncias irmãs. E só como um meio provisório, eventual, e não um fim, de apressar o advento da República no Brasil, os Farrapos, sem espírito de separatismo nem de ligação com os povos platinos, — convocaram os seus patrícios para a livre organização da nacionalidade, cujos brios o gaúcho intrépido e vigilante se habituara a defender, desde os tempos ardentes de sua formação e integração territorial, sustentando o Brasil inteiro sob os ombros.

E ainda, logo após a epopéia de 35, o Rio-Grande empobrecido, com parca população, foi a província que entrou para a salvaguarda do país com o maior coeficiente de sangue e heroísmo na campanha, contra o tirano Rosas, como na guerra do Paraguai!

O naturalista e geólogo Herbert Smith, — em suas impressões do Rio-Grande-do-Sul (1886) — observou que a extinta revolução vivia na memória do povo: — "E' curioso notar o tom entre orgulho e dasafio com que alguns velhos falam de cousas que sucederam **no tempo da República** ou **na independência".**

Eis porque magno foi o papel dos Farrapos em Pelotas, definindo em claro programa a idéia republicana. A-pesar-de ferido gravemente, daí por diante, João Manuel, como registou o jornal **O Povo, número 111**, entregou-se todo ao serviço espinhoso da organização do exército, tesouraria, trem de guerra, marinha, etc. e "talvez conseguisse os meios de concluir com os imperiais no verão seguinte, si o sucesso do Fanfa, em 4 de outubro, o não obrigasse a ganhar outra posição".

Preso Bento Gonçalves depois de derrotado a 4 de outubro no combate da ilha do Fanfa e transferido para uma fortaleza no Rio-de-Janeiro, não havia tempo a perder, era preciso conjurar a crise, e João Manuel, deixando Pelotas, em 20 de outubro, dirigiu-se para a capital escolhida como

ponto central e acoberta dos ataques inimigos — Piratiní — onde se devia instalar, o quanto antes, o govêrno do novo Estado, o que se realizou com imponência.

Firmado por José Gomes de Vasconcelos Jardim e José Mariano de Matos, foi expedido o seguinte decreto: — "Tendo na mais distinta consideração o merecimento, valor, patriotismo e relevantes serviços que há prestado à causa da liberdade o Major João Manuel de Lima e Silva, ora comandante em chefe do exército, há por bem o Presidente da República promovê-lo ao pôsto de **general** do exército da mesma República. José Mariano de Matos, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra e interinamente da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar".

Se foi João Manuel, na adoção do rumo republicano, o **metteur au point** da luta rio-grandense conforme denunciam os documentos, ninguém trabalhou tanto na organização interna dos serviços públicos como Domingos de Almeida.

Dessa 1.ª República, no Rio-Grande-do-Sul passou a ser Domingos de Almeida o gênio prático, a figura que se sobrepôs, organizando as repartições públicas, provendo o exército, a tudo atendendo com o seu gênio de estadista e as virtudes de um varão de Plutarco.

A confusão reinou nos arraiais legalistas com a desastrada ascenção de Antero de Brito à presidência da província, deixando-se dominar êsse brigadeiro pelos imperialistas exaltados que se tinham desgostado com Araújo Ribeiro por não haver êle querido servir aos seus caprichos, e daí a adesão de Bento Manuel aos revolucionários e a desmoralização do govêrno, por fôrça do episódio "quasi humorístico" da prisão, em pleno campo, sem resistência, por uma patrulha, da primeira autoridade civil e militar. Julgava Bento Manuel, passando a servir a República, que com a

maioridade do imperador cessariam os motivos principais que haviam convulsionado a alma rio-grandense.

Chegou a luta farroupilha ao maior auge em 1838, depois do combate de 30 de abril, no Rio-Pardo. Mas um doloroso acontecimento, havia um ano, enlutava o coração republicano. A 18 de agôsto de 37, em São-Luiz-de-Missões, sendo preso o glorioso João Manuel de Lima e Silva por uma partida comandada por um índio, e covarde e infamemente assassinado, depois de exumados os seus despojos, em 39, e escoltados por um esquadrão de cavalaria para Caçapava, — durante as solenes exéquias dêsse paladino da liberdade, que o govêrno de Piratiní promovera ao pôsto de general, o primeiro e o maior do exército republicano, — Domingos de Almeida aproximando-se, na igreja, de uma criança que representava a imagem da República Rio-Grandense e, embargado pela comoção entre lágrimas, apenas pôde dizer estas palavras: — "Em nome da nação rio-grandense, coroai as preciosas relíquias de um dos seus mais caros cidadãos..."

Traçando o panegírico do nobre João Manuel, enumerou o vigário apostólico padre Chagas em carta a Almeida as virtudes individuais que nêle fulgiam, sua "ciência militar, temperança, coragem, atividade e pureza do corpo".

Por sua vez, os republicanos de Pelotas gravaram numa placa de bronze, em 1884, a inscrição recomendando aos viandantes, no povoado do Areal onde residiu Almeida, a memória dêsse outro puro, sincero, e magnânimo patriota, cuja efígie, na perpetuidade do bronze, ergue-se, como um ensinamento no principal jardim de sua terra, adotiva, de onde por tudo o que acabamos de rememorar lançou a semente da democracia que mais tarde havia de frutificar na obra política de 89, porque imprimiu, com João Manuel, o impulso orgânico, em Pelotas, em 1836, a direção preponderante da epopéia dos "homéridas do Sul!"

Pôrto-Alegre, 20 de setembro de 1935.

PARECER

sôbre a tese "A Ação Militar de João Manuel e o Plano Republicano em 1836" pelo dr. Fernando Luiz Osório.

O autor começa estabelecendo a ligação entre as correntes políticas do Rio-de-Janeiro e as do Rio-Grande-do-Sul, representadas lá pelo então Regente — Francisco de Lima e Silva — que pretendia sustentar as conquistas de 7 de abril, por meio de uma ditadura militar; e por Araújo Lima, que se batia pela reação; e aquí, respectivamente, por João Manuel de Lima e Silva e Bento Gonçalves, partidários do Regente; e pelo Marechal Barreto, partidário de Araújo Lima (Caramurú). Tanto era assim, que, chamado Bento Gonçalves ao Rio, e tendo comparecido à Côrte seu amigo João Manuel, na mesma ocasião, foi aquele absolvido das acusações e recompensado por serviços à Pátria.

Das relações de Bento Gonçalves com Evaristo Ferreira da Veiga e de ambos aqueles rio-grandenses com o Regente surgiu a nomeação do liberal — Fernandes Braga — para a Presidência da Província. Êste, porém, desmentiu as previsões a seu respeito, transferindo João Manuel para S.-Borja, e acusando os liberais de separatistas no discurso de instalação da Assembléia Legislativa em 20 de abril de 1835.

O autor da tese ressalta as idéias de B. Gonçalves contra a República, citando palavras suas; ao mesmo tempo que prova as idéias republicanas de João Manuel, primeiro convertendo a elas Domingos José de Almeida e Antônio Neto; depois fundando o **Continentino.** Êste é o ponto central da sua tese, e aquele que derrama sôbre o assunto da República Rio-grandense uma luz muito elucidativa. Por ela se explica o fato de ter Neto proclamado a República

à revelia de Bento Gonçalves, que, no momento, se achava isolado no cêrco de Pôrto-Alegre. Para finalizar, entendo que a tese merece tôda a consideração do Congresso.

Pôrto-Alegre, 5 de outubro de 1935.

Assinados: **F. Contreiras Rodrigues, relator**
Aurélio Pôrto
Jací Antônio L. Tupí Caldas.

SECÇÃO TERCEIRA

HISTÓRIA MILITAR

III

Efemérides da revolução Rio-grandense de 1835-1845 — Celso Schröder — Parecer.

A ação militar de João Manuel e o plano republicano em 1836 — Fernando Luis Osório — Parecer.

EFEMÉRIDES DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE DE 1835-1845

Celso M. Schröder

abrangendo ocorrências havidas na mesma época em outras províncias brasileiras e países sul-americanos.

1835

Setembro 18 — A-pesar-de ser pública a nomeação de José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde de Uberaba, para presidir o Rio-Grande-do-Sul, são dados os primeiros passos para a deflagração do movimento destinado a depor o presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

O capitão José Gomes de Vasconcelos Jardim (natural de Santo-Amaro, 1773-1854) transpõe num hiate o rio Guaíba em Pedras-Brancas (hoje vila de Guaíba), à frente de 100 homens, para reünir-se ao coronel Onofre Pires da Silveira Canto (natural de Pôrto-Alegre, 1799-1844). O coronel Bento Gonçalves da Silva (natural de Triunfo, 1788-1847) também se achava em Pedras-Brancas, vindo de Camaquam, onde residia desde janeiro de 1835.

Setembro 19 — 400 revolucionários acampam nos arredores de Pôrto-Alegre sob o comando do coronel Onofre Pires da Silveira Canto e do capitão José Gomes de Vasconcelos Jardim.

O capitão Manoel Vieira da Rocha, com 30 homens, derrota na ponte da Azenha o major José Egídio Gordilho de Barbuda, 2.° visconde de Camamú, (natural da ilha da Madeira, 1808-1867), que com 20 soldados legalistas fôra reconhecer aquele ponto; os legalistas tiveram 2 mortos e 5 feridos, entre estes o próprio visconde.

O capitão Jorge de Mazarredo e o tenente Manoel Luiz Osório (marquês de Herval) saem de Bagé com parte do 2.º regimento de cavalaria, perseguidos por José de Souza Neto, e vão pernoitar no rio Jaguarí, com o desígnio de atingir São-Gabriel.

O capitão revolucionário Agostinho José de Melo bate a guarda de Rincão del-Rei, ferindo o alferes José Alves de Oliveira e à tarde ataca Rio-Pardo, sendo repelido pelo capitão Francisco Antônio da Silva Bittencourt; novas ameaças foram feitas pelos revolucionários até o dia 23.

Setembro 20 — O presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga abandona Pôrto-Alegre, seguindo em duas escunas de guerra para Rio-Grande.

O tenente-coronel João Antônio da Silveira (natural de Rio-Pardo, 1797-1872), comandante da Guarda-Nacional de São-Gabriel, cerca com 300 revolucionários essa povoação, que era defendida pelo capitão Francisco de Paula Macedo Rangel com o 3.º regimento de cavalaria e um contingente de infantes pernambucanos.

Setembro 21 — O coronel Bento Gonçalves da Silva ocupa Pôrto-Alegre e empossa na presidência do Rio-Grande-do-Sul o 4.º vice-presidente Dr. Marciano José Pereira Ribeiro (natural de Minas Gerais), ficando de parte os Drs. Joaquim Vieira da Cunha (natural de Piratiní, 1803-1887), Rodrigo de Souza Silva Pontes (natural da Baía, 1799-1855) e Americo Cabral de Melo (natural de Pôrto-Alegre), respectivamente 1.º, 2.º e 3.º vice-presidentes da província.

O tenente-coronel Francisco de Paula Amaral Sarmento Mena (natural de Rio-Pardo, 1804-1836), com 450 homens, ataca Rio-Pardo, sendo repelido pelos capitães legalistas José Ferreira de Azevedo e José Joaquim de Figueiredo Neves (natural de Minas-Gerais e pai do barão de Triunfo), que dispunham de 150 homens.

Falece no Rio-de-Janeiro, João Bráulio Muniz, um dos Regentes do Império, ficando no govêrno dêste, sòmente o General Francisco de Lima e Silva (barão de Barra-Grande).

Setembro 22 — O coronel Rafael Verdun ataca a estância do tenente-coronel legalista João da Silva Tavares (vis-

conde de Cêrro-Alegre e natural de Herval, 1792-1872), no Arroio-Grande, sendo repelido pelo capitão Serafim Caetano Vieira. Silva Tavares, que estava próximo, seguiu em perseguição daquele chefe revolucionário e o destroçou enfrente à estância de Camilo dos Santos Campelo, nas pontas do arroio Telho, morrendo no combate os majores Rolim e Raña, o capitão Echeveste (revolucionários), o major Jerônimo Vieira Nunes e o tenente Silvestre Nunes (legalistas).

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Antônio de Lacerda Chermont (visconde de Ararí) ataca os revoltosos perto de Cachoeira, na ilha de Marajó, e é repelido.

Setembro 23 — O coronel Rafael Verdun é destroçado e morto no arroio do Bote pelo tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre).

Setembro 24 — José do Amaral Ferrador investe, com 12 homens, a ponte do rio Pardo e é repelido pela guarda legalista.

Setembro 25 — Proclamação do coronel Bento Gonçalves da Silva declarando "respeitar o juramento que prestara ao nosso código sagrado, ao trono constitucional e à conservação da integridade do Império."

Setembro 28 — O presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga transfere a capital da província para Rio-Grande.

O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto proclama de Taquarembó seu intento de sustentar a sua autoridade de Comandante das Armas da província e o governo do presidente legal.

O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) surpreende a guarnição revolucionária de Jaguarão, capitulando o capitão Domingos Crescêncio de Carvalho.

Setembro 29 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto situa o seu quartel-general no rio Jaguarí.

Fim do cêrco de Rio-Pardo, que é ocupada por 1.250 revolucionários, entrando na vila no dia 30 o coronel Bento Gonçalves da Silva.

Outubro 2 — O coronel Bento Gonçalves da Silva determi-

na de Rio-Pardo que o alferes Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena siga de Cachoeira com 50 homens para auxiliar o cêrco de São-Gabriel.

Outubro 3 — O coronel Bento Manuel Ribeiro (natural de Sorocaba, 1783-1855) assume em Alegrete o comando das fôrças revolucionárias da região.

O coronel João Daniel Hillebrand é nomeado diretor da colônia de São-Leopoldo, vindo a ser substituído no dia 13 por Hermann von Salisch, que era partidário da revolução.

Outubro 4 — O tenente-coronel reformado João Antônio da Silveira, coadjuvado pelo tenente Manuel José Pires da Silveira Casado e pelos alferes Afonso José de Almeida Côrte Real (natural de Rio-Pardo, 1809-1840) e Joaquim de Faria Corrêa, cercava São-Gabriel desde 20 de setembro. Neste dia penetrou na povoação e cercou o quartel da guarnição legalista, a qual aderiu à revolução, sendo preso o seu comandante, capitão Francisco de Paula Macedo Rangel.

Outubro 5 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, que vinha com 200 homens em socorro da guarnição de São-Gabriel, ignorando a sua rendição na véspera, choca-se de madrugada na altura do cêrro de Batoví com o tenente-coronel João Antônio da Silveira, que fôra ao seu encontro, e ao ver que sua fôrça ia aderir à revolução, declara-a dissolvida e retira-se para a República Oriental do Uruguai com o coronel José Rodrigues Barboza e capitão Jorge de Mazarredo. Transpôs a fronteira no dia 12 e foi asilar-se em Durazno, junto ao seu compadre Fructuoso Rivera.

Outubro 6 — O coronel Bento Manuel Ribeiro, depois de avistar-se na estância do tenente-coronel reformado Tomaz Ferreira Vale com João Antônio e Côrte Real, entra em São-Gabriel.

Outubro 8 — O capitão Antônio José de Oliveira Nico ocupa Piratiní, com 100 revolucionários.

Américo Cabral de Melo recusa assumir a presidência da província.

Outubro 12 — O govêrno revolucionário nomeia o coronel Bento Manuel Ribeiro Comandante das Armas em lugar do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, dando-lhe como

substituto interino o major João Manuel de Lima e Silva (natural do Rio-de-Janeiro, 1805-1837).

Combate no Arroio-Grande, perto de São Lourenço, entre o tenente-coronel Antônio Gonçalves da Silva e uma fôrça legalista.

RIO-DE-JANEIRO — O general Francisco de Lima e Silva (barão de Barra-Grande) entrega a Regência do Império ao padre Diogo Antônio Feijó.

Outubro 13 — O coronel Bento Manuel Ribeiro, que saíra de São-Gabriel, acampa no passo da Armada.

Outubro 14 — RIO-DE-JANEIRO — Deixa o poder o ministério composto do visconde de Caravelas (exterior e justiça), Manuel do Nascimento Castro Silva (fazenda), Joaquim Vieira da Silva Souza (império), barão de Itapicurú-Mirim (guerra) e capitão de mar e guerra José Pereira Pinto (marinha), sucedendo-lhe o gabinete constituído pelo visconde de Abaeté (império e justiça), visconde de Caravelas (exterior), barão de Suruí (guerra e marinha) e Manuel do Nascimento Castro Silva (fazenda).

COMBATE DE ARROIO-GRANDE — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) e o major Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre, natural de Rio-Grande, 1804-1875) destroçam o capitão revolucionário Manuel Antunes da Porciúncula (natural de Rio-Grande, ... 1798) no arroio da Viúva Tereza, perto de Pelotas.

Outubro 15 — A cidade de Pelotas adere à revolução.

Outubro 16 — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) é desbaratado por 500 homens do capitão Domingos Crescêncio de Carvalho no passo do Retiro, no arroio Pelotas, e refugia-se na República-Oriental-do-Uruguai.

Outubro 17 — REPÚBLICA-ORIENTAL-DO-URUGUAI — O general Manuel Oribe passa a presidência da república a Carlos Anaia.

Outubro 18 — O presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga vai para São-José-do-Norte.

Outubro 20 — Rio-Grande e São-José-do-Norte aderem à

revolução e o presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga embarca no brigue "Parobé".

Outubro 21 — O coronel Onofre Pires da Silveira Canto ocupa São-José-do-Norte; 30 homens que mandara ocupar a Atalaia, são alvejados pelos navios legalistas.

O coronel Bento Gonçalves da Silva ocupa Rio-Grande e segue no dia 28 para Jaguarão.

Outubro 23 — O presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que não podia sair do pôrto de Rio-Grande por estarem em poder dos revolucionários as catraias da barra, toma estas, após algumas descargas, e segue para o Rio-de-Janeiro.

Outubro 30 — O coronel Bento Gonçalves da Silva ocupa Jaguarão.

Novembro 2 — O general Manuel Oribe, presidente do Uruguai, chega a Rio-Branco, onde conferencia com o coronel Bento Gonçalves da Silva.

Novembro 3 — REPÚBLICA-DE-VENEZUELA — O general José Antônio Paez, comandante das fôrças do presidente José Maria Vargas, consegue que o general revolucionário José Tadeu Monagas deponha as armas.

Novembro 4, 5 e 6 —REVOLUÇÃO-DO-PARÁ — O capitão Luiz José de Araújo, apoiado por uma escuna, defende Abaeté contra o ataque dos revoltosos.

Novembro 5 — O presidente Marciano José Pereira Ribeiro determina que Joaquim Vieira da Cunha seja convidado para assumir a presidência.

Novembro 6 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande, natural de Guaíba, 1800-1879) chega a São-José-do-Norte no brigue "São Cristóvão", afim de tomar posse da presidência do Rio-Grande-do-Sul para a qual fôra nomeado pelo govêrno do Império.

Novembro 7 — GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O general boliviano Quiroz derrota em Ananta o chefe peruano Lerzundi.

Novembro 9 — O coronel Bento Manuel Ribeiro comunica

de São-Gabriel ao govêrno revolucionário, que assumiu o cargo de Comandante das Armas.

GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O presidente do Perú, general Filipe Santiago Salaverry, é derrotado pelos bolivianos em Ninabamba.

Novembro 10 — O govêrno revolucionário nomeia o coronel Bento Gonçalves da Silva comandante superior da Guarda-Nacional do Rio-Grande-do-Sul.

Novembro 19 — REPÚBLICA-ORIENTAL-DO-URUGUAI — O general Manuel Oribe reassume o govêrno da república.

Novembro 20 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O capitão Pantoja, apoiado por 2 navios, defende Breves contra os revoltosos.

Novembro 21 — O coronel Bento Gonçalves da Silva segue para Pôrto-Alegre afim de facilitar a posse de José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande), com quem se entrevistara em Pelotas, e que era seu primo.

Novembro 23 — Tobias Antônio dos Santos Robalo (natural da Pôrto-Alegre, 1805-1836) comandante do "cutter" revolucionário "Minuano", efetua um desembarque em San Servando (República-Oriental-do-Uruguai), retirando-se depois de trocar alguns tiros com os uruguaios.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major João da Gama Lôbo d'Anvers é derrotado e morto quando, com o auxílio da barca "Independência", atacava a fortaleza de Itapuã.

Novembro 28 — Reúne-se em Pôrto-Alegre a Assembléia Provincial com a presença de 16 deputados, não tendo comparecido 10 representantes.

Dezembro 4 — Tendo o coronel Bento Manuel Ribeiro de seguir de Pôrto-Alegre para o interior, o govêrno revolucionário nomeia para substituí-lo no comando das armas o major João Manuel de Lima e Silva.

Dezembro 5 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) chega em Pôrto-Alegre para assumir a presidência do Rio-Grande-do-Sul.

Dezembro 9 — A Assembléia Provincial recusa dar posse ao presidente José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande), que fôra nomeado em 18 de outubro. O coronel Bento Ma-

nuel Ribeiro, comandante das armas, avisa pelo deputado Francisco de Sá Brito ao presidente nomeado que vai auxiliá-lo a tomar posse do seu cargo. Araújo Ribeiro retirou-se para Barra-do-Ribeiro e daí para Rio-Grande.

Dezembro 14 — O govêrno revolucionário eleva a Coronéis o capitão Antônio de Souza Neto (natural de Rio-Grande, 1803-1866) e Domingos José de Almeida (natural de Minas Gerais, 1797-1871).

Dezembro 16 — O coronel Bento Manuel Ribeiro segue de Pôrto-Alegre para o interior.

Dezembro 17 — Leopoldo Gérard, com 30 uruguaios, num lanchão, ataca na volta do Triguito, rio Jaguarão, o "cutter" revolucionário "Minuano", sendo repelido pelo comandante dêste, Tobias Antônio dos Santos Robalo, que apresa o barco atacante, ficando Robalo e um cabo, feridos.

Dezembro 22 — A Assembléia Legislativa Provincial manda uma comissão, composta de Antônio Gonçalves Chaves, coronel Domingos José de Almeida e major João Manuel de Lima e Silva, entender-se em São-José-do-Norte com José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) a respeito da posse dêste na presidência.

Dezembro 23 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) determina que o tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) não prossiga hostilizando os revolucionários.

Dezembro 25 — REPÚBLICA-DE-VENEZUELA — Pedro Carujo é derrotado e morto no combate de Paso-Real pelas fôrças legais do general José Antônio Paez.

Dezembro 29 — O coronel Antônio de Souza Neto declara em Bagé que é contrário ao partido republicano que apareceu em Pôrto-Alegre.

Dezembro 30 — O coronel Bento Manuel Ribeiro, comandante das armas, proclama de São-Gabriel aos militares da província ordenando-lhes que apoiem o presidente nomeado pelo govêrno legal, José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande.

1836

Janeiro 3 — O capitão Domingos Crescêncio de Carvalho declara-se contrário à república e à separação do Rio-Grande-do-Sul.

Janeiro 4 — A Assembléia Legislativa Provincial resolve dar posse a José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande).

Janeiro 5 — A Câmara Municipal de Alegrete dá seu apôio a Araújo Ribeiro.

O coronel Bento Gonçalves da Silva escreve a Araújo Ribeiro declarando-se contrário aos boatos de república e separação.

Janeiro 7 — A Câmara Municipal de Cruz-Alta dá seu apôio a Araújo Ribeiro.

Janeiro 9 — A Câmara Municipal de Santo-Antonio-da-Patrulha dá seu apôio a Araújo Ribeiro.

REPÚBLICA-DO-PERÚ — O general Luiz José Orbegoso ocupa Lima e assume o govêrno do Perú declarando deposto o presidente Filipe Santiago Salaverry.

Janeiro 11 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) declara que não pode ir tomar posse em Pôrto-Alegre por se achar doente.

Janeiro 13 — Encontro em Taim entre fôrças revolucionárias e legalistas.

Janeiro 15 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande), instado pelas Câmaras Municipais de Rio-Grande, Pelotas e São-José-do-Norte, assume a presidência do Rio-Grande-do-Sul em Rio-Grande.

Janeiro 17 — O major Paulo Pereira da Silva Alano afixa em Santo-Antônio-da-Patrulha a ordem do dia publicada em São-Gabriel pelo coronel Bento Manuel Ribeiro e incita a população a apoiá-lo.

60 legalistas, reunidos em Santana, transpõem o passo do Portão e penetram na colônia de São-Leopoldo.

Janeiro 21 — O marechal Gaspar Francisco Mena Barreto (natural de Rio-Pardo, 1790-1856) e o coronel João do Canto Melo (2.° visconde de Castro, natural de São-Paulo, 1778-1853) atacam com 550 homens o passo da Feitoria, em São-

Leopoldo, defendido por Harmann von Salisch com 50 revolucionários. Após rapido combate, a fôrça legal adere à revolução.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares, apoiado pela barca "Independência", derrota os revolucionários em Chapéu-Virado.

GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O general boliviano Moran toma Callao.

Janeiro 22 — Marciano José Pereira Ribeiro declara demitir-se da presidência e reafirma sua adesão ao govêrno imperial.

Janeiro 26 — GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O general boliviano Quiroz vence em Gramadal o presidente do Perú general Filipe Santiago Salaverry.

Janeiro 27 — O capitão revolucionário Manuel Vieira da Rocha, com uma escolta, prende em sua estância de Gravataí o coronel Vicente Ferrer da Silva Freire (genro do general Rafael Pinto Bandeira) e o mata, juntamente com seu filho Diogo Bandeira Freire e o alferes José Maria Lôbo. Silva Freire teve ainda as orelhas cortadas.

A Assembléia convida novamente Araújo Ribeiro a vir tomar posse em Pôrto-Alegre, marcando-lhe prazo até 15 de fevereiro.

Janeiro 28 — A Câmara Municipal de Caçapava dá seu apôio a Araújo Ribeiro.

Janeiro 29 — O coronel Bento Gonçalves da Silva declara esforçar-se em combater os boatos de república com que se quer alarmar o Rio-Grande-do-Sul.

Janeiro 31 — GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O marechal André de Santa-Cruz, presidente da Bolívia, ataca em Arequipa o general Filipe Santiago Salaverry, presidente do Perú, o qual resiste até 3 de fevereiro, data em que se retira derrotado.

Fevereiro 3 — A Câmara Municipal de Cachoeira retira o apôio que dera em 3 de janeiro ao presidente Araújo Ribeiro.

Hermann von Salisch funda o jornal "O Colono Alemão".

A Assembléia Provincial dirige-se ao govêrno do Rio-de-Janeiro tratando Araújo Ribeiro como criminoso.

O coronel Afonso José de Almeida Côrte Real abandona São-Gabriel com destino à Cachoeira, sendo aquela localidade ocupada por um destacamento do coronel Bento Manuel Ribeiro.

Fevereiro 4 — GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O general Felipe Santiago Salaverry derrota o marechal André de Santa Cruz, presidente da Bolívia, na batalha de Uchumaio. O capitão boliviano Guias Andrade bate no mesmo dia os peruanos em Quiabaia.

Fevereiro 5 — O presidente Araújo Ribeiro declara que irá tomar posse em P. Alegre.

RIO-DE-JANEIRO — Deixa o poder o ministério de 14 de outubro, sendo substituído pelo marechal José Inácio Borges (império e exterior), barão de Suruí (guerra), marechal Salvador José Maciel (marinha), visconde de Abaeté (justiça) e Manoel do Nascimento Castro Silva (fazenda).

Fevereiro 7 — GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — O general Filipe Santiago Salaverry, presidente do Perú, é derrotado e aprisonado pelo marechal André de Santa Cruz, presidente da Bolívia, na batalha de Socabaia. 1.500 soldados, 220 oficiais, 5 bandeiras e a artilharia peruana caíram em poder do vencedor, que mandou fuzilar no dia 18 o presidente Salaverry.

Fevereiro 11 — A Assembléia Provincial representa ao govêrno imperial contra o ex-presidente Fernandes Braga.

Fevereiro 14 — O presidente legal Araújo Ribeiro demite Bento Gonçalves e Souza Neto dos postos que ocupavam.

Fevereiro 15 — Araújo Ribeiro declara encerrada a Assembléia Provincial.

Fevereiro 16 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto escreve de Tacuarembó-Grande ao presidente Araújo Ribeiro oferecendo seus serviços.

O presidente da Assembléia, Francisco Xavier Ferreira, empossa em Pôrto-Alegre na presidência do Rio-Grande-do-Sul a Américo Cabral de Melo.

O capitão Manuel Vieira da Rocha ataca São-José-do-Norte, sendo repelido pela guarnição legalista.

Fevereiro 17 — O govêrno revolucionário nomeia o major João Manuel de Lima e Silva para o cargo de Comandante das Armas em substituïção do coronel Bento Manuel Ribeiro.

Fevereiro 18 — Américo Cabral de Melo pede para ser substituído na presidência do Rio-Grande-do-Sul.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares derrota os revoltosos em Colares.

Fevereiro 21 — O tenente-coronel João Antônio da Silveira dirige-se de São-Gabriel ao coronel Afonso José de Almeida Côrte Real dando-lhe informações sôbre os movimentos do coronel Bento Manuel Ribeiro.

Fevereiro 22 — Tiroteio entre Capané e Iruí entre elementos dos coronéis Bento Manuel Ribeiro e Afonso José de Almeira Côrte Real. O capitão Brito e 20 homens são aprisionados no passo de Capané pelos legalistas.

Fevereiro 23 — Encontro no passo de Iruí entre os coronéis Bento Manuel Ribeiro e Afonso José de Almeira Côrte Real.

Fevereiro 25 — O coronel legalista José Antônio Martins (natural de Triunfo, 1786-1856) retrocede de Cacequí para São-Diogo por ter se revoltado o 3.º corpo de cavalaria de 1.ª linha, do major Teodoro Burlamaqui, e os guardas nacionais de Alegrete, os quais foram para São-Gabriel reünir-se ao tenente-coronel João Antônio da Silveira.

Fevereiro 26 e 27 — Guerrilhas junto ao Iruí entre as colunas dos coronéis Bento Manuel Ribeiro e Afonso José de Almeida Côrte Real. Com o primeiro ia o general José Maria de Almeida da Gama Lôbo Coelho de Eça (barão de Saican, natural de Santa-Catarina, 1789-1872).

Fevereiro 27 — O major João Manuel de Lima e Silva assume o comando da "Divisão da Direita", composta de 700 homens, recebendo depois a fôrça do tenente-coronel João Antônio da Silveira (200 homens).

Os tenentes-coronéis João da Silva Tavares (visconde de

Cêrro-Alegre) e Antônio de Medeiros Costa fazem junção em São-Diogo, no rio Jaguarão.

A canhoneira "Oceano", comandada pelo 1.º tenente Manuel Joaquim de Souza Junqueira ataca no passo de Canudos, no rio São-Gonçalo, o "cutter" revolucionário "Minuano". O comandante dêste, Tobias Antônio dos Santos Robalo, vendo-se perdido, fêz explodir o navio, sendo vitimado com a espôsa e 3 filhos; 18 mortos e 14 prisioneiros deixaram os revolucionários.

Março 1.º — O coronel Bento Manuel Ribeiro entra em Cachoeira.

O major João Manuel de Lima e Silva segue de Iruí para o Passo-Real-de-Piquirí.

REVOLUÇÃO DE VENEZUELA — A guarnição revolucionária de Puerto Cabello, comandada pelo general Francisco Carabaño e que se achava sitiada pelo general José Antônio Paez, rende-se nesta data.

Março 2 — RECONTRO DE CAPANÉ — O major João Manuel de Lima e Silva, com 1.100 homens, surpreende 40 homens do capitão João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel, natural de Rio-Pardo, 1808-1867), e em seguida derrota 600 legalistas do coronel Bento Manuel Ribeiro no passo de Lageado, no rio Capané, perseguindo-os até Capelinha; entre as perdas legalistas contava-se o capitão Manuel Charão, que foi ferido. Lima e Silva mandou prender em Rio-Pardo o marechal João de Deus Mena Barreto (visconde de São-Gabriel, natural de Rio-Pardo 1769-1849) e o major José Joaquim de Figueiredo Neves (pai do barão de Triunfo).

Março 3 — O tenente-coronel João Antônio da Silveira e o major João Manuel de Lima e Silva fazem junção em Formigueiro.

Março 4 — O coronel Côrte Real é informado de que o coronel Bento Manuel Ribeiro vai em direção de São-Gabriel.

Março 6 — O major Manuel Vieira da Rocha, com 200 revolucionários, cerca São-José-do-Norte, que era defendida por 3 fortes, 400 homens, 9 canhões e 2 navios.

REVOLUÇÃO DO AMAZONAS — Os revolucionários apoderam-se de Manaus.

Março 7 — O major João Manuel de Lima e Silva deixa a coluna de Côrte Real e segue para Caçapava com 200 homens.

Março 10 — O coronel Onofre Pires da Silveira Canto reforça o sítio de São-José-do-Norte.

O coronel Bento Gonçalves da Silva, com 1.200 homens, persegue o tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) desde Herval até às pontas do Quebracho, transpondo o chefe legalista as pontas do Jaguarão para o arroio do Tigre.

Março 13 — O coronel Bento Gonçalves da Silva marcha das pontas do Quebracho em direção de São-Gabriel. B. Manuel reúne-se na costa do Jaguarí a Tavares e Medeiros.

Março 14 — O coronel Côrte Real segue, com 650 homens, do Rincão-de-Formigueiro para o passo do Rocha, no rio Vacacaí, e daí para o passo do Rosário.

Março 15 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — Os revoltosos são batidos no engenho da Viúva Vale, no rio Cajusuba.

Março 17 — BATALHA DE PASSO-DO-ROSARIO — O coronel Afonso José de Almeida Côrte Real é derrotado e aprisionado pelo coronel Bento Manuel Ribeiro, deixando 202 mortos e 200 prisioneiros. O sargento José Gomes Portinho (natural de Cachoeira, 1814-1886), que ficou também prisioneiro, conseguiu fugir mais tarde.

(Bento Gonçalves havia escrito a Côrte Real que não atacasse e levasse Bento Manuel em direção a São-Gabriel, onde êle se acharia com 1.000 homens no passo do Pinto, campos do capitão Fidelis, e que Neto, com 800 homens, cortaria a retirada dos legalistas).

GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — Os departamentos de Arequipa, Aiacucho, Cuzco e Puno separam-se do Perú e formam o Estado Sul-Peruano, sob a presidência do general Ramão Herrera.

Março 23 — O major João Manuel de Lima e Silva determina, da estância da Caieira, que o alferes Francisco Batalha fique guarnecendo São-Gabriel.

Março 24 — O coronel Bento Gonçalves da Silva manda

fuzilar em Campo-Sêco 7 soldados revolucionários que praticaram furtos.

REVOLUÇÃO DE VENEZUELA — O presidente José Maria Vargas passa o govêrno a André Narvarte.

Março 28 — Marciano José Pereira Ribeiro reassume em Pôrto-Alegre a presidência da província, substituindo Américo Cabral de Melo.

Abril 6 — O major João Manuel de Lima e Silva sai do passo do Acampamento, em Piratiní, com 600 homens.

Abril 7 — O major João Manuel de Lima e Silva ataca Pelotas, defendida pelo major Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre), o qual se rende, depois de enérgica resistência.

Abril 8 — O coronel Albano de Oliveira Bueno entra em Pelotas e depois de forte tiroteio segue para o passo dos Negros, no rio São-Gonçalo, onde é derrotado e aprisionado pelo major João Manuel de Lima e Silva. Quando era conduzido a-cavalo, amarrado, para Pôrto-Alegre, foi assassinado perto do passo do arroio Velhaco por 2 soldados da escolta que o conduzia. Era compadre de Bento Gonçalves e veterano das campanhas do Uruguai (1801, 1811-1812 e 1816-1820), da Independência (1822-1823) e da Cisplatina (1825-1828), tendo sido ferido na batalha de Ituzaingo. Entre os prisioneiros do passo dos Negros estava o tenente alemão Henrique Guilherme Moyse, que veio contribuir decisivamente em 15 de junho para a reação que restituiu Pôrto-Alegre à legalidade.

Abril 9 — Os legalistas ocupam Santo-Antônio-da-Patrulha e o capitão Francisco Pinto Bandeira ocupa Tôrres.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O general Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava, natural de Lisboa, 1781-1858) e o capitão de mar e guerra João Frederico Mariath chegam à ilha de Tatuoca, onde o primeiro assume no dia 11 a presidência do Pará, transferindo-se depois para a ilha de Arapiranga.

Abril 12 — José Inácio da Silva Ourives (depois General) ataca Pôrto-Alegre com 400 homens, sendo repelido.

Abril 17 — O coronel Bento Gonçalves da Silva bate os colonos alemães em Fachinal, infligindo-lhes 8 baixas.

O coronel Onofre Pires da Silveira Canto deixa parte de suas fôrças mantendo o cêrco de São-José-do-Norte e segue com o restante para São-Simão.

Abril 22 — O capitão legalista Francisco Pinto Bandeira (primo do general Rafael Pinto Bandeira), que tinha 400 homens, é derrotado e aprisionado no passo do Capão do Marcolino, perto de Mostardas, por 350 revolucionários do coronel Onofre Pires da Silveira Canto, que trazia consigo o coronel Antônio Pinto de Araújo Corrêa. Onofre libertou o tenente coronel Pedro Pinto de Araújo Corrêa, matou ao inimigo 30 homens, prendeu 253 e tomou 2 canhões e manchou a sua vitória mandando matar 12 dos prisioneiros, entre os quais os capitães Francisco Pinto Bandeira (que tinha 11 filhos) e João Crisóstomo da Silva Salazar, o professor José Joaquim Ferreira, o juiz de paz Joaquim de Barcelos e o escrivão José Caetano Pinto Bandeira. Restabeleceu depois o cêrco de São-José-do-Norte que manteve até agôsto.

Abril 25 — O major revolucionário Manuel Vieira da Rocha ocupa Santo-Antônio-da-Patrulha.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Luiz Sabino, com uma canhoneira, toma Vizeu.

Abril 28 — O major revolucionário José Alves de Morais ocupa Tôrres.

Abril 29 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco Manuel Barroso da Silva (barão de Amazonas) toma Igarapé Mirim.

Maio 5 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — A expedição legalista que subiu o rio Guamá bombardeia o engenho Pernambuco.

Maio 7 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco de Paula Osório força, com 3 escunas, a passagem do engenho Pernambuco, no rio Guamá.

Uma fôrça legalista toma o engenho Bom-Intento.

O 1.º tenente Francisco Manuel Barroso da Silva (barão de Amazonas) apresa uma embarcação revolucionária perto de Belém.

Maio 8 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — As fôrças legalistas tomam o engenho Pernambuco.

Maio 12 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco de Paula Osório toma o engenho São-Domingos, no rio Capim.

Maio 13 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O capitão tenente Petra de Bittencourt derrota em Pedreira, no rio Guamá, o caudilho revolucionário Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que exercia a presidência da província.

O capitão de mar e guerra João Frederico Mariath faz o tenente-coronel José Joaquim Luiz de Souza desalojar os revoltosos de Belém, que é ocupada pelo major Manuel Muniz Tavares.

Maio 14 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco de Paula Osório toma Trafaria, no rio Capim.

O major Manuel Muniz Tavares bate os revoltosos em Benjamim.

Maio 15 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco de Paula Osório toma o engenho Taperuçú, no rio Capim.

Maio 21 — O coronel Bento Manuel Ribeiro é nomeado Comandante das Armas pelo govêrno imperial.

Maio 31 — Encontro entre os coronéis Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves da Silva no passo dos Cachorros, junto ao arroio dos Ratos no qual foi morto o alferes legalista Guerreiro.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares bate os revoltosos no rio Maguaré.

Junho 1.º — O coronel Bento Gonçalves da Silva derrota no passo dos Cachorros o coronel Bento Manuel Ribeiro, perseguindo-o durante dois dias até ao passo do Lagoão, no rio Irapuá.

Junho 2 — O vapor "Liberal", comandado pelo 2.º tenente Joaquim Raimundo de Lamare (visconde de Lamare, 1804-1889), e a canhoneira "Oceano", pelo 2.º tenente Luiz Alves dos Santos Marques, atacam duas baterias revolucionárias sitas no passo e foz do arroio Pelotas, enquanto a canhoneira

"São Pedro Duarte", do 1.º tenente Manuel Joaquim de Souza Junqueira, acomete a bateria do passo dos Negros, baterias essas estabelecidas pelo major João Manuel de Lima e Silva na margem esquerda do rio São-Gonçalo. Nesse combate foram feridos o major Lima e Silva e o capitão tenente Frederico Gustavo, que fôra contratado em Buenos-Aires para servir na esquadrilha revolucionária. A canhoneira "São Pedro Duarte" foi abandonada pela guarnição, tendo os revolucionários retirado dela 2 canhões. Depois dessa ação, Lima e Silva iniciou a passagem do rio São-Gonçalo, afim de investir Rio-Grande.

As forças navais da revolução, organizadas pelo capitão de mar e guerra Joaquim do Couto, compunham-se da escuna "Farroupilha" (José dos Santos Ferreira), brigue "Bento Gonçalves" (José Pereira da Silva), de 12 canhões, patacho "20 de Setembro" (Miguel Antônio de Magalhães) e palhabote "24 de Outubro".

Junho 3 — O presidente Marciano Ribeiro comunica que uma fôrça revolucionária foi batida em Cima-da-Serra, sendo morto o alferes Soares e aprisionado o capitão Joaquim Mariano Aranha.

RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Abaeté passa o ministério da justiça a Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja e sucede na pasta do exterior a José Inácio Borges.

Junho 7 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Abaeté substitue José Inácio Borges no pasta do império.

Junho 8 — O capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, com 400 homens, persegue o tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) e Bonifácio Isás Calderon até Taim.

Junho 12 — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) é perseguido da lagoa Caiubá ao Taim.

Junho 13 — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) e Bonifácio Isás Calderon são perseguidos pelo capitão Domingos Crescêncio de Carvalho da lagoa Caiubá a Curral-Alto e fazem alto no forte de San-

Miguel, no território uruguaio, onde repelem o ataque dos revolucionários.

Junho 15 — REAÇÃO EM PÔRTO-ALEGRE — O tenente alemão Henrique Guilherme Moyse, que se achava preso, revolta alguns soldados do 8.º batalhão, apossa-se do quartel e com 30 praças surpreende as 3 patrulhas que policiavam a cidade, apoderando-se do forte da Caridade e do navio "Presiganga", onde liberta o major Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre), que tomou a direção do movimento, até ser o comando oferecido em sua residência ao marechal João de Deus Mena Barreto (visconde de São-Gabriel), que o aceitou. Foram presas pessoas de destaque do partido revolucionário como Marciano José Pereira Ribeiro, José de Paiva Magalhães Calvet, Pedro José de Almeida, Francisco Xavier Ferreira, os tenente-coronéis Silvano José Monteiro de Araújo Paula e Rafael Fortunato da Silva Brandão, etc.

Junho 17 — José Pereira da Silva Júnior ataca Pôrto-Alegre à frente de 400 revolucionários e a bloqueia com 5 embarcações.

Junho 18 — Pôrto-Alegre é atacada sem resultado pelo rio Guaíba por 2 navios revolucionários.

O tenente Pedro José Nunes, com 50 homens, ataca no arroio Taim a vanguarda do capitão Domingos Crescêncio de Carvalho.

Junho 21 — O coronel Bento Gonçalves da Silva transpõe o passo do Portão, após rápida luta com o coronel João Daniel Hillebrand.

Junho 22 — O coronel Bento Gonçalves da Silva bate uma fôrça legalista no passo de São-Leopoldo.

Junho 24 — O marechal João de Deus Mena Barreto (visconde de São-Gabriel), que contava 67 anos, deixa o comando da praça de Pôrto-Alegre, sendo substituído pelo marechal Francisco das Chagas Santos (natural do Rio-de-Janeiro, 1763-1840), que contava 73 anos de idade.

Junho 26 — O coronel Bento Gonçalves da Silva ataca Pôrto-Alegre pela primeira vez.

O tenente Noroña surpreende perto do banhado de Taim

o acampamento do tenente-coronel José de Souza Neto, toma a cavalhada dêste e a leva para Curral-Alto.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 2.º tenente Filipe José Pereira Leal bate um trôço revoltoso no rio Acará, perto de Turí.

Junho 30 — O coronel Bento Gonçalves, com 1.400 homens, a escuna "Farroupilha" e alguns lanchões atacam em Pôrto-Alegre por espaço de 3 horas, pelo Riacho, Caminho Novo, e Guaíba, sendo repelido pelo marechal Francisco das Chagas Santos, que só contava com 246 homens.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O tenente coronel Joaquim José Luiz de Souza derrota Eduardo Francisco Nogueira Angelim em Turí-Mirim.

Julho 2 — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) interna-se na República-Oriental-do-Uruguai.

Julho 4 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito (natural de Lisboa, 1786-1858) assume em Rio-Grande a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 25 de maio.

Julho 5 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 2.º tenente Fernando Lázaro de Lima derrota os revoltosos em Mazagão.

Julho 6 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 2.º tenente Fernando Lázaro de Lima vence os revoltosos em Caraparú, perto do rio Guamá.

Julho 10 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Francisco Ferreira dos Santos toma uma embarcação revoltosa no rio Mojú.

Julho 11 — O "cutter" "Guaraní" e as canhoneiras ns. 3 e 4 descem o rio São-Gonçalo e forçam a passagem do forte revolucionário da margem esquerda, reünindo-se ao vapor "Liberal" e canhoneiras ns. 1, 2 e 5. Do meio dia até à noite o capitão de mar e guerra João Pascoe Grenfell ataca o forte da foz do arroio Pelotas, sem resultado.

O capitão-tenente Guilherme Parker força, com 10 em-

barcações, a entrada de Itapuã e Formiga, sendo bombardeado pelas baterias colocadas junto ao forte de Itapuã.

Julho 12 — 2 lanchões legalistas sobem o rio Guaíba até o arroio do Peixe-Grosso e bombardeiam as guardas revolucionárias da Picada, sendo atacados pelo lanchão "Liberal" do português Antônio Joaquim da Silva (conhecido por Menino Diabo).

5 navios legalistas apresam a escuna "24 de Outubro" e um hiate no pôrto de Santana e descem depois o rio Guaíba, acossados pelo brigue "Bento Gonçalves" e patacho "Liberal", abandonando a ilha do Junco.

Julho 13 — O coronel Onofre Pires da Silveira Canto faz uma intimação à guarnição de São-José-do-Norte.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares, que saíra de Belém em 10 de junho, chega à capital depois de bater no rio Acará o chefe revolucionário Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

Julho 14 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — Os legalistas tomam Almeirim.

Julho 15 — O major João Manuel de Lima e Silva põe em sítio a cidade de Rio-Grande.

A guarnição de Pôrto-Alegre efetua uma sortida, deixando 10 mortos e 3 prisioneiros. Dois oficiais revolucionários foram feridos, entre êles o coronel Francisco de Paula do Amaral Sarmento Mena que veio a morrer no dia 17.

Julho 16 — REPÚBLICA-ORIENTAL-DO-URUGUAI — O general Fructuoso Rivera inicia uma revolução contra o presidente Manuel Oribe.

Julho 17 — RIO-DE-JANEIRO — O marechal Salvador José Maciel substitue Manuel do Nascimento Castro Silva na pasta da fazenda, que a reassume no dia 19.

Julho 20 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) assume em Rio-Grande pela segunda vez a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 9 de julho.

O marechal Francisco das Chagas Santos, com 600 homens, repele novo assalto dos revolucionários a Pôrto-Alegre e toma as trincheiras de Moínhos de Vento.

Julho 23 — O coronel Bento Manuel Ribeiro chega à Pi-

cada, defronte de Pôrto-Alegre, auxiliando os sitiados com reforços e víveres e faz sua entrada no dia 25.

Ventura Maia surpreende e toma a escuna revolucionária "Farroupilha" comandada por José dos Santos Ferreira.

Julho 26 — O chefe revolucionário Antônio Joaquim da Silva (Menino Diabo) toma Rio-Pardo. Alguns autores dizem que o verdadeiro nome de Menino Diabo era Manuel Joaquim Ferreira Gomes.

Julho 27 — Desde êste dia até 3 de agôsto o capitão Marcelino José do Carmo alveja, do forte de Itapuã, a esquadrilha legalista.

Julho 28 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — Os revoltosos atacam Cametá, sendo repelidos pelo padre Prudêncio das Mercês Tavares. Novos assaltos foram realizados nos dias 29 e 31.

Agôsto 1.º — REVOLUÇÃO DO PARÁ — Os legalistas tomam Oeiras

Agôsto 3 — O capitão de mar e guerra João Pascoe Grenfell (natural de Battersea, Inglaterra, 1800-1869) força, com alguns navios, a passagem de Itapuã, sob o fogo do forte dêsse nome, e chega a Pôrto-Alegre, levando o presidente José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande).

GUERRA ENTRE PERÚ E BOLÍVIA — Os departamentos de Amazonas, Junin, Libertad e Lima passam a constituir o Estado Norte Peruano, presidido pelo general Luiz José Orbegoso.

Agôsto 9 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — Os revolucionários são derrotados no Salto.

Agôsto 10 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 2.º tenente Fernando Gomes Ferreira da Veiga é derrotado e morto pelos revoltosos na fazenda Pernambuco, no rio Capim.

Agôsto 16 — O coronel Bento Gonçalves da Silva levanta o primeiro cêrco de Pôrto-Alegre (iniciado em 17 de junho de 1836) e recolhe-se a Viamão.

Agôsto 17 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — Os revolucionários tomam Salto.

Agôsto 20 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — Os revoltosos retomam Oeiras.

Agôsto 23 — O coronel Francisco Xavier da Cunha (natural de Tôrres-Verdas, Portugal, 1782-1841) desembarca no Saco do Faria, com 250 homens, da esquadrilha do capitão tenente Guilherme Parker (2 patachos e 6 canhoneiras), dispersa o acampamento de Daví Alves Xavier e toma de assalto o forte fronteiro à ilha do Junco, que era comandado pelo português Simeão Gomes Barreto, apresando 5 canhões e matando 30 dos seus homens. Parker apresa um lanchão revolucionário, armado com uma caronada.

Agôsto 26 — O capitão revolucionário Marcelino José do Carmo mete a pique 3 navios, abandona várias embarcações apresadas e 5 canhões e evacua o forte da ponta de Itapuã.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares segue para a ilha de Marajó para repelir fôrças revolucionárias, só regressando em 24 de dezembro.

Agôsto 27 — O coronel Francisco Xavier da Cunha, que se achava na esquadrilha legalista desde 24, aguardando que o vento permitisse o desembarque, ocupa o forte de Itapuã, apresando 5 canhões.

Agôsto 31 — REVOLUÇÃO DO AMAZONAS — Os revolucionários são expulsos de Manaus.

Setembro 4 — O coronel Bento Manuel Ribeiro ataca o passo dos Negros, defendido pelo coronel Onofre Pires da Silveira Canto, com 2 canhões, e transpõe o rio Gravataí.

Setembro 5 — O coronel Bento Gonçalves da Silva propõe ao coronel Bento Manuel Ribeiro entrarem em novas negociações de paz.

Setembro 6 — BATALHA DE VIAMÃO — Iniciada às 9 horas da manhã entre as fôrças do coronel Bento Manuel Ribeiro e as do coronel Bento Gonçalves da Silva, terminou às 13 horas com a retirada do exército legalista. Faziam parte dêste os coronéis Gabriel Gomes Lisboa (natural de Cachoeira, 1790-1837) e Francisco Xavier da Cunha.

Setembro 7 — O tenente Daví José Martins (natural de

Taquarí, 1796-1867) derrota nas cabeceiras do Ibicuí-Mirim o capitão legalista Albernaz.

Setembro 8 — De hoje até 18 travaram-se tiroteios diários e escaramuças entre fôrças do coronel Bento Gonçalves da Silva, situado em Viamão, e do coronel Bento Manuel Ribeiro, que se achava nas cercanias de Pôrto-Alegre.

Setembro 10 — BATALHA DO SEIVAL — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) é destroçado no arroio Seival, entre os passos de Candiota e do Lajeado, pelo coronel Antônio de Souza Neto, que era coadjuvado pelos capitães José Sáenz e Tomaz Borches, com um corpo de uruguaios do partido do general Manuel Oribe, presidente do Uruguai. O major João Frederico Caldewell (natural de Santarém, Portugal, 1801-1873) perdeu um braço e foi aprisionado, conseguindo fugir em 23 de outubro.

O major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval) natural de Conceição do Arroio (hoje Osório) 1808-1879, com 10 homens, surpreende a guarda revolucionária do passo das Pombas, no rio Jacuí, fazendo 2 prisioneiros.

O tenente Jacinto Guedes da Luz (natural de Triunfo), com 40 homens, destroça em Sarandí, campo do Vargas, no rio Quaraí, o major legalista Terêncio, tomando-lhe 800 cavalos.

O chefe legalista Antônio Pedra, que operava na região de Pedras Altas, é derrotado pelos revolucionários.

Setembro 11 — COMBATE DO PASSO-DO-COUTO — em que o tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa derrota 270 homens do chefe revolucionário Antônio Joaquim da Silva, o qual deixou 37 mortos, 45 feridos, 3 canhões e 3 bandeiras. Rio-Pardo foi ocupada em seguida pelos legalistas.

O chefe legalista Cirilo, que operava a leste de Pelotas, é batido por João Simplício Ferreira.

Os tenentes Daví José Martins e Jacinto Guedes da Luz, com 65 homens, batem em Cêrca-de-Pedra e Funchal 300 legalistas dos majores José dos Santos Loureiro e Manuel Lopes.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE — O coronel Antônio de Souza Neto proclama no passo das Pe-

dras, margem esquerda do rio Jaguarão, a República Rio-grandense.

Setembro 12 — O capitão Teixeira vence perto de Jaguarão o chefe legalista Antônio Pedra, que ficou ferido.

Setembro 13 — O barão de Ponte Ribeiro, agente diplomático do Brasil em Montevidéu, comunica ao seu govêrno que o enviado revolucionário Eliseu Antunes Maciel conferenciou com o general João Manuel de Rosas, presidente da República Argentina, sem conseguir auxílio, e depois com o govêrno uruguaio.

Setembro 18 — O coronel Bento Gonçalves da Silva que se achava cercado em Viamão pelo coronel Bento Manuel Ribeiro desde 16 de agôsto, consegue iludir as fôrças legalistas e encaminha-se para o interior.

Setembro 19 — O coronel Bento Manuel Ribeiro ataca o coronel Bento Gonçalves da Silva na ponte de Gravataí, sendo repelido.

REVOLUÇÃO DO URUGUAI — As fôrças legalistas, comandadas pelos generais Inácio Oribe, João Antônio Lavalleja e Manuel Britos e coronel Servando Gómez, derrotam na batalha de Carpinteria os generais revolucionários Fructuoso Rivera e João Lavalle, os quais perderam 200 mortos, 150 prisioneiros e 4.000 cavalos, refugiando-se Rivera no Rio-Grande-do-Sul.

Setembro 19 e 20 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O 1.º tenente Carlos Rose, com um brigue, ataca e toma Oeiras.

Setembro 20 — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE — A Câmara Municipal de Jaguarão elege provisoriamente o coronel Bento Gonçalves da Silva para Chefe e Protetor da República Rio-Grandense.

Setembro 27 — O coronel Bento Gonçalves da Silva, em marcha do rio Caí para o arroio Passo-Fundo, é atacado sem resultado, perto de Triunfo pelo coronel Bento Manuel Ribeiro.

Setembro 28 — Encontro perto do arroio da Ponte entre as fôrças dos coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro.

O coronel Bernabé Sáenz, saído de Rio-Grande com 300

homens, bate no passo da Estiva o chefe revolucionário José Jerônimo do Amaral, o qual deixou 25 mortos e 16 prisioneiros

Setembro 29 — RIO-DE-JANEIRO — Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja sucede ao visconde de Abaeté na pasta do império.

Setembro 30 — A Câmara Municipal de Alegrete pede que o coronel Bento Manuel Ribeiro e o tenente-coronel José Antônio Martins reúnam fôrças para manter a ordem no Rio-Grande-do-Sul.

Outubro 1.º — Francisco Pedro de Abreu bate e aprisiona Duarte Canabarro, no rio Caí.

Outubro 2 — BATALHA DO FANFA (1.º dia) — O exército do coronel Bento Gonçalves da Silva, que vinha sendo seguido pelo do coronel Bento Manuel Ribeiro, ocupa o morro do Fanfa, na margem esquerda do rio Jacuí, e a ilha do Fanfa, pretendendo ganhar a margem direita, onde se achava o capitão Domingos Crescêncio de Carvalho. A esquadrilha do capitão de mar e guerra João Pascoe Grenfell composta do vapor "Liberal", escuna "Legalidade" e canhoneiras ns. 3, 5, 6 e 7, procura, entre as ilhas da Paciência e do Araújo, impedir-lhe a passagem. A bateria do morro mantém nutrido canhoneio com os legalistas.

Outubro 3 — BATALHA DO FANFA (2.º dia) — A esquadrilha do capitão de mar e guerra João Pascoe Grenfell, fundeada no largo de Santa-Cruz, e as tropas do coronel Bento Manuel Ribeiro travam combate de artilharia com as baterias do morro e da ilha do Fanfa. Ao escurecer Grenfell retira-se para as ilhas do Araújo e do Leão.

Outubro 4 — BATALHA DO FANFA (3.º e último dia) — O coronel legalista Gabriel Gomes Lisboa ataca o morro do Fanfa e dêle se apodera. O coronel Francisco Xavier da Cunha desembarca na ilha ocupada pelos revolucionários e, à tarde, estes rendem-se, declarando Bento Manuel que seriam livres de perseguições os da ilha que reconhecessem o govêrno legal no mesmo dia 4, os de Xarqueadas até o dia 8 e os de Jaguarão e Pelotas até o dia 19. Bento Gonçalves violou o

combinado, fazendo que à noite todos os seus oficiais abandonassem o acampamento e mandando dizer a Crescêncio que não depusesse as armas, o que determinou a sua prisão, juntamente com o coronel Onofre Pires da Silveira Canto e o italiano Tito Lívio, conde de Zambeccari (natural de Bolonha, 1802-1862).

Na batalha do Fanfa os revolucionários tiveram 120 mortos e deixaram 15 canhões e 900 prisioneiros, contando-se entre os mortos o major Manuel da Rocha Vieira.

Outubro 12 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) segue para Rio-Grande, deixando o govêrno confiado ao marechal Francisco das Chagas Santos.

Outubro 17 — Os revolucionários abandonam Pelotas.

Outubro 20 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O capitão Joaquim Francisco de Melo aprisiona na lagoa de Pôrto-Real, nas pontas do rio Capim, o chefe revolucionário Eduardo Francisco Nogueira Angelim e outros caudilhos. Angelim foi depois condenado a 10 anos de destêrro na ilha Fernando de Noronha.

Outubro 21 — O coronel João Crisóstomo desembarca da esquadrilha de Grenfell e ocupa Pelotas.

Outubro 25 — DISTÚRBIOS NA BAÍA — Grande número de irmandades religiosas de Salvador da Baía, descontentes com o ato do presidente Francisco de Souza Paraízo não permitindo mais sepultamentos nos conventos e igrejas e mandando construir um cemitério, atacam e destroem êste.

Outubro 28 — UNIÃO DO PERÚ COM A BOLÍVIA — O Estado Sul Peruano, presidido pelo general Ramão Herrera, o Estado Norte Peruano, pelo general Luiz José Orbegoso, e a república da Bolívia, por Mariano Henrique Calvo, formam uma só nação sob a denominação de Confederação Perú-Boliviana, sob a presidência do marechal André de Santa-Cruz.

Novembro 1.° — O major João Manuel de Lima e Silva é aclamado em Piratiní comandante em chefe do exército revolucionário em substituïção do coronel Bento Gonçalves da Silva. Joaquim Pedro Soares, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Antônio José de Oliveira Nico, tenente coronel João Antonio

da Silveira, major José Mariano de Matos, e capitão Domingos Crescêncio de Carvalho são elevados a coronel; José Carlos Pinto, João José Damasceno, Anacleto José de Matos, José Alves de Morais, Antônio Gonçalves da Silva, Florentino de Souza Leite e Daví Canabarro são promovidos a Tenente-Coronel.

RIO-DE-JANEIRO — Deixa o poder o ministério de 5 de fevereiro de 1836, sendo substituído por — barão de Suruí (império), Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja (exterior e justiça), marquez de Lages (guerra), marechal Salvador José Maciel (marinha) e Manuel do Nascimento Castro Silva (fazenda).

Novembro 6 — ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE — Proclamação solene da República Rio-grandense em Piratiní, ereta em capital do Novo-Estado. São eleitos presidente o coronel Bento Gonçalves da Silva, presidente interino o capitão José Gomes de Vasconcelos Jardim, vice-presidentes Antônio Paulo da Fontoura, coronel José Mariano de Matos, coronel Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães. O coronel Domingos José de Almeida é nomeado ministro do interior e fazenda.

Novembro 8 — O coronel José Mariano de Matos é nomeado ministro da guerra e da marinha e o coronel José Pinheiro de Ulhoa Cintra (natural de Minas-Gerais) ministro da justiça e do exterior.

Novembro 10 — O major João Manuel de Lima e Silva é promovido a General pelo govêrno revolucionário.

Novembro 11 — Decreto do govêrno revolucionário mandando seqüestrar os bens dos seus adversários.

Novembro 12 — Decreto do govêrno revolucionário criando a bandeira do novo Estado e promovendo o coronel Bento Gonçalves da Silva a General.

O tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa bate os revolucionários nas pontas do arroio Velhaco.

Novembro 19 — José de Araújo Ribeiro (visconde de Rio-Grande) regressa a Pôrto-Alegre.

Novembro 22 — O general João Manuel de Lima e Silva

ataca o coronel Bento Manuel Ribeiro em Candiotinha, fazendo-o retirar para a coxilha de Pedras-Altas.

Novembro 30 — O general João Manuel de Lima e Silva ataca o coronel Bento Manuel Ribeiro na coxilha de Pedras-Altas, perseguindo-o até o cerro do Baú.

Dezembro 14 — O govêrno imperial promove a General o coronel Bento Manuel Ribeiro.

Dezembro 15 — O general João Manuel de Lima e Silva deixa o comando do exército revolucionário e segue para Montevidéu.

Dezembro 17 — O tenente-coronel Daví José Martins, com 200 homens, destroça 240 legalistas do coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) na margem esquerda do arroio-Grande-do-Herval, deixando os mesmos 83 mortos, 38 prisioneiros e 800 cavalos. Em seguida Daví cerca a casa do sogro de Silva Tavares, onde se achava o chefe legalista com 6 oficiais e 19 praças, obrigando-os a capitular. Depois dessa ação, Daví passou a assinar-se Daví Canabarro.

Dezembro 26 — GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLÍVIA — O Chile, a quem não convinha a união do Perú com a Bolívia, declara guerra à Confederação Perú-Boliviana.

Dezembro 27 — REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Luiz Tavares vai bater os revolucionários da ilha de Muaná e regressa em 6 de janeiro de 1837.

Dezembro 31 — O coronel Antônio de Souza Neto é aclamado General do exército revolucionário.

1837

Janeiro 3 — Os tenente-coronéis Manuel Albernaz e João José Albernaz batem em Figueira o chefe revolucionário Mariano da Glória Campos.

Escaramuças entre os generais Bento Manuel Ribeiro e Antônio de Souza Neto.

Janeiro 4 — BATALHA DE JAGUARÃO — O general Bento Manuel Ribeiro ataca pela madrugada o general Antô-

nio de Souza Neto em Veleda e Pedras-Altas, obrigando-o a retirar-se para Candiota, perseguido até às 13 horas. Neto perdeu 5 canhões e 25 mortos e viu-se forçado a internar-se no território uruguaio no passo do Sauce no dia 5, só voltando ao Brasil dias depois, pela fronteira de Piraí.

Agostinho José de Melo bate-se com uma fôrça legalista no passo do Mendonça, tendo 10 mortos.

Janeiro 5 — O marechal Antero José Ferreira de Brito (barão de Tramandaí, natural de Pôrto-Alegre, 1787-1856) assume a presidência do Rio-Grande-do-Sul, para a qual fôra nomeado em 21 de novembro.

Janeiro 6 — O coronel Agostinho José de Melo bate perto de Santo-Amaro o tenente coronel Antônio Manuel de Azambuja, perecendo todo o estado-maior dêste.

Janeiro 10 — RIO-DE-JANEIRO — Chega ao Rio-de-Janeiro na fragata "Andromède", desterrado da França, aí se conservando até 10 de fevereiro, o príncipe Luiz Napoleão Carlos Bonaparte, depois Imperador sob o nome de Napoleão III.

1.ª BATALHA DE RIO-PARDO — O coronel Agostinho José de Melo ataca Rio-Pardo, defendida pelo major José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo, natural de Rio-Pardo, 1807-1869) com 250 homens e a toma, morrendo na luta o tenente Manuel Joaquim de Alvarenga; os legalistas perderam 2 canhões e 17 mortos.

Janeiro 20 — REPÚBLICA DA VENEZUELA — O general José Maria Carreño sucede a André Narvarte na presidência da República.

Fevereiro 1.º — Encontro entre os coronéis Agostinho José de Melo e Gabriel Gomes Lisboa no passo do Cordeiro ou do Mendonça, no rio Camaquam.

Fevereiro 9 — O corsário Bisley apresa 4 navios brasileiros ao largo do Rio-de-Janeiro.

Fevereiro 11 — Antero segue de Pôrto-Alegre para Pelotas, S.-José-do-Norte e Rio-Grande, só regressando à capital em 11 de março.

Fevereiro 13 — O coronel Gabriel Gomes Lisboa derrota o coronel Agostinho José de Melo e ocupa Rio-Pardo.

GUERRA ENTRE A ARGENTINA E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — A República Argentina, a quem não convinha a união do Perú e da Bolívia, a exemplo do Chile, declara guerra à Confederação Perú-Boliviana.

Fevereiro 20 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Abaeté sucede a Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja no ministério do exterior.

Março 1.º — O coronel João Crisóstomo da Silva substitue o general Bento Manuel Ribeiro no cargo de Comandante das Armas.

Março 10 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) consegue evadir-se de onde se achava preso.

Os coronéis Afonso José de Almeida Côrte Real e Onofre Pires da Silveira Canto evadem-se no Rio-de-Janeiro da fortaleza de Santa-Cruz, que era comandada pelo coronel João Eduardo Pereira Colaço Amado.

O marechal Antero José Ferreira de Brito (barão de Tramandaí) deixa em Pôrto-Alegre, encarregado do comando o marechal Francisco das Chagas Santos e segue para Rio-Pardo e Cachoeira, onde chega no dia 18.

Março 16 — O general Bento Manuel Ribeiro dirige-se de São-Gabriel ao ministro da guerra, marechal João Vieira de Carvalho (marquês de Lages).

Março 18 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Abaeté sucede ao barão de Suruí na pasta do império.

Março 20 — O chefe legalista Antônio Pedra bate em Arroio-Grande o major Constantino de Oliveira.

Março 23 — O general Bento Manuel Ribeiro prende no passo de Itapeví o marechal Antero José Ferreira de Brito (barão de Tramandaí), presidente do Rio-Grande-do-Sul.

Março 29 — José Gomes de Vasconcelos Jardim restabelece o govêrno revolucionário em Piratiní, abandonada desde janeiro, e nomeia Vicente Lucas de Oliveira para exercer tôdas as pastas ministeriais.

Abril 1.º — O general Antônio de Souza Neto cerca Caçapava com 1.500 homens.

REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — O general Francisco de Paula Santander passa a presidência da república a José Inácio Márquez.

Americo Cabral de Melo assume a presidência do Rio-Grande-do-Sul.

Abril 6 — O govêrno revolucionário eleva Piratiní a cidade, dando-lhe o título de "Muito Leal e Patriótica".

Abril 7 — O tenente Manuel Luiz Osório (marquês de Herval) rompe o sítio de Caçapava e retira-se para Rio-Pardo com 41 homens.

RIO-DE-JANEIRO — O marechal Salvador José Maciel sucede ao marquês de Lages no cargo de ministro da guerra.

Abril 8 — O coronel João Crisóstomo da Silva, comandante das armas, que se achava cercado em Caçapava, rende-se com 540 homens e 15 canhões.

Abril 10 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre), que dispunha de 530 homens, é vencido nos campos do Fragata, perto de Capão-do-Leão, por 320 homens do coronel Domingos Crescêncio de Carvalho.

Abril 13 — O general Bento Manuel Ribeiro resolve defender a separação do Rio-Grande-do-Sul até à maioridade do Imperador Pedro II.

O tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula é nomeado pelo govêrno revolucionário ministro da guerra, da marinha e do interior.

Abril 14 — O general Antônio de Souza Neto é nomeado comandante em chefe do exército revolucionário.

O general Francisco das Chagas Santos é nomeado comandante das armas pelo govêrno legalista.

Abril 17 — Combate de Fortaleza entre José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) e uma força revolucionária.

Abril 25 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto é nomeado comandante das armas.

Abril 26 — REVOLUÇÃO DA VENEZUELA — O general

José Antônio Paez derrota em Sam Juan de Payara o coronel revolucionário Francisco Farfan.

Abril 28 — O coronel João Antônio da Silveira, o tenente-coronel Daví Canabarro e os majores José Antônio Carneiro e Joaquim Teixeira Nunes declaram em São-Gabriel que não consideram Antônio Paulo da Fontoura culpado dos atos de que o acusam.

Maio 9 — O lanchão "Mazzini" saído do Rio-de-Janeiro sob o comando do 1.º tenente José Garibaldi, com 13 tripulantes, apresa em Guaratiba a sumaca "Luíza". Passa para esta a tripulação, dá-lhe o nome de "Farroupilha" e destroi o lanchão.

Maio 11 — O general Antônio de Souza Neto, à frente de 2.000 homens, estabelece o 2.º cêrco de Pôrto-Alegre, que era defendida por 1.100 homens e 22 canhões. Mais tarde assumiu a direção do cêrco o coronel Onofre Pires da Silveira Canto.

Daví Canabarro escreve ao general Antônio de Souza Neto aconselhando-o a organizar um exército em São-Gabriel, para daí ir atacar Rio-Grande ou qualquer outro ponto que fôsse necessário.

Maio 15 — Os revolucionários atacam Pôrto-Alegre e são repelidos.

Maio 16 — O marechal Francisco das Chagas Santos assume a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 14 de abril.

RIO-DE-JANEIRO — O ministério de 1.º de novembro de 1836 deixa o poder, sendo substituído pelo visconde de Caravelas (império e fazenda), visconde de Jequitinhonha (exterior e justiça), José Saturnino da Costa Pereira (guerra), almirante Tristão Pio dos Santos (marinha).

Maio 17 — A sumaca "Farroupilha" deixa em Itapecoroí a tripulação aprisionada no dia 9.

Maio 18 — Os revolucionários levam novo assalto a Pôrto-Alegre.

Maio 20 — Trégua entre legalistas e revolucionários, o

que determina o levantamento momentâneo do cêrco de Pôrto-Alegre.

O general João Manuel de Lima e Silva apresenta-se em Piratiní de regresso de Montevidéu.

REPÚBLICA-DA-VENEZUELA — O general Carlos Soublette sucede ao general José Maria Carreño na presidência da república e a exerce até janeiro de 1839, em que lhe sucede o general José Antônio Paez.

Maio 23 — O major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval) bate na Picada, margem do rio Guaíba, uma fôrça revolucionária, fazendo 32 prisioneiros.

Maio 28 — A sumaca "Farroupilha" chega em Maldonado, na República do Uruguai.

Maio 29 — O coronel Domingos José de Almeida, ministro da fazenda e do interior, lança um empréstimo de Rs..... 300:000$000

Maio 30 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) é batido e perseguido de Povo-Novo a Carreiros.

Junho 5 — A sumaca "Farroupilha" sai de Maldonado sob o comando de Luiz Carniglia.

O general Bento Manuel Ribeiro surpreende e bate no arroio Santa-Bárbara o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, aprisionando o tenente-coronel Antônio de Melo Albuquerque, que é levado a São-Gabriel.

Junho 6 — Feliciano Nunes Pires assume a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 16 de maio.

Junho 9 — José de Souza Neto ataca o tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) perto de Rio-Grande, sendo repelido.

Junho 10 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho transpõe o rio São-Gonçalo para atacar Rio-Grande.

Junho 11 — O tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) bate uma fôrça revolucionária na ponta de Turotama e a persegue até o passo-do-Beca.

Junho 12 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho persegue o tenente-coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) até 2 léguas de Rio-Grande e cerca a cidade.

Junho 13 — O capitão Joaquim Alves Fanfa é derrotado e morto junto ao morro de Fortaleza por Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí, natural de Pôrto-Alegre, 1811-1891).

Junho 15 — Um destacamento do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto bate uma fôrça revolucionária na estância dos Ouveros, em Botucaraí.

A sumaca "Farroupilha" repele na costa de Rosário, no Rio-da-Prata, o ataque da lancha uruguaia "Maria", tripulada por 24 homens, 3 dos quais foram feridos; Garibaldi foi ferido e teve um marinheiro morto. Daí seguiu para a Argentina, sendo apresada em julho em Gualeguai-Grande e entregue às autoridades brasileiras.

Junho 20 — O general Antônio de Souza Neto, que regressara de Triunfo e restabelecera o sítio, bombardeia e ataca Pôrto-Alegre, sendo repelido pelo general Francisco Xavier da Cunha.

Junho 24 — A Câmara Municipal de Alegrete adere à revolução.

Junho 25 — O general Francisco Xavier da Cunha efetua uma sortida sôbre Fortaleza no cêrco de Pôrto-Alegre, combatendo por espaço de 4 horas; foi morto o major Jorge de Mazarredo, comandante do 8.º de caçadores.

Julho 2 — O coronel João Antônio da Silveira bate perto do rio Ivaí 70 legalistas de Batista de Melo.

Julho 3 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho levanta o cêrco de Rio-Grande.

Julho 5 — A Câmara Municipal de Alegrete protesta contra os decretos do govêrno revolucionário sôbre confiscação de bens e o empréstimo de 300 contos.

O general João Manuel de Lima e Silva vence na restinga de Botuí o coronel Loureiro que havia derrotado antes a guarda revolucionária de Itaquí.

Julho 6 — O coronel Domingos José de Almeida, ministro da fazenda e do interior, seqüestra em Alegrete um prédio particular, no qual veio a reünir-se mais tarde a Assembléia Constituinte da revolução.

Julho 7 — O general Bento Manuel Ribeiro é aprisionado

pelo marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Logo depois as fôrças dêste são derrotadas na estância do major Atanagildo Martins, perto de Cruz-Alta, pelo coronel João Antônio da Silveira, o qual liberta o general Bento Manuel Ribeiro, que fôra alvejado e deixado por morto pela escolta que o guardava.

REVOLUÇÃO DO PARÁ — O major Manuel Muniz Tavares segue para o Amazonas e ocupa Santarém.

Julho 12 — REVOLUÇÃO DO AMAZONAS — O padre Antônio Manuel Sanches de Brito derrota os revoltosos em Icuipiranga.

Julho 22 — A artilharia revolucionária bombardeia Pôrto-Alegre.

Julho 27 — O general João Manuel de Lima e Silva derrota o alferes Roque Faustino.

Julho 28 — O tenente-coronel José Egídio Gordilho de Barbuda (2.° visconde de Camamú), afim de trazer víveres para a guarnição de Pôrto-Alegre, dirige um desembarque nos arroios Lino e Caí.

Agôsto 5 — Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (barão de Quaraí, natural de Rio-Grande, 1810-1856), chefe de polícia em Pôrto-Alegre, manda agredir e espancar Mateus Gomes Viana, secretário do presidente Feliciano Nunes Pires.

Agôsto 7 — A artilharia revolucionária bombardeia Pôrto-Alegre.

Agôsto 10 — O general Bento Gonçalves da Silva segue preso no brigue "Constança" comandado pelo 1.° tenente Joaquim José Inácio (visconde de Inhauma, natural de Lisboa, 1808-1869) da fortaleza da Lage, no Rio-de-Janeiro, para o forte do Mar, na Baía, onde chega no dia 26.

Agôsto 12 — BATALHA DE TRIUNFO — O general Antônio de Souza Neto, com 700 homens, derrota 400 legalistas do coronel Gabriel Gomes Lisboa em Triunfo. Estes tiveram 100 mortos, contando-se entre êles o próprio Gomes Lisboa, (natural de Cachoeira, 1790-1837).

Agôsto 18 — O general João Manuel de Lima e Silva é preso em São-Luiz-de-Missões pelo capitão Roque Faustino e

assassinado a 10 quadras do passo geral de Piratiní, que dista 3 léguas de São-Luiz (1).

Agôsto 26 — O coronel João Antônio da Silveira recebe em Cacequí ordem de Daví Canabarro para mandar de São-Gabriel um destacamento reünir-se ao capitão Vasco Marques, que já se achava nas pontas do rio Jaguarí.

Setembro 10 — O general Bento Gonçalves da Silva foge do forte de São Marcelo ou do Mar, refugiando-se na ilha de Itaparica, de onde passou-se depois para a capital da Baía.

Setembro 18 — RIO-DE-JANEIRO — Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) sucede ao visconde de Caravelas na pasta do império.

Setembro 19 — RIO-DE-JANEIRO — O padre Diogo Antônio Feijó entrega o cargo de Regente do Império a Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda. Êste nomeia novo ministério, que ficou assim constituído: Bernardo Pereira de Vasconcelos (império e justiça), barão de Itamaracá (exterior), coronel Sebastião do Rêgo Barros (guerra), visconde de Itaboraí (marinha) e marquês de Abrantes (fazenda). O poder passou, então, dos Liberais para os Conservadores.

Setembro 29 — O general Francisco Xavier da Cunha efetua uma sortida sôbre Gravataí, lutando em Moinhos-de-Vento com o coronel Marcelino José do Carmo, que substituía o general Antônio de Souza Neto na direção do cêrco de Pôrto-Alegre.

Outubro 1.º — O capitão tenente Guilherme Parker, com 3 navios, trava tiroteio com os revolucionários diante de Triunfo.

---

(1) O general João Manuel de Lima e Silva era cunhado do coronel Afonso José de Almeida Côrte Real, filho do marechal português José Joaquim de Lima e Silva, irmão dos marechais José Joaquim de Lima e Silva (visconde de Magé), Francisco de Lima e Silva (barão de Barra-Grande), Manuel da Fonseca Lima e Silva (barão de Suruí) e Luiz Manuel de Lima e Silva e tio dos marechais Francisco de Lima e Silva Filho, João Manuel de Lima e Silva e Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias), do general Carlos Miguel de Lima e Silva e do coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (conde de Tocantins).

Outubro 6 — O novo Regente do Império, marquês de Olinda, concede anistia aos revolucionários que abandonarem a luta.

Outubro 7 — O general Bento Gonçalves da Silva segue, por mar, da Baía para Florianópolis, de onde se transportou a-cavalo para Viamão.

Outubro 14 — O general Francisco Xavier da Cunha desembarca no arroio do Lino, enquanto o tenente-coronel José Egídio Gordilho de Barbuda (2.º visconde de Camamú) segue de Pôrto-Alegre, por terra, ao seu encontro.

Outubro 22 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general Manuel Oribe, que passara a presidência da república a Carlos Anaya, é derrotado na batalha de Yucutujá pelo general Fructuoso Rivera, o qual regressara do Rio-Grande-do-Sul.

Outubro 25 — REPÚBLICA-ARGENTINA — Fuzilamento em Buenos-Aires de Santos Pérez e dos irmãos Reinafé, acusados da morte do general João Facundo Quiroga.

Outubro 27 — O tenente-coronel José Egídio Gordilho de Barbuda (2.º visconde de Camamú) percorre a margem direita do Jacuí até o passo de Triunfo apresando 300 cavalos e dispersando uma fôrça de 20 revolucionários.

Outubro 30 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro é batido na coxilha de Espinilho, entre Cruz-Alta e São-Borja, pelo general Bento Manuel Ribeiro.

Antes disso, Boaventura Zeferino, que tinha 240 homens, fôra derrotado e morto em Mariano Pinto pelo coronel Manuel dos Santos Loureiro e o tenente-coronel José Luiz derrotou em Cima-da-Serra o chefe revolucionário Zeferino José Jacinto.

Outubro 31 — O capitão revolucionário Lara é derrotado e aprisionado na estância do Pereira, a 12 léguas da guarda de Santa Vitória, pelo capitão Manuel Joaquim da Silva, deixando 40 mortos e 59 prisioneiros.

Neste mês de outubro o tenente-coronel Antônio de Melo Albuquerque (natural de Bagé, 1803-1868), com 12 homens, derrota 26 revolucionários em Campestre, na serra de São-Martinho.

Novembro 3 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito assume a presidência da província e o comando das armas, para os quais fôra nomeado em 28 de setembro.

O general Bento Gonçalves da Silva chega a Tôrres e daí se dirige a Viamão, onde chega no dia 10.

Novembro 6 — REVOLUÇÃO NA BAÍA — Revolta-se a fortaleza de São-Pedro, na capital da Baía.

Novembro 7 — REVOLUÇÃO NA BAÍA — A capital da Baía fica em poder dos revolucionários, abandonando a cidade o presidente Francisco de Souza Paraízo e o arcebispo Romualdo Antônio de Seixas, (marquês de Santa-Cruz). E' proclamada a República Baìense, sendo aclamados presidente Inocêncio da Rocha Galvão (que se achava nos Estados-Unidos-da-América), vice-presidente João Carneiro da Silva Rêgo e comandante das armas o major Sérgio José Veloso (promovido a general). Foi nomeado o seguinte ministério: Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira (exterior e interior), tenente-coronel Daniel Gomes de Freitas (guerra), Silva Freire (fazenda), João Carneiro Filho (justiça), general Freitas de Guimarães (marinha). Feira e Itaparica aderem ao movimento.

Novembro 10 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto entra na Picada de Botucaraí, em cuja saída bate uma fôrça revolucionária.

Novembro 11 — REVOLUÇÃO NA BAÍA — João Carneiro da Silva Rêgo, vice-presidente em exercício, proclama a independência da Baía.

Novembro 13 — O ministro da justiça Antônio Vicente de Siqueira Pereira Leitão, do govêrno revolucionário, (natural de Rio-Pardo, 1800-1888), aceita a demissão pedida pelo coronel Domingos José de Almeida do cargo de comandante da Guarda-Nacional de Rio-Grande.

REVOLUÇÃO NA BAÍA — O batalhão de polícia da capital, vai para Pirajá, conservando-se fiel ao govêrno legal.

Novembro 14 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto chega defronte a Pôrto-Alegre, na margem direita do rio Guaíba.

REVOLUÇÃO NA BAÍA — Francisco de Souza Paraízo

passa a presidência da província a Honorato José de Barros Paim, em Cachoeira.

Novembro 17 — GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O almirante chileno Manuel Blanco Encalada, com 3.500 homens, capitula em Paucarpata ante o marechal André de Santa-Cruz.

Novembro 18 — REVOLUÇÃO NA BAÍA — O coronel Antônio de Souza Lima repele um ataque dos revolucionários ao forte da ilha de Itaparica.

Novembro 19 — REVOLUÇÃO NA BAÍA — Honorato José de Barros Paim entrega a presidência da província a Antônio Pereira Barreto Pedroso. O coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque (visconde da Tôrre de Garcia de Avila) e o tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (barão de Cajaíba) organizam fôrças contra a revolução.

Novembro 21 — REVOLUÇÃO NO URUGUAI — Os generais Inácio Oribe e Servando Gómez derrotam o general revolucionário Fructuoso Rivera, junto ao rio Yi.

Novembro 27 — REVOLUÇÃO NO URUGUAI — O general Fructuoso Rivera, auxiliado pelo general João Lavalle, que trouxera 300 homens do Rio-Grande-do-Sul, toma Durazno.

Novembro 30 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O general Sérgio José Veloso combate na campina de Pirajá com os legalistas.

Dezembro 16 — O general Bento Gonçalves da Silva assume em Piratiní a presidência da República Rio-grandense.

Dezembro 19 — O general Bento Gonçalves da Silva segue para o cêrco de Pôrto-Alegre com o coronel José Mariano de Matos e o ministro da guerra José da Silva Brandão (natural de Vila-Rica, Minas-Gerais).

Dezembro 23 — A capela curada de São-Gabriel é elevada pelo govêrno provincial à Paróquia ou Freguesia.

Dezembro 28 — COMBATE DE INHANDUÍ — O coronel José Rodrigues Barboza e o tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa, com 500 homens, são derrotados em Capela

Queimada, margem esquerda do rio Inhanduí, pelo general Bento Manuel Ribeiro, perdendo 80 homens e 2.000 cavalos.

Dezembro 29 — O govêrno revolucionário promove Bento Manuel Ribeiro a General da República, o tenente-coronel Daví Canabarro a Coronel e o major Joaquim Teixeira Nunes a Tenente-Coronel. A capital da república estava provisòriamente em São-Jerônimo.

1838

Janeiro 1.º — SÃO-PAULO — Distúrbios em Franca, promovidos por Anselmo Ferreira de Barcelos, que entrou na localidade a frente de 100 homens.

Janeiro 2 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O govêrno declara bloqueado o pôrto da Baía, confiando as fôrças navais a direção de Teodoro Alexandre de Beaurepaire (natural de Toulon, 1787-1849), substituído por Frederico Mariath.

Janeiro 3 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O tenente coronel José Joaquim Coelho (barão de Vitória, natural de Lisboa, 1797-1860) reúne-se às fôrças sitiadoras da Baía.

Janeiro 6, 7 e 8 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O coronel Antônio Corrêa Seara (natural de Pernambuco, 1802-1858) derrota os revolucionários em Campina, nos arredores da capital.

Janeiro 9 — O marechal Antero José Ferreira de Brito (barão de Tramandaí) é pôsto em liberdade em Viamão, em troca do tenente-coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmento Mena, que estava prisioneiro dos legalistas.

Janeiro 17 e 18 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (barão de Cajaíba) toma cinco posições dos revolucionários, fazendo-lhes 600 baixas.

Janeiro 29 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto passa de Pôrto-Alegre para Picada, no outro lado do rio Guaíba.

Janeiro 30 — Os revolucionários levantam o 2.º cêrco de Pôrto-Alegre, mantido desde 11 de maio de 1837.

Nessa época era ministro da fazenda do govêrno revolucionário o coronel Afonso José de Almeida Côrte Real.

Janeiro 31 — O exército revolucionário detém-se em Boa-Vista. O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito retrocede de Águas Claras para Pôrto-Alegre, perseguido por êle.

Fevereiro 2 — Os generais Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro têm uma entrevista em Triunfo.

Fevereiro 3 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito passa para a margem esquerda do rio Jacuí.

Fevereiro 4 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — Encontro junto ao forte de Santo-Antônio entre 2 navios legalistas e 8 navios revolucionários.

Fevereiro 5 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito transpõe o rio Caí.

Fevereiro 7 — O marechal Antônio Elezeário de Miranda Brito ocupa São-Leopoldo, depois de tirotear com os revolucionários

Fevereiro 16 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito chega ao passo da Cachoeira, no rio Gravataí.

Fevereiro 17 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — Os tenente-coronéis Manuel Antônio da Silva e Antônio Corrêa Seara repelem os revolucionários em Cajazeiras, Boa-Vista e Campina.

Fevereiro 18 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (barão de Cajaíba) repele os revolucionários em Cajazeira e toma as posições de Gesteira, José Marques e Camilo, defendidas pelo general Sérgio José Veloso.

Fevereiro 19 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O major Manuel da Rocha Galvão ataca e toma Armações, nos arredores da Baía.

Fevereiro 23 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O marechal João Crisóstomo Calado substitue o tenente-coronel Luiz da França Pinto Garcez no comando do exército legalista.

Fevereiro 24 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho, com 1.100 homens das 3 armas e 8 canhões, tenta forçar a passagem do rio São-Gonçalo no passo do Beca, em cuja margem, na volta do Medeiros, construíra uma bateria. Foi esta bombardeada pelas canhoneiras ns. 1 e 6, dos primeiros

tenentes Manuel Maria de Bulhões Ribeiro e Antônio José Francisco da Paixão, desde às 16 horas até ao escurecer, abandonando os revolucionários o forte, que foi arrasado.

Neste mês o tenente-coronel Antônio de Melo Albuquerque bate no passo do Caí o tenente-coronel revolucionário Joaquim Teixeira Nunes.

Fevereiro 26 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general Manuel Oribe reassume a presidência da república.

Março 6 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito segue de Pôrto-Alegre para Taquarí.

Março 9 — O coronel José Mariano de Matos, à frente de 1.300 revolucionários, ocupa Lages (Santa-Catarina).

No princípio dêste mês José Garibaldi chega em Piratiní.

REVOLUÇÃO DA BAÍA — 500 revolucionários desembarcam em Caboto afim de marchar sôbre Feira-de-Santana, 20 lanchões revolucionários tentam um ataque à ilha da Maré, caindo 4 em poder da esquadra bloqueadora.

Março 11 e 12 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — Combate em Jequitara, Lagartixa e São-Caetano.

Março 13 — REPÚBLICA-ARGENTINA — Rompimento das relações diplomáticas entre a França e a Argentina.

REVOLUÇÃO DA BAÍA — O marechal João Crisóstomo Calado investe a cidade da Baía por Candomblé, Bate-Fôlha, São-Caetano, Conceição, Lapinha, Bom-Gôsto, Forte Gequitaia, e Cruz-do-Cosme. José Joaquim Coelho (barão de Vitória) toma Campina.

Março 14 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — As fôrças legais levam o assalto definitivo à cidade da Baía por Engenho-da-Conceição, Pátio-da-Piedade, fortes do Barbalho, São-Pedro, Santo-Antônio e Soledade.

Março 15 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O marechal João Crisóstomo Calado toma a cidade da Baía, pondo fim à República Baïense. O general Sérgio José Veloso, cercado no forte de São-Pedro pelos tenente-coronéis José Joaquim Coelho (barão de Vitória) e Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (barão de Cajaíba), rende-se; êsses mesmos chefes legalistas tomam o forte de Gamboa. Registaram-se mais de 1.000 bai-

xas; o presidente João Carneiro da Silva Rêgo, 80 oficiais e 568 soldados foram aprisionados; o incêndio ateado pelos vencidos destruiu 160 casas. 2.000 pessoas foram presas e os militares foram enviados para a ilha Fernando-de-Noronha.

Março 16 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — Capitulação do forte do Mar, última fortaleza da Baía em poder dos revolucionários.

Março 17 — Guerrilhas entre a ponte do Couto e a ponte do rio Pardo entre o marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito e o general Bento Manuel Ribeiro.

Março 18 — REVOLUÇÃO DA BAÍA — O tenente-coronel José Joaquim Coelho (barão de Vitória) segue da Baía para bater as fôrças revolucionárias de Estiva e Santana.

Março 23 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — O almirante francês Luiz Francisco João Leblanc bloqueia o pôrto de Buenos-Aires.

Março 28 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho ataca na barra do Pavão, no rio São-Gonçalo, dois lanchões legalistas.

Abril 1.° — O presidente Bento Gonçalves da Silva e o ministro da marinha e da guerra, coronel José da Silva Brandão, concedem carta de côrso a José Garibaldi.

Abril 2 — REVOLUÇÃO DO AMAZONAS — O tenente-coronel Manuel Muniz Tavares marcha contra os revoltosos de Rio-Preto, de onde voltou em 10 de outubro.

Abril 3 — Jacinto Guedes da Luz bate o capitão legalista Siqueira em Yacaré-Cururú, a esquerda do rio Quaraí.

Abril 11 — RIO-GRANDE-DO-NORTE — E' assassinado o presidente da província, Manuel Ribeiro da Silva Lisboa.

Abril 17 — Os revolucionários abandonam Rio-Pardo, que é ocupada pelo marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito, com 1.400 homens.

Abril 23 — Uma fôrça revolucionária de 200 homens situa-se na margem direita do rio Jacuí e daí alveja, nos dias seguintes, em Pombas e Rio-Pardo, as embarcações legalistas.

Abril 27 — O coronel Daví Canabarro ataca o major José

Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) em Rincão-del-Rei e o persegue até Barro-Vermelho.

Abril 28 — Encontro no arroio do Couto entre revolucionários e legalistas.

Abril 30 — 2.ª BATALHA DE RIO-PARDO — Os generais Bento Manuel Ribeiro e Antônio de Souza Neto, com 2.500 homens, derrotam o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, que dispunha sòmente de 1.546 homens e ocupam a localidade. As fôrças legais perderam 71 mortos, 100 prisioneiros e 8 canhões, contando-se entre os mortos o coronel Guilherme José Lisboa, comandante do 2.º batalhão de caçadores, que pereceu valentemente quando, de bandeira em punho, dirigia uma carga de baioneta contra os vencedores. Êstes tiveram 200 mortos e feridos.

Maio 2 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general revolucionário Fructuoso Rivera entra em negociações, em Durazno, com os revolucionários rio-grandenses.

Maio 2 e 3 — Francisco Xavier Calmon Cabral da Silva (barão de Itapagipe, natural de Lisboa, 1806-1877) combate com o coronel Afonso José de Almeida Côrte Real no rio Piratiní e acampa no arroio das Pedras.

Maio 3 — O major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval) bate uma fôrça revolucionária em Herval.

Antes disso, o tenente-coronel Florentino fôra derrotado na coxilha do Fogo, em Cangussú.

Maio 6 — O general Bento Gonçalves da Silva proclama de Herval aos rio-grandenses.

Maio 7 — Encontro entre as fôrças do general Bento Gonçalves da Silva e de Francisco Xavier Calmon Cabral da Silva (barão de Itapagipe).

Maio 9 — Francisco Xavier Calmon Cabral da Silva (barão de Itapagipe), auxiliado por uma canhoneira, transpõe o rio São-Gonçalo sob o fogo dos revolucionários.

Maio 11 — Os revolucionários põem cêrco a Pôrto-Alegre pela terceira vez.

Maio 18 — PERNAMBUCO — Manuel Pereira da Silva, com 26 homens, derrota em Pedra-Bonita o chefe fanático

Pedro Antônio, o qual deixou 29 mortos e 24 prisioneiros. Os vencedores tiveram 5 mortos e 4 feridos.

Junho 2 — GUERRA ENTRE A ARGENTINA E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — As fôrças confederadas derrotam os argentinos em Iruia.

Junho 3 — O capitão Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) penetra no arroio Petim aprisionando o chefe revolucionário José Pereira da Silva Júnior juntamente com dois hiates, uma lancha e duas chalupas.

Junho 7 — O alferes Antônio José Pereira bate uma fôrça revolucionária em Pelotas.

Junho 10 — Convenção de Piratiní entre os revolucionários rio-grandenses e o general Fructuoso Rivera, chefe da revolução uruguaia.

Junho 15 — O general Bento Manuel Ribeiro e o coronel Daví Canabarro reforçam com 800 homens o cêrco de Pôrto-Alegre. O primeiro retirou-se depois para o interior.

REPÚBLICA-ARGENTINA — Morte do general Estanislau López, governador de Santa-Fé, constando que foi envenenado por ordem do ditador Rosas.

REVOLUÇÃO DO URUGUAI — Os generais João Antônio Lavalleja, Inácio Oribe e Manuel Britos são derrotados na batalha de Palmar-del-Rio-Negro pelo coronel revolucionário Angelo Núñez, já depois do chefe dêste, general Fructuoso Rivera, ter fugado do campo da ação, por julgá-la perdida.

Junho 22 — REPÚBLICA-ARGENTINA — O general Filipe Ibarra, governador de Santiago-del-Estero, é morto por ordem do ditador Rosas.

Junho 24 — GUERRA ENTRE A ARGENTINA E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — As fôrças confederadas derrotam os argentinos na batalha de Montenegro.

Junho 25 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general João Lavalle abandona o exército do general Fructuoso Rivera.

Julho 6 — O capitão Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 70 homens, bate em Tapes uma fôrça revolucionária, ocupa Dores-de-Camaquam e regressa a Pôrto-Alegre, perdendo os revolucionários um hiate, um canhão, dois mortos e cinco prisioneiros. O capitão Domingos Barboza, que retrocedera do passo do Duro para atacar aquele chefe legalista, já o encontrou embarcado para regressar.

Julho 12 — O govêrno anuncia que João Loureiro Vidal, com 100 homens, bateu em Campestres os chefes revolucionários Castilho e Tomaz, que iam de Vacaria para Santo Antônio da Patrulha, fazendo-lhes 30 mortos.

Julho 13 — A Câmara Municipal de São-Borja adere à revolução.

Julho 15 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O presidente Luiz José Orbegoso, presidente do Estado-Norte-Peruano, rebela-se contra o govêrno confederado.

Julho 30 — O capitão José do Amaral Ferrador vence Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) em Dores-de-Camaquã.

Neste mês os revolucionários lançam à água os lanchões "Rio-Pardo" e "Independência".

Agôsto 11 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O general Luiz José Orbegoso é substituído por Riva Agüero na presidência do Estado-Norte-Peruano.

Agôsto 21 — GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal chileno Manuel Bulnes derrota o general Luiz José Orbegoso em Portada-de-Guia.

André Lamas e o coronel Martiniano Chilavert, representantes do chefe da revolução uruguaia, general Fructuoso Rivera, assinam em Canguê um tratado de aliança com o coronel José Mariano de Matos, representante dos revolucionários do Rio-Grande-do-Sul.

Agôsto 24 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal Agostinho Gamarra, aliado dos invasores chilenos, é proclamado presidente do Perú.

Agôsto 25 — O coronel Agostinho José de Melo bate uma fôrça legalista no passo de Ijuí-Grande.

Agôsto 26 — O coronel Agostinho José de Melo bate uma fôrça de 40 legalistas a 3 léguas do rio Ijuí Grande, no caminho de Santa-Cruz.

José Garibaldi sai da foz do rio Camaquã com os lanchões "Rio-Pardo" e "Independência".

Agôsto 28 — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 300 homens, bate 80 revolucionários do capitão José do Amaral Ferrador na Picada, fazendo-lhes 22 mortos.

Agôsto 29 — O general Bento Gonçalves da Silva dirige de Piratiní um manifesto ao Rio-Grande-do-Sul.

Agôsto 30 — O tenente-coronel Rafael Fortunato da Silva Brandão (natural de Minas-Gerais) derrota o major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) perto do rio Camaquã, fazendo-lhe 2 mortos e 1 prisioneiro. Depois disso, o capitão José do Amaral Ferrador atacou no passo do Ribeiro o mesmo major, o qual embarcou-se na esquadra na Picada, perdendo 3 mortos, 10 feridos e 1 prisioneiro.

RIO-DE-JANEIRO — O coronel Sebastião do Rêgo Barros substitue o visconde de Itaboraí na pasta da marinha.

Agôsto 31 — O tenente-coronel José da Silva Brandão, ministro da guerra, da marinha e do exterior, decreta a criação de um corpo de lanceiros em Missões.

GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal Manuel Bulnes, comandante do exército chileno invasor, ocupa Lima.

Setembro 1.º — Decreto do coronel Domingos José de Almeida, ministro da fazenda e do interior, regulamentando o côrso.

Começa a publicar-se em Piratiní o jornal "O Povo", órgão oficial do govêrno revolucionário.

Setembro 4 — O capitão-tenente José Garibaldi, com os lanchões "Rio-Pardo" e "Independência", persegue a sumaca "Mineira" e o patacho "Novo-Acôrdo" perto da ponta de Cristóvão Pereira. A tripulação da primeira abandonou-a,

desembarcando em Guritas, ao norte de Bojurú, onde uma patrulha revolucionária aprisionou-a, sendo o navio incendiado. O patacho escapou-se para Rio-Grande.

Setembro 5 — Diversos revolucionários, conduzidos presos a bordo do patacho "Patagônia", sublevam-se, obrigando-o a fundear em Ganchos (Santa-Catarina), onde desembarcam.

Setembro 6 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Itaboraí reassume a pasta da marinha.

Setembro 17 — O major Joaquim Mariano Aranha derrota e aprisiona João Lourenço, João Grande e o capitão Oliveira, chefes das fôrças legalistas de Pinhal, Mundo-Novo e Três-Forquilhas, num total de 190 homens.

Setembro 18 — O govêrno revolucionário convoca um Conselho de Procuradores Gerais.

GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — Combate de Matucana entre os chilenos e as fôrças confederadas.

Setembro 20 — João Pascoe Grenfell é substituído no comando das fôrças navais do Rio-Grande-do-Sul pelo capitão de mar e guerra Frederico Mariath.

O coronel Domingos José de Almeida, ministro do interior, da fazenda e da justiça, manda pôr em liberdade os prisioneiros de Rio-Pardo.

Outubro 6 — Combate do passo da Areia entre o major José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) e uma fôrça revolucionária.

O govêrno revolucionário cria a Vila-Setembrina e a Comarca-Abrilina.

Outubro 11 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — A fôrça naval francesa do capitão de corveta Hipólito Daguenet derrota o tenente-coronel argentino Jerônimo Costa na ilha de Martin-Garcia, ocupando esta.

Outubro 12 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal João Pio de Tristan y Moscoso (que fôra o último vice-rei do Perú, quando colônia espanhola) sucede ao general Ramão Herrera na presidência do Estado-Sul-Peruano.

Outubro 23 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general Manuel Oribe demite-se da presidência da república e segue para Buenos-Aires no dia 25.

Outubro 24 — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — Gabriel Antônio Pereira assume a presidência da república.

Outubro 28 — Os generais Antônio Corrêa Seara e Filipe Neri de Oliveira (natural de Lisboa, 1789-1845) são nomeados para comandar, respectivamente, a infantaria e a cavalaria do exército legalista.

Novembro 1.º — REVOLUÇÃO DO URUGUAI — O general Fructuoso Rivera, chefe da revolução vitoriosa, ocupa Montevidéu e assume no dia 11 a presidência da república.

Novembro 6 — O tenente-coronel Francisco José da Rocha, fugitivo da revolução da Baía, entra ao serviço da revolução do Rio-Grande-do-Sul.

O tenente-coronel Salustiano Severino dos Reis, com 570 homens, bate os revolucionários perto de Triunfo e os persegue até Estiva, fazendo-lhes 18 mortos e 7 prisioneiros. Derrotou depois uma fôrça revolucionária na margem direita do rio Jacuí, a qual deixou 6 mortos e 1 prisioneiro.

Novembro 9 — SÃO-PAULO — O chefe revolucionário Anselmo Ferreira de Barcelos ocupa Franca pela segunda vez.

GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal André de Santa Cruz, presidente da Confederação, à frente de 7.500 homens, recupera Lima, que fôra abandonada pelos chilenos.

Novembro 12 — O capitão Joaquim Teodoro Prestes, à frente de 100 revolucionários ocupa Lages (Santa-Catarina) sem resistência.

Novembro 19 — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) desembarca em Santo-Amaro e derrota os revolucionários, aprisionando Francisco Teixeira, seu chefe.

Novembro 25 — O general Filipe Neri de Oliveira toma Rio-Pardo, batendo o tenente-coronel Antônio Joaquim de Ornellas, que perdeu 4 canhões e 90 prisioneiros.

Dezembro 13 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Raimundo Gomes Vieira Jutaí (natural de Piauí) entra em Manga de Iguará, iniciando um movimento revolucionário contra o presidente Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo.

Dezembro 24 — Decreto do coronel José da Silva Brandão, ministro da guerra e da marinha, determinando a tripulação dos navios corsários.

Dezembro 26 — O coronel José Mariano de Matos chega em Montevidéu.

José Alves de Simas (Juca Cipriano) é batido pelos revolucionários no rio Camaquã.

Dezembro 28 — José Alves de Simas, com 50 legalistas, é batido em Taquarembó, na estância do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, pelo capitão Vasco Marques de Souza, deixando 3 mortos.

Dezembro 31 — Assinatura em Montevidéu de um tratado de aliança entre a França, o Uruguai e a província de Corrientes contra a República Argentina.

1839

Janeiro 2 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O chefe revolucionário Raimundo Gomes Vieira Jutaí entra em Brejo. Manuel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio adere ao movimento e é nomeado General em chefe

Janeiro 6 — GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — Os marechais André de Santa Cruz e Manuel Bulnes travam o combate indeciso de Buin.

Janeiro 7 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Pedro Paulo de Morais Rêgo bate os revoltosos na feitoria de São-Martinho.

Janeiro 9 — O presidente Bento Gonçalves da Silva anuncia a transferência da capital da República-Rio-grandense de Piratiní para Caçapava.

Janeiro 12 — GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — Combate naval de Casma entre 4 naves chilenas e igual número de navios da Confederação.

Janeiro 16 — Anuncia-se que o capitão legalista Daví, desembarcado da esquadrilha com 40 homens em Pavão, tomou Pelotas, deixando os revolucionários 7 mortos, 4 feridos e 2 prisioneiros.

Janeiro 18 — Vasco Amaro da Silveira e 3 companheiros são mortos em Olhos d'Água, na estância do Baú, por uma fôrça legalista de Astrogildo Pereira da Costa (barão de Aceguá, natural de Herval 1815-1892).

Janeiro 20 — As canhoneiras ns. 7 e 9 e o lanchão n.º 2 fundeiam nos passos do Pesqueiro e do Contrato, no rio Caí, tiroteando até o dia 23 com as fôrças do general Bento Manuel Ribeiro.

GUERRA ENTRE O CHILE E A CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O exército invasor chileno, comandado pelo marechal Manuel Bulnes, derrota na batalha de Yungay as tropas do marechal André de Santa Cruz, presidente da Confederação Perú-Boliviana. Esta ação deu por terra com o grandioso projeto do marechal Santa Cruz de fundar, com a união do Perú e da Bolívia, uma poderosa nação na América-do-Sul, contra o qual se insurgiram o Chile e a Argentina.

Janeiro 21 — José Alves de Simas ataca e toma Caçapava.

O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito, com 1.600 homens, desembarca no rio Caí, transpõe os rios dos Sinos e Gravataí e efetua uma sortida pela Aldeia-dos-Anjos (hoje Gravataí).

Janeiro 24 — O govêrno revolucionário instala-se em Caçapava.

Janeiro 29 — O tenente-coronel Salustiano Severino dos Reis, à frente de um batalhão legalista, combate perto de Pôrto-Alegre.

O coronel Daví Canabarro, que dirigia o cêrco de Pôrto-Alegre, abandona Viamão.

Janeiro 30 — REVOLUÇÃO DO AMAZONAS — O 1.º tenente Lourenço da Silva Araújo Amazonas derrota os revoltosos em Maranhão-Grande.

Janeiro 31 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito ataca os revolucionários na povoação de Gravataí e combate até Viamão, ocupando esta vila.

Fevereiro 1.º — COMBATE DO RIO CAÍ — As canhoneiras ns. 7 e 9 e o lanchão n.º 2, comandados pelos 1ºs. tenentes Manuel Luiz Pereira da Cunha (filho do marquês de Inhambupe) e Antônio Dias dos Santos Belico são atacados no passo do Contrato, no rio Caí, por 1.000 homens e 2 canhões do general Bento Manuel Ribeiro. Belico foi morto, Cunha aprisionado e as embarcações tomadas.

Fevereiro 2 — O marechal Antônio Elzeário de Miranda Brito retira-se do passo do Vigário para Pôrto-Alegre, debaixo do fogo do coronel Daví Canabarro, tendo 9 feridos. Na retirada, o tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) combateu no passo do Feijó.

Fevereiro 3 — O presidente Bento Gonçalves da Silva e o ministro Silva Brandão assinam um decreto regulamentando o fuzilamento dos oficiais legalistas que forem aprisionados.

Fevereiro 4 — O coronel José da Silva Brandão, ministro da guerra, da marinha e do exterior, assume interinamente a pasta da justiça.

Fevereiro 5 — José Alves de Simas é derrotado perto do rio Vacacaí, deixando 6 mortos e 2 prisioneiros.

Combate de Capela Grande, no qual toma parte o tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel).

Fevereiro 7 — REPÚBLICA-ORIENTAL-DO-URUGUAI — O general Fructuoso Rivera entrega a presidência da república a Gabriel Antônio Pereira e segue para o interior.

Fevereiro 9 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O general José Miguel de Velazco inicia um movimento revolucionário na Bolívia contra a Confederação.

Fevereiro 11 — O govêrno revolucionário nomeia Antônio Manuel Corrêa da Câmara (natural de Rio-Pardo) embaixador junto ao govêrno do Paraguai.

O cêrco de Pôrto-Alegre é restabelecido pelos revolucionários.

Fevereiro 13 — O capitão Manuel do Amaral Silva bate o chefe legalista Bugreiro em São-Miguel-de-Missões, fazendo-lhe 23 mortos. Amaral foi ferido e teve 2 mortos.

Fevereiro 17 — Os lanchões revolucionários apresam um hiate e três canoas em Sangradouro e Chasqueiro, na barra do rio São-Gonçalo, fazendo 5 prisioneiros.

Fevereiro 19 — Dois batalhões legalistas chocam-se com os revolucionários no passo do Pesqueiro, no rio Caí, fazendo 6 prisioneiros.

Fevereiro 20 — CONFEDERAÇÃO PERÚ-BOLIVIANA — O marechal André de Santa Cruz embarca em Islay para a república do Equador, demitindo-se da presidência da Confederação Perú-Boliviana. A Bolívia e o Perú voltaram a constituir duas repúblicas distintas.

Fevereiro 24 — O general Bento Gonçalves da Silva chega em Caçapava.

Fevereiro 27 — Os majores Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto (natural de Pôrto-Alegre, 1805-1861) procuram estacionar em Triunfo.

Fevereiro 28 — Os majores acima combatem em Triunfo com os revolucionários, deixando estes 3 mortos e 4 prisioneiros.

Março 3 — Antônio Corrêa Seara ocupa Pelotas.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Manuel Felizardo de Souza Melo assume a presidência da província.

Março 5 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Itaboraí substitue o coronel Sebastião do Rêgo Barros, na pasta da guerra.

Março 6 — O ministro da guerra, coronel Sebastião do Rêgo Barros, segue do Rio-de-Janeiro para Santa-Catarina, levando em sua companhia o tenente-coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias).

O jornal "O Povo" passa a publicar-se em Caçapava.

REPÚBLICA-ARGENTINA — O coronel Beron de Astrada, governador da província argentina de Corrientes, alia-se com a República-Oriental-do-Uruguai contra a Argentina.

Março 8 — O chefe legalista Bugreiro mata nos ervais de Santo-Ângelo o capitão Evaristo e o tenente Gabriel, sendo, porém, morto pelo cabo Ricardo Machado, que também foi vitimado.

Março 10 — O capitão Antônio Inácio de Oliveira, ocupa, com 80 homens, Lages, em Santa-Catarina. A Câmara Municipal dessa localidade adere à República Rio-grandense.

GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — A Repúblca-Oriental-do-Uruguai, aliada da França e de Correntes, declara guerra à República-Argentina.

Março 15 — Florisbelo de Ávila, com 40 homens, derrota a fôrça revolucionária de Constantino de Oliveira, o qual foi morto juntamente com 12 companheiros.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Feliciano Antônio Falcão vai com 40 homens combater os revolucionários.

No princípio de março o capitão Pedro Alexandrino, com 173 homens, e o tenente-coronel João José Alves de Souza, com 70 homens, derrotam Raimundo Gomes Vieira Jutaí e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio em Chapadinha e são logo depois cercados pelos revoltosos em Angicos. Depois de 3 dias de resistência renderam-se e foram mortos.

Março 20 — O coronel José Ribeiro de Almeida (natural de Cachoeira, 1788) derrota 130 homens do chefe legalista Simão no passo de Santa-Maria, no rio Uruguai, fazendo-lhe 10 mortos e 3 prisioneiros.

Março 21 — O coronel Sebastião do Rêgo Barros, ministro da guerra, chega em Rio-Grande.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Um hiate e um lanchão vão para o canal.

Março 22 — O capitão Antônio Inácio de Oliveira Filho vence em Corisco o capitão Candido Alano, deixando êste chefe legalista 40 mortos e 5 prisioneiros.

Março 23 — O tenente-coronel Domingos Gonçalves Chaves bate uma fôrça legalista perto de São-José-do-Norte.

O tenente João Carneiro da Fontoura é derrotado e morto juntamente com 2 companheiros em Três Capões por uma fôrça revolucionária.

Março 25 — O forte de Itapuã bombardeia o vapor que conduzia para Pôrto-Alegre o ministro da guerra, coronel Sebastião do Rêgo Barros, avariando-o; o ministro prosseguiu viagem numa lancha pelo canal da ilha do Junco.

O patacho "Leopoldina" e 2 lanchões bombardeiam o forte de Itapuã.

Março 27 — Um navio legalista, vindo de Rio-Grande, é bombardeado do forte de Itapuã pelas fôrças do general Antônio de Souza Neto.

Março 28 — O ministro da guerra, coronel Sebastião do Rêgo Barros, chega em Pôrto-Alegre.

Março 31 — REPÚBLICA-ARGENTINA — O governador de Entre-Rios, general Pascoal Echagüe, auxiliado por Servando Gómez e Justo José de Urquiza, derrota na batalha de Pago-Largo o coronel Beron de Astrada; 800 prisioneiros foram degolados e da pele de Astrada foi cortada uma tira para se fazer uma maneia para o cavalo do ditador Rosas.

Abril 1.º — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e Simas derrotam uma fôrça revolucionária na estância da Demanda, entre os rios dos Sinos e Caí, fazendo 11 prisioneiros. O general Antônio de Souza Neto, cuja captura pretendia Abreu fazer, passara nesse local na véspera da surpresa.

Abril 3 e 4 — Escaramuças no cêrco de Pôrto-Alegre.

Abril 8 — Encontro em Três-Forquilhas entre legalistas e revolucionários.

Abril 9 — Um batalhão e dois esquadrões legalistas vencem uma fôrça revolucionária no passo de Montenegro, no rio Caí, fazendo-lhe 2 mortos e 11 prisioneiros.

Abril 12 — O capitão Cavalheiro destroça nas pontas do Cuñapirú os capitães legalistas Venceslau e Dedeco.

Abril 13 — Os chefes legalistas Chará e Catalan, com 70 homens, atacam o tenente-coronel José Gomes Portinho em São-Borja, sendo repelidos.

Bernardino de Oliveira Pinto desbarata 40 homens do chefe legalista Bonet na costa do rio Ijuí; os legalistas tiveram 6 mortos, contando-se entre êles o próprio Bonet.

Abril 16 — RIO-DE-JANEIRO — O ministério de 19 de setembro de 1837 deixa o poder sendo substituído por Francisco de Paula Almeida de Albuquerque (império e justiça), Candido Batista de Oliveira (exterior e fazenda), almirante Jacinto Roque de Sena Pereira (marinha e guerra).

Abril 17 — As fôrças legais de Rio-Grande passam o rio São-Gonçalo no passo de Canudos.

COMBATES DOS GALPÕES — O major Francisco Pedro de Abreu, com 240 homens ataca o capitão-tenente José Garibaldi em Galpões, na foz do rio Camaquã na Lagoa-dos-Patos, fazendo-lhe 1 morto e 6 feridos. Abreu foi ferido e teve 6 mortos.

Abril 18 — 4 batalhões legalistas fazem uma sortida no cêrco de Pôrto-Alegre, na Azenha, deixando os revolucionários 1 morto e 1 prisioneiro.

Abril 20 — O tenente-coronel José Gomes Portinho derrota 100 homens do chefe legalista Simão no passo de Santana, no rio Uruguai, fazendo 10 mortos e 4 prisioneiros.

Abril 23 — O tenente-coronel José Gomes Portinho bate novamente o chefe legalista Simão na margem do rio Uruguai, matando 7 homens e apresando 314 cavalos.

Abril 24 — O govêrno revolucionário anuncia em Caçapava que um vapor legalista tentou sair de Itapuã pelo canal da ilha do Junco e que foi repelido para Pôrto-Alegre.

O tenente-coronel Manuel Coelho de Souza derrota uma fôrça legalista de 14 homens em São-Nicolau.

O coronel Sebastião do Rêgo Barros segue de Pôrto-Alegre para Rio-Grande e passo de Canudos.

Abril 27 — O coronel Sebastião do Rêgo Barros entrevista-se em Rio-Grande com o presidente da província e regressa ao Rio-de-Janeiro no dia 29.

Abril 28 — O forte legalista da ilha do Junco bombardeia os revolucionários.

Abril 29 — O general Bento Gonçalves da Silva segue de Caçapava para Pelotas.

Uma fôrça legalista é abatida no Alto-do-Leal, perto do passo do Acampamento, no rio Piratiní.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Neste mês de abril os

revoltosos cercaram a cidade de Caxias, que foi defendida durante 40 dias pelo coronel Severino Dias Carneiro.

Maio 2 — O coronel Marcelino José do Carmo desaloja um patacho legalista que se achava entre a ilha do Junco e a ponta de Cima, obrigando-o a retirar-se para a ilha das Pombas.

Maio 5 — O govêrno revolucionário anuncia que uma fôrça revolucionária de 6 homens bateu 17 legalistas em Fachinal.

Maio 6 — O coronel Sebastião do Rêgo Barros chega ao Rio-de-Janeiro.

Maio 7 — Encontro na Azenha, tendo os legalistas 2 mortos.

GUERRA ENTRE A ARGENTINA E A FRANÇA — Um navio francês incendeia a goleta "Pintoresca" em Sauce e apresa outra goleta argentina.

Maio 8 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — O bergatim francês "Badine" bombardeia La Atalaya.

Maio 9 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — Diversos navios franceses incendeiam a sumaca "Restaurador" e mais 7 navios e efetuam um desembarque em La Atalaya, combatendo o major Avelino Garmendia.

Maio 10 — Antônio Manuel Corrêa da Câmara, nomeado embaixador junto ao govêrno do Paraguai, inicia sua viagem de Caçapava para Asuncion.

Os chefes legalistas Venceslau e Dedeco entram em São-Gabriel.

Maio 10 e 11 — Guerrilhas entre o general Bento Gonçalves da Silva e as fôrças do general Antônio Corrêa Seara, que ocupam Pelotas.

Maio 15 — O corsário "Patriota", comandado por Roberto Bisley, apresa ao sul do cabo de Santa-Maria o brigue-escuna "Tentador", que é levado a Tramandaí

O general Bento Gonçalves da Silva investe contra os legalistas que ocupam Pelotas e apodera-se da praça, embarcando-se os mesmos na esquadrilha.

O embaixador Antônio Manuel Corrêa da Câmara, em

viagem para o Paraguai e levando em sua companhia José Narciso Antunes da Porciúncula, chega em São-Gabriel.

Maio 16 — RIO-DE-JANEIRO — O marquês de Lages sucede ao coronel Sebastião do Rêgo Barros na pasta da guerra.

Maio 23 — João Pascoe Grenfell é nomeado comandante das fôrças navais em operação contra os revolucionários.

Maio 27 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revolucionários ocupam Pastos-Bons.

Maio 28 — O forte do Junco e a esquadrilha legalista bombardeiam as posições revolucionárias. Os revolucionários fazem 5 prisioneiros na Azenha.

Maio 30 — Uma goleta legalista ataca uma embarcação revolucionária no passo de Santana, no rio Uruguai, tendo esta 6 mortos e 1 ferido.

Junho 5 — O general Bento Manuel Ribeiro dirige um grande assalto a Pôrto-Alegre, sendo repelido.

Junho 9 — O sargento Felipe José de Souza Leão bate o capitão Antônio da Silveira Ramos em Araranguá (Santa-Catarina). Ramos teve um tenente morto e foi aprisionado com outro tenente.

Junho 12 — João Dias de Castro (natural de Piratiní, 1807-1875) assume a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 10 de maio.

Filipe José de Souza Leão, vindo por Pedrinhas, Campinas e Araranguá, tendo batido fôrças legalistas em Guarda-Velha, passo do Camacho e Carniça, acampa em Campo-da-Barra, diante de Laguna (Santa-Catarina), tendo encontros com os legalistas até o dia 24.

Junho 13 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — José Francisco de Miranda Osório derrota os revoltosos em Beirú, fazendo 27 mortos e 1 prisioneiro.

Junho 15 — Encontro na Várzea, no cêrco de Pôrto-Alegre, no qual os revolucionários têm um morto.

Junho 17 — Combatem Olaria, perto de Pôrto-Alegre, entre 37 homens do major José Joaquim de Andrade Neves

(barão de Triunfo) e uma fôrça revolucionária, a qual deixou 2 mortos e 1 prisioneiro.

REVOLUÇÃO DO PIAUÍ — José Francisco de Miranda Osório derrota uma fôrça revoltosa a 6 léguas de Cabeceiras, fazendo 2 mortos e 1 prisioneiro.

Junho 19 — O tenente-coronel José da Silva Brandão demite-se de ministro da guerra, da marinha e do exterior, sendo substituído pelo coronel José Mariano de Matos. O coronel Domingos José de Almeida demite-se do cargo de ministro do interior e da justiça, sendo nomeado para substituí-lo o Dr. Sebastião Ribeiro (natural da estância de Ibicuí, 1814), filho do general Bento Manuel Ribeiro.

Junho 20 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — Os franceses efetuam um desembarque no arroio del Sauce.

Junho 21 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — José Francisco de Miranda Osório manda de Beirú uma fôrça contra os revoltosos da margem do rio Parnaíba, os quais são batidos em dois encontros, perdendo 4 mortos e 6 feridos.

Junho 23 — Combate em Triunfo entre legalistas e revolucionários.

Junho 24 — Saturnino de Souza Oliveira Coutinho (natural de Petrópolis, 1803-1848) assume a presidência da província e o marechal Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí, natural de Lisboa, 1777-1845) o comando das armas, para cujos cargos foram nomeados em 22 de maio.

O capitão de mar e guerra Frederico Mariath é substituído no comando da esquadra pelo vice-almirante João Pascoe Grenfell.

Junho 25 — O coronel José Mariano de Matos passa interinamente os ministérios da guerra, da marinha e do exterior ao coronel Domingos José de Almeida.

Junho 29 — O Dr. Sebastião Ribeiro recusa-se aceitar os cargos de ministro do interior e da justiça.

Junho 30 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revoltosos, chefiados por Raimundo Vieira Gomes Jutaí e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio, apoderam-se de Caxias, que saqueiam.

Os revolucionários abandonam as baterias de Itapuã e Fortaleza, deixando um canhão.

O 1.º tenente José Ricardo Coelho de Abreu bloqueia com 4 canhoneiras a esquadrilha revolucionária no rio Capivarí.

Nesta época o coronel Serafim Muniz de Moura, vindo de Lages, vence os legalistas de Santa-Catarina, que, auxiliados pela canhoneira do tenente João Custódio Houdain, situam-se no rio Tubarão. Moura avançou em seguida sôbre Cabeçuda, na barra de Laranjeiras.

Julho 1.º — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O presidente Fructuoso Rivera, que estava negociando pazes com o ditador Rosas, manda que seja dissolvida a fôrça reünida em Montevidéu pelo general João Lavalle para invadir o território argentino.

Julho 2 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general João Lavalle segue precipitadamente com sua gente para a ilha de Martin Garcia.

Julho 4 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O major Félix Vieira, do exército revolucionário rio-grandense, ocupa Cêrro-Largo com 56 homens, 4 navios uruguaios apresam na bôca do Guazú a goleta "Libertad" que desembarcara em Martin Garcia a expedição de Lavalle.

Julho 5 — O capitão-tenente José Garibaldi conduz por terra, em rodados de carretas, puxados por numerosas juntas de bois, dois lanchões do saco de Capivarí, na Lagoa-dos-Patos, para o rio Tramandaí, que desagua no Oceano Atlântico.

Julho 10 — O general Bento Gonçalves da Silva parte de Caçapava para Alegrete, deixando o coronel Domingos José de Almeida à frente do govêrno revolucionário.

Os revolucionários são desalojados de Barra e Carniça, junto de Laguna (Santa-Catarina), pela "Itaparica" e alguns lanchões armados. Anuncia-se em Laguna que o tenente-coronel Serafim Muniz de Moura bateu 200 legalistas em Freguesia-Nova-da-Piedade, nas pontas do rio Tubarão, fazendo-lhes 27 mortos.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O Conselho Militar,

presidido por Raimundo Gomes Viera Jutaí, manda uma deputação ao presidente da província.

REPÚBLICA DO URUGUAI — O presidente Fructuoso Rivera comunica ao general João Antônio Lavalleja que vai mandar o general Martinez a Caçapava para efetivar o tratado que fizera em Paisandú em setembro de 1838 com o coronel José Mariano de Matos.

Julho 11 — O capitão-tenente José Garibaldi lança os lanchões "Farroupilha" e "Seival" na lagoa de Tomaz José e no dia 13 no rio Tramandaí.

Julho 14 — O capitão-tenente José Garibaldi parte da foz do rio Tramandaí com destino a Laguna (Santa-Catarina).

Julho 15 — Naufrágio do lanchão "Rio-Pardo" diante da foz do rio Araranguá; 16 mortos. Garibaldi e 14 tripulantes salvam-se a nado.

Julho 16 — O general Bento Manuel Ribeiro demite-se em Cachoeira do serviço da revolução.

O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes passa com a vanguarda de Canabarro o rio Mampituba. O "Seival" entra na lagoa do Camacho.

Julho 18 — O coronel Daví Canabarro chega, com 200 homens, em Araranguá (Santa-Catarina), onde encontra-se com José Garibaldi.

Julho 19 — O coronel Daví Canabarro faz junção com o tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes.

Julho 20 — Os legalistas fazem uma sortida no Alto-da-Azenha, no cêrco de Pôrto-Alegre, sendo repelidos pelo chefe revolucionário Manuel de Carvalho Aragão da Silva, deixando 1 morto e 2 prisioneiros.

O coronel Daví Canabarro encontra em Camacho, na barra do rio Tubarão, o "Seival", navio de José Garibaldi.

Julho 21 — O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes chega em Campo-da-Barra. Uma fôrça revolucionária apresenta-se no lado meridional da barra de Laguna e é desalojada pela escuna "Itaparica" e lanchão "Lagunense".

Julho 22 — Nova sortida no cêrco de Pôrto-Alegre.

O lanchão "Lagunense", que subia o rio Tubarão, é tomado pelo "Seival", no qual iam José Garibaldi e João Griggs.

O lanchão "Imperial Catarinense", comandado por José de Jesús, quando descia o mesmo rio, é atacado em Carniça pelo tenente João Henrique com a "Lagunense" e pela fôrça de terra do tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes, sendo incendiado pelo seu comandante.

O tenente-coronel Vicente Paulo de Oliveira Vilas Boas abandona Laguna durante a noite e retira para Armação de Garopaba, onde deixa o alferes Guilherme de Oliveira Vilas Boas com um destacamento, prosseguindo sua retirada. Os navios legalistas abandonam o pôrto, juntamente com a escuna "Cometa". A escuna "Itaparica" e o lanchão "Santana" ficam encalhados.

REPÚBLICA DO URUGUAI — Alberdi comunica ao general João Lavalle que o coronel José Mariano de Matos está indignado contra o presidente Fructuoso Rivera e que espera que Lavalle e o coronel Chilavert consigam uma mudança de política.

Julho 23 — O coronel Filipe Neri de Oliveira e o major José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) aprisionam uma fôrça revolucionária.

O capitão Bernardino de Oliveira Pinto, num campestre entre a Serra e o rio Uruguai, perto de São-Nicolau, bate uma fôrça legalista, deixando esta 2 mortos e 6 prisioneiros.

O capitão-tenente José Garibaldi ataca a escuna "Itaparica", comandada pelo 1.º tenente Alves Branco, e o lanchão "Santana", obrigando-os a se renderem. O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes ocupa Laguna; os legalistas deixaram 15 mortos, 77 prisioneiros, 18 embarcações, 16 canhões, 463 carabinas e 30.620 cartuchos.

GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Pascoal Echagüe invade o território uruguaio à frente de um exército argentino.

Julho 24 — 3 batalhões legalistas batem uma fôrça na Azenha, fazendo-lhe 10 mortos e 3 prisioneiros.

O coronel Daví Canabarro entra em Laguna, na província de S.-Catarina.

Julho 25 — Em Laguna é proclamada a separação da

província de Santa-Catarina, que passa a formar um estado independente como "Republica-Catarinense".

Julho 26 — O general Bento Manuel Ribeiro chega em São-Gabriel, onde já se achava o general Bento Gonçalves da Silva, e no dia 27 reúne-se-lhe o Dr. Sebastião Ribeiro, seu filho.

Julho 29 — MORTE DO CORONEL JOSÉ RODRIGUES BARBOZA — O "cutter" "Maruí" naufraga na Lagoa-dos-Patos, perecendo o coronel José Rodrigues Barboza, veterano das campanhas do Uruguai em 1811-1812, 1816-1820 e 1825-1828 e do Ro-Grande-do-Sul em 1835-1839. **Mais de 60 cadáveres** deram à costa em Cristóvão Pereira.

O coronel Daví Canabarro é designado para exercer provisòriamente o govêrno da República-Catarinense. Um navio de guerra, com 40 soldados, entra no pôrto de Laguna e é obrigado a se render.

Nessa época o tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes fêz o alferes Guilherme de Oliveira Vilas Boas render-se em Garopaba, tomou Araçatuba e ocupou Massiambú.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Neste mês de julho o coronel Francisco Sérgio de Oliveira assumiu o comando das armas e Raimundo Vieira Jutaí cercou Icatú e bateu Antônio de Sampaio.

Agôsto 3 — O coronel Felipe Neri de Oliveira, com o 8.º batalhão de caçadores e um esquadrão de cavalaria de 40 homens do major Jasé Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) repele na ponte da Azenha, Estrada-do-Meio e Várzea o ataque de 2.000 cavaleiros comandados pelos coronéis Marcelino José do Carmo e Onofre Pires da Silveira Canto. Neri foi auxiliado pelo 2.º e 3.º de caçadores e pela bateria do Portão, foi ferido e perdeu 20 homens.

Agôsto 5 — João Pascoe Grenfell segue para o sul da província com alguns navios.

Agôsto 6 — Uma fôrça legalista de 20 homens, vinda do morro dos Cavalos, combate um destacamento revolucionário no rio Massiambú.

REPÚBLICA DO URUGUAI — Florêncio Varela comuni-

ca ao general João Lavalle que visitou em Montevidéu o agente diplomático do Brasil, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (barão de Quaraí), que vai para os Estados-Unidos-da-América, e que o mesmo é um sincero amigo de Lavalle e de sua emprêsa.

Agôsto 7 — Canhoneiras legalistas desembarcam fôrças na foz do rio Camaquã, que aí se conservam até o dia 13, em que reembarcam por causa da aproximação da fôrça revolucionária do tenente-coronel Teodoro José Ribeiro.

ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA-CATARINENSE — São eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, o tenente-coronel Joaquim Xavier Neves e o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, assumindo êste o govêrno por se achar ausente o presidente. Para ministro da fazenda, do interior e da justiça foi nomeado o capitão João Antônio de Oliveira Tavares e para exercer as pastas da guerra, marinha e do exterior foi designado o major Antônio Claudino de Souza Medeiros.

Dois navios legalistas alvejam uma fôrça revolucionária na foz do rio Massiambú.

Agôsto 9 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Feliciano Antônio Falcão derrota os revoltosos em Areias, a 2 léguas de Icatú, e a-pesar-de ferido no combate prossegue sua marcha e liberta Icatú do cêrco que sofria. No dia seguinte entrou nessa cidade o coronel Francisco Sérgio Oliveira.

Agôsto 12 — E' instalada solenemente em São-Gabriel uma escolta pública pelo sistema Lancaster, dirigida pelo professor Luiz Carlos de Oliveira.

Agôsto 15 — O general Bento Gonçalves da Silva e o coronel José Mariano de Matos, ministro da guerra, nomeiam em Cacequí diversos oficiais para a Guarda Nacional.

Agôsto 18 — O general João Carlos Pardal (natural de Lisboa, 1792-1857) entrega a presidência de Santa-Catarina ao marechal Francisco José de Souza Soares de Andreia (barão de Caçapava).

Agôsto 21 — O vice-almirante João Pascoe Grenfell, com 10 canhoneiras, remonta 8 léguas o rio Camaquã e realiza novo desembarque, na lagoa Formosa, da fôrça do tenente-

coronel João Nepomuceno da Silva, apoderando-se na barra de Santa-Izabel, perto da picada do Brejo, dos lanchões "Rio-Pardo", "Independência" e "Setembrina" e de 2 lanchas comandados por Zeferino Dntra, o qual deixou 7 mortos e 2 prisioneiros, no dia 23.

Agôsto 22 — RIO-DE-JANEIRO — O padre Diogo Antônio Feijó apresenta ao Senado um projeto de lei de grande rigor contra os revolucionários.

Agôsto 23 — O vice-almirante João Pascoe Grenfell, com a aproximação de 37 homens do tenente-coronel Teodoro José Ribeiro, retira-se do rio Camaquã, levando os lanchões revolucionários apresados. Chega em Rio-Grande no dia 27.

Agôsto 28 — O padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro assume em Laguna a presidência da República-Catarinense.

Agôsto 29 — O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes transpõe o rio Massiambú (Santa-Catarina) sob o fogo dos navios legalistas.

Agôsto 30 — O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes retira-se para Embaú.

Agôsto 31 — O major José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo), com 200 homens, bate os revolucionários no passo dos Cachorros, no rio Gravataí, fazendo-lhes 3 mortos e 1 prisioneiro.

Setembro 1.º — RIO-DE-JANEIRO — Sai do poder o ministério de 16 de abril de 1839, sendo substituído por outro, composto de — Manuel Antônio Galvão (império), visconde de Maranguape (exterior), marquês de Lages (guerra), almirante Jacinto Roque de Sena Pereira (marinha), Francisco Ramiro de Assis Coelho (justiça) e visconde de Caravelas (fazenda).

GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — Forças navais francesas desembarcam no arroio de Viloldo e combatem com o major Miguel Vale.

Setembro 3 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Manuel Clementino de Souza Martins derrota 300 revoltosos em Santo-Antônio.

Setembro 4 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general João Lavalle inicia em Entre-Rios o movimento revolucionário contra a ditadura rosista.

Setembro 5 — O coronel Davi Canabarro é nomeado general em chefe das fôrças catarinenses. O tenente-coronel Manuel José de Melo retira-se do morro dos Cavalos para Imaruí.

Setembro 6 — Uma fôrça de 20 revolucionários vai ao morro dos Cavalos e Enseada (Santa-Catarina) e retira depois para Massiambú em guerrilha.

O govêrno argentino comunica à legação brasileira em Montevidéu o nomeação de um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República-Rio-grandense junto à República Argentina.

Setembro 8 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revoltosos são batidos em Bebedor.

Setembro 10 — A vila de Laguna é denominada pelo govêrno da República-Catarinense "Cidade-Juliana-de-Laguna" e declarada pôrto franco.

Setembro 12 — Um soldado e um sargento revoltam 44 homens da guarnição da fortaleza da Barra-do-Sul, em Araçatuba (Santa-Catarina), matam o tenente Pedro Fernandes Ortunho e aprisionam 2 tenentes e 2 soldados, sendo a fortaleza ocupada pelo tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Manuel Clementino de Souza Martins derrota os revoltosos em Santa-Rita.

Setembro 13 — O tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes é nomeado coronel do exército da República Catarinense. João Antônio de Oliveira Tavares demite-se dos cargos de ministro da fazenda, da justiça e do interior, sendo substituído pelo major José Pacheco dos Reis.

Setembro 14 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Manuel Clementino de Souza Martins (sobrinho do visconde de Parnaíba) derrota Manuel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio em Baixão, perto de Morro-Agudo, mas perece no combate.

Setembro 16 — O major Matias Inácio de Souza bate uma fôrça legalista em Missões.

Setembro 17 — O presidente Saturnino de Souza Oliveira Coutinho anistia o major revolucionário João Batista da Silva.

Setembro 18 — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), que desembarcara no dia 15 com 150 homens, surpreende e derrota no passo do Leão, na barra do arroio dos Ratos, o coronel revolucionário José Manuel de Leão (natural de Laguna).Os revolucionários tiveram 7 mortos, 3 feridos e 9 prisioneiros, contando-se entre os mortos o coronel Leão.

Setembro 19 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Combates de Mariquita e São-Pedro.

Setembro 20 — O capitão Noé José de Lima é derrotado no campo de Maria Antônia, em Pedras-Altas, por 8 homens do alferes legalista Astrogildo Pereira da Costa (barão de Aceguá). A fôrça revolucionária deixou 4 prisioneiros e 2 mortos, entre estes o próprio Noé.

Setembro 21 — Uma fôrça de 8 homens de Astrogildo Pereira da Costa (barão de Aceguá) derrota um piquete de 4 revolucionários na casa de Filipe Patrão, perto de Pedras-Altas, matando um dêles.

Setembro 28 — O coronel José Fernandes dos Santos Pereira (natural de Portugal, 1793-1874) e o capitão de mar e guerra Frederico Mariath, com fôrças de terra e mar, vencem o coronel Joaquim Teixeira Nunes, em Ponta-Pinheira e Massiambú-Pequeno (Santa-Catarina), apresando 26 embarcações.

Setembro 29 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira derrota os revoltosos em Boa-Vista e Pesqueira.

Setembro 30 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira vence os revoltosos em Iguará e Icatú. Esta última estava sitiada pelos rebeldes.

Outubro 12 — Combate de Morretes (Santa-Catarina) entre legalistas e revoltosos.

Outubro 17 — O capitão de mar e guerra Frederico Mariath, com 7 navios, vence os revolucionários na foz do rio

Embaú (Santa-Catarina) e apresa 3 embarcações, retirando-se aqueles para Garopaba.

Outubro 19 — O general Filipe Neri de Oliveira, com 300 homens, combate com 400 revolucionários nos baixos de Ponta-Grossa (Santa-Catarina).

Outubro 20 — O capitão-tenente José Garibaldi rapta Ana Maria de Jesús Ribeiro da Silva, que contava 18 anos e era espôsa há 4 anos de Manuel Duarte de Aguiar, e a leva para bordo da escuna "Libertadora". Com êste navio, a secuna "Caçapava" (comandada pelo norte-americano João Griggs) e o palhabote "Seival" (comandado por Lourenço Valerigni), ilude o bloqueio do capitão de mar e guerra Frederico Mariath, saindo do pôrto de Laguna para efetuar presas nas costas de São-Paulo. Uma sumaca legalista é apresada.

Outubro 25 — A corveta "Regeneração", comandada por Joaquim Leal Ferreira, avista diante de Cananéa (São-Paulo) os 3 navios revolucionários e os persegue neste e no dia seguinte, sem poder alcançá-los.

Outubro 27 — REVOLUÇÃO DE ALAGOAS — José Tavares Bastos insufla um movimento revolucionário contra a mudança da capital da província, de Alagoas para Maceió.

Outubro 28 — Sortida no cêrco de Pôrto-Alegre, tendo os revolucionários 6 mortos.

O capitão-tenente José Garibaldi retrocede do litoral de São-Paulo para o sul.

Outubro 29 — Dedeco e Janúario Torto batem um piquete revolucionário de 4 homens, comandado pelo sargento Justo José Vieira em Santa-Bárbara, a 2 léguas de Caçapava. Vieira foi morto e teve 3 feridos.

REVOLUÇÃO DE ALAGOAS — O major Manuel Mendes da Fonseca (pai do marechal Deodoro) prende o presidente Agostinho da Silva Neves e faz José Tavares Bastos assumir o govêrno.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — Rebenta em Dolores, no sul da província de Buenos-Aires, um movimento revolucionário contra a ditadura de Rosas, chefiado pelo coronel Manuel Leôncio Rico e tenente-coronel Ambrósio Cramer.

Outubro 30 — Um lanchão revolucionário apresa a sumaca "Dona Elvira" na ilha do Abrigo (São-Paulo).

REVOLUÇÃO DE ALAGOAS — João Lins Vieira Cansansão (visconde de Sinimbú) assume o govêrno da província em Maceió em oposição ao presidente revolucionário José Tavares Bastos.

Outubro 31 — O major José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo), com 70 homens, destroça 80 revolucionários no Passo-da-Areia, fazendo-lhes 6 mortos.

O capitão-tenente José Garibaldi apresa 2 sumacas em frente à Cananéia, junto à ilha do Abrigo, e retoma depois uma sumaca apresada, que ia fugindo.

Novembro 3 — O tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira bate em Encantada (Santa-Catarina) o coronel Joaquim Teixeira Nunes.

O capitão-tenente José Garibaldi, com a escuna "Rio-Pardo" (1 canhão) palhabote "Seival" (1 canhão), de João Griggs, sumacas "Bizarria" e "Elvira" e um hiate, é atacado na altura da ilha de Santa-Catarina pelo patacho "Andorinha" (2 canhões), do capitão-tenente Francisco Romano da Silva, o qual retoma a sumaca "Elvira" e o hiate, perseguindo os demais navios até a noite. A sumaca "Formiga", outra das 4 presas de Garibaldi, foi retomada em Cananéia.

Novembro 4 — BATALHA NAVAL DE IMBITUBA — O capitão-tenente José Garibaldi acolhe-se à ponta de Imbituba com as escunas "Rio-Pardo" e "Bizarria" e o palhabote "Seival", colocando em terra um canhão e 200 atiradores. Atacados pelos patachos "Andorinha" e "Patagônia" e escuna "Bela-Americana", comandados pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva e 1os. tenentes Jorge Benedito Ottoni e João Custódio Houdain, conseguiu repelí-los. Os 2 patachos bloquearam a enseada, seguindo a escuna para a ilha de Santa-Catarina afim de trazer fôrça de desembarque.

Novembro 5 — Os dois patachos legalistas bordejam diante de Imbituba, trocando tiros com Garibaldi; êste incendeia durante a noite a escuna "Bizarria".

O major Candido Alano levanta-se em armas a favor da legalidade no município de Lages (Santa-Catarina).

Novembro 6 — Sortida no cêrco de Pôrto-Alegre, deixando os revolucionários 4 mortos e 3 prisioneiros.

Garibaldi, com 2 navios, consegue romper, pela madrugada, o bloqueio de Imbituba e dirige-se a Laguna, em cujo pôrto entra, tiroteado pelos navios legalistas que o bloqueavam. Apresara 8 navios em seu cruzeiro.

Novembro 7 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O coronel Prudêncio Ortiz de Rosas derrota o general revolucionário Pedro Castelli na batalha de Chascomús.

Novembro 9 — O capitão-tenente José Garibaldi, com o "Seival", 2 canhoneiras e 100 homens, derrota 250 legalistas em Imaruí e saqueia a localidade.

REVOLUÇÃO DE ALAGOAS — Chega a Maceió com fôrças do Exército o tenente-coronel Trajano Cézar Burlamaqui.

Novembro 12 — REVOLUÇÃO DE ALAGOAS — As fôrças legalistas ocupam a cidade de Alagoas, onde entra no dia 14 o presidente Agostinho da Silva Neves.

Novembro 14 — Sabe-se que o major José Inácio da Silva Ourives bateu uma fôrça revolucionária em Ponta-Rasa, no Fachinal.

Novembro 15 — O general Bento Gonçalves da Silva e o coronel José Mariano de Matos chegam em Caçapava, de regresso de sua viagem a São-Borja, Alegrete e São-Gabriel. O coronel Domingos José de Almeida entrega o govêrno da República Rio-grandense ao presidente Bento Gonçalves.

BATALHA DE LAGUNA — Uma fôrça de terra repele em Santa-Marta 2 navios legalistas. O general Daví Canabarro ocupava Laguna com 1.200 homens, sendo coadjuvado pelo forte da Barra (9 canhões), comandado pelo capitão Filipe José de Souza Leão, e pela esquadrilha composta das escunas "Rio-Pardo" (1 canhão - capitão-tenente José Garibaldi), "Itaparica" (5 canhões - João Henrique) e "Caçapava" (1 canhão - João Griggs), canhoneira "Lagunense" (1 canhão - Manuel Rodrigues), palhabote "Seival" (1 canhão - Lourenço Valerigni), lanchão "Santana" (1 canhão - Inácio Bilbao)

e 5 navios guarnecidos de atiradores. O capitão de mar e guerra Frederico Mariath, com 14 navios (31 canhões) força a barra de Laguna e ataca a esquadrilha de Garibaldi, destroçando-a: a "Caçapava" foi a pique; a "Lagunense", o "Seival" e o "Santana" foram apresados; a "Rio-Pardo" e a "Itaparica" foram incendiadas por Garibaldi; Griggs e Henrique foram mortos na luta. Os legalistas tiveram 17 mortos e 38 feridos. Canabarro abandonou a cidade passando-se para o sul e acampou 10 dias em Camacho. O tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, vindo de Vilanova, ocupa a cidade sem resistência.

Novembro 18 — Chega em Caçapava o ministro enviado pela República-Catarinense, José Prudêncio dos Reis.

Novembro 22 — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) expele de Rio-Pardo a fôrça revolucionária do tetente-coronel Dorneles.

Novembro 23 — O general Bento Gonçalves da Silva passa a presidência da República Rio-grandense ao coronel José Mariano de Matos.

Novembro 25 — O major Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) bate o tenente-coronel Antônio Joaquim de Souza em Rio-Pardo e ocupa a vila, deixando os revolucionários 4 canhões, 1 morto e 1 prisioneiro.

Novembro 26 — O general Daví Canabarro abandona o campo do Camacho.

Novembro 29 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O tenente-coronel Tomé Mendes Vieira bate os revolucionários em Conceição, perto da foz do Riachão.

Neste mês os revoltosos foram expulsos de Bacabal, no Rio-Preto.

Dezembro 5 — O capitão Lima é derrotado pelo major Cândido Alano na estância do Lara.

Dezembro 7 — O coronel João Antônio da Silveira convoca de Cacequí a reünião da "Divisão da Direita".

Dezembro 8 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Pedro Paulo de Morais Rêgo destroça os revoltosos em Areias, perto de Brejo.

Dezembro 10 — O coronel Joaquim Teixeira Nunes faz junção em Vacaria com os coronéis Joaquim Mariano Aranha e José Gomes Portinho.

A Câmara Municipal de Caçapava dá juramento e posse ao coronel José Mariano de Matos.

Dezembro 11 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Ernesto Emiliano Madeira bate os revoltosos em Fortaleza, perto de Caxias.

Dezembro 13 — O tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre é nomeado ministro da guerra e da marinha da República-Rio-grandense.

O major Cândido Alano persegue o tenente-coronel Antônio Inácio de Oliveira Filho desde o passo do Borges até o campo do Socorro.

Dezembro 14 — 25 revolucionários do capitão José Joaquim Rodrigues batem no passo do Inferno 50 legalistas do tenente Basílio da Cunha, ficando êste e 14 companheiros, prisioneiros.

BATALHA DE SANTA-VITÓRIA — O general Francisco Xavier da Cunha é derrotado no passo de Santa-Vitória, no rio Pelotas, pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes, com o qual se achava Garibaldi. Os legalistas deixaram 86 mortos e 153 prisioneiros, contando-se entre os primeiros o general Cunha, que se afogou no rio Pelotas. Entre os revolucionários mortos estava o tenente-coronel Antônio Inácio de Oliveira Filho.

Dezembro 16 — O chefe revolucionário Nogueira é derrotado e morto no passo Fundo, entre Triunfo e Ponta-Rasa, por uma fôrça de 16 homens do tenente Isaías, ficando 4 dos seus homens prisioneiros.

Dezembro 17 — Lages, em Santa-Catarina, que aderira em novembro à revolução, é ocupada pelo major Joaquim Antunes. No dia seguinte entraram na localidade os coronéis Joaquim Teixeira Nunes, Joaquim Mariano Aranha e José Gomes Portinho.

Dezembro 18 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O major Antônio de Souza Mendes é cercado em Estanhado.

Dezembro 21 — O major Augusto bate em Campestres e Rolante o major José Inácio da Silva Ourives.

Reúne-se em Caçapava o Conselho de Procuradores Gerais, eleitos em 10 municípios. Era composto do Padre Francisco das Chagas Martins de Avila Souza (Rio-Pardo), Antônio José Martins Coelho (Piratiní), Serafim dos Anjos França (Viamão), Manuel Gonçalves da Silva (Jaguarão), José de Carvalho Bernardes (Cachoeira) e Ricardo José de Magalhães Filho (Caçapava).

Dezembro 23 — O coronel João Cândido da Silveira parte de Cacequí para atacar o major Cândido Alano em Cima-da-Serra.

O major Francisco Pedro de Abreu derrota o major Silveira na picada da Cavadura, serra de Herval, fazendo 4 mortos e 2 prisioneiros.

Dezembro 24 — O Dr. Sebastião Ribeiro é nomeado ministro da justiça e do exterior, sendo substituído interinamente por Serafim dos Anjos França.

Dezembro 28 — O general Bento Gonçalves da Silva substitue o general Antônio de Souza Neto no comando do exército em Viamão, ficando Neto como chefe do estado maior.

O brigue francês " "Béranger", (capitão Demoly) que se dirigia do Rio-de-Janeiro para o Maranhão, levando 28 revolucionários rio-grandenses, prisioneiros, guardados por 11 soldados, é tomado por êles, que se revoltam sob a direção dos tenentes Francisco Antônio da Silveira e Francisco Xavier de Almeida, aprisionando 4 capitães, 3 tenentes e 1 cirurgião, ficando feridos 3 oficiais. Os revolucionários rumaram para Maldonado, onde desembarcaram, chegando a Piratiní em 7 de fevereiro.

Dezembro 29 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Fructuoso Rivera, presidente do Uruguai, à frente de 3.000 homens e com a cooperação de Angelo Núñez, Anacleto Medina e Venâncio Flores, derrota na batalha de Cagancha 6.000 homens do general argentino Pascoal Echagüe, que tinha sob suas ordens Justo José de Urquiza e Servando Gomez. Os invasores argentinos deixaram 480 mortos e 1.000 prisioneiros, entre estes 137 oficiais, en-

quanto os uruguaios tiveram a perda de 323 mortos e 190 feridos.

Dezembro 30 — O general Felipe Neri de Oliveira e o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) chegam em Pôrto-Alegre, depois de baterem em Camaquã 2 partidas revolucionárias, que deixaram 6 mortos e 10 prisioneiros.

O major Domingos Corrêa bate em São-Leopoldo os chefes legalistas Mombach e Tatsch, os quais tiveram 18 mortos.

Dezembro 31 — O capitão Rodrigo repele o ataque de 200 revolucionários no passo do Vitorino, no sangradoro de Maquiné. No dia 1.º de janeiro repeliu nova investida.

1840

Janeiro 4 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O tenente-coronel Roberto Vieira Passos, vindo de Piracuruca, faz os revoltosos levantarem o cêrco de Estanhado.

Janeiro 5 — O tenente-coronel José Gomes Portinho bate em Botucaraí 30 legalistas de João Ruivo, matando 6 e prendendo 2 dêles.

A Câmara Municipal de Lages declara que o município fica anexado à República Rio-grandense, separando-se de Santa-Catarina.

O coronel Domingos José de Almeida expede em Cruz-Alta diversos decretos e segue para Caçapava no dia 16.

Janeiro 6 — Tendo chegado à Caçapava o 1.º vice-presidente da República Rio-grandense, Antônio Paulo da Fontoura, o coronel José Mariano de Matos convida-o para assumir o govêrno, tendo êle se recusado no dia 7.

Janeiro 7 — O tenente José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) bate uma guarda revolucionária no passo do Feijó, matando-lhe 9 homens, e avança até o Passo-da-Areia.

Janeiro 12 — BATALHA DO RIO MAROMBAS — O tenente-coronel Antônio de Melo Albuquerque, com 400 homens,

derrota 450 do coronel Joaquim Teixeira Nunes. Garibaldi, que comandava a infantaria dêste, teve grandes perdas.

Janeiro 24 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira ocupa Caxias.

Janeiro 26 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — Francisco Dias Carneiro bate o chefe rebelde Ruivo em Monteiro, perto de Parnaíba.

O capitão Antônio José da Silva Souza derrota em Bananal o chefe revoltoso Valério.

Janeiro 29 — Os tenentes-coronéis Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí e José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) desbaratam o destacamento revolucionário da sanga da Bananeira, perto de Pôrto-Alegre, inflingindo-lhe 53 baixas.

Fevereiro 7 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) assume a presidência da província.

Fevereiro 10 — O govêrno revolucionário convoca uma Assembléia Constituinte e Legislativa.

Fevereiro 12 — Escaramuças nas coxilhas da Azenha, Mato-Grosso e Olaria do Felisberto, perto de Pôrto-Alegre.

Fevereiro 13 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os capitães Ribeiro Soares e Piauïlino, com 500 homens, derrotam o chefe rebelde Valério na fazenda Sobradinho, perto de Pastos-Bons, morrendo na luta o capitão Piauïlino.

Fevereiro 14 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Ribeiro Soares vence novamente os revoltosos em Sobradinho.

Fevereiro 15 — O capitão José Batista Vitoriano bate no passo da Cadeia, 2.º distrito de Cruz-Alta, um piquete de 6 homens do chefe legalista João Gonçalves Padilha.

Fevereiro 16 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — Insurreição em Paranaguá.

João Gonçalves Padilha é vencido novamente, deixando 2 mortos e 8 prisioneiros.

Fevereiro 19 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os te-

nentes Frederico Guilherme Buttner e José Luiz de Queiroz derrotam os revoltosos em Boa-Vista, no Parnaíba.

Março 2 — O forte de Itapuã alveja navios legalistas que se dirigem á Pôrto-Alegre.

Março 4 — Em conseqüência de uma aneurisma falece em São-Gabriel o ex-presidente do Rio-Grande-do-Sul, Dr. Marciano José Pereira Ribeiro.

Março 7 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) passa a presidência ao coronel Manuel de Souza Pinto de Magalhães (barão de Turiassú) e segue para o interior.

Março 8 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) derrota 50 homens do chefe revolucionário Tomaz Pereira em Taquarí, fazendo 7 mortos e 8 prisioneiros, e ocupa a localidade.

Março 9 — O coronel Joaquim Teixeira Nunes parte de Lages com uma divisão.

Março 11 — Uma coluna legalista transpõe o rio São-Gonçalo em Canudos.

Março 13 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre), com 150 homens, derrota em Herval 45 revolucionários do major Félix Vieira, aprisionando êste e 30 companheiros.

Março 16 — Uma fôrça legalista ocupa Bagé. (Coluna do general Calderon)

REPÚBLICA-ARGENTINA — O general João Manuel José Domingos Ortiz de Rosas é reeleito presidente da república por mais 5 anos.

Março 19 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revoltosos batem em Miritiba 50 legalistas, morrendo o capitão João Luiz de Castro Gama.

Março 20 — Uma fôrça legalista ocupa Lavras. (coluna do general Calderon).

Março 21 — O coronel José Mariano de Matos, com o tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre (ministro da Guerra) e o govêrno revolucionário ao saber da aproximação da coluna do general Bonifácio Isás Calderón, abandona Ca-

çapava, indo refugiar-se na estância de João Machado, no rio Vacacaí. A' tarde o coronel Manuel dos Santos Loureiro (natural de São-Borja), com 1.400 homens, ocupa Caçapava, só a abandonando no dia 22.

Março 23 — O tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) surpreende uma fôrça revolucionária, apresando 100 cavalos.

Março 25 — O tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) derrota 250 homens do coronel Onofre Pires da Silveira Canto no arroio Tabatingaí. Onofre foi aprisionado com o tenente-coronel Cunha e perdeu 30 mortos, 62 prisioneiros e 2 canhões.

O tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre, ministro da guerra, reocupa Caçapava.

Março 29 — O general Bonifácio Isás Calderón chega em Taquarí, finalizando o seu "raid" por Bagé, Lavras e Caçapava.

O coronel José Mariano de Matos reentra em Caçapava e restabelece o govêrno revolucionário.

Abril 1.º — O tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre, ministro da guerra, encarrega o coronel Pedro José Vieira, de Piratiní, de mobilizar fôrças na margem direita do rio Camaquã, do que foi exonerado em 22 de abril. Vieira era natural de Jaguarão; foi um dos iniciadores da revolução uruguaia contra o domínio espanhol em 1811, deshouve-se, depois, com Artigas e passou-se para a Argentina, onde foi coronel do exército, cargo que deixou para voltar em 1825 ao serviço de sua pátria, vindo a ser ferido na defesa da Colônia-do-Sacramento contra os argentinos. Os uruguaios conheciam-no por "Perico el bailarin".

Abril 3 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O coronel José Feliciano de Morais Cid anuncia a pacificação da província de Piauí.

Abril 10 — O general Bento Manuel Ribeiro informa de Alegrete que José Alves de Simas (Juca Cipriano) entrou em São-Gabriel com 100 legalistas.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — Combate de Don Cristóbal entre o general João Lavalle e as fôrças legalistas.

Abril 16 — Chegam em Viamão os revolucionários fugitivos de Lages (Santa-Catarina) entre êles José Garibaldi.

Abril 20 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Luiz José Ferreira desbarata os insurgentes em Tabatinga.

Abril 23 — José Alves de Simas e o capitão Feliciano José dos Santos, com 150 homens, atacam Caçapava e são repelidos pelo major Fructuoso Borges da Silva Fontoura (natural de Rio-Pardo, 1814-1861), o qual foi ferido na luta.

Abril 25 — O major Manuel José de Simas, com 180 legalistas, é batido no passo do Caí, em Parecí.

O major João Frederico Caldwell, com 70 homens, é vencido no passo de Maratá.

Abril 26 — O general Bento Gonçalves da Silva, vindo de Viamão, e o general Antônio de Souza Neto, vindo de Rio-Pardo, fazem junção no arroio Azeredo.

Abril 27 — Combate no passo geral do arroio Santa-Cruz.

Um piquete do general Bonifácio Isás Calderon é derrotado, tendo 8 mortos.

Êsse general falece repentinamente, quando se achava à frente da cavalaria, no passo do Azeredo. Calderon, que alguns dizem ser uruguaio e outros, natural de Córdoba (Argentina), foi trazido preso ao Rio-Grande-do-Sul, como partidário de Artigas, na guerra de 1812. Na guerra de 1816 foi batido pelos nossos no combate de Zapallar; depois da anexação do Uruguai ao Brasil passou a servir no exército dêste e militou algum tempo nas fôrças uruguaias quando teve inicio a revolução contra o domínio brasileiro; voltou logo ao exército brasileiro, esteve na batalha de Ituzaingó e venceu os argentinos em Cêrro-Largo e Herval; galgou todos os postos até o de General do Império.

Abril 29 — O marechal Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí) repele um ataque dos revolucionários no arroio Tinguetê e no passo dos Pinheiros, junto ao rio Taquarí.

Neste mês de abril foi batido o coronel revolucionário Flo-

rentino Madruga e perseguida em Candiotinha a fôrça do coronel Manuel Lucas de Oliveira.

Maio 1.º — O tenente Maciel de Oliveira bate 30 legalistas de José Alves de Simas na costa do rio Jaguarí, deixando os legalistas 6 mortos e 3 prisioneiros.

Combate entre fôrças do general Bento Gonçalves da Silva e do marechal Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí).

Maio 2 — RIO-DE-JANEIRO — Francisco Ramiro de Assís Coelho sucede a Manuel Antônio Galvão na pasta do império.

Maio 3 — BATALHA DE TAQUARÍ, em que o marechal Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí), com 7.000 homens, repele 6.000 do general Bento Gonçalves da Silva, que tinha sob suas ordens os generais Antônio de Souza Neto e Daví Canabarro e os coronéis João Antônio da Silveira, Domingos Crescêncio de Carvalho, Marcelino José do Carmo e Afonso José de Almeida Côrte Real. Os legalistas tiveram 90 mortos e 300 feridos e os revolucionários 35 mortos, 114 feridos e 28 extraviados.

Maio 5 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Fernando Antônio Carneiro derrota os revolucionários em Carnaubal.

Os rebeldes cercam em Calengue o capitão Francisco Afonso Xavier Bastos.

Maio 6 — REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — Morre o ex-presidente, general Francisco de Paula Santander.

Maio 7 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Francisco Dias Carneiro obriga os insurgentes a levantarem o cêrco de Calengue.

REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O coronel José Feliciano de Morais Cid derrota os insurretos nas matas de Curumatá e Egito, fazendo 1.091 prisioneiros; Raimundo Gomes Vieira Jutaí foge para o Maranhão com 1.000 homens.

Maio 8 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Inácio Portugal de Almeida, com o apôio de uma canhoneira, defende Carnaubeiras contra os rebeldes.

Maio 17 — Combate junto a Viamão em que uma partida revolucionária mata e aprisiona diversos legalistas.

Maio 18 — RIO-DE-JANEIRO — Deixa o poder o ministério de 1.º de setembro de 1839, sendo substituído por José Antônio da Silva Maia (justiça e fazenda), Visconde de Maranguape (império e exterior), marechal Salvador José Maciel (guerra), Almirante Jacinto Roque de Sena Pereira (marinha).

Maio 19 e 20 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Pedro Paulo de Morais derrota os revoltosos em Ladeira.

Maio 20 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Luiz José Ferreira desbarata os rebeldes na estrada de Preguiças, em Tabatinga.

Maio 22 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os rebeldes são vencidos pelo major Joaquim Pereira Chaves Gralhada, em Ribeira.

Maio 23 — Aparece em Caçapava o último número do jornal "O Povo", órgão oficial do govêrno revolucionário.

RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Itaboraí acumula as pastas do império e da marinha, sucedendo ao visconde de Maranguape e ao almirante Jacinto Roque de Sena Pereira. O visconde de Uruguai sucede a José Antônio da Silva Maia na pasta da justiça.

Maio 24 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales toma Pastos-Bons.

Maio 26 e 27 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Joaquim Pereira Chaves Gralhada desbarata os revoltosos em Matão-Grande ou Bela-Água.

Maio 29 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Domiciano José Aires repele um ataque dos rebeldes em Miritiba.

Maio 30 — Com a aproximação do coronel Manuel dos Santos Loureiro, o govêrno revolucionário retira-se de Caçapava, indo acolher-se à estância de Luiz Machado e daí foi se fixar em São-Gabriel.

Junho 6 — O tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) ocupa Rio-Pardo.

O capitão legalista Celestino Goulart Pinto entra em Caçapava.

Junho 10 — O coronel Antônio de Medeiros Costa ocupa Cachoeira.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major José Felipe de Miranda derrota em Veados uma fôrça rebelde.

Junho 11 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro, com 700 homens, derrota junto ao passo do arroio do Salso, município de São-Gabriel, o capitão revolucionário Fileno de Oliveira Santos, que foi morto com 3 companheiros.

Junho 12 — O govêrno revolucionário abandona São-Gabriel, dirigindo-se a Alegrete com 150 homens.

Junho 13 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro entra em São-Gabriel, caindo em seu poder uma canoa e 3 canhões.

Junho 14 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro persegue os revolucionários desde o banhado de Inhatium até o passo do Rosário.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Rebela-se a guarnição de Itapicurú-Mirim e prende o major Carlos Augusto de Oliveira.

Junho 15 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os tenente-coronéis Francisco Xavier Tôrres (vindo do Ceará com 400 homens) e Manuel Antônio da Silva derrotam em Frecheiras, perto de Granja, o chefe rebelde Domingos Ferreira de Veras, o qual teve 200 baixas.

Junho 18 — O general Antônio de Souza Neto, que havia transposto o rio Guaíba em Barba-Negra e se achava com 30 homens no arroio Araçá, é surpreendido pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí). Conseguiu escapar, deixando o poncho, bagagem, 4 mortos e 15 prisioneiros.

Junho 18 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente Fortunato José da Costa repele os revoltosos em Gaiola, no rio Monim.

Junho 19 — O coronel Afonso José de Almeida Côrte

Real é morto na estância de Santa-Bárbara, de Marcos Alves Pereira Salgado, resistindo ao sargento João Patrício de Azambuja, que fôra, com 16 homens, prendê-lo por ordem do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu.

Ao saber da morte de Côrte Real, tomou luto a brigada de João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel), uma das mais acreditadas fôrças do govêrno.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente Antônio de Sampaio destroça Raimundo Gomes Vieira Jutaí em Vereda, entre os rios Monin e Iguará.

Junho 22 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente Antônio de Sampaio bate Raimundo Gomes Vieira Jutaí em Cantinho.

Junho 26 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) transpõe o rio São-Gonçalo e sobe pela costa da Lagoa-dos-Patos.

Julho 1.º — REVOLUÇÃO DO CEARÁ — Os revoltosos tomam São-Pedro, na serra Grande.

Julho 4 — O general Bento Gonçalves da Silva deixa o general Daví Canabarro cercando Pôrto-Alegre e vai com 1.000 homens atacar São-José-do-Norte.

Julho 8 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) regressa ao rio São-Gonçalo e o transpõe para a margem direita, chegando a Rio-Grande no dia 17.

Julho 10 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — O major João da Rocha Moreira, com fôrças cearenses, toma a fazenda Burití, perto de Piracuruca.

Julho 12 — O general Bento Gonçalves da Silva entra em Mostardas.

REVOLUÇÃO DO CEARÁ — O capitão Portela vence os rebeldes em Serra-Grande.

Julho 15 e 16 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revoltosos atacam Jurumenha e são repelidos.

Julho 16 — O general Bento Gonçalves da Silva ataca, com 1.400 homens, São-José-do-Norte durante 11 horas, sendo a defesa dirigida pelo coronel Antônio Soares de Paiva Filho, que tinha 599 homens e era auxiliado pelo brigue-escuna "Andorinha" (capitão-tenente Francisco Romano da

Silva) e lanchão "Tôrres" (capitão-tenente Gama Rosa). O coronel Paiva foi ferido, perdendo 403 homens, contando-se entre os mortos o tenente-coronel Jovita e os revolucionários retiraram-se com a perda de 339 homens.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — Combate de Sauce-Grande entre o general João Lavalle e as fôrças legalistas.

Julho 18 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Raimundo Gomes Vieira Jutaí é desbaratado em Carnaubal pelo major Ernesto Emiliano de Medeiros.

Julho 22 — RIO-DE-JANEIRO — Bernardo Pereira de Vasconcelos sucede ao visconde de Itaboraí na pasta do império.

Julho 23 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Itaboraí reassume a pasta do império.

O marquês de Olinda, regente do Império, entrega o govêrno ao Imperador Pedro II, proclamado maior pelas Câmaras.

Julho 24 — RIO-DE-JANEIRO — O Imperador Pedro II nomeia o seu primeiro ministério, entregando o poder ao Partido Liberal, ficando o mesmo composto de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (império), visconde de Sepetiba (exterior), visconde de Suasuna (guerra), visconde de Albuquerque (marinha), visconde de Abaeté (justiça) e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (fazenda).

Julho 27 — O marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava) assume a presidência da província e o comando das armas, nomeado em 1.º de junho.

Julho 30 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — Os rebeldes são repelidos na feitoria de São-Pedro, em Piracuruca.

Agôsto 1.º — O govêrno imperial concede anistia ao general Bento Manuel Ribeiro, o qual se retira para a República-Oriental-do-Uruguai.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major José de Souza Martins derrota os rebeldes em Santa-Maria e São-Domingos.

Agôsto 3 — Combate na Azenha, no cêrco de Pôrto-Alegre.

Agôsto 6 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu

(barão de Jacuí) surpreende um destacamento revolucionário em Roça-Velha, perto do rio Capivarí, aprisionando o imediato de José Garibaldi.

Agôsto 8 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O capitão Ribeiro Soares derrota 300 rebeldes junto ao Parnaíba.

Agôsto 11 — REVOLUÇÃO DO CEARÁ — O major Inácio Pinto de Almeida Castro derrota os insurgentes em Mombaba, na serra Grande.

Combates de Regalo da Vida, Mocambo e Brejinho.

Agôsto 16 — O marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava) dirige-se ao general Bento Gonçalves da Silva remetendo-lhe proclamações em prol da pacificação.

Agôsto 20 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales derrota 1.200 revolucionários em Detrás-da-Serra.

Agôsto 22 — O Imperador Pedro II concede anistia geral aos revolucionários.

Agôsto 23 e 24 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os insurretos são vencidos em Salobro pelo tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales.

Agôsto 25 — O marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava) rompe as negociações com o general Bento Gonçalves da Silva.

REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — Os insurgentes são batidos em Baixa-Fria.

Agôsto 27 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O coronel Diogo Lopes de Araújo Sales derrota os rebeldes em Ôlho-d'Água-da-Jurema.

O coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) reentra em São-Luiz-do-Maranhão.

Agôsto 28 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major José de Souza Martins destroça os revoltosos na fazenda Santa-Maria, em Gilboez.

Estes são também batidos na fazenda Curicaca.

Agôsto 31 — REVOLUÇÃO DE PIAUÍ — Os revoltosos são batidos perto da fronteira de Goiaz pelo major José de Souza Martins.

Neste mês de agôsto o capitão Domingos José Aires apoderou-se em Bela-Água da bagagem de Raimundo Gomes Vieira Jutaí.

Setembro 10 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Ernesto Emiliano de Medeiros derrota o chefe rebelde Galvão em Mata-Grande.

Setembro 11 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O tenente-coronel João Rebelo Cardoso repele os chefes rebeldes Gavião, Coco e Tempestade em Conceição-do-Estanhado.

O major Damásio Pinto da Veiga derrota Domingos Ferreira de Veras em Frecheiras.

Setembro 11 e 12 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O major Damásio Pinto da Veiga derrota os chefes revoltosos Cosme Bento das Chagas e Pinto da Silva em Rodeio, perseguindo-os até Mutum.

Setembro 16 — Nasce em Mostardas, município de São-José-do-Norte, o filho de José Garibaldi e de Ana Maria de Jesús Ribeiro da Silva, o qual recebeu o nome de Menotti e morreu general em 1903.

Setembro 20 — REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — Morre o ditador do Paraguai, Dr. José Gaspar Rodriguez de Francia, assumindo o govêrno uma Junta presidida por Manuel Antônio Ortiz.

Setembro 21 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Os revoltosos são repelidos de Chapadinha.

Setembro 25 — O tenente-coronel Francisco de Abreu (barão de Jacuí) surpreende um destacamento revolucionário em Roça-Velha, no arroio do Conde.

Os revolucionários deixaram 7 mortos, 26 prisioneiros e 800 cavalos, contando-se entre os mortos o capitão Máximo.

Setembro 28 — O coronel Joaquim Mariano Aranha é repelido no passo do rio Canoas (Santa-Catarina) pelo capitão Francisco Corrêa Taborda, que pertencia às fôrças do coronel Antônio de Melo Albuquerque.

Outubro 1.º — O capitão Vicente A. de Simas vence em Viúva Isabel, perto de Bagé, 50 revolucionários de Vasco Marques, fazendo 14 mortos, 2 feridos e 5 prisioneiros e logo de-

pois derrota também o tenente José dos Santos, que ficou ferido.

Outubro 7 — O tenente-coronel José Gomes Portinho é repelido do rio Canoas pelo capitão Francisco Corrêa Taborda.

REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — O presidente José Inácio de Márquez, na impossibilidade de dominar a revolução que assolava o país desde julho de 1839, passa o govêrno ao general Domingos Caicedo.

Outubro 10 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Combate de Contendas.

Outubro 22 — REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) segue para o interior da província.

Outubro 26 — O marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava) e Francisco Álvares Machado de Vasconcelos oferecem aos revolucionários condições para a paz.

Outubro 28 — REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA — O coronel João José Neira, comandante das fôrças legais, derrota em Buenavista os coronéis João José Reyes Pátria e Antônio Samper. Êste último e o chefe vencedor morreram na ação.

Outubro 29 — GUERRA ENTRE A FRANÇA E A ARGENTINA — Ângelo Renato Armando, barão de Mackau, assina em nome da França um tratado de paz com o representante do govêrno argentino Felipe Arana.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — Neste mês de outubro os revoltosos foram batidos na batalha de Cacimba, na qual foi morto o tenente Conrado José de Lorena Figueiredo.

Novembro 2 — Os revolucionários que cercam Pôrto-Alegre pedem aos legalistas o necessário para comemorar o próximo aniversário do Imperador Pedro II.

Novembro 3 — O coronel Joaquim Pedro Soares, com 300 homens, entra em Triunfo, luta com uma canhoneira legalista, ocupa Taquarí e volta depois para o rio Caí.

REVOLUÇÃO DO MARANHÃO — O coronel Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) entra na cidade de Caxias.

Novembro 4 — Anuncia-se que Antônio Joaquim bateu uma fôrça legalista perto de Cachoeira, tendo vencido pouco depois o coronel Medeiros.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — Félix Aldao reprime um movimetno revolucionário em Mendoza.

Outubro 8 — O marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa (barão de Caçapava) passa para a margem esquerda do rio Caí e derrota o coronel Joaquim Pedro Soares.

Outubro 14 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) vence Florentino de Souza Leite em Cangussú, fazendo 70 prisioneiros.

Outubro 16 — COMBATE DE SÃO-FILIPE — O coronel Jerônimo Jacinto Pereira, que não pudera fazer junção com o coronel Manuel dos Santos Loureiro, que vinha rumo a São-Gabriel, é derrotado em São-Filipe (Pau Fincado), município de São-Gabriel, pelo general Antônio de Souza Neto e coronel João Antônio da Silveira, perdendo 80 mortos, 162 prisioneiros e 1.500 cavalos. O coronel Domingos José de Almeida ordenou em nome do vice-presidente José Mariano de Matos que o general Neto executasse os prisioneiros feitos na ação, porém o chefe vencedor recusou-se a fazê-lo.

Outubro 18 — O general Pedro Labatut (natural de Cannes, França, 1774-1849) abandona São-Francisco-de-Paula, retirando-se para Vacaria.

REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA — A província de Panamá proclama a sua separação, nomeando presidente a Tomaz Herrera.

Outubro 20 — O general Daví Canabarro, vindo do cêrco de Pôrto-Álegre, acupa Vacaria.

Outubro 21 — O general Antonio de Souza Neto entra em Bagé

REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — José Inácio de Márquez reassume a presidência da república.

Outubro 24 — O coronel João da Silva Tavares (visconde

de Cêrro-Alegre) bate o tenente-coronel Camilo dos Santos Campelo no arroio Candiota.

Os tenente-coronéis João Nepomuceno da Silva e Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 712 homens, atacam os revolucionarios a uma légua de Viamão, ocupam a vila, e batem o general Bento Gonçalves da Silva no passo do Vigário, perseguindo-o até Lombas-do-Amorim. Os revolucionários tiveram 10 mortos e 8 prisioneiros, contando-se entre aqueles o capitão de marinha Luiz Rossetti, companheiro de José Garibaldi.

Os legalistas voltaram logo depois, de Viamão para Pôrto-Alegre.

Novembro 26 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro desaloja uma guarda revolucionária dum passo do rio Ibicuí.

O general João Paulos dos Santos Barreto (natural do Rio-de-Janeiro, 1788-1864) e Francisco Álvares Machado de Vasconcelos (natural de São-Paulo, 1791-1846) encontram-se em Rio-Grande.

Novembro 27 — Os coronéis João Antônio da Silveira e Manuel dos Santos Loureiro combatem em Filipinho e passo da Porteirinha.

Novembro 28 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general Manuel Oribe, à frente das fôrças legalistas, derrota o general João Lavalle em Quebracho-Herrado.

Novembro 30 — Francisco Álvares Machado de Vasconcelos assume a presidência da província e o general João Paulo dos Santos Barreto o comando das armas, nomeados em 7 de novembro. Neste mês o major Bandeira fêz incursões em Santa-Catarina.

Dezembro 4 — O general Bento Gonçalves da Silva escreve ao presidente Álvares Machado dizendo ter festejado o aniversário do Imperador Pedro II e dando esperanças de próxima submissão ao Govêrno Imperial.

Dezembro 7 — O presidente Álvares Machado, vendo que os revolucionários não estavam agindo de boa fé, rompe as negociações de paz que iniciara com o general Bento Gonçalves da Silva.

O general Pedro Labatut, em desastrosa retirada do rio das Antas, ocupa Passo-Fundo.

Dezembro 8 — O general Bento Gonçalves da Silva levanta o cêrco de Pôrto-Alegre (iniciado em 11 de maio de 1838) e abandona Viamão, retirando-se pelo passo de Tramandaí para Cima-da-Serra.

Dezembro 10 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e o major José Inácio da Silva Ourives atacam os revolucionários em retirada, os quais perdem 4 canhões e muita gente.

Dezembro 13 — O coronel José Gomes Portinho (que em princípio de novembro batera o capitão Floriano em São-Martinho), desaloja de Cruz-Alta uma fôrça de 100 legalistas.

REVOLUÇÃO NO RIO-GRANDE-DO-NORTE — Rebelião em Assú, da qual resultaram 12 mortos.

Dezembro 14 e 15 — REVOLUÇÃO NO CEARÁ — O tenente-coronel Francisco Xavier Tôrres, à frente de um grupo revoltoso ataca a residência em Sobral do padre José Martiniano de Alencar, presidente da província, sendo repelido.

Dezembro 15 — O general Bento Gonçalves da Silva chega em Tôrres, depois de tentar passar pela picada de Três-Forquilhas, de onde foi repelido pelo major Rodrigo Antônio da Silva.

Dezembro 17 — O major Rodrigo Antônio da Silva toma, na picada além de Tôrres, a artilharia e cavalhada dos revolucionários que iam em retirada.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general Manuel Oribe, à frente das fôrças legais, entra em Córdoba, onde fêz degolar centenas de homens e açoitar inúmeras damas, sendo Ventura Benitez decapitado no leito de um hospital.

Dezembro 21 — O coronel Jacinto Guedes da Luz derrota na estância de São-José, perto de São-Borja, o tenente-coronel José dos Santos Loureiro, o qual se interna na província argentina de Corrientes, deixando 20 mortos e 71 prisioneiros.

Dezembro 26 — Entre os dias 21 e 26 o major Mariano Martins, com 150 homens, derrotou em Mostardas uma fôrça

revolucionária, tendo deposto as armas o tenente-coronel Mingote.

Dezembro 27 — O general Bento Gonçalves da Silva, depois de transpor a picada do rio Verde, reúne-se em Vacaria ao general Daví Canabarro.

Dezembro 31 — O coronel Joaquim Pedro Soares, à frente de 160 revolucionários, ocupa Lages (Santa-Catarina).

1841

Janeiro 4 — O tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo), com 500 homens, acupa Encruzilhada e persegue até o rio Camaquã 200 homens dos chefes revolucionários Agostinho Antônio de Melo e Antônio Joaquim.

REVOLUÇÃO NO PERÚ — O coronel Manuel Inácio Vivanco inicia um movimento revolucionário contra o presidente, Marechal Agostinho Gamarra.

Janeiro 5 — Os revolucionários ocupam Passo-Fundo.

Janeiro 6 — O general Pedro Labatut chega a Pôrto-Alegre, vindo de Rio-Pardo, tendo deixado suas tropas em Passo-Fundo e Cruz-Alta.

Janeiro 9 — REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA — Os generais Pedro de Alcântara Herrán e Tomaz Cipriano de Mosquera derrotam em Aratoca os chefes revolucionários Manuel Gonzalez e Francisco Farfan.

Janeiro 15 — REVOLUÇÃO NO MARANHÃO — Raimundo Gomes Vieira Jutaí apresenta-se em Miritiba ao presidente Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) e êste anuncia no dia 19 a pacificação da província.

Neste mês o chefe rebelde Cosme Bento das Chagas foi derrotado, ferido e aprisionado em Calabouço.

Janeiro 17 — O tenente-coronel Boaventura Soares da Silva derrota o coronel José dos Santos Loureiro em São-Donato, no Rincão-da-Cruz, margem direita do rio Ibicuí, fazendo-lhe 2 mortos, 1 ferido e 102 prisioneiros, contando-se entre estes o próprio chefe legalista.

Janeiro 22 — REVOLUÇÃO NO PARAGUAI — Uma rebelião depõe a Junta Governativa, que é substituída por outra, presidida por João José Medina.

Janeiro 27 — O general Daví Canabarro entra em Cruz-Alta.

Fevereiro 1.º — O coronel João Antônio da Silveira encontra-se em Caiboaté, no município de São-Gabriel.

Fevereiro 7 — RIO-DE-JANEIRO — O marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (marquês de Barbacena, natural de Mariana, 1772-1842) dá por escrito ao Imperador o seu parecer sôbre a repressão da revolução do Rio-Grande-do-Sul.

Fevereiro 9 — REVOLUÇÃO NO PARAGUAI — Outro movimento revolucionário depõe a recente Junta Governativa e eleva ao govêrno o sub-tenente Mariano Roque Alonso.

Fevereiro 11 — Os revolucionários abandonam Lages, ocupada desde 31 de dezembro.

Fevereiro 13 — O coronel Jacinto Guedes da Luz vence o chefe legalista José Alves de Simas em Albernaz.

Fevereiro 23 — Um destacamento legalista é derrotado em Batoví.

Fevereiro 26 — O tenente-coronel José Gomes Portinho desbarata perto de Palmeira 80 homens do chefe legalista José Feliciano.

Fevereiro 27 — O general Bento Gonçalves da Silva chega em São-Gabriel.

Março 1.º — O general João Paulo dos Santos Barreto sai de Rio-Pardo com 5.200 homens em busca dos revolucionários; transpõe o Jacuí no passo de São-Lourenço no dia 11.

Março 12 — REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — O Congresso paraguaio elege para exercer o govêrno um duunvirato composto de Carlos Antônio López e Mariano Roque Alonso.

Março 14 — O coronel José Mariano de Matos entrega em São-Gabriel a presidência da República-Rio-grandense ao general Bento Gonçalves da Silva e assume mais tarde o cargo de ministro da guerra.

Março 23 — RIO-DE-JANEIRO — Cai o ministério liberal da Maioridade, sendo substituído pelos conservadores: marquês de Sapucaí (império), visconde de Sepetiba (exterior), José Clemente Pereira (guerra), marquês de Paranaguá (marinha), visconde de Uruguai (justiça) e marquês de Abrantes (fazenda).

Abril 1.º — REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA — O general Tomaz Cipriano de Mosquera derrota em Tescua o chefe revolucionário Francisco Carmona.

Abril 6 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general Ramão Castilla, chefe das fôrças legais, derrota o coronel Manuel Inácio Vivanco em Cuevillas.

Abril 7 — O coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) sai de Canudos com 2.000 homens e transpõe o rio São-Gonçalo, indo reünir-se no dia 16, no Cêrro de Porongos, ao general João Paulo dos Santos Barreto, juntamente com o coronel Antônio de Medeiros Costa.

Abril 10 — O coronel Domingos Crescêncio de Carvalho é sepultado em São-Gabriel.

Abril 12 — O marechal Tomaz Joaquim Pereira Valente, 2.º conde de Rio-Pardo (natural de Pôrto, Portugal, 1790-1849) assume em Rio-Grande o cargo de comandante das armas.

Abril 17 — Saturnino de Souza Oliveira Coutinho assume, pela segunda vez, a presidência da província, para a qual fôra nomeado em 4 de março.

Abril 24 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O coronel Aleixo Córdoba, que se havia rebelado contra o ditador Rosas, é aprisionado e despedaçado vivo.

Maio 2 — REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — O general Pedro de Alcântara Herrán assume a presidência da república.

Neste mês de maio o coronel Manuel Pereira de Vargas derrotou o major Félix Vieira nas pontas do Arroio-Grande.

Junho 5 — PARÁ — Os franceses resolvem evacuar o território de Amapá, ocupado por êles desde o ano de 1835.

Junho 6 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — O govêrno peruano declara guerra à República da Bolívia.

Junho 10 — REVOLUÇÃO NA BOLÍVIA — Um movimento revolucionário depõe o presidente da república, general José Miguel de Velazco, e eleva ao poder o general Sebastião Ágreda, que é substituído depois por Mariano Henrique Calvo.

Junho 12 e 13 — O general João Paulo dos Santos Barreto transpõe o rio Santa-Maria no passo de São-Borja (município de São-Gabriel), repelindo 900 homens do general Antônio de Souza Neto e coronéis João Antônio da Silveira e Jacinto Guedes da Luz, que pretendiam impedir a passagem. Esta foi dirigida pelo major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval), tendo se distinguido no combate o general Antônio Corrêa Seara, o coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre) e os tenente-coronéis Francisco de Arruda Câmara, Francisco José Damasceno Rosado, João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) e José Egídio Gordilho de Barbuda (2.º visconde de Camamú).

Junho 14 — O general João Paulo dos Santos Barreto trava novo combate com os revolucionários, entre o passo de São-Borja e a estância de Boa-Vista, no município de São-Gabriel. Nêle distinguiram-se o general José Maria da Silva Bittencourt e os coronéis Antônio de Medeiros Costa, Jerônimo Jacinto e Fernandes.

Junho 18 — O general João Paulo dos Santos Barreto repele na coxilha da Estância-do-Meio, município de São-Gabriel, um ataque dos revolucionários, perseguindo-os por espaço de uma légua, com a perda de 3 feridos. Os atacantes deixaram 10 mortos e 1 prisioneiro, tendo se distinguido no combate os tenente-coronéis Francisco de Arruda Câmara, Francisco José Damasceno Rosado, João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) e Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e o major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval).

Junho 19 — O general João Paulo dos Santos Barreto acampa na estância de Batoví, município de São-Gabriel.

Junho 22 — O general João Paulo dos Santos Barreto bate 2.000 revolucionários no banhado de Inhatium, município de São-Gabriel, tendo o tenente-coronel Francisco de Ar-

ruda Câmara retomado duas carretas com munição que os mesmos haviam apreendido. Distinguiram-se no combate o general Antônio Corrêa Seara, o coronel João da Silva Tavares (visconde de Cêrro-Alegre), os tenente-coronéis Francisco José Damasceno Rosado, Francisco de Arruda Câmara, João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) e José Egídio Gordilho de Barbuda (2.º visconde de Camamú) e o major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval). Os revolucionários tiveram 30 mortos e 30 feridos, distinguindo-se Baltazar de Bem; as fôrças legais sofreram a perda de 5 mortos e 22 feridos, contando-se entre estes o major João Frederico Wicknhagen, o tenente Manuel Barreto Pereira Pinto, os alferes José Alves Pimentel e Joaquim Rodrigues Gonzaga e o ajudante Vitorino José Carneiro.

Junho 23 — O general João Paulo dos Santos Barreto acampa na estância de José Ferreira, em Inhatium (município de São-Gabriel).

Julho 3 — Daví Canabarro é elevado em Itaquatiá a general do exército rio-grandense. O coronel João Antônio da Silveira é promovido a general.

Manuel de Carvalho bate uma fôrça legalista em Cachoeira, matando-lhe 7 homens.

O capitão Atanásio Sejas derrota na estância de São-Rafael e passo de Santa-Vitória os capitães revolucionários Leonardo e Maurício Figueiró, matando-lhes 8 homens.

Julho 5 — Convenção secreta sôbre auxílios recíprocos, concluída em Durazno entre o general Fructuoso Rivera, presidente do Uruguai, e o coronel José Mariano de Matos, representante do general Bento Gonçalves da Silva.

Julho 6 — O tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo), com 80 homens, derrota 60 revolucionários do tenente Manuel Pedroso Neto. A fôrça revolucionária deixou 15 mortos e 13 prisioneiros, contando-se entre estes o próprio Pedroso Neto.

Sabe-se que os revolucionários foram vencidos em Lages (Santa-Catarina), deixando 30 prisioneiros.

Julho 8 — O general Antônio de Souza Neto, quando já

fizera 160 homens transporem o rio São-Gonçalo no passo do Tigre, teve a passagem interceptada pelo ataque dos lanchões legalistas "Gaivota" e "Delfim".

Julho 9 — Domingos de Oliveira, com 180 revolucionários, é destroçado a 6 léguas de Rio-Grande.

Julho 10 — Sabe-se que Joaquim de Vargas bateu uma fôrça legalista em Triunfo fazendo-lhe 6 mortos.

Julho 12 — O major Domingos Joaquim de Oliveira, com 80 homens, desbarata 200 do chefe legalista José Vieira na coxilha dos Canelões, no Albardão.

GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — O marechal Agostinho Gamarra entrega a presidência do Perú a Manuel Menendez e vai invadir a Bolívia.

Julho 13 — O general Bento Gonçalves da Silva faz uma proclamação em Cacequí dizendo que vai assumir o govêrno e passar o comando do exército ao general Antônio de Souza Neto.

Julho 18 — RIO-DE-JANEIRO — Celebra-se com tôda a solenidade a coroação e sagração do Imperador Pedro II.

O marechal João de Deus Mena Barreto é agraciado pelo Govêrno Imperial com o título de Barão de São-Gabriel.

Julho 31 — O Govêrno Imperial concede o título de "Muito Heróica" à vila de São-José-do-Norte.

REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — Tratado de amizade, comércio e navegação entre o govêrno paraguaio e Pedro Ferré, governador da província argentina de Corrientes.

Agôsto 2 — Sabe-se que o capitão José Ribeiro de Siqueira, com 20 homens, bateu na costa do Vacaquá 40 revolucionários do tenente Félix e que o capitão Doca, com 6 homens, derrotou em Boqueirão de Santiago uma fôrça revolucionária de 16 homens, comandada pelo tenente Bastos.

Agôsto 3 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O almirante Guilherme Brown derrota em frente a Montevidéu a esquadra uruguaia comandada por João H. Cohe.

Agôsto 5 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) derrota no Rincão do Caranguejo os chefes

revolucionários tenente José Jacinto e Gaspar Pacheco, os quais foram mortos, deixando 5 prisioneiros, entre êles o tenente Bento Jacinto.

Agôsto 6 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) destroça no Rincão do Caranguejo 100 homens dos chefes revolucionários Fructuoso e Carvalho, fazendo 5 prisioneiros; dos legalistas ficaram feridos o tenente Claro José de Souza e o sargento Fidelis Pais da Silva. Êste último chegou a General, entrou ao serviço do govêrno uruguaio e morreu combatendo a revolução de 1872.

Agôsto 20 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) derrota em Santa-Maria-da-Boca-do-Monte 16 homens do tenente-coronel José Gomes Portinho, sendo morto o tenente revolucionário Potenciano e ferido o tenente legalista Isaías. Antes disso o mesmo Abreu já havia batido em Santa-Maria o capitão Elesbão Vieira de Brito, que foi aprisionado com 5 revolucionários.

No mesmo dia 20 o major Tamarindo derrotou na picada Falsa, perto de Santa-Maria, uma fôrça do tenente-coronel José Gomes Portinho, fazendo 1 prisioneiro.

Agôsto 21 — O general Antônio Corrêa Seara assume em São-Vicente, em nome do marechal Tomaz Joaquim Pereira Valente (2.º conde de Rio-Pardo) o comando do exército, que era exercido pelo general João Paulo dos Santos Barreto. Seara transferiu o acampamento para o rio Vacacaí.

PARAÍBA — Tentativa de assassinato contra o presidente da província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (barão de Quaraí), que ficou gravemente ferido.

Agôsto 22 — O tenente Novais bate na Picada-Nova, perto de Santa-Maria, uma fôrça do tenente-coronel José Gomes Portinho, a qual deixou um prisioneiro, sendo ferido o tenente legalista Adolfo.

Setembro 7 — O coronel Domingos José de Almeida passa as pastas da fazenda e da guerra ao major Antônio Vicente da Fontoura.

Setembro 9 — REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA — O pre-

sidente Pedro de Alcântara Herrán derrota em Ocaña o chefe revolucionário Lourenço Hernandez.

Setembro 16 — O tenente-coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre) desbarata o tenente José Luiz Daniel na várzea do Varejão.

Setembro 18 — José Garibaldi, que chegara em junho em Montevidéu, assina um têrmo na legação brasileira alí, comprometendo-se a não intervir mais na revolução do Rio-Grande-do-Sul.

REPÚBLICA-DO-CHILE — O general Joaquim Prieto transmite a presidência da república ao marechal Manuel Bulnes.

Setembro 22 — REVOLUÇÃO NA BOLÍVIA — Um movimento revolucionário depõe o presidente Mariano Henrique Calvo e eleva ao poder o general José Ballivián.

Outubro 2 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — O marechal Agostinho Gamarra, presidente do Perú, invade a Bolívia com um exército de 6.000 homens.

Outubro 3 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general Manuel Oribe, comandante das fôrças do ditador Rosas, manda degolar Marcos M. Avellaneda, Casas, o coronel J. M. Vilela, o major Suarez e os capitães Espejo e Domingos Tejerina.

Outubro 8 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general João Lavalle é morto por um piquete legalista na casa do Dr. Bedoya, em Jujuy. O general Manuel Oribe mandou perseguir os que conduziam o seu cadáver, afim de cortar-lhe a cabeça.

Outubro 13 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — As fôrças peruanas ocupam La Paz.

Outubro 14 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — Combate de Calamarca entre o coronel peruano Lerzundi e o chefe boliviano Aguilar.

Outubro 19 — O Govêrno Imperial concede o título de "Leal e Valorosa" à cidade de Pôrto-Alegre.

Outubro 20 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — Os coro-

néis Rojas, Pérez e Salvadores são degolados em Mendoza por ordem do ditador Rosas.

Outubro 22 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — O general peruano San Roman derrota em Mecapaca o tenente-coronel boliviano Bacilio Herrera.

Outubro 28 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) surpreende a guarnição de São-Gabriel, caindo em seu poder o major Maximiano, um tenente, 22 soldados, 400 cavalos e o armamento enviado para os revolucionários pelo general Fructuoso Rivera, presidente do Uruguai.

Novembro 6 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — Os peruanos derrotam os bolivianos em La Paz.

Novembro 9 — O general Fructuoso Rivera, presidente da República Oriental do Uruguai, declara que se tivesse que ver o seu país sujeito a estranhos, preferiria que êle pertencesse ao Brasil e não à Argentina.

Novembro 15 — O general Bento Gonçalves da Silva passa a presidência ao coronel José Mariano de Matos e segue para San Fructuoso, na República do Uruguai.

Novembro 18 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — Batalha de Ingaví, em que o marechal Agostinho Gamarra, presidente do Perú, é derrotado e morto pelo general José Ballivián, presidente da Bolívia. As perdas dos invasores peruanos foi de 500 mortos, 422 feridos, 8 canhões, 3.200 soldados e 174 oficiais prisioneiros. Os bolivianos tiveram 214 mortos e 434 feridos e reocuparam La Paz no dia 19.

Novembro 21 — Falecimento do tenente-coronel Antônio Gonçalves da Silva, irmão do general Bento Gonçalves da Silva.

Novembro 25 — Os tenente-coronéis João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) e Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 700 homens, derrotam em Rincão Bonito, nascentes do rio Piquirí, a 500 revolucionários do coronel Agostinho José de Melo, os quais deixaram no campo 120 mortos, 230 prisioneiros e 800 cavalos.

Novembro 28 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O

general José Maria Paz derrota o general legalista Pascoal Echagüe em Caaguazú, fazendo 1.000 prisioneiros.

Dezembro 8 — CEARÁ — O major João Facundo de Castro Menezes, vice-presidente da província, é assassinado em Fortaleza.

Dezembro 28 — 2.ª convenção secreta de auxílios recíprocos, concluída em San Fructuoso entre o general Bento Gonçalves da Silva e José Luiz Bustamante, representante do general Fructuoso Rivera, presidente do Uruguai.

Dezembro 31 — REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — A província de Panamá, que havia proclamado a sua independência, volta a fazer parte da república.

1842

Janeiro 3 — O general Bento Gonçalves da Silva chega em Bagé

Janeiro 4 — GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLIVIA — O general José Ballivián, presidente da Bolívia, invade o território peruano.

Janeiro 13 — O general Bento Gonçalves da Silva passa a presidência ao coronel José Mariano de Matos e vai estabelecer o seu quartel-general em Piratiní.

Janeiro 14 — A coluna do general Pedro Labatut acampa junto à Cachoeira, sob o comando do coronel Antônio de Medeiros Costa.

Janeiro 18 — O major Antônio Vicente da Fontoura é nomeado ministro da fazenda e do interior do govêrno revolucionário.

Janeiro 26 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 560 homens, derrota 300 do general Bento Gonçalves da Silva no passo do Mendonça, rio Camaquã, com a perda de 3 mortos e 7 feridos.

Os revolucionários deixaram 36 mortos, 20 prisioneiros e 200 cavalos.

Janeiro 29 — Convênio entre o general Pedro Ferré, representante da província argentina de Corrientes, e o coro-

nel José Pinheiro de Ulhôa Cintra, enviado dos revolucionários do Rio-Grande-do-Sul.

Fevereiro 21 — Os revolucionários batem em Jacuízinho uma fôrça legalista.

Março 4 — Félix Vieira é derrotado e aprisionado por uma fôrça legalista perto de Pelotas.

Março 24 — O general Tomaz Guido assina no Rio-de-Janeiro um tratado de aliança ofensiva e defensiva entre a República Argentina e o Império do Brasil, porém o ditador Rosas não o ratificou.

Março 26 — José Garibaldi casa-se em Montevidéu com Ana Maria de Jesús Ribeiro da Silva, espôsa ou viúva de Manuel Duarte de Aguiar.

Abril 8 — O major revolucionário Domingos Joaquim de Oliveira é derrotado e morto perto de Pelotas por Procópio Gomes de Melo.

Abril 15 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general Manuel Oribe, comandante das fôrças do ditador Rosas, destroça os revolucionários em Santa Fé e manda degolar todos os prisioneiros feitos na ação, entre êles o general João Apóstolo Martinez.

Abril 19 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA. — O general Manuel Oribe derrota os revolucionários em Colastiné.

Segundo o historiador paraguaio Blas Garay, Antônio Manuel Corrêa da Câmara estava entabolando negociações diplomáticas entre o Paraguai e a República Rio-grandense quando em fins de abril um chefe revolucionário passou o rio Uruguai e matou moradores da margem esquerda do rio Paraná (a qual pertencia então ao Paraguai, roubando cavalhadas e gado vacum, até que o comandante do acampamento paraguaio de San-José o derrotou e expulsou, retomando-lhe o que se havia apropriado.

Maio 10 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Tem início em Sorocaba um movimento revolucionário promovido pelo Partido Liberal.

Maio 17 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O coronel Rafael Tobias de Aguiar (natural de Sorocaba, 1793-1857) é proclamado em Sorocaba presidente de São-Paulo em oposição a José da Costa Carvalho (marquês de Monte-Alegre), que exercia o govêrno na capital. Pouco depois Tobias nomeou vice-presidente o padre Diogo Antônio Feijó e passou-lhe o govêrno.

Maio 18 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Os revolucionários entram em Itú.

Maio 19 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O general Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) embarca no Rio-de-Janeiro e chega à capital de São-Paulo no dia 23.

REPÚBLICA-DA-COLÔMBIA — João de Deus Aranzazu passa a presidência da república ao general Pedro de Alcântara Herrán.

Maio 21 — O marechal Tomaz Joaquim Pereira Valente (2.º conde de Rio-Pardo) é demitido do comando das armas.

Maio 24 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Os revolucionários chegam aos arredores da cidade de São-Paulo.

Maio 25 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O general Caxias repele, com 900 homens, um ataque dos revolucionários à cidade de São-Paulo.

Maio 28 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Uma fôrça legalista de 150 homens derrota 600 revolucionários em Pinheiros, junto ao Jaguararé.

Junho 1.º — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — 240 legalistas batem uma fôrça revolucionária em Cotia.

Junho 2 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O tenente-coronel José Vicente de Amorim Bezerra segue com 220 homens para Campinas.

O general Caxias tenta atacar as fôrças revolucionárias em Tijuco, entre o Cotia e o Parnaíba, mas as mesmas se retiram.

Junho 2 e 3 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O capitão Manuel Joaquim da Silveira é derrotado e morto em Lorena pelo tenente revolucionário Anacleto Teixeira Pinto.

Junho 7 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Batalha de

Venda-Grande, em que o tenente-coronel José Vicente de Amorim Bezerra, com 220 homens, derrota 400 do chefe revolucionário Antônio Joaquim Viana, o qual perdeu 2 canhões e foi aprisionado, contando-se entre os mortos o capitão Boaventura do Amaral.

GUERRA ENTRE O PERÚ E A BOLÍVIA — Os dois países concluem um tratado de paz, pondo fim à guerra iniciara em 1841.

Junho 8 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O general Caxias encontra-se no rio dos Pinheiros com 1.200 revolucionários do major Francisco Galvão de Barros França, os quais retiram precipitadamente para Baruerí.

Junho 10 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Movimento revolucionário em Barbacena. E' proclamado presidente pelo Partido Liberal o tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (barão de Cocais) em oposição a Bernardo Jacinto da Veiga, que exercia o govêrno em Ouro-Preto.

Junho 11 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O general Caxias sai ao encontro de Rafael Tobias de Aguiar.

Junho 13 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O general Caxias manda o coronel José Leite Pacheco postar-se na retaguarda de Rafael Tobias de Aguiar à frente de 400 homens.

Junho 14 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Rafael Tobias de Aguiar abandona o seu acampamento de Baruerí.

Junho 17 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Os revolucionários tomam São-João-del-Rei, após breve luta.

Junho 20 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O major Pedro Paulo de Morais Rêgo bate os revolucionários no Mato-da-Estrada-Geral, perto da fazenda Pau d'Alho e na passagem do rio Parnaíba.

O general Caxias entra em Sorocaba, onde caem em seu poder 3 canhões e 44 revolucionários, entre estes o padre Feijó. O coronel Rafael Tobias de Aguiar fugara na véspera para o Rio-Grande-do-Sul, depois de ter casado com sua antiga amante Domitila de Castro do Canto e Melo, marquesa de Santos, ex-favorita do Imperador Pedro I.

Junho 23 — Manuel Lucas derrota o tenente-coronel

Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) em Boqueirão, margem direita do rio Camaquã.

Junho 24 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Um grupo revolucionário é batido em Mendanha, a três léguas de Diamantina.

REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O major Pedro Paulo de Morais Rêgo bate o chefe revolucionário Anacleto Ferreira Pinto em Salto, perto de Areias, inflingindo-lhe 50 baixas. Entre os legalistas mortos, estava o alferes João Dias da Costa.

Junho 25 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Uma fôrça revolucionária é repelida de Presídio.

O presidente revolucionário, tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (barão de Cocais) entra em Queluz.

Junho 26 — O general José Maria da Silva Bittencourt (natural do Rio-de-Janeiro, 1795-1875) assume o comando das armas.

Junho 27 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O coronel José Tomaz Henriques desaloja os revolucionários de Registro do Paraïbuna.

Junho 28 — REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO — O general Caxias regressa à cidade de São-Paulo.

Julho 1.º — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O coronel Manuel Carlos de Gusmão segue de Ouro-Preto para Queluz.

Julho 2 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O coronel João da Mota Teixeira, cercado em Caeté por Manuel Joaquim de Lemos, defende esta vila até o dia 7, em que se retira para o interior.

Julho 4 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — 1.ª Batalha de Queluz — O coronel Manuel Carlos de Gusmão, comandante das armas, ataca Queluz e é repelido, depois de porfiada luta, pelo coronel revolucionário Antônio Nunes Galvão, tendo de acolher-se à Varginha.

REPÚBLICA-ARGENTINA — O general João Manuel

José Domingos Ortiz de Rosas reassume o govêrno, que havia delegado desde setembro de 1840 em Felippe Arana.

Julho 12 — REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — O coronel Manuel Antônio da Silva destroça o chefe revolucionário Anacleto Ferreira Pinto em Silveiras.

Julho 13 — O general José Maria da Silva Bittencourt segue para a campanha.

REVOLUÇÃO DE SÃO-PAULO — Caxias entra em Taubaté e chega no dia 23 ao Rio-de-Janeiro.

Julho 20 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O coronel Mariano Joaquim de Avila repele uma fôrça revolucionária em Araxá.

Julho 26 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — 2.ª Batalha de Queluz, em que o general Manuel Alves de Toledo Ribas, com 800 homens, é derrotado por 1.300 do coronel Antônio Nunes Galvão e major Francisco José da Silva, perdendo 1 canhão e 250 homens.

Julho 28 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general Francisco de Vidal inicia um movimento revolucionário contra o presidente Manuel Menendez.

Julho 30 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O general Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) assume no rio do Peixe o comando do exército legal em operações contra os revolucionários mineiros.

Agosto 2 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — 2.000 revolucionários chegam a 1 légua de Ouro-Preto. O coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (conde de Tocantins) ocupa São-João-del-Rei com 500 homens.

Agôsto 3 — O govêrno revolucionário nomeia o coronel José Pedroso de Albuquerque (natural de Rio-Pardo) para exercer os cargos de ministro do interior e da justiça.

REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O coronel Manuel Antonio Pacheco toma Lagoa-Santa.

Agôsto 4 — O govêrno revolucionário determina em Alegrete a eleição de uma assembléia constituinte.

REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O presidente da

província comunica que os revolucionários foram derrotados perto de Tamanduá.

Agôsto 6 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O marechal Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) entra em Ouro-Preto.

Agôsto 9 — O general José Maria da Silva Bittencourt chega ao acampamento do exército junto ao rio Vacacaí e o transfere depois para Arroio-do-Só.

O general Bento Gonçalves da Silva passa o comando do exército ao general Antônio de Souza Neto e nomeia chefe do estado-maior o general João Antônio da Silveira.

Agôsto 12 e 13 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Os coronéis Manuel Antônio Pacheco, Francisco Antônio Branco e João da Mota Teixeira, atacados em Sabará pelo tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (barão de Cocais), abandonam a vila e retiram para Caeté.

Agôsto 16 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — E' deposto o presidente Manuel Menendez e elevado ao poder o general Torrico.

Agôsto 19 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O presidente revolucionário tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (barão de Cocais) abandona seus companheiros, pondo-se em fuga.

Agôsto 20 — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — Batalha de Santa-Luzia em que o marechal Caxias, com 2.000 homens e 4 canhões, derrota os revolucionários, que tinham 3.300 homens e 1 canhão e deixaram 49 mortos e 300 prisioneiros. Os legalistas tiveram 18 mortos e 74 feridos.

Agôsto 26 — RIO-DE-JANEIRO — José Clemente Pereira substitue o marquês de Paranaguá na pasta da marinha.

Setembro 1.º — REVOLUÇÃO DE MINAS-GERAIS — O marechal Caxias entra em Ouro-Preto.

Realiza-se a eleição para a Assembléia Constituinte dos revolucionários. Nessa época o Rio-Grande-do-Sul contava 4 cidades: Pôrto-Alegre (1822), Rio-Grande (1835), Pelotas (1835) e Piratiní (1836) e 11 vilas: Rio-Pardo (1809), São-

Luiz-de-Missões (1817), Cachoeira (1819), Caçapava (1831), Alegrete (1831), São-José-do-Norte (1831), Triunfo (1831), Jaguarão (1832), Cruz-Alta (1834), São-Borja (1834), e Viamão (1838). A elevação de Piratiní à cidade e a de Viamão à vila foi feita pelo govêrno revolucionário.

Setembro 7 — Combate de Jacaré, entre elementos do general Daví Canabarro e do coronel Jerônimo Jacinto Pereira, no qual é aprisionado pelos revolucionários José Borges de Abreu, que no dia seguinte foi elevado por Canabarro ao pôsto de Tenente.

Setembro 13 — RIO-DE-JANEIRO — O marquês de Paranaguá reassume a pasta da marinha.

Setembro 24 — Aparece em Alegrete o jornal "O Americano", órgão revolucionário.

Outubro 10 — O general Bento Gonçalves da Silva chega ao Salto, na República-Oriental-do-Uruguai.

Outubro 12 — O tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva vence uma fôrça legalista em Estância-Nova, no arroio Taquarembó.

Outubro 15 — O general Bento Gonçalves da Silva tem uma entrevista em Paissandú com os generais Fructuoso Rivera, presidente do Uruguai, João Paulo Lopez, governador da província de Santa-Fé, Pedro Ferré, governador da província de Corrientes, e José Maria Paz, comandante do exército correntino.

Outubro 17 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — Os generais Lafuente e Francisco de Vidal derrotam o presidente Torrico em Água-Santa.

Outubro 28 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general Francisco de Vidal assume a presidência em Lima, como chefe da revolução vitoriosa.

Novembro 8 — O general Bento Gonçalves da Silva chega em Alegrete, de regresso de sua viagem ao Uruguai e Argentina.

Novembro 9 — O marechal Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) assume a presidência do Rio-Grande-do-

Sul e o cargo de Comandante das Armas, para os quais fôra nomeado em 28 de setembro.

Novembro 10 — O govêrno revolucionário convoca para Alegrete a reünião da Assembléia Constituinte que acabava de ser eleita.

Novembro 12 — O tenente-coronel José Gomes Portinho bate uma fôrça legalista, fazendo 8 prisioneiros.

Novembro 18 — O tenente Sezefredo Alves Coelho de Mesquita bate em Jaguarí uma fôrça de 14 legalistas, tendo 2 feridos; os vencidos deixaram 1 morto e 8 feridos.

Novembro 24 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general José Maria Paz, que estava em armas contra o govêrno do ditador Rosas, refugia-se em Montevidéu.

Novembro 29 — A Assembléia Constituinte realiza em Alegrete a sua primeira sessão preparatória sob a presidência do padre Francisco das Chagas Martins de Avila Souza com a presença de 22 deputados, dos quais 5 passam a fazer oposição ao govêrno.

Dezembro 1 — Sob a presidência do padre Hildebrando de Freitas Pedroso instala-se solenemente em Alegrete a Assembléia Constituinte.

Dezembro 2 — O tenente-coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto Alegre) parte do pôsto da Guarda-Velha, em perseguição de uma fôrça revolucionária, conseguindo batê-la.

Dezembro 4 — O tenente-coronel José Gomes Portinho derrota o tenente-coronel Padilha, no passo do Jacuí.

Dezembro 5 — Os tenente-coronéis Jacinto Guedes da Luz e Manuel de Carvalho Aragão Silva derrotam 50 legalistas do capitão Antônio Guedes de Azevedo, na Tapera do Fortunato; a fôrça legal teve 8 mortos e 37 prisioneiros, contando-se entre os primeiros o seu chefe.

Dezembro 6 — GUERRA ENTRE O PARAGUAI E ARGENTINA — O general Fructuoso Rivera, que invadira o território argentino com 7.000 homens, é derrotado na batalha de Arroio-Grande pelo general Manuel Oribe, que comandava 14.000 argentinos. O chefe vencedor mandou degolar

800 prisioneiros, entre os quais 150 oficiais (coronéis Mendoza e Hinostrosa, tenente-coronel Leão Beruty, majores Alonso e Jacinto Castillos, capitão Martinez, tenente Acosta, alferes Arismendi, etc., etc.).

Dezembro 11 — O tenente-coronel José Gomes Portinho destroça o chefe legalista Vidal, na serrinha de Botucaraí.

Dezembro 12 — O major Antônio Vicente da Fontoura demite-se dos ministérios da fazenda, da guerra e da marinha, sendo substituído pelo major Luiz José Ribeiro Barreto.

O general Bento Manuel Ribeiro é chamado para o exército legalista pelo marechal Caxias.

O general Rafael Tobias de Aguiar, que chefiara a revolução de São-Paulo e viera refugiar-se no Rio-Grande-do-Sul, é preso na estrada de Palmeira, perto de Passo-Fundo, por uma fôrça legal.

Dezembro 20 — O coronel José Pedroso de Albuquerque demite-se dos ministérios da justiça e do interior e o padre Francisco das Chagas Martins de Avila Souza do ministério do exterior, assumindo essas pastas o major Luiz José Ribeiro Barreto.

Dezembro 26 — Uma fôrça revolucionária é derrotada em Triunfo.

Dezembro 30 — Uma fôrça revolucionária é destroçada em Camaquã.

1843

Janeiro 2 — REPÚBLICA-DO-URUGUAI — O general Fructuoso Rivera reassume a presidência da república, que estava sendo exercida por Joaquim Suarez.

Janeiro 7 — O marechal Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias), tendo deixado Domingos José Gonçalves de Magalhães (visconde de Araguaia) em Pôrto-Alegre encarregado do expediente geral da administração, atravessa o rio São-Gonçalo no passo da Barra com 1.800 homens e 7.000 cavalos e se dirige ao passo de São-Lourenço.

Janeiro 17 — A Assembléia Constituinte responde à mensagem que lhe foi dirigida pelo presidente Bento Gonçalves da Silva por ocasião de sua instalação.

Janeiro 20 — RIO-DE-JANEIRO — Cai o ministério conservador de 23 de março de 1841, sendo nomeado outro do mesmo Partido, composto de José Antônio da Silva Maia (Império), marquês de Paraná (exterior e justiça), marechal Salvador José Maciel (guerra), visconde de Itaboraí (marinha) e Joaquim Francisco Viana (fazenda).

Janeiro 22 — O marechal Caxias chega defronte a Pôrto-Alegre e, reforçado, prossegue em sua marcha com destino ao passo de São-Lourenço.

Janeiro 24 — O Dr. Francisco de Sá Brito, secretário da Assembléia Constituinte, é nomeado ministro da justiça, do interior e do exterior pelo govêrno revolucionário.

RIO-DE-JANEIRO — O marechal Salvador José Maciel substitue o visconde de Itaboraí na pasta da marinha.

Janeiro 28 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general Manuel Ignácio Vivanco, ministro da guerra, rebela-se contra o presidente Francisco de Vidal.

Fevereiro 3 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Fructuoso Rivera passa a presidencia da república do Uruguai a Joaquim Suárez e segue para o interior, terminando o seu período presidencial em 1.º de Março.

Fevereiro 6 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Itaboraí reassume a pasta da marinha.

Fevereiro 8 — A comissão incumbida de elaborar o projeto de constituïção da República Rio-grandense, composta de Serafim dos Anjos França, Dr. Francisco de Sá Brito e coronéis Domingos José de Almeida, José Pinheiro de Ulhoa Cintra e José Mariano de Matos, apresenta o seu trabalho à Assembléia Constituinte.

Fevereiro 10 — A Assembléia Constituinte reünida em Alegrete, encerra os seus trabalhos.

Fevereiro 11 — O marechal Caxias chega ao passo de São-Lourenço, no rio Jacuí, com a cavalhada que trouxe do rio São-Gonçalo por terra e que era de grande necessidade para o exército aí aquartelado.

Fevereiro 12 — O marechal Caxias divide o seu exército de 7.000 homens em 3 divisões, comandadas, respectivamente,

pelo general Felipe Nerí de Oliveira e coronéis Jacinto Pinto de Araújo Corrêa e João da Silva Tavares (visconde de Cêrro Alegre).

Fevereiro 13 — Morre em Alegrete o vice-presidente da República Rio-grandense, Antônio Paulo da Fontoura, em conseqüência dos ferimentos que recebeu no dia 3, à noite.

Fevereiro 16 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Manuel Oribe, à frente de um exército argentino de 12.000 homens, cerca Montevidéu, onde se achava o presidente Joaquim Suárez.

Fevereiro 17 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O coronel Marcelino Sosa derrota uma fôrça argentina em Casavalle.

Fevereiro 18 — Os generais Antônio de Souza Neto e Daví Canabarro fazem junção e se dirigem ao passo do Rosário com 3.000 homens.

Fevereiro 27 — O marechal Caxias interna-se na campanha, seguindo o resto do seu exército no dia 19 de março.

O general Bento Gonçalves da Silva determina a fundação no passo de Santana, no rio Uruguai, da cidade de Uruguaiana.

Março 1.º — Aparece em Alegrete o último número do jornal "O Americano".

Março 4 — O coronel Jerônimo Jacinto Pereira, com 500 homens, derrota na picada do Padilha, em Botucaraí, 300 revolucionários do tenente-coronel José Gomes Portinho.

Aparece em Alegrete o primeiro número do jornal "Estrêla-do-Sul", órgão revolucionário.

Março 10 e 11 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — José Garibaldi repele um ataque do almirante Guilherme Brown à ilha de Ratas.

Março 19 — O marechal Caxias ocupa São Gabriel, onde deixa 4 canhões, grande cópia de munições, bagagem pesada e 2.000 homens, sendo 600 de cavalaria e 3 batalhões de caçadores.

Março 20 — O marechal Caxias segue de São-Gabriel para o passo de São-Borja, no rio Santa-Maria. Persegue os

revolucionários na coxilha de Santana e os desaloja de São-Diogo.

Março 24 — O marechal Caxias transpõe o rio Ibirapuitã.

Março 29 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O govêrno argentino isenta do bloqueio de Montevidéu os navios ingleses e franceses.

Março 30 — O marechal Caxias, cuja vanguarda era comandada pelo tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel), ataca os revolucionários junto ao rio Quaraí, obrigando-os a internarem-se no território uruguaio.

Março 31 — O marechal Caxias, com 4.000 homens, ocupa Livramento, retirando-se os revolucionários, em número de 2.500, para Cuñapirú, na República-do-Uruguai.

Abril 8 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — Justo Figuerola y Estrada, que sucedera ao general Francisco de Vidal na presidência da república, é deposto pelo general Manuel Inácio Vivanco.

Abril 9 — O tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva situa-se com 100 homens na margem direita do rio Vacacaí e o tenente-coronel José Gomes Portinho com outros 100 na Caieira, afim de surpreenderem São-Gabriel.

Abril 10 — O tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva surpreende de madrugada São-Gabriel, aprisiona o coronel Antônio Pinto, mata e fere 77 homens e apodera-se de 1.500 reses, feito o que, vai reünir-se na Caieira com o tenente-coronel José Gomes Portinho. Perseguidos por 200 homens do coronel José Inácio da Silva Ourives, protegido pelo 9.° batalhão de caçadores do coronel Francisco de Arruda Câmara, conseguiram repelí-los no campo do Fidelis, matando-lhe 1 capitão, 2 tenentes e 13 soldados, e incorporaram-se depois ao general João Antônio da Silveira. Êste, volve a São-Gabriel, ocupa de novo a povoação e cerca no acampamento do Trilha a 2.ª brigada de infantaria, comandada pelo coronel Francisco de Arruda Câmara e composta do 6.°, 9.° e 13.° batalhões de caçadores.

Abril 13 — Combate junto ao cêrro de Vacaquá ou Vacacaïquá.

Abril 18 — O general Daví Canabarro acha-se no cêrro de Batoví e vendo aproximar-se a vanguarda do marechal Caxias, comandada pelo coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre), evita o combate.

Abril 19 — O general João Antônio da Silveira é obrigado, pela aproximação do marechal Caxias, a levantar o cêrco do acampamento do Trilha e a se retirar para Bagé. O general Antônio de Souza Neto também segue para Bagé e o general Daví Canabarro dirige-se ao passo de São-Borja.

Abril 20 — O general Bento Manuel Ribeiro segue de São-Gabriel para o passo do Rosário.

Abril 22 — O marechal Caxias escreve da Tapera do Trilha uma carta a José Clemente Pereira fazendo apreciações sôbre homens e cousas da campanha.

Abril 26 — REPÚBLICA-ARGENTINA — O govêrno argentino recusa reconhecer a independência do Paraguai por considerá-lo uma província argentina.

Abril 28 — Combate no passo de Rosário entre o tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) e uma fôrça revolucionária.

Maio 12 — O general Antônio de Souza Neto vence o major João Pedro de Abreu em Enforcados.

Maio 13 — O general João Antônio da Silveira, com 700 homens, ataca em Vacaquá o coronel Francisco de Arruda Câmara, que dispunha de igual efetivo e é repelido.

Maio 14 — O tenente-coronel José Gomes Portinho derrota em Rincão-do-Inferno, margem direita do rio Camaquã, o major João Pedro de Abreu, que deixou 14 mortos e 4 prisioneiros, entre estes um oficial.

Maio 15 — Combate entre o general Bento Manuel Ribeiro e o coronel Jacinto Guedes da Luz na Coxilha Geral de Santana.

Maio 26 — BATALHA DE PONCHO-VERDE, em que o general Bento Manuel Ribeiro, com 2.200 homens, repele bravamente o ataque de 2.600 revolucionários, comandados pelos generais Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Daví Canabarro e João Antônio da Silveira. Bento Manuel

foi ferido e teve 80 mortos e 100 feridos, distinguindo-se no comando da infantaria o tenente-coronel Luiz Manuel de Lima e Silva. Os revolucionários tiveram 100 mortos, 150 feridos e 300 extraviados.

Junho 3 — Combate entre o general João Antônio da Silveira e o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí).

Junho 5 — O general Daví Canabarro ataca, com 1.000 homens, a vila de Alegrete sendo repelido pelo coronel Francisco de Arruda Câmara. Em seguida põe sítio à vila.

Junho 8 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 150 homens, bate-se valentemente em Cêrca-de-Pedra, no arroio Santa-Maria-Chico, contra 600 homens do general João Antônio da Silveira, repelindo o ataque dos mesmos. Abreu foi ferido e perdeu 33 homens e Silveira teve 100 baixas e perdeu sua bagagem, contando-se entre os feridos os coronéis José Gomes Portinho e Onofre Pires da Silveira Canto.

RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Uruguai sucede ao marquês de Paraná na pasta do exterior.

Junho 10 — O general Daví Canabarro é forçado, pela aproximação do general Bento Manuel Ribeiro, a levantar o sítio de Alegrete, seguindo para Inhanduí.

Junho 18 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Fructuoso Rivera bate o coronel Flores em Solís-Grande.

Junho 30 — O coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre) põe em fuga 150 homens do capitão José do Amaral Ferrador e ocupa Piratiní.

O major Manuel Luiz Osório (marquês de Herval) derrota pouco adiante de Piratiní uma fôrça de 28 revolucionários, a qual deixou 2 mortos e 6 prisioneiros.

Julho 3 — O marechal Caxias acampa o exército legalista na estância do Carmo, junto ao rio Jaguarí.

Julho 11 — O marechal Caxias segue de Bagé para Caçapava.

Julho 26 — O coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre) sabe em Pelotas que o govêrno revolucionário voltou à Piratiní.

Agôsto 3 — O marechal Caxias ocupa Caçapava.

Agôsto 4 — O general Bento Gonçalves da Silva passou a presidência da República-Rio-grandense a José Gomes de Vasconcelos Jardim e assumiu o comando de uma divisão. O novo presidente estabeleceu o govêrno em Piratiní e nomeou ministro da guerra o coronel Manuel Lucas de Oliveira, o qual acumulou tôdas as pastas até novembro, em que José Francisco Vaz Viana assumiu a da fazenda. O padre Francisco das Chagas Martins de Ávila Souza, nomeado ministro do interior e do exterior, não se empossou.

Uma fôrça legalista enviada de Pelotas pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) assalta e toma Piratiní, fugindo o govêrno revolucionário para Jaguarão.

Agôsto 7 — O general Antônio de Souza Neto passa o comando do exército revolucionário ao general Daví Canabarro.

Agôsto 13 — O capitão legalista Lima é derrotado em Piraí.

Agôsto 15 — O coronel Bernardino de Oliveira Pinto derrota o coronel legalista José Ribeiro de Almeida em Alegrete, ocupando a vila. Os legalistas tiveram 16 mortos, entre êles o próprio Ribeiro, que era irmão de Bento Manuel, sendo natural de Cachoeira (1788-1843).

Agôsto 19 — O capitão legalista Hipólito Gil é derrotado em Uruguaiana, deixando 16 mortos e 15 prisioneiros.

Setembro 3 — RIO-DE-JANEIRO — Chegada da Princesa Teresa Cristina Maria, filha de Francisco II, rei de Duas Sicílias, com quem o Imperador Pedro II casara por procuração em Nápoles no dia 30 de maio. Tinha 21 anos.

Setembro 11 — Combate em Missões.

GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O almirante Guilherme Brown bloqueia o pôrto de Montevidéu.

Setembro 12 — Novo combate em Missões.

Setembro 16 — O marechal Caxias segue de Bagé para São-Gabriel.

Setembro 22 — O barão de Ponte Ribeiro, representante diplomático do Brasil em Buenos-Aires, troca notas acres com o ministro Filipe Arana, o mesmo acontecendo no Rio-de-Janeiro entre o general Tomaz Guido e o govêrno brasileiro.

Setembro 26 — O coronel Baldomero Sotelo, que ia incorporar-se ao general Bento Gonçalves da Silva com 400 argentinos enviados pelo general Fructuoso Rivera, rende-se em Camaquã ao tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel), que ia atacá-lo com o 3.º regimento de cavalaria e 200 praças do 8.º batalhão de caçadores.

Setembro 30 — Novo combate em Missões.

Outubro 1.º — Combate no passo de Quaraí.

Outubro 2 — Combate na Coxilha do Fogo entre o tenente-coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e uma fôrça revolucionária.

Outubro 4 — O barão de Ponte Ribeiro retira-se de Buenos-Aires por causa da discussão sôbre o bloqueio de Montevidéu pelos argentinos, o qual o govêrno brasileiro não queria reconhecer.

Outubro 10 — O marechal Caxias, vindo de Bagé, entra em São-Gabriel e aí se conserva até novembro.

Outubro 25 — Os tenente-coronéis Francisco Pedro de Abreu e Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, com um esquadrão de cavalaria e o 25.º batalhão de caçadores, derrotam em Cangussú 400 homens dos generais Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Neto, os quais têm 15 baixas e perdem uma bandeira e 240 cavalos.

Outubro 28 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — A revolução chefiada pelos generais Nieto, San Roman e Castilla bate em Moquegua as tropas do presidente Vivanco.

Novembro 3 — O marechal Caxias, que estava acampado em São-Gabriel desde 10 de outubro, segue para a fronteira

uruguaia, o que deu lugar a que o general João Antônio da Silveira viesse ocupar São-Gabriel.

Novembro 6 — Os tenentes-coronéis Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 300 homens, repelem em Cangussú o ataque de 600 homens das três armas, comandados pelo general Antônio de Souza Neto; êste teve 90 baixas, entre elas 3 oficiais e os legalistas perderam 61 homens.

Novembro 9 — Combate entre o chefe revolucionário Antônio Mariano e uma fôrça legalista.

Novembro 17 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O coronel uruguaio Velazco ataca em Três-Cruces o general Antônio Diaz, sendo repelido.

Dezembro 3 — O major Bernardo Pires distribue em Piratiní lenços de sêda com as armas da República Rio-Grandense, que mandara confeccionar nos Estados-Unidos-da-América.

Dezembro 4 — O tenente-coronel Joaquim José de Lacerda, com 80 homens, dispersa em Encruzilhada 240 homens do general Bento Gonçalves da Silva, sendo morto o coronel Agostinho José de Melo.

O capitão Manuel José de Abreu derrota em Jaguarí-Oriental o capitão revolucionário Urbano Barboza, tomando-lhe a cavalhada.

Dezembro 8 — O capitão Urbano Barboza derrota em Upamarotí o capitão legalista Vasco Guedes. Os legalistas deixaram 12 mortos e 16 prisioneiros entre êles Vasco Guedes.

O marechal Caxias persegue o general Daví Canabarro até à fronteira.

Dezembro 19 e 20 — O coronel Joaquim Teixeira Nunes ataca Jaguarão, sendo repelido pela guarnição legalista. Vitório José Barboza Lomba, com 5 navios, auxiliou a defesa da praça.

Dezembro 20 — O major revolucionário Mariano Glória ocupa Herval.

RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Uruguai substitue

o marquês de Paraná na pasta da justiça até o mês de janeiro de 1844.

Dezembro 25 — O marechal Caxias que deixara São-Gabriel, acha-se no passo de Rosário.

Dezembro 26 — BATALHA DE SANTA ROSA — O tenente-coronel Demétrio Ribeiro e o major Antônio Fernandes de Lima (depois general 1803-1875) derrotam em Santa-Rosa, nas pontas do rio Butuí, o general João Antônio da Silveira e o coronel Onofre Pires da Silveira Canto, que tinham 500 homens. Os revolucionários perderam 80 mortos, 100 feridos, 55 prisioneiros e 700 cavalos.

Dezembro 27 — Combate de Dom Marcos entre o tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) e uma fôrça revolucionária.

Dezembro 28 — Combate nos campos do Veleda entre o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e uma fôrça revolucionária chefiada pelo capitão Joaquim José da Mota e tenente Florentino Bueno.

Dezembro 31 — Os majores João Severo e Agostinho Gomes Jardim, enviados pelo general José Maria de Almeida da Gama Lobo Coelho de Eça (barão de Saican, natural de Santa-Catarina, 1789-1872), repelem na picada de São-Francisco-Xavier, no capão de Cavajuretã, um ataque do general João Antônio da Silveira. Os legalistas tiveram 30 mortos, entre êles Jardim, que foi substituído pelo capitão Manuel José de Albernaz, e os revolucionários 55 baixas. O general Silveira emigrou para a província argentina de Corrientes, onde foi internado pelas autoridades em março de 1844, diante das reclamações feitas pelo marechal Caxias.

1844

Janeiro 9 — Uma fôrça revolucionária é batida em Missões.

Janeiro 18 — Falece em Caçapava, onde comandava uma divisão do exército legal, o general Felipe Nerí de Oliveira. Era natural de Lisboa (1789), fêz a campanha Peninsular contra os franceses (1808-1815) e veio para o Brasil em 1816,

tomando parte na guerra contra Artigas (1816-1820), batendo-se pelo Brasil contra Portugal na guerra da Independência (1822-1823) e distinguindo-se na guerra com a Argentina (1825-1828).

Janeiro 21 — O marechal Caxias publica em São-Gabriel uma ordem do dia, na qual elogia a atuação do general Bento Manuel Ribeiro.

Janeiro 29 — O general Bento Gonçalves da Silva, comandando a vanguarda do general Antônio de Souza Neto, faz junção com o general Daví Canabarro.

Janeiro 30 — O general Antônio de Souza Neto reúne-se ao general Daví Canabarro na Tapera-do-Rufino.

Janeiro 31 — O general Antônio de Souza Neto separa-se do general Daví Canabarro e marcha sôbre Alegrete com 400 homens.

Fevereiro 2 — O coronel José Pinheiro de Ulhôa Cintra é aprisionado pelos legalistas e enviado para o Rio-de-Janeiro.

O general Daví Canabarro faz o coronel Antônio Manuel do Amaral seguir para Piratiní.

RIO-DE-JANEIRO — Cai o ministério conservador de 20 de janeiro de 1843, subindo ao poder o Partido Liberal: Visconde de Macaé (império), Ernesto Ferreira França (exterior), general Jerônimo Francisco Coelho (guerra e marinha), visconde de Caravelas (fazenda e justiça). A êsse ministério estava reservada a glória de conseguir a terminação da revolução farroupilha.

Fevereiro 8 — O general Antônio de Souza Neto ataca Alegrete, sendo repelido.

GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — Os uruguaios atacam Aguada e são repelidos, sendo morto o coronel uruguaio Marcelino Sosa.

Fevereiro 14 — O major Bernardo Pires, vindo de Buenos-Aires e Montevidéu, reúne-se em Garupá ao general Daví Canabarro.

Fevereiro 26 — O general Bento Gonçalves da Silva es-

creve ao seu primo, coronel Onofre Pires da Silveira Canto, exigindo-lhe uma satisfação.

Fevereiro 27 — Batem-se em duelo, a espada, junto ao arroio Sarandí, o coronel Onofre Pires da Silveira Canto e o general Bento Gonçalves da Silva, ficando o primeiro ferido.

Março 3 — Morre o coronel Onofre Pires da Silveira Canto em conseqüência dos ferimentos recebidos no duelo.

O general Fructuoso Rivera chega nas pontas do rio Quaraí ao acampamento do general Daví Canabarro, com quem conferencia até o dia 6.

Março 6 — Convênio de mútuo auxílio, assinado nas pontas do rio Quaraí, entre o coronel Daniel Gomes de Freitas e José Maria Vidal, representantes, respectivamente, dos generais Daví Canabarro e Fructuoso Rivera.

Março 8 — O coronel Daniel Gomes de Freitas é enviado à República do Uruguai pelo general Daví Canabarro.

Março 12 — Conferência no acampamento revolucionário, para se tratar da pacificação, entre o presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, os generais Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto e Daví Canabarro, o coronel José Mariano de Matos e o major Luiz José Ribeiro Barreto.

Março 13 — O coronel Antônio Manuel do Amaral abandona Bagé, que é ocupada pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), o qual aprisiona o coronel Domingos José de Almeida e vários oficiais revolucionários.

Março 14 — RIO-DE-JANEIRO — O Govêrno Imperial, em comemoração ao casamento da princesa Januária Maria Joana Carlota Leopoldina Cândida Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, irmã do Imperador Pedro II, com o príncipe Luiz Carlos Maria José, conde de Aquila, concede anistia aos revolucionários de Minas-Gerais.

REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — Carlos Antônio López, que desde 1841 governava o Paraguai juntamente com Mariano Roque Alonso, fica sendo único governante, com o título de presidente da república.

Março 15 — O coronel Domingos José de Almeida consegue fugir, perto do passo de Candiota, entre os arroios Candiota e Candiotinha, das fôrças que o conduziam prisioneiro.

Março 16 — COMBATE DO CÊRRO-DA-PALMA, em que o coronel Antônio Manuel do Amaral com 336 homens, derrota 260 do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí). Abreu foi ferido e deixou 63 mortos e 93 prisioneiros. Amaral utilizou-se de munição e cavalos fornecidos pelo exército argentino.

Março 17 — O tenente-coronel Camilo dos Santos Campelo derrota o tenente Fidelis Pais da Silva no passo da Conceição, fazendo-lhe 6 mortos e 8 prisioneiros.

O coronel Daniel Gomes de Freitas traz munições do Uruguai para o exército revolucionário.

Março 24 — O chefe legalista Joaquim de Vargas é destroçado em Quaraí.

O general Daví Canabarro manda o general Bento Gonçalves da Silva e o coronel Joaquim Teixeira Nunes expedicionarem além do rio São-Gonçalo.

Março 28 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — Os uruguaios atacam Pantanoso e são repelidos, sendo morto o general uruguaio Ângelo Núñez.

Abril 3 — Os legalistas entram em Bagé.

Abril 7 — O coronel Jacintho Guedes da Luz desbarata o major Vasco Alves Pereira (barão de Santana do Livramento, natural de Alegrete, 1818-1883) no passo da Lagoa ou do Cordeiro, no rio Quaraí, fazendo 26 mortos, 26 feridos e 17 prisioneiros.

Abril 9 — O coronel Joaquim Teixeira Nunes volta ao exército de Canabarro; êste manda o general Antônio de Souza Neto acossar Caxias.

Abril 21 — O general João Antônio da Silveira e o coronel Jacinto Guedes da Luz fazem junção.

O general Daví Canabarro manda o coronel Joaquim Teixeira Nunes operar entre os rios São-Gonçalo e Piratiní. Seu subalterno, capitão Bento Martins de Menezes (barão

de Ijuí, natural de Triunfo, 1818-1881) bateu uma fôrça legalista no capão de Durazno.

Abril 22 — O alferes legalista Emídio Rodrigues da Silva é derrotado no passo do Acampamento, no rio Piratiní.

Abril 26 — O ministro Manuel Lucas de Oliveira e José Francisco Vaz Viana, ministro da fazenda, reúnem-se ao general Daví Canabarro. Êste divide seu exército em 4 divisões, comandadas, respectivamente, pelos generais Bento Gonçalves da Silva, Antonio de Souza Neto e João Antônio da Silveira e coronel Antônio Manuel do Amaral.

Abril 28 — O tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva destroça o chefe legalista João Batista no caminho de São-Gabriel.

Conselho de oficiais superiores no exército do general Daví Canabarro afim de se mandar emissários ao Rio-de-Janeiro para tratarem da pacificação.

Abril 29 — O tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva, com 35 homens, surpreende a fôrça do tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo) na estância de Antônio Francisco, em Ituzaingó. (Antônio Vicente da Fontoura diz em seu "Diário" que foi na estância de Carlos Borges, junto ao rio Santa-Maria).

Abril 30 — O general Antônio de Souza Neto separa-se do exército de Canabarro para ir organizar uma divisão em Encruzilhada, Rio-Pardo e Xarqueadas.

O coronel Joaquim Teixeira Nunes é vencido na serra do Padre-Doutor.

Maio 2 — José Custódio vence uma fôrça legalista no rio dos Sinos.

Maio 4 — Chegam ao acampamento do general Canabarro 14 prisioneiros feitos perto de Pelotas pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes, que bateu diversas partidas legalistas.

Os revolucionários resolvem mandar como emissário ao Rio-de-Janeiro o Dr. Joaquim Vieira da Cunha.

Maio 23 — RIO-DE-JANEIRO — O visconde de Albuquerque sucede ao general Jerônimo Francisco Coelho na

pasta da marinha e Manuel Antônio Galvão sucede ao visconde de Caravelas na da justiça.

Maio 25 — José Custódio, vindo de São-Leopoldo numa canoa, ataca e toma um lanchão legalista na ilha da Pintada e o incendeia.

Maio 26 — O general Bento Gonçalves da Silva passa a comandar a 1.ª divisão do exército de Canabarro.

Maio 27 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) derrota na serra de Herval o general Antônio de Souza Neto, o qual deixa um estandarte, 5 mortos e 5 prisioneiros.

Maio 31 — O general Daví Canabarro manda de Upamarotim o general Bento Gonçalves da Silva afim de conferenciar com o marechal Caxias. O emissário só regressou no dia 8 de junho.

Junho 2 — O general João Paulo López, governador da província argentina de Santa-Fé, em viagem de Rio-Grande para Corrientes, chega ao acampamento de Canabarro.

Combate em Jaguarão.

Anuncía-se que o coronel José Gomes Portinho, com 100 homens, atacou Santa-Maria-da-Bôca-do-Monte, sendo repelido pelo major João Nepomuceno da Silva Portela.

Junho 6 — Os generais Daví Canabarro e João Antônio da Silveira fazem junção perto de Livramento.

Junho 9 — Os generais Daví Canabarro e João Antônio da Silveira atacam a uma légua de Pai-Passo 40 legalistas vindos de Alegrete, os quais deixam 4 mortos, 13 prisioneiros e 6 carretas. Perseguem, depois, pelas margens do Pai-Passo, 1.100 homens do general Bento Manuel Ribeiro, sem conseguirem derrotá-los.

Junho 11 — O tenente-coronel José Gomes Portinho, com 12 homens, bate um destacamento legalista perto de Santa-Maria.

Junho 17 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — Domingos Elias depõe o presidente Manuel Inácio Vivanco e assume o govêrno do país.

Junho 21 — O coronel Antônio Manuel do Amaral ataca,

com 280 homens, a vila de Jaguarão, defendida pelo capitão Balbino Francisco de Souza com um esquadrão da Guarda Nacional, auxiliado pela escuna "Ibicuí" e lanchões "Gaivota" e "Tôrres", comandados pelo 1.º tenente Antônio Afonso de Lima. Os revolucionários foram repelidos, deixando 14 mortos, contando-se entre êles o próprio Amaral.

Junho 22 — O general Daví Canabarro, perseguido pelo general Bento Manuel Ribeiro, transpõe o rio Quaraí e refugia-se no território uruguaio.

Junho 24 — O marechal Caxias entra em Livramento.

Junho 27 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 140 homens, ocupa Piratiní, abandonada pouco antes pelo govêrno revolucionário, aprisionando os coronéis José Mariano de Matos, Joaquim Pedro Soares e Pedro José Vieira. Os dois primeiros foram enviados para o Rio-de-Janeiro.

Neste mês ou no de julho, o tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva, o tenente Sezefredo Alves Coelho de Mesquita e Policarpo Pereira de Carvalho Silva derrotam na estância da Caieira, perto de São-Gabriel, 30 homens do tenente Militão do Canto, que deixou um morto e 4 feridos.

Julho 3 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — O general José Maria Paz segue de Montevidéu para o Rio-de-Janeiro.

Julho 7 — Combate no arroio Pirajá, afluente do rio Piratiní, entre o major Joaquim dos Santos Loureiro e coronel Joaquim Teixeira Nunes.

Julho 13 — O general Daví Canabarro regressa do território uruguaio por Cuñapirú.

Julho 21 — Fracassa o intento de Canabarro de bater a guarnição de São-Gabriel por ter sabido que Caxias seguiu para êsse lugar.

Julho 22 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general revolucionário Ramão Castilla derrota em Carmen-Alto as fôrças do presidente Vivanco.

Julho 29 — O marechal Caxias encontra-se novamente em São-Gabriel, vindo do passo de São-Borja.

Agôsto 10 — O coronel Manuel Marques de Souza (conde de Pôrto-Alegre) é elogiado pelo zêlo e energia com que desempenhou o comando da praça de São-Gabriel.

Agôsto 11 — José Custódio é derrotado e morto em Herval pelo major legalista Israel Ribeiro. Antes disso havia batido uma fôrça legalista e tomado um comboio fluvial.

Agôsto 14 — José Gomes de Vasconcelos Jardim apresenta sua demissão do cargo de presidente da república, a qual não é aceita.

Agôsto 16 — O marechal Caxias vai de São-Gabriel para Caçapava com o 8.º de fuzileiros, 5.º de caçadores e 3.º regimento de cavalaria.

Agôsto 24 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O general Daví Canabarro envia um auxílio de 58 homens e um canhão para o general Fructuoso Rivera, que juntamente com o tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão Silva está sitiando Dionísio Coronel em Cêrro-Largo.

Setembro 5 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — Combate naval de Punta-Espinillo entre navios argentinos e uruguaios.

Setembro 9 — O marechal Caxias e o general Bento Gonçalves da Silva realizam uma entrevista para tratarem da pacificação.

Setembro 14 — REPÚBLICA DO PARAGUAI — O govêrno brasileiro reconhece a independência do Paraguai.

Setembro 17 — O general Daví Canabarro abandona o último canhão que restava aos revolucionários.

Setembro 18 — O general Fructuoso Rivera assegura ao major Antônio Vicente da Fontoura lhe ser doloroso não poder dar ao Uruguai uma testa coroada.

Neste mês de setembro o general João Antônio da Silveira bateu em São-Gabriel o coronel José Inácio da Silva Ourives e o coronel Jacinto Guedes da Luz derrotou no passo da Lagoa, no rio Quaraí, o major legalista Guedes.

Outubro 2 — Ismael Soares da Silva apresenta-se ao marechal Caxias para entabolar negociações de paz por parte dos chefes revolucionários.

Outubro 4 — Os principais chefes revolucionários resolvem iniciar as negociações de paz.

Outubro 5 — REVOLUÇÃO EM ALAGOAS — O coronel José Vieira de Araújo Peixoto ocupa Maceió e faz imposições ao visconde de Souza Franco, presidente da província, o qual abandona a capital, embarcando-se no hiate "Caçador".

Outubro 7 — REPÚBLICA-DO-PERÚ — Manuel Menendez sucede a Justo Figuerola y Estrada na presidência da república.

Outubro 8 — O coronel Hipólito Cardoso derrota em Santana o chefe revolucionário Bernardino de Oliveira Pinto.

Outubro 10 — REVOLUÇÃO EM ALAGOAS — Os revolucionários abandonam Maceió, onde entra no dia seguinte o presidente visconde de Souza Franco.

Outubro 11 — O major Antônio Vicente da Fontoura chega ao acampamento do general Fructuoso Rivera, onde esteve de 17 a 19 o tenente-coronel Manuel Luiz Osório (marquês de Herval), que também fôra tratar da pacificação, por parte do marechal Caxias. Fontoura voltou para o Brasil no dia 23.

Outubro 14 — REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — O govêrno paraguaio rompe com Joaquim Madariaga, governador da província argentina de Corrientes.

Outubro 21 — REVOLUÇÃO EM ALAGOAS — Os revolucionários, chefiados por Vicente Ferreira Tavares Coutinho, atacam Maceió pela segunda vez, sendo repelidos após 6 horas de luta.

Outubro 25 — Os tenente-coronéis Antônio Fernandes de Lima e Demétrio Ribeiro derrotam em Cuaró, na República-Oriental-do-Uruguai, o coronel Bernardino de Oliveira Pinto, o qual perdeu 30 mortos, 9 prisioneiros e 2.000 cavalos.

Neste mês de outubro o capitão Bento Martins de Menezes (barão de Ijuí) bateu uma fôrça legalista, a qual deixou um oficial morto e outro prisioneiro.

Novembro 4 — O tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) destroça no campo de Ale-

xandre Ribeiro, junto ao arroio Catim, 300 homens do coronel Jacinto Guedes da Luz, perseguindo-os 5 léguas, desde as pontas do arroio Sarandí até o passo da Aurora, no rio Quaraí, onde os revolucionários internaram-se no território uruguaio.

REVOLUÇÃO EM ALAGOAS — O general Antônio Corrêa Seara derrota os revolucionários em Atalaia, depois de 4 horas de luta.

Novembro 6 — O major Antônio Vicente da Fontoura, o padre Francisco das Chagas Martins de Ávila Souza e o marechal Caxias conferenciam em Bagé sôbre a pacificação.

Novembro 9 — Encontro em Quebracho entre fôrças do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e do tenente-coronel José Gomes Portinho.

Novembro 10 — O presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, o coronel Manuel Lucas de Oliveira (ministro do exterior) e os generais Daví Canabarro, João Antônio da Silveira e Antônio de Souza Neto aceitam as bases de conciliação assentadas em Bagé e designam o major Antônio Vicente da Fontoura para ir ao Rio-de-Janeiro.

Novembro 11 — O tenente Fidelis Pais da Silva derrota em Porongos uma fôrça revolucionária de 20 homens, fazendo-lhe 7 mortos, entre êles o major Manuel Polvadeira.

Novembro 13 — Combate em Quebracho entre o tenente-coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e 400 homens do tenente-coronel José Gomes Portinho.

Mensagem do govêrno revolucionário autorizando o major Antônio Vicente da Fontoura a tratar da paz.

Novembro 14 — SURPREZA DE PORONGOS — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), com 1.170 homens, surpreende pela madrugada o acampamento onde os generais Daví Canabarro, Antônio de Souza Neto e João Antônio da Silveira se achavam com 1.200 homens, junto ao cêrro de Porongos, entre as pontas dos arroios Grande e Torrinhas, afluentes do rio Camaquã. Os revolucionários perderam 5 estandartes, 1 canhão, 100 mortos, 14 feridos, 333 prisioneiros (entre os quais 35 oficiais) e mais 1.000 cavalos, contando-se entre os prisioneiros o ministro

da fazenda José Francisco Vaz Viana. Os legalistas tiveram 4 feridos, entre êles o tenente Fidelis Pais da Silva.

O tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) derrota, com 600 homens, o coronel Jacinto Guedes da Luz nas pontas do Guapitanguí, perseguindo-o até o passo do Leão, no rio Quaraí, onde os revolucionários se refugiaram no território uruguaio.

Novembro 19 — Combate entre o capitão Camilo José dos Santos e o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí).

Seguem de Bagé para o Rio-de-Janeiro o coronel Manuel Marques de Souza (conde Pôrto-Alegre), o major Antônio Vicente da Fontoura e o capitão Carlos Miguel de Lima e Silva, os quais chegam a Pelotas no dia 24.

Novembro 24 — Uma fôrça de Canabarro bate um destacamento de 17 homens do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) na costa do rio Jaguarão.

Novembro 25 — O tenente Camilo Mércio Pereira (natural de Taquarí, 1820-1889) é batido e aprisionado pelos capitães legalistas José Pereira e Fidelis Pais da Silva.

Novembro 26 — O coronel Joaquim Teixeira Nunes é derrotado e morto no arroio Chasqueiro, perto de Canudos, pelo tenente Fidelis Pais da Silva.

O tenente-coronel Camilo Campelo é derrotado.

Novembro 28 — O vapor "Fluminense", comandado pelo 1.º tenente Manuel Luiz Pereira da Cunha, sai de Pelotas levando o major Antônio Vicente da Fontoura; chega em São-José-do-Norte em 29 e em Rio-Grande no dia 30.

Dezembro 2 — REPÚBLICA-DO-PARAGUAI — O govêrno paraguaio celebra um tratado com Joaquim Madariaga, governador da província argentina de Corrientes.

Dezembro 3 — O alferes José Antônio Ferreira Adrião, com 50 homens, derrota 30 revolucionários de Carvalho na chácara do Pavão, de propriedade do barão de Saican, perto de Santa-Maria-da-Bôca-do-Monte.

Dezembro 5 — O major Antônio Vicente da Fontoura segue para o Rio-de-Janeiro no vapor "Imperador" e chega

em Florianopolis no dia 7, em São-Sebastião, no dia 10 e finalmente no Rio-de-Janeiro, no dia 12.

Dezembro 7 — O tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves (barão de Triunfo), com 350 homens, dispersa em Encruzilhada 800 homens do general Daví Canabarro.

Dezembro 11 — REVOLUÇÃO NO PERÚ — O general Ramão Castilla entra em Lima.

Dezembro 13 — RIO-DE-JANEIRO — O major Antônio Vicente da Fontoura conferencia com os ministros do império, da justiça e da guerra, visconde de Macaé Manuel Antônio Galvão e general Jerônimo Francisco Coelho.

Dezembro 16 — RIO-DE-JANEIRO — O major Antônio Vicente da Fontoura conferencia com os ministros da guerra, do império, da justiça, da marinha, do exterior e da justiça, general Jerônimo Francisco Coelho, visconde de Macaé, Manuel Antônio Galvão, visconde de Albuquerque, Ernesto Ferreira França e visconde de Caravelas.

Dezembro 18 — RIO-DE-JANEIRO — O Imperador Pedro II concede anistia aos revolucionários que depuzerem as armas.

Dezembro 20 — RIO-DE-JANEIRO — O major Antônio Vicente da Fontoura embarca no Rio-de-Janeiro de regresso para o Sul no vapor "Paranapitanga". Chega em São-Sebastião no dia 21, em Florianópolis, a 24, em São-José-do-Norte, a 27 e em Pelotas, no dia 29, indo avistar-se com o marechal Caxias em Piratiní no dia 2 de janeiro.

Dezembro 29 — O major Vasco Alves Pereira (barão de Santana do Livramento), com 100 homens, surpreende junto ao arroio Cuaró, na República-Oriental-do-Uruguai, 40 homens do coronel revolucionário Bernardino de Oliveira Pinto. Êste deixou 7 mortos e 18 prisioneiros, entre estes o próprio chefe revolucionário, que também foi ferido.

1845

Janeiro 8 — GUERRA ENTRE A ARGENTINA E O PARAGUAI — O govêrno argentino proíbe o trânsito de qualquer navio para o Paraguai, no que é imitado no dia 17

pelo general Manuel Oribe, que se intitulava presidente da República-Oriental-do-Uruguai.

Janeiro 9 — O major Antônio Vicente da Fontoura chega ao acampamento do general Daví Canabarro, depois de ter-se entendido no dia 4 com o presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim e no dia 5 com o coronel Manuel Lucas de Oliveira, ministro da guerra.

Janeiro 13 — REVOLUÇÃO NA ARGENTINA — As câmaras de Corrientes autorizam o coronel Joaquim Madariaga, governador da província, a nomear o general José Maria Paz para comandar o exército contra o ditador Rosas.

Janeiro 18 — REPÚBLICA-ARGENTINA — Morre o general José Félix Aldao, governador de Mendoza.

Janeiro 21 — O general João Antônio da Silveira, com os corpos de Caçapava e Cachoeira, toma o caminho de São-Gabriel.

Janeiro 22 — Uma fôrça legalista prende 2 oficiais revolucionários na estância da Música e os leva para São-Gabriel.

Fevereiro 10 — O general João Antônio da Silveira, que seguira para São-Gabriel, deteve-se em Santa-Vitória e foi perseguido pelo tenente-coronel Antônio Fernandes de Lima até Curral de Pedra, acima do passo de São-Borja. Voltou, depois, sôbre Cacequí.

Fevereiro 13 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O govêrno argentino declara que estão isentos do bloqueio de Montevidéu os navios pertencentes às nações amigas.

Fevereiro 15 — Os generais Daví Canabarro e João Antônio da Silveira reúnem-se em Poncho-Verde.

Fevereiro 21 — GUERRA ENTRE O URUGUAI E A ARGENTINA — O govêrno argentino troca notas desagradáveis com o govêrno do Brasil.

Fevereiro 23 — O major José Narciso Antunes da Porciuncula, sobrinho e ajudante de campo do general Bento Gonçalves da Silva, leva ao marechal Caxias a adesão daquele general à pacificação.

Fevereiro 25 — No acampamento da Carolina, com a presença do general Daví Canabarro e do coronel Manuel Lucas de Oliveira, ministro da guerra, é aceita a paz entre legalistas e revolucionários, tendo o general Bento Gonçalves da Silva escrito, concordando.

Fevereiro 28 — O general Daví Canabarro, depois de reünir em Poncho-Verde um conselho de oficiais e de obter o consentimento dêles, proclama a aceitação das condições de paz concedidas pelo Govêrno Imperial. Êste concedeu Rs. 200:000$000 para pagar as dívidas contraídas pela revolução.

Março 1.º — O general Daví Canabarro escreve ao general Bento Gonçalves da Silva para que dissolva o seu contingente.

Os revolucionários, usando de uma faculdade concedida pelo acôrdo da pacificação, indicam o marechal Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) para exercer a presidência do Rio-Grande-do-Sul.

O marechal Caxias anuncia por meio de uma proclamação que está realizada a pacificação do Rio-Grande-do-Sul.

O tenente Vicente Fialho chega em São-Gabriel para comunicar ao coronel João Feliciano da Costa Ferreira e ao tenente-coronel João Propício Mena Barreto (barão de São-Gabriel) a conclusão da guerra.

Março 2 — O marechal Caxias entra em Bagé.

Março 4 — Os generais Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Neto conferenciam em Bagé com Caxias.

Março 5 — O general Daví Canabarro dissolve a sua fôrça, que era de 1.000 homens, entregando 2 canhões.

Março 8 — O marechal Caxias entra em São-Gabriel e aí se conserva até o dia 22.

Março 11 — O major Antônio Vicente da Fontoura chega em Inhatium, prosseguindo no dia 12 para São-Gabriel.

Março 21 — O major Antônio da Fontoura vai de São-Gabriel à estância da Caieira, onde se achava o general Daví Canabarro, e traz êste a São-Gabriel. Canabarro conferen-

ciou com Caxias e voltou com Fontoura para a Caieira no dia 22.

Março 26 — Instala-se em São-Gabriel a comissão que deve rever as contas e pagar as dívidas da revolução, composta do major Antônio Vicente da Fontoura, capitão Fidelis Nepomuceno Prates e Antônio Caetano Pereira.

Dezembro 9 — O general Bento Gonçalves da Silva vai a Pôrto-Alegre beijar, em sinal de gratidão e respeito, a mão do Imperador Pedro II e também a da imperatriz Teresa Cristina Maria. Êste chefe revolucionário, depois da pacificação, quis fixar residência no Paraguai, ao que se opôs Caxias; em suas entrevistas com o Imperador propôs-lhe êste ir, com outros oficiais revolucionários, servir no exército paraguaio na guerra contra o ditador Rosas ou aceitar um comando de armas no Norte, porém Bento Gonçalves não aceitou.

São-Gabriel, 28 de março de 1935.

PARECER

sôbre a tese "Efemérides Rio-grandenses (1835-1845)", por Celso Schröder.

As EFEMÉRIDES RIO-GRANDENSES (1835-1845) apresentadas pelo sr. Celso Schröder ao primeiro Congresso de História Sul-Rio-grandense são sobremodo interessantes e tanto mais que abrangem "ocorrências havidas na mesma época em outras províncias brasileiras e países sul-americanos", dando-nos, dêsse modo, nítida idéia do que era, naquele decênio, a política sul-americana em geral.

Embora discordando, em parte, do que afirma o Sr. Schröder, reconhecemos ter o trabalho inestimável valor, podendo

acrescentar-se, sem receio, que o historiador do futuro não poderá dispensar essa obra para conciencioso estudo cronológico que queira fazer. E a-pesar-das deficiências que notamos, — deficiências desculpáveis por se ter o autor baseado quasi que exclusivamente em obras publicadas, de vários autores, conforme se nota pela leitura, — as **Efemérides Riograndenses** (1835-1845) são o que de melhor, no gênero, até hoje apareceu no Rio-Grande-do-Sul, e porisso aprovamo-las prazeirosamente, sendo ainda de parecer que se deva dar ao sr. Celso Schröder um especial voto de louvor.

Porto Alegre, 2 de outubro de 1935.

Assinados: **Walter Spalding**, relator
Clemenciano Barnasque
J. O. Pinto Soares.

66620


UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 099117100


LIVRARIA
DO GLOBO

66620